



**UNEB**

UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA



**COLEGIADO  
DE PSICOLOGIA**

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CAMPUS 1

ORGANIZAÇÃO:  
ALBA RIVA BRITO DE ALMEIDA

*Nas trilhas da Pesquisa e Extensão em tempos de pandemia da COVID-19*





Alba Riva Brito de Almeida  
(Organizadora)

Coletânea

---

NAS TRILHAS DA  
PESQUISA E  
EXTENSÃO

EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Salvador-BA  
2021

Editor responsável:  
Rubervânio Lima  
Revisão de texto:  
Priscila Reis  
Diagramação e capa:  
Rubervânio Lima  
Ilustração e design da capa:  
Leonardo Alves de Almeida  
Portfólio: [www.l2adesign.com.br](http://www.l2adesign.com.br)



Editoração:

**Editora Oxente**

[editoraoxente@gmail.com](mailto:editoraoxente@gmail.com)



---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A444n Almeida, Alba Riva Brito de, Organização  
**Nas trilhas da pesquisa e extensão em  
tempos da pandemia da Covid-19.**  
/ Alba Riva Brito de Almeida. –1.ed.  
Salvador - BA : Oxente, 2021.  
370 p. : il.; 15x21 cm. Livro Digital.  
**ISBN: 978-85-54891-08-4**  
1. Saúde – Covid-19.  
2. Educação e Saúde. 3. Psicologia  
4. Psiquiatria I. Título.

CDD 610

Bibliotecária: Viviane Bento Catão Rodrigues – CRB7 5515

E-BOOK

“você perguntará por que cantamos  
se nossos bravos ficam sem abraço  
a pátria está morrendo de tristeza  
e o coração do homem se fez cacos  
antes mesmo de explodir a vergonha  
você perguntará por que cantamos  
se estamos longe como um horizonte  
se lá ficaram árvores e céu  
se cada noite é sempre alguma ausência  
e cada despertar um desencontro  
você perguntará por que cantamos  
cantamos porque o rio está soando  
e quando soa o rio / soa o rio  
cantamos porque o cruel não tem nome  
embora tenha nome seu destino”  
(Mário Benedetti)

“Ontem choveu no futuro.  
Águas molharam meus pejos  
Meus apetrechos de dormir  
Meu vasilhame de comer.  
Vogo no alto da enchente à imagem de uma rolha.  
Minha canoa é leve como um selo.  
Estas águas não têm lado de lá.  
Daqui só enxergo a fronteira do céu.”  
(...)  
(Manoel de Barros)

O Sistema Único de Saúde afirma um projeto de sociedade e um modelo de desenvolvimento que se expressam em valores civilizatórios como igualdade, democracia e emancipação. Nessa concepção, a saúde é um valor social, um bem comum que articula cuidados individuais e coletivos ao desenvolvimento econômico e direitos humanos, no esforço de todos os trabalhadores envolvidos no combate ao abandono, preconceito e injustiça generalizados que causam dor, sofrimento, doença e morte.

(ABRASCO, Manifesto em defesa do SUS)

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>11</b>
<b>Prefácio</b> A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE: A QUE A PANDEMIA DA COVID-19 NOS CONVOCA. <b>Anna Carolina Lo Bianco</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1</b> TRILOGIA DA PANDEMIA DA COVID-19: ABSURDIDADES DO REAL, ASFIXIA DOS LAÇOS, COMOÇÃO DO PRESENTE <b>Alba Riva Brito de Almeida</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 2</b> A MORTE BANALIZADA NA PANDEMIA DA COVID-19 E O AINDA INOMINÁVEL TABU OCIDENTAL DA MORTE E DO MORRER: reflexões sobre a emergência da educação sobre a morte e o morrer a partir da Psicologia <b>Cláudia Regina Sobral Simões</b>	<b>41</b>
<b>Capítulo 3</b> SOFRIMENTO, ARTE E PSICANÁLISE EM TEMPOS DE COVID-19: PENSANDO A VIA DA SUBLIMAÇÃO DIANTE DO DESPRAZER NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS <b>Larissa Soares Ornellas Farias</b> <b>Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues</b>	<b>58</b>
<b>Capítulo 4</b> A CRIANÇA NO (DES) CONFORTO DA FAMÍLIA. INQUIETAÇÕES DA INFÂNCIA NA PANDEMIA <b>Edna Bittelbrunn</b> <b>Fátima Cristina Lordêlo</b> <b>Rafael G. Matos</b>	<b>85</b>

## **Capítulo 5**

VIVÊNCIAS DO GRUPO DE ESTUDOS MULTIRREFERENCIAIS DO CUIDADO (GECUID) DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO ANO DE 2020

**Camila Barreto Bonfim**

**Daniela Maria Martins Barreto**

**Kátia Jane Chaves Bernardo**

**105**

## **Capítulo 6**

“ALLEGRO MA NON TROPPO”: COMPROMETTIMENTO E SUA RELAÇÃO COM O ESTRESSE

**Paulo Wenderson Teixeira Moraes**

**Antonio Virgílio Bittencout Bastos**

**Bianca Saionara Lima Pessoa**

**124**

## **Capítulo 7**

REFLEXÕES SOBRE A COERÊNCIA DA TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE DIGITALIZADA

**José Bonifácio do Amparo Sobrinho**

**141**

## **Capítulo 8**

INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COM INCAPACIDADE NO BRASIL

**Ana Pellegrini - Reis**

**Vilma Santana**

**167**

## **Capítulo 9**

COVID-19, SEGURANÇA BÁSICA E PERDAS INEVITÁVEIS: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO APEGO

**Sueli Barros da Ressurreição**

**194**

### **Capítulo 10**

RECONSTRUINDO O PERCURSO DISCENTE: UMA INICIATIVA EXTENSIONISTA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

**Edleusa Nery Garrido**

**Núbia dos Reis Ramos** 222

### **Capítulo 11**

A PRÁTICA DA LETRA NO CAMPO DA ESCRITA: DOS MEMORIAIS ACADÊMICOS AOS RELATOS DE PASSE

**Vera Motta**

246

### **Capítulo 12**

O PERCURSO DO SAGRADO OU O SAGRADO PERCURSO EM JUNG, FREUD E MAFESOLLI

**Iris de Sá**

**Larissa Soares Ornellas Farias**

**Nilton Raimundo Rego Casaes** 275

### **Capítulo 13**

VIVÊNCIAS DE ESTRESSE DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE IES PÚBLICAS E PRIVADAS

**Mino Correia Rios**

**Jailson Braga Brandão**

**Carla Liane Nascimento dos Santos** 313

### **Capítulo 14**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: PANORAMA ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

**Aline Vianna Mascarenhas Cerqueira**

**Janeide Medrado Ferreira**

**Patrícia Carla da Hora Correia** 345

Coletânea

---

NAS TRILHAS DA  
PESQUISA E  
EXTENSÃO

EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19

## APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 portou a marca de um ano em que fomos convocados ao súbito recolhimento e ao instantâneo lançamento em direção às alternativas de sustentação da prática docente nos espaços acadêmicos da Extensão e da Pesquisa, num esforço de promoção de ofertas suplementares à formação dos nossos estudantes, privados do acesso pleno às unidades da Universidade, devido às recomendações sanitárias.

A noção de encontro humano no campo da Educação nunca foi tão desafiada como nesse tempo de Pandemia da Covid-19. Que encontros são possíveis através da tela digital? Questiona-se ainda se este espaço interativo, dentro dos novos parâmetros e ajustes tecnológicos, enquadres e desenhos de realidades subjetivas inseridas num campo absolutamente virtual, estabeleceria um novo status de vida e a fixação de performances extrínsecas à subjetividade de cada um.

Os questionamentos sobre a efetividade deste modo de funcionamento remoto ainda não cessaram. Há descontinuidades entre a interação on-line e os momentos off-line? Há rupturas entre a conexão real e virtual? O ambiente protegido e privativo no vasto campo do ciberespaço fomenta a criação de posturas de encobrimento, ou esquivas? O mito do anonimato estimula o escape do compromisso acadêmico?

Na experiência online com os estudantes, consideramos que a ética que rege os laços sociais em seus diferentes espaços não deve se modificar, obrigatoriamente, mediante as transformações no funcionamento e nas metodologias de ensino, sejam elas presenciais ou remotas. As comunidades virtuais devem seguir os padrões de qualquer funcionamento grupal, no tocante às fantasias e ao desejo

de saber. Assim, as identidades em rede podem repetir padrões comportamentais já conhecidos, ou inaugurar motivações e instigar a criatividade e a inventividade diante dessas novas possibilidades interativas. Pensamos que a quebra da idealização de um espaço perfeito, assim como a aceitação da desarmonia e desencontros inerentes às ferramentas de que dispomos, não se caracterizam como parâmetros de impotência, mas como impulsos para a realização, em tempo real, dos projetos de ensino-aprendizagem que nos inscrevem na vida social e na ordem do desejo.

Esta Coletânea cumpre a finalidade de sistematizar algumas produções dos professores do curso de Psicologia do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, e de autores integrados, durante o ano de 2020. A temática da Covid-19 foi a tônica, mas tivemos produções vinculadas às pesquisas sobre as quais os professores se debruçaram nesta fase do primeiro ano da pandemia.

Salvador, julho/2021

**Alba Riva Brito de Almeida**

## PREFÁCIO

### **A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE: A QUE A PANDEMIA DA COVID-19 NOS CONVOCA**

Anna Carolina Lo Bianco<sup>1</sup>

Não foi sem consequências para nosso trabalho na Universidade, o fato de desde março de 2020 termos sido abalroados por uma pandemia com as proporções que tomou a da COVID 19, principalmente neste país. Desde o início nos assustava o que veio a tomar proporções gigantescas, mas acima de tudo, o que veio a desvelar um cenário extremamente precário, o qual, se dele tínhamos notícia, certamente não se mostrava tão urgente como se tornou. Pois ele passa agora a solicitar nossa tomada de posição quanto à responsabilidade da Universidade frente à situação. Responsabilidade pela transmissão que fazemos no ofício cotidiano, pelos laços que ajudamos a sustentar e também e sobretudo pela vida que vivemos.

---

1. Cursou a graduação de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1973), o mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1975) e o Doutorado em Sociologia da Saúde Mental na University of London (1983). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Usa como referência os trabalhos de Freud e Lacan e sua pesquisa gira em torno dos seguintes temas: tradição, transmissão, religião, ensino, teoria da clínica e ato psicanalítico. Desde 2013 vem se dedicando à área de pesquisa de Psicanálise na Saúde, tendo coordenado o Projeto Corpo e Finitude, sobre o sofrimento psíquico de pacientes com câncer, desenvolvido em Parceria INCA/UFRJ.

É neste contexto de respostas necessárias e inadiáveis ao que nos atinge de forma tão drástica, que esta coletânea vem a ser editada pelo corpo docente do Colegiado de Psicologia do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia e colaboradores. Muitos dos resultados das pesquisas aqui apresentadas foram analisados já depois de março de 2020 e incorporam a nova problemática; assim como muitas das pesquisas tomam por objeto situações relacionadas à pandemia e seus desdobramentos nos vários domínios a que se dirigem. Mas é importante notar, quanto às investigações que já vinham sendo realizadas, que quase tudo ao nosso redor ganhou novas significações desde que começamos a enfrentar estes tempos tão difíceis. Com o olhar da catástrofe que vivemos, todo o nosso trabalho ganha um outro sentido e os artigos aqui reunidos vêm testemunhar de diferentes maneiras o que nos terá marcado de maneira indelével, por muito tempo.

É, portanto, fundamental que estejamos atentos ao quadro em que estão sendo desenvolvidas as atividades universitárias atualmente, pois elas estarão inequivocamente dominadas pelo que está no entorno, provavelmente como sempre estiveram, mas desta vez de forma mais explícita e inequívoca. Uma das marcas que a pandemia nos lega é a de revelar, de nos deixar ver com lentes de aumento as mazelas ao nosso redor. E o que encontramos diz respeito diretamente ao valor da vida nesta sociedade, às subjetividades e às políticas que são daí engendradas, que muitas vezes são políticas de morte. É a estas subjetividades e sob a égide destas políticas que

estaremos daqui em diante nos orientando quanto ao que temos a fazer como país.

A categoria de contágio, que passa a ocupar um lugar central no dia a dia de cada um ou de cada uma, traz consigo a evidência de que a vida se passa no coletivo. E com ela se torna também mais perceptível a ideia de que o outro é fonte de perigo, o que já sabíamos desde sempre, mas também que cada um ou cada uma de nós pode ser a causa direta do sofrimento e, no limite, da morte do outro. O contágio, assim como a aglomeração – que passamos a evitar com o distanciamento, que justamente é distanciamento social –, são, ambas, categorias que nos remetem de imediato ao fato de que vivemos em sociedade. Seria, portanto, de vida e de vida social que estaríamos tratando, se não fosse nossa atitude para com a morte que vem se mostrando predominantemente uma atitude contrária à vida. E, no entanto, as atitudes de uma sociedade para com a morte são fundamentais para a sustentação da própria vida.

A modernidade trouxe algumas mudanças na relação que mantemos com a morte. Apesar da certeza de sermos mortais, de estarmos sob o jugo do perecível do corpo e do organismo, da inexorabilidade do fim da matéria, rebaixamos a morte de necessária a contingente. Encontramos então com uma atitude cultural-convencional em que ela passa a ser um acontecimento, a cada vez. Mas, se esta forma de estarmos com a morte vigora ainda hoje, é importante centrarmos as atenções no deslocamento radical que ela vem sofrendo ao longo do tempo e que, como dissemos,

no que se apresenta agora de forma desvelada, principalmente no caso brasileiro, com a difícil passagem por este tempo de pandemia.

As experiências tristes de perda de parentes, pessoas muito próximas ou conhecidas, e, para grande parte da população, a mudança da vida cotidiana, do estilo de vida, dos hábitos, dos costumes, dos relacionamentos muitas vezes alterados e ameaçados em sua própria existência, nos interrogam sobre o lugar que demos à morte durante este tempo. Que lugar foi dado à necessária cerimônia exigida pela morte – posto que sendo um fato de linguagem, esta é um fato social e, portanto, diz respeito ao humano? No reino animal não existe propriamente a morte, o animal perece. E, entre perecer e morrer há uma enorme distância que será preenchida pela vida, pelo sentido da vida, que assim passa a ser dado pela morte.

Encontramos um progressivo banimento da morte nas sociedades industrializadas e urbanizadas do chamado mundo ocidental. Este vem sendo apontado por autores que falam da tentativa de ocultar a morte, banindo-a da experiência comum ou, quando muito, transferindo-a para os hospitais onde permanecerá mais do que nunca escondida.

No entanto, ainda que possamos admitir uma continuidade entre a literatura que fala do apagamento da morte na contemporaneidade e o que vemos acontecer em nossa sociedade no momento em que a pandemia nos atinge, o que encontramos – e podemos nos valer neste ponto da mais prosaica experiência cotidiana, dos jornais e das redes sociais – parece ser de teor muito

diverso. Porque estamos nos referindo aqui a uma continuidade entre o que se passa no cotidiano de uma parcela expressiva da população, principalmente nas periferias dos grandes centros metropolitanos, com o que vimos ser o lugar dado pelo Estado e pelas autoridades, inclusive as autoridades sanitárias, às experiências de morte e perda que enfrentamos todo este tempo.

A realidade incontestável das periferias dos grandes centros metropolitanos, mas não apenas neles, descobre a atitude de absoluta indiferença para com a morte, que mantém e agencia as políticas de segurança de Estado. A situação limite de pandemia, de uma certa forma contribuiu para que isso que está dado na vida diária de milhares de pessoas, nas favelas e periferias, pudesse vir à tona de forma manifesta. É com a pandemia que pudemos ver algo que está dado diariamente na sociedade, que diz respeito à política de morte que vigora para uma parte considerável das populações.

E então voltamos a constatar que nossa atitude para com a morte fala de nossa atitude para com a vida, fala do valor que damos à vida, ou que retiramos dela. Por isso é tão necessário fazermos uma certa reverência à morte, pois tal respeito é correlato de uma posição também de respeito ao pacto civilizatório. E este pacto que é constantemente ameaçado pelas políticas de morte de um Estado que mata de forma violenta os seus jovens, principalmente negros e pardos, se encontra, na pandemia, mais uma vez em risco, com a atitude de absoluta indiferença pela morte do outro, a qual revela, corrobora e repete num círculo infinito o desprezo pelas vidas que deveria sustentar e preservar.

Esta é a realidade que chama à responsabilidade social da Universidade que não pode estar separada de sua ou de nossa responsabilidade para com a vida. E não se trata aqui de um *primum vivere* qualquer, da mera sobrevivência diária, que mal escapa à morte a cada vez. Mas de uma vida que, pelo respeito à morte, se veja valorizada permitindo no mesmo passo condições dignas e consonante com o respeito que lhe é devido.

A presença indisfarçável das centenas de milhares de mortes que falam diretamente de nossas vidas e do valor que damos ou não a elas, trouxe uma inflexão para nosso ofício no ensino universitário, que não pode ser ignorada. É, pois, com o que estamos sendo marcados, que reunimos os registros e as reflexões que compõem o presente volume.

## CAPÍTULO 1

# TRILOGIA DA PANDEMIA DA COVID-19: ABSURDIDADES DO REAL, ASFIXIA DOS LAÇOS, COMOÇÃO DO PRESENTE

Alba Riva Brito de Almeida

## I - A LINGUAGEM DO ABSURDO EM NOSSO TEATRO PRIVADO

Atônito, vejo a tempestade chegar...  
No atomismo do meu terror  
ela se converte em travas potentes...  
Galopa, insistente,  
no corpo poroso que a absorve  
inerte...  
Morre-se nos olhos  
que clamam a tempestade.  
Morre-se no corpo  
que orchestra o fora sentido,  
no pensamento em fotogramas,  
na solidez invasiva,  
na desagregação do corpo.  
A tempestade, sou.

Procura-se atribuir sentidos ao novo coronavírus que ainda nos assombra; entidade inominável, sem gênero, raça ou quaisquer outros signos identitários. Ele existe, afirmativo, fonte de tudo que é, no campo dos infortúnios, desalento e terror, verdade e paradoxo. A realidade da pandemia é absurda e é com metáforas que ousamos alcançá-la, posto que se apresenta como experiência real, na lógica do “que não cessa de não se escrever” (Lacan, 1985, p.127). É uma experiência que realmente acontece. É absurda, mas não é irreal.

O real, para Lacan, escapa à apreensão conceitual do saber humano. A materialidade absurda do vírus escapa a qualquer saber prévio, esse que permitiria “saber lidar”. Não há um saber absoluto e definitivo do discurso científico que forneça a solução cabal para a pandemia do coronavírus e, por conseguinte, o significativo mestre foi deslocado da Ciência para a Morte, numa contabilidade avassaladora em todo o mundo. Não há como sustentar os rasgos imaginários e os furos simbólicos na presença ausente de um saber que pudesse se integrar aos nossos de forma plena.

Nada a contestar diante das evidências de um ataque inelutável ao ser, esse que, ao contrário do que pensaria o filósofo Parmênides, nos lança à margem do fora-sentido, dividindo o ser diante das dobradiças da angústia e da sua iminente dissolução. Constata-se aquilo que Freud aludiu conceitualmente a respeito da ameaça de castração como limite, na irrupção de sintomas nas frestas do não-sabido sobre esse real inominável.

Que consistência lógica apreendemos disso que nos afeta? O inexplicável horror ao desconhecido, reconhecendo-o como verdadeiro, com todo o mistério que se apresenta à vida? O inconsciente é esta Outra cena que se apresenta como desconhecimento e verdade e que, como no teatro, dá-se a ver.

A convivência com o não-ser escavado nas frestas desta inelutável divisão subjetiva convoca o sujeito a compreender que o estranho, diante da ameaça material do vírus, é algo passível de se apropriar como familiar, nessa insinuação do novo cenário em que o psiquismo é abordado. No ensaio dedicado a este tema, “O Estranho” (1919), Freud cita Schelling, afirmando que estranho [Unheimliche] é o nome dado ao que deveria ter permanecido secreto e escondido, mas que veio à luz, na provocação de um elemento novo que nos afeta e se manifesta como estranho, mas que reacende as veredas de acesso ao inconsciente e ao que caberá reconhecer.

Nos entremeios dessa complexa equação de reconhecimento de si e atribuição de significações, algumas configurações das verdades inconscientes comparecem travestidas em sintomas como processos defensivos, dentre os quais a negação (vide artigo de Freud “A Negação”, de 1925) e a agressividade radicalizada nas passagens a ato dos ataques ao outro na cena social; outras evidências possíveis seriam a “monstrualização do outro, espetacularização e mesmo a negação num nível mais delirante”, como propôs o psicanalista Christian Dunker em uma live.

Dir-se-ia que o mal radical se apoderou das pessoas, como manifestações contagiosas e de proporções vertiginosas, como um invasor sem comando. O mal teria sido instalado e reforçado pela presença do vírus, na tendência a se fundir na multidão.

João Cabral de Melo Neto nos lembra que a experiência do estranho que nos habita muitas vezes ecoa seco, posto que canta, ressoa em nós:

(...)

"A palo seco canta  
o pássaro sem bosque,  
por exemplo: pousado  
sobre um fio de cobre;  
a palo seco canta  
ainda melhor esse fio  
quando sem qualquer pássaro  
dá o seu assovio.  
A palo seco cantam  
a bigorna e o martelo,  
o ferro sobre a pedra  
o ferro contra o ferro;  
a palo seco canta  
aquele outro ferreiro:  
o pássaro araponga  
que inventa o próprio ferro."  
(...) (J C M Neto, p.160)

O Outro, como Mal, pode ser o objeto da identificação projetiva, cuja moldura fantasmática se representa nas performances do embate com o terror, o medo e angústia acionados na inquietante estranheza de cada um diante da proximidade com o vírus.

Como ilustração deste encontro - a palo seco - com os objetos constitutivos desse Mal, como o trágico que o humano apreende, cito a peça teatral *O Rinoceronte*, de Eugène Ionesco. Na apresentação do livro, lê-se: “... os habitantes de uma cidade são atacados por uma estranha moléstia que os transforma, pouco a pouco, em rinocerontes. O animal encarna o fanatismo que desfigura pessoas, tira-lhes a humanidade”, “traz os demônios à superfície”.

Essa ideia de transformação temida e inelutável produz importantes articulações com os aspectos qualitativo e quantitativo que movem o erotismo naquilo que fascina, surpreende e conduz à expansão coletivizada. Corpo que goza, acossado pelas intensidades psíquicas que, muitas vezes, carecem de representações de palavras para barrar a intrusão do imaginário do Outro mítico, ou seja, dos elementos de ambiguidade de alcance universal, genericamente aplicável a toda gama de arranjos discursivos. O mito se consolida na lógica do sujeito com seu semelhante, de quem não pode se separar (lógica do imaginário): um se vê com o olhar do outro. O espelho está no outro.

Citarei alguns recortes do texto de Ionesco, utilizando os diálogos dos personagens como homologias:

- “**BOTARD** - (*prosseguindo*) O vosso rinoceronte é um mito.”

- “**BOTARD** - (*a Daisy*) Um mito, sim senhora, exatamente como os discos voadores!

- “**DAISY** - Pois eu creio nos discos voadores, sim senhor!” (p. 42,43)

Os significados jamais podem ser tomados de maneira unívoca e fixa. A pluralidade de discursos sobre os mitos, no sentido do insondável mal, da impossibilidade de temperar a afirmação e a negação, o verdadeiro e o falso remetem ao campo das fantasias individuais que remontam aos primórdios da história da humanidade e das suas transmutações nas enunciações de cada fala. O mito como signo do universo do mortífero, que se expande tomando o tempo e espaço de tudo, coincide com o lugar do Mal como potência, convoca uma face do mal, símbolo do gozo como Outro. Situar o mito na interseção entre o universal e o singular, entre a estrutura e sua atualização posiciona um sujeito como agente do discurso, conscientemente identificado com a graça ou desgraça dos modos como o Mal circula na subjetividade.

- **“JEAN** - Você vê mal em tudo. Se isso lhe dá prazer virar rinoceronte, se isso lhe dá prazer, hein? Não há nada de extraordinário nisso”. (O Rinoceronte, p. 66)

- **“BÉRENGER** - (empurrando a porta) Ele é rinoceronte! É rinoceronte! (Consegue fechar a porta. Seu paletó tem um rasgão causado por uma cornada. No momento em que ele conseguiu fechar a porta, o corno do rinoceronte furou-lhe o paletó. Enquanto a porta estremece toda, devido à pressão contínua do animal e o estrondo, no banheiro, aumenta cada vez mais, ouvindo-se barridos misturados com palavras mal articuladas como: estou possesso, canalha, etc., Bérenger precipita-se para a porta da direita) Nunca teria pensado dele uma coisa dessas! (Abre a porta dando para a escada e vai bater à porta do Velhinho, com murros fortes e repetidos) Vocês têm um rinoceronte no prédio! Chamem a polícia!”(p. 68)

- **“DUDARD** - Nós seremos sempre os mesmos, é claro. Por que é que você há de se preocupar por causa de alguns casos de

rinoceronte? Aquilo também pode ser uma doença”.

- **“BÉRENGER** - Justamente, e eu tenho medo do contágio” (p.73)

- **“DUDARD** - Não, isto é sabedoria. Quando um fenômeno destes se produz é porque certamente houve uma razão para se produzir. É esta causa que é preciso saber discernir”. (p.77)

Freud, no seu texto “Psicologia das massas e análise do Eu” (1921) analisa como e por que uma multidão se organiza em forma de massa durante determinado tempo e para dado fim. A correlação social/individual exibida pela irracionalidade dos comportamentos de grupos está articulada, de fato, aos complexos familiares e demais relações que moldaram o sujeito desde sua infância, posto que também são fenômenos sociais. Nesta análise, Freud recorre aos conceitos de libido e regressão.

“A partir da massa sociológica, o fundamento do laço social se define pelo traço identificatório ao pai da horda. É disso que a psicanálise vai prescindir, nos propondo um novo regime de laço social, a partir da fantasia e do gozo, e não apenas a partir da identificação” (Eric Laurent, 2016)

A psicanálise alude a outra configuração de uma “psicologia das massas”, definida como comunidades de gozo, situada ao nível da fantasia, nas quais circulam os elementos ditos involuntários dos atos, de natureza inconsciente, que definem a inscrição da perda do sujeito e a representação do gozo. A primeira modalidade do laço social passa, então, pelos modos de subjetivação que se socializam para constituir as formas contemporâneas da existência.

- “**DUDARD** - Apesar de tudo, isso prova a sinceridade da sua metamorfose”.

- “**BÉRENGER** - Ele não o fez de propósito; estou certo de que se trata de uma mudança involuntária”.

- “**DUDARD** - Quem é que pode afirmar isso? É difícil penetrar nos motivos secretos das pessoas”. Mesmo se trata de uma transferência, a coisa é bastante reveladora. Cada um encontra a sublimação que pode”. (p.79)

A perspectiva da amplitude de uma comunidade compartilhada de gozo culmina por consolidar um determinado ethos social, que amplifica o grito diante da perplexidade e da inevitável perda. O retorno ao arcaico de uma identificação originária lança o sujeito na aporia da colagem ao outro com quem se identifica, na iminente perda da sua própria identidade. O desamparo do sujeito, condição a que se vê lançado quando precisa se inscrever na ordem do mundo, corresponde ao impossível de coletivizar.

A Psicanálise é avessa a qualquer discurso totalizante; ela detém uma vocação antitotalitária. Com Lacan, podemos dizer que a psicanálise tem uma vocação democrática.

“Num segundo tempo, de fato, assistimos à encarnação do objeto mal, esse gozo do qual o sujeito não para de querer separar-se. O corpo do qual se extrai o grito de desalento não é sabedoria, mas paixão. É um corpo que goza, que está marcado por afetos poderosos, dos quais a angústia é o mais poderoso. Um corpo para Lacan deve ser considerado num sentido próximo ao de Spinoza. É tanto o corpo do sujeito como o corpo político”.

(Eric Laurent, 2016)

-“**BÉRENGER** - Os rinocerontes é que são anarquistas, visto serem a minoria”

-“**DUDARD** - Até agora, ainda não”.

-“**DAISY** - É já uma grande minoria, que está aumentando. O meu primo e a mulher, viraram rinocerontes. Isto sem contar as personalidades: o Cardeal de Retz...” (p. 86)

- “**DAISY** - Não pensava que você fosse tão realista, pensava que você fosse mais poético. Você não tem imaginação? Há tantas realidades! Escolha a que mais convém e escape para o imaginário”. (p.94)

- “**DAISY** - Sinto vergonha disso que você chama amor, esse sentimento mórbido, essa fraqueza do homem, e da mulher também. Isso não pode ser comparado com o ardor, com a energia extraordinária que irradiam todos estes seres que nos rodeiam”.(p. 98)

O sujeito barrado pela linguagem tem que sustentar um ato, com as consequências do resto dessa operação. Não há como pensar no sujeito do inconsciente senão como o resto que o constitui, que fornece sua dimensão ética. Sem aquilo que fura a ordem do mestre, tudo seria apenas uma prática de autoconhecimento. Não teríamos acesso às dimensões dos nossos sonhos. O ardor de Eros vencendo Thanatos.

Visitar os nossos museus e arquivos da nossa história é importante, pois a vertente ética da psicanálise comporta uma dimensão trágica que faz com que, em algum momento, desemboque em ato. A dimensão ética da psicanálise é a responsabilidade sobre o gozo que lhe concerne como questão central. O sujeito da psicanálise

não está fora do coletivo, mas não se trata aqui da pessoa, do indivíduo.

Somos todos prisioneiros, conquanto somos todos equivalentes, pois somos todos castrados. Estamos todos presos na linguagem. É pela escansão, pelo movimento dos impossíveis que concluo que é preciso sair do magnetismo dos mitos. A repetição tem por efeito expor, desvelar um ponto nodal: a atenção às contradições e à sua superação. Sob essa ótica, vemos que não é à toa, então, que sejam recorrentes, nos mitos, questões como vida e morte, o mesmo e o outro, a diferença sexual, o perene e o transitório e assim por diante.

## REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund(1919). O estranho. In **Obras Psicológicas** Completas de Sigmund Freud. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed. vol. XVII. 1976.

\_\_\_\_\_ (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In **Obras Psicológicas** Completas de Sigmund Freud. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed. vol. XVIII. 1976.

\_\_\_\_\_ (1925). A negação. In **Obras Psicológicas** Completas de Sigmund Freud. Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago Ed. vol. XIX . 1976.

IONESCO, Eugène. **O Rinoceronte**. Edição da Nova Fronteira da Coleção 50 anos. 2015.

LACAN, Jacques. (1972-73). **O Seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

LAURENT, Eric. **Paixões religiosas do falasser**. Trecho da Conferência pronunciada no X Congresso da AMP, Rio de Janeiro, em 22 de abril de 2016.

NETO, João Cabral de Melo. A palo seco - versos 13/14. **Poesias Completas**. 1975.

## II- A EXPLOSÃO DO DIZER ANTIRRACISTA NAS FRESTAS DA PANDEMIA

Devo imenso  
aos que não amo.  
O alívio com que aceito  
eles estarem mais próximos de outras pessoas.

A alegria de não ser eu  
o lobo dos seus cordeiros.

A minha paz com eles,  
com eles a minha liberdade,  
e isto não o pode dar o amor  
nem o consegue tirar.

Não espero por eles  
entre porta e janela.  
Quase tão calma  
como um relógio de sol,  
entendo  
o que o amor não entende,  
desculpo  
o que o amor jamais desculparia.

Entre carta e encontro  
não passa a eternidade,  
mas simplesmente uns dias ou semanas.

As viagens com eles são conseguidas,  
os concertos escutados,  
as catedrais visitadas,  
as paisagens nítidas.

E quando nos separam  
sete rios e montanhas,  
são rios e montanhas  
bem conhecidos dos mapas.

É mérito deles  
que eu viva em três dimensões,  
num espaço não lírico e não retórico  
com um horizonte real porque movente.

Eles próprios ignoram  
quanto trazem nas mãos vazias.

«Nada lhes devo» -  
diria o amor  
a este tema aberto.

(Agradecimento, Wislawa Szymborska )

A pandemia da Covid-19 lançou seu manto terrorífico sobre todos, capturando-nos e tornando-nos coalhados pelo risco da morte sempre iminente. Como efeito dessa condição combatida a que estamos submetidos, assistimos à eclosão de manifestações, vociferações, ruídos que rasgam o manto das certezas e se oferecem ao olhar e à escuta do Outro que se apresenta como destinatário de inúmeras demandas. O mundo, como Outro consistente, apresenta seus furos através das manifestações sintomáticas que explodem na pólis. O racismo é um dos temas que se atualiza e invade a cena social, movido pela repetição das expressões de violência contra os negros.

Vivemos uma supremacia branca e isso é notório não apenas no Sul do Brasil, mas também, e lamentavelmente, no Nordeste.

A supremacia branca reivindica seu direito à submissão do outro como algo natural. Suga a força de trabalho, deplora e aponta o lugar do mal naquele cujo fenótipo não é igual ao seu. Tivemos teses racialistas dizendo que os brancos seriam superiores aos negros. Isso, certamente, perpassou o discurso das nossas famílias e assimilamos esta ficção de algum modo. Lembro de minha mãe e tias exortando a origem portuguesa da família, realçando a brancura da pele e os olhos claros de alguns dos membros. Associavam isso a outros elementos especiais que corroborariam nossa origem privilegiada, mesmo pobres. A nossa supremacia branca é assim constituída. O princípio tácito de que as pessoas não são iguais do ponto de vista dos direitos e do “sangue” (leia-se cor da pele) sempre normatizou as relações e a exploração de uns sobre outros, chegando ao extremo de se pensar que algumas pessoas são mais humanas do que outras.

Constatamos, apenas muito recentemente, a ênfase na ancestralidade africana como fator de consolidação da identidade do negro. E tudo isso vem sendo sustentado pelos movimentos antirracistas. Não tivemos leis segregacionistas, como nos Estados Unidos; nesse país, a tese da supremacia branca se transformava em leis dos anos de 1940 a 1960. No Brasil, a tese racialista se enraizou nos costumes, nos habitus (como diria Bourdieu), nas mentalidades, nos pilares constitutivos da consciência como lugar das certezas do Eu.

Como explicar o mal-estar que perpassa os laços entre os seres humanos? Os filamentos subterrâneos do poder que configuraram as edificações sócio-históricas, como o patriarcalismo e o colonialismo, deram régua e compasso para as manifestações e efeitos racialistas que conhecemos. Todos somos determinados por esses norteadores da subjetividade, posto que nascemos embebidos pelo caldo da linguagem. As determinações do Outro cultural, religioso e social no, sentido amplo, oferecem a esteira por onde

iniciamos nossa localização no mundo. E como são eloquentes na nossa trajetória vida afora... Alguns recebem contrapontos discursivos importantes, outros são mordidos pela inquietante estranheza e formulam hipóteses próprias. Muitos procedem a desmontagem destes berços racialistas e armam outras habitações as quais, muitas vezes, atritam com o gozo do Outro que o comandou originalmente. Pensando bem, temos a oportunidade de promover esses atritos e de experimentá-los o tempo todo, podendo barrá-los. Talvez seja por isso que muitas pessoas não se interessem em olhar para os furos que perpassam sua existência burguesa ou de pretensa acomodação na exploração do corpo do outro.

Às vezes, manter-se sob o jugo do gozo do Outro é impossível, assim como superá-lo, dadas as condições adversas da situação social que conserva os corpos em lugares cristalizados. A bagagem segregacionista e de preconceitos variados precisaria de um despojamento das ficções que os privilégios ajudaram a erigir para serem desmontadas. O conforto classista e a reprodução da luta de classes no cotidiano das pessoas ficam fora de questão quando se crê nos próprios pontos de partida. Acredito que a polifonia revisionista educativa tenta quebrar a marteladas os códigos que fizeram e ainda fazem as pessoas negras acreditarem que possuem um lugar de dejetos, um não-lugar, que estão assimetricamente posicionados no mundo.

Para que essa condição de não-equanimidade seja alterada, alguns têm que ceder o lugar, recuar e atravessar a própria história para acolher o outro que está nele, na sua profunda diferença. Esclareço que o reconhecimento da alteridade é um dos mais duros exercícios para o ser humano, pois leva ao indiscutível sentido de coletividade, que inclui a responsabilidade de todos numa educação antirracista.

Penso que o esforço na busca do reconhecimento de si passa pelos tropeços que o Outro social do escárnio, da violência,

da injúria ao outro semelhante e da criminalização impõem. São muitos os desafios que a inclusão também impõe. Muitos - e aqui eu incluiria diversos núcleos populacionais, como por exemplo o caboclo nordestino do sertão distante que nada sabe do mundo dos direitos e justiça social, dentre outros aspectos – precisam da colaboração, participação e sustentabilidade da performance no social para romper os laços da discriminação. Raros são os que logram esse feito sozinhos.

A escravidão, como condição humana a ser debelada, foi mantida no Brasil com o argumento dos modos pacíficos e antibélicos atribuídos pelos políticos e diplomatas brasileiros ao *modus operandi* do branco. A extinção do conflito parecia ser a regra. Estaria aí o porquê do negro, principalmente os que vivem nas periferias, ainda se negar ao conflito, à subversão? Parece que está plenamente explicado, penso, pelos controles sociais de proteção dos privilégios de classe.

Considero que está enraizada e plenamente configurada na extirpação secular dos direitos dos negros a concepção de que o trágico se avizinha sempre e que o silêncio obsequioso é o esteio da sobrevivência. Organizar-se diante de um inimigo visível torna mais difícil a explicitação da voz. O sofrimento se tornou sinônimo de não-dito e apropriar-se da própria história e passar pela experiência radical com o desconhecido foi, e ainda é, a epopéia atravessada por todos.

Para alguns, o reconhecimento do outro como radicalmente outro talvez ajude a avançar sobre o terror de ser dizimado quando com o inimigo se deparar. Inimigo que, muitas vezes, é negro também. Outro suporte decisivo é o amparo legal e a apropriação no dia a dia de discursos que desmontem o acesso violento dos que encarnam as representações sociais discriminativas, típicas das narrativas de ódio e de repressão sobre os negros (por exemplo, frases como, ‘não merecimento’, ‘ser de essência marginal’, ‘preto

aqui não entra’, ‘negro do bem consegue porque é muito esforçado, não porque é um cidadão’, dentre outras).

Não é demais afirmar que o negacionismo é a pedra angular do universo dos conflitos raciais no Brasil, visto que acreditamos que o problema racial é um problema do outro. Aqui não é o policial branco que mata o preto, pois os policiais no Brasil são geralmente negros: eis aqui um exemplo do mito da democracia racial. O negro abatido por um policial negro está sendo vítima do racismo estrutural encabeçado pelo Estado, esse que dita as normas de conduta e que o mantém na penumbra da identificação com o negro do bem, esse que caça os criminosos. O ardil dessa trama relacional é se confundir com o inimigo que, deveras, ele se identifica e abate; inimigo declarado, mas oculto sob as vestes da autoridade ou do medo.

Mais uma vez recorro a Freud no seu artigo intitulado “O Estranho” para sublinhar a concepção de alteridade como estrangeiro íntimo. Nesse texto de 1919, ele desenvolve a ambivalência e a proximidade entre estranho e familiar, considerando o estranho um matiz do íntimo. A formulação de Freud designa a alteridade como elemento de si, mas também do outro. Ódio-Aniquilação daquilo que emerge no outro de si. Nesse sentido, o autor define o estranho como uma variedade do terrorífico, ou seja, como uma forma de expressão do terror.

Na busca de uma solução própria para a pulsão de morte e para a compulsão à repetição de pensamentos e atos que causam angústia, ou dos quais se foge pela negação, pode o sujeito se deixar apanhar na inquietante estranheza que se apresenta, para não mais atuar na eliminação sumária deste outro que o atormenta. É na condição de estrangeiro de si mesmo que geralmente repetimos ações impensadas, sem nos darmos conta da perturbadora estranheza da familiaridade. A concepção de que o Eu não é o senhor de sua própria casa ganha relevo diante dos atos impensados

e impulsos incontrolláveis diante de um outro ameaçador, alienígena que denuncia nossa própria clivagem.

Reconhecer os outros que nos habitam, a partir do caleidoscópio das identificações imaginárias, não é um exercício fácil, visto que o estatuto do estrangeiro abrange uma parte considerável do psiquismo, esse que também inclui a instância do inconsciente. Dito de outra maneira, aquilo que se apresenta como estranho ou estrangeiro ao Eu retorna desde o lugar de desconhecimento acerca do que emana de si mesmo, do ponto de vista do inconsciente.

Portanto, o estatuto do estrangeiro, como parte considerável do psiquismo, alijado da consciência, promove um confronto entre duas forças distintas dentro de um mesmo sujeito, como uma experiência radical com a diferença, com o desconhecido de que nos constituímos. Enfim, nada devemos ao Outro.

## REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. O Estranho. Edição Standard Brasileira das **Obras Psicológicas** Completas. Volume XVII. Imago. 1980.

SZYMBORSKA, Wislawa. Agradecimento. In: **Paisagem com grão de areia**. Trad. Júlio Sousa Gomes. Ed. Relógio d'água. 1998.

### III- QUE OS CÉUS NÃO CAIAM SOBRE NÓS: NOVAS CRITICALIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com tanto dinheiro girando no mundo  
Quem tem pede muito quem não tem pede mais  
Cobiçam a terra e toda a riqueza  
Do reino dos homens e dos animais  
Cobiçam até a planície dos sonhos  
Lugares eternos para descansar  
A terra do verde que foi prometido  
Até que se canse de tanto esperar  
Que eu não vim de longe para me enganar  
Que eu não vim de longe para me enganar  
O tempo do homem, a mulher, o filho  
O gado novilho urra no curral  
Vaqueiros que tangem a humanidade  
Em cada cidade e em cada capital  
Em cada pessoa de procedimento  
Em cada lamento palavras de sal  
A nau que flutua no leito do rio  
Conduz à velhice, conduz à moral  
Assim como deus, parabéns o mal  
Assim como deus, parabéns o mal  
Já que tudo depende da boa vontade  
É de caridade que eu quero falar  
Daquela esmola da cuia tremendo  
Ou mato ou me rendo é lei natural  
Num muro de cal espirrado de sangue  
De lama, de mangue, de rouge e batom  
O tom da conversa que ouço me criva  
De setas e facas e favos de mel  
É a peleja do diabo com o dono do céu  
É a peleja do diabo com o dono do céu  
(composição de Zé Ramalho, lançada em 1979)

Bem oportuno, para os novos tempos ditos “sombrios”, o refrão “A Peleja do Diabo com o Dono do Céu” do compositor Zé Ramalho, o qual remete ao aspecto imaginário de toda relação inter-humana em que se peleja pelo poder, ou seja, pela assunção de um, na condição da morte do outro ameaçador, ou daquele que declara a própria morte pela exaustão diante do poder declarado do outro; poderes decapitados, mostraçãõ da sujeição de ambos a um princípio legislador, onde se mesclam exigências de produção, competências forjadas e ideologias do bem.

Mas sobre o que se digladiã, no afã de usufruto do que não se tem, ou seja, da mais-valia? Consideremos, como ilustração, o capítulo V de “O Capital” de Marx, onde o capitalista expõe seus argumentos para demonstrar ao trabalhador que o mercado é honesto: ele, o capitalista, fornece os meios de produção e o trabalhador fornece sua força de trabalho. Coloquemos em cena a economia política e estabeleçamos uma relação de homologia entre a mais-valia, tal como Marx a define, e o novo nome que Lacan dá ao objeto: o mais-de-gozar. No discurso, o sujeito é representado pelo significante, junto a outro significante, representando o valor de troca junto ao valor de uso para acompanhar o modo como Marx trata da realidade econômica.

“O trabalhador não pode gozar da integralidade do que ele produz porque há uma diferença entre o valor produzido por seu trabalho, o valor da mercadoria e o valor de sua força de trabalho, seu salário, que corresponde somente ao que é necessário para reproduzir sua força de trabalho. Mas é notável também que essa mais-valia devendo na maior parte ser reinvestida, o capitalista individual não vai gozar mais dela por isso” (Chemama, p. 54)

Produzir e consumir são os dois grandes imperativos da economia capitalista. Produzir para o consumo e consumir para que a produção tenha sentido. Os “gadgets” são aqueles objetos

de consumo, os falsos objetos produzidos pelo capitalismo; falso porque designa a mais-valia, o objeto como mais-valia, objeto que se perde e não se recupera. Nessa falha entre o primeiro e o segundo significativo, alguma coisa cai no alçapão, resvalando a mais-valia, o mais-de-gozar. Em outras palavras, a mais-valia é perda que não se recupera: produziu \$200 e recebeu \$10. é, portanto, uma perda constituída nessa economia que se converte em falta constitutiva da estrutura dos sujeitos.

A formulação acima nos adverte sobre um discurso que desemboca numa orientação concebida como racional, num princípio de equivalência do desejo a um objeto de satisfação homogeneizado, objetos comuns, socialmente partilhados. Um dos princípios basais da modernidade, que sintetiza os avanços e ideais desbravadores de um mundo em mutação, é que as relações do indivíduo com o social foram gradativamente distendidas e problematizadas, graças à assunção de dúvidas e incertezas trazidas pelo individualismo.

A compreensão da interação do homem com a realidade, do homem que avança na construção de uma solução ao mal-estar na civilização ou, ainda, de desamparo da subjetividade no novo espaço social alerta para os impasses do sujeito no mundo da civilização, os quais constituem modos de inscrição do sujeito na modernidade (Birman, 1998).

Nesse sentido, assistimos aos trôpegos cenários políticos com teor de impermanência, empurrando os indivíduos ao tempo da liquefação dos atos e das intenções de mudanças, à certeza da instabilidade, à revelia das promessas de felicidade ungidadas pelo capitalismo. Exibem-se as perdas das garantias imaginárias, através do rechaço da dor, do negativismo, da excitação corporal pela medicalização, pela aderência aos gadgets. No âmbito de uma conduta social supostamente autônoma e imbatível, a anulação do tempo de ver, de compreender e de concluir já não confiam no alcance das pérolas descidas dos céus. As modulações subjetivas expressas nos sintomas apresentados como cifras denotam a impossibilidade de

construir utopias, visto que ainda não se vislumbra o reconhecimento simbólico (o tempo da nomeação das coisas) nas flutuações contextuais cotidianas. Vivemos o tempo da pulverização de ideias marcadas pelo horror de não sabermos efetivamente como construir algo permanente.

Com certeza, teremos que levar em conta que a sobredeterminação das intencionalidades não obedece mais a um único modo de gestão do capitalismo global, mas as formas imprevisíveis da humanidade, discernidas pelos modos de fomentar manifestações e mal-estares correspondentes na lida com o imprevisível que as norteiam.

A assunção da pandemia do covid-19 já nos anuncia o fracasso do capitalismo em produzir seres que digladiam em prol de um céu que lhes proveja. A condição de ferramenta impulsionadora de uma máquina cata-níqueis vem falhando e a hiper-realidade da onipresença de um vírus invisível devolve cada um a um não-lugar. As cadeias produtivas de muitos produtos seguem produzindo mais lucros, mas a cada dia alguma peça da engrenagem é expelida do sistema.

A contagem um-a-um do individualismo contemporâneo, tão insuflado pelo capitalismo, se acha neste momento ameaçado pelas perdas sucessivas e pelo desamparo dos donos do Céu. O jogo capitalista está parando e nos inquietamos com a condição acéfala, amorfa, sem poder nos direcionar a um ponto referencial maior na linha do horizonte.

A comoção do presente nebuloso trota sobre todos, massacrando os ideais, utopias, muitas delas ancoradas nos pressupostos liberais de autodirecionamento, mesmo que submetidos ao Gozo do Outro do capitalismo, esse que incita a gozar, sem partilha da mais-valia.

Paradoxalmente, o convite que circula entre todos é o de deliberadamente extraviar as bagagens que seriam negociadas com os donos do Céu e talvez decodificar a crise, o desmonte, a tempestade

que se abateu com o resgate da capacidade ancestral de sonhar. E que esse convite persista fustigado, desde sempre, pelos pequenos diabinhos (nossos próprios objetos constitutivos), os quais insistem em cair no fosso do particular degredo, nas pelepas cotidianas.

Que os absurdos da nossa realidade política se diluam com o ressurgir do sopro do desejo que se move com a pulsão de vida, insuflando a capacidade de construir coletivos mais além da linha d'água, promovendo perspectivas humanas que envolvam o outro (semelhante) na construção da novidade, na direção do que possa surpreender pelo óbvio, pelo pequeno, pela sutileza das diferenças.

No dizer do líder indígena Ailton Krenak no seu livro, *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), a suspensão do Céu faz-se necessária quando nos sentimos acuados, principalmente porque vimos aprendendo que não há cálculo para o futuro, mas que a fricção com a derrocada de certos modos de gozo, prevalentes na habitação dos corpos no mundo, poderá erigir outros meios de acolher suas demandas, e as do outro, na irrevogável e imprescindível diferença. Talvez assim se favoreça a reconstrução ou reescrita da história singular de cada um.

## REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade - a psicanálise e as novas formas de Subjetivação**. Civilização Brasileira. 1998.

KRENAK, Ailton, **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras. 2019

CHEMAMA, Roland. Um sujeito para o objeto, In: **Goza!-capitalismo, globalização e psicanálise**; Ágalma Ed.. 1997.

# **A MORTE BANALIZADA NA PANDEMIA DA COVID-19 E O AINDA INOMINÁVEL TABU OCIDENTAL DA MORTE E DO MORRER: reflexões sobre a emergência da educação sobre a morte e o morrer a partir da Psicologia**

Cláudia Regina Sobral Simões

## **INTRODUÇÃO**

A morte nunca esteve tão escancarada e mencionada na sociedade contemporânea como diante da Pandemia da Covid-19, quando ela surge como protagonista, por meio de sua sombra e como um fato real para milhões de pessoas no mundo todo. Diante dessa realidade, um ensaio de ideias se impõe, pois a morte, não obstante estar propalada de forma tão chocante, parece ser banalizada pela maioria das pessoas no Brasil. Mais que temida, paradoxalmente, a morte se afigura permanecer inominável, incompreendida, mitificada e personagem de tabu da sociedade ocidental.

A morte não é abordada de forma significativa, como alvo de dedicação de estudos numa compreensão singular e psicosociocultural tanto quanto como inexorável fenômeno humano universal, a despeito de ser de natural vivência desestabilizadora, um imperativo a uma reorganização como possibilidade de ressignificação de vida.

Essas reflexões podem contribuir para um futuro trabalho de compreensão desse processo por profissionais da área de Psicologia, e desencadear o início da construção de um estudo que faça a retratação desse fenômeno contemporâneo de dupla negação, da pandemia da Covid-19 e da própria morte.

As considerações deste ensaio pretendem lançar interrogações para um recorte de aproximação da Psicologia com a compreensão de outros aspectos que fortalecem o negacionismo político.

## **NOTAS SOBRE O NEGACIONISMO POLÍTICO E A NEGAÇÃO DA MORTE**

É preciso considerar que a negação da gravidade da Pandemia da Covid-19 se enraíza na existência de fortes elementos de manipulação política da sociedade. Nesse sentido Visentini (2020) contribui ao destacar que “o que assusta é um pacto que o meteoro Covid-19 teve sobre a sociedade e a manipulação política da pandemia internacional e nacional ao municipal”.

O negacionismo político é engendrado numa estratégia oculta e invisível aos manipulados, fortalecendo e oferecendo base a processos psicossociais de negação da finitude da vida na sociedade ocidental:

O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas (DUARTE e CÉSAR, 2020).

Tendo o negacionismo político como processo tramado, não surpreende percebê-lo a servir como lastro de uma naturalização dos adoecimentos e das mortes pela Covid-19. A banalização da morte e até mesmo a privação da vivência essencial do luto (imposta por protocolos sanitários protetivos às possíveis contaminações), podem ser percebidos com sua importância política. Duarte e César (2020) sustentam e reforçam compreensões de Rodrigues (2020) em seu trabalho de revisão bibliográfica sobre o tema do luto, deslizando da categoria clínica para a categoria ético-política na obra de Judith Butler.

A privação do luto fortaleceria o silêncio e a ausência de manifestação e do sentimento de indignação ao descaso às centenas de milhares de vidas ceifadas numa pandemia sem um programa político de combate efetivo. Como destaca Butler (2004): “Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que ele nos traz de volta a uma situação solitária, mas eu penso que ele expõe a socialidade constitutiva do eu, uma base para pensar uma comunidade política de ordem complexa”.

O processo de silêncio e acomodação ao negacionismo diante do caos de uma pandemia parece sustentar o fenômeno psicossocial da manutenção de comportamentos da negação também da própria doença Covid-19. É intrigante esse fenômeno presente no lidar das pessoas com as limitações impostas pela pandemia, quando uma significativa parcela da população brasileira desrespeita os protocolos dos cuidados contra a Covid-19, colocando risco a si e à coletividade.

O fenômeno do negacionismo endossa o paradoxo do comportamento da negação da Covid-19 diante da vivência da dura realidade por milhares de famílias enfrentando a doença e a morte em um cenário de contágio avassalador e muitas vezes sem prognóstico positivo previsível, com o agravante de uma vacinação que chega com atraso e segue uma lenta evolução no intento de dar solução à situação pandêmica.

Nesse contexto, uma outra indagação se desponta: estaria sendo desenhada uma forma inversa de negação também da morte, caracterizada pelo surgimento de um grande número de profissionais se propondo a realizar cursos e vivências com o tema da morte e do morrer durante o período pandêmico, quando antes não havia um interesse tão grande pelo tema?

O retrato dessa negação se faria pela excessiva oferta de propostas de apresentações e divulgação pelas redes tecnológicas, as denominadas “redes sociais”, que se iniciam com a entrega de

conteúdos gratuitos até certa altura e posteriormente passam a ser direcionadas a plataformas pagas, onde um possível aprofundamento ao tema é ofertado por meio de cursos que são ofertados por profissionais de diversas áreas de atuação.

Esse grande interesse demonstrado por meio de propostas para tratar o tema da morte e do morrer poderia até prefigurar uma busca de quebra do temor à morte, mas se não se configurasse em mostras precipitadas de conteúdos muitas vezes superficiais, equivocados e deturpados. São muitos trabalhos colocados numa incongruência por não atingirem a complexidade dos aspectos envolvidos e sim se situarem mais próximos de uma negação da finitude como caráter indissociável da vida humana. Esses aspectos superficiais podem se confirmar pela banalização como produto do atual mercado de celebridades virtuais nos *tik toks*, *reels no Instagram*, *vídeos no Youtube*, e no inumerável de Cursos, Workshops, Grupos de Trabalhos ou mesmo Serviços funerários oferecendo conteúdo sobre o tema.

A reflexão que se propõe aqui é se esses conteúdos, cursos e trabalhos sobre a morte e o morrer, divulgados e tratados de forma banalizada como produtos imiscuídos às atuações profissionais acadêmicas e/ou clínicas poderiam ser compreendidos como um mecanismo de defesa pelo distanciamento da ideia e do medo da finitude humana.

Na verdade o que se assiste é uma certa espetacularização dos temas relacionados à morte e ao morrer, por meio de apresentações sem uma aproximação de propostas para uma adequada compreensão da complexidade que envolve a ideia da finitude da vida. Essa composição então poderia ser denunciante e confirmatória de outro processo de negação, vez que não traz espaço autêntico para a consideração e expressão dos sentimentos naturais, das emoções, que estão intrincados a processos de elaboração das perdas sobrevindas da morte e do morrer.

## VISÕES SOBRE A MORTE E O MORRER

“Devemos uma Morte à Natureza”  
Frederick Nietzsche

Quando Nietzsche escancara o inexorável movimento do ser rumo à finitude, ele alerta que resta à trajetória humana uma dívida no desenvolver de uma vida à sua existência. Isso significa considerar a morte como possibilidade tangível e não como impossibilidade reservada apenas a uma fase longínqua da vida. Portanto, encarar e enfrentar a finitude da vida sempre esteve em consideração nas sociedades humanas, seja como realidade natural ou como temor a ser evitado de forma obstinada, por meio de ideias e compreensões ilusórias e irreais.

A reflexão para o entendimento da relação do ser humano com a morte e com o morrer data de longo tempo. A princípio, nos tempos mais antigos, no âmbito da Filosofia, e depois posta como compreensão teórica em direção a um objeto de estudo em um projeto de atuação profissional na sociedade moderna e contemporânea.

Nos tempos modernos a morte já não era algo facilmente falado ou compreendido, alvo de dedicação ou estudo, senão, em processo de negação mesmo; um processo que sugere uma tentativa de esconder ou mesmo transferir a inevitável e inexorável morte para outros e para bem longe, impondo quase uma “mortalidade compulsória” aos que envelhecem e uma “imortalidade aos jovens”.

Essa fuga cria, inclusive, a base para temores, mitos e tabus sobre o ser humano e suas diversas fases de vida, como o da incapacidade e da quase limitação psicológica dos que envelhecem, e a não compreensão das diversidades de cada fase com suas específicas potencialidades. Uma aprendizagem enviesada sobre a realidade finita da vida direta e indiretamente presente na vivência

familiar, social, cultural, religiosa e até mesmo profissional:

Outra associação percebida que sugere ter importância na representação do envelhecimento é a possibilidade de a morte ser colocada apenas aos que envelhecem, pressuposto equivocado que pesa sobre os sujeitos que vivenciam esta fase de vida, numa sociedade avessa a ideia da morte (SOBRAL SIMÕES, 2007).

O processo de negação da morte segue com o distanciamento e até a dejeção da ideia de morte em direção às pessoas que supostamente teriam maior possibilidade de vivenciá-la. Os gravemente enfermos e/ou os estigmatizados idosos; pessoas significadas como exclusivos alvos da mortalidade são quase que lançadas para distante do convívio livre de seus grupos originais, seja emocional ou fisicamente, tanto no âmbito familiar como social. É comum os casos de pessoas em fase de vida terminal, que passam a ser isolados, quando diante da impossibilidade de cura demandariam, sim, do desenvolvimento de atenção, cuidados, acolhimento, afeto e convivência em seu lar e grupos de convívio.

Em tempos pós modernos a representação negativa da morte já está fixada em novas maquiagens, disfarces e bem mais afastada da percepção direta, porque são mimetizadas em racionalizações como a de cuidados dignos, quando, na verdade, afastar as pessoas na fase do envelhecimento ou de doenças graves é uma espécie de limpeza, quase uma desinfecção do campo de visão; lançar o temido para longe das vistas sustenta a ilusória exclusão da ideia da possibilidade da morte e do morrer de qualquer fase ou momento do cotidiano.

Essa representação, que afasta a ideia da morte da vida das pessoas, também é sustentada por extrapoladas normas e condutas profissionais e institucionais estabelecidas como adequação de

tratamento, que acaba instituindo a retirada da vivência da morte e do morrer do cotidiano familiar e social, quando poderia ser atravessada com mais dignidade, conforto e amparo se mais próximo dos entes queridos.

A despeito da população ocidental ser constituída em seu desenvolvimento em meio a temores e tabus sobre a morte e o morrer, estudiosos se debruçaram sobre o tema ao longo da história. Alguns pesquisadores podem ser destacados por seus interesses sobre o tema: na década de 60, nos EUA, os profissionais da Saúde foram advertidos pela grande psiquiatra Elisabeth Kübler-Ross (1981) sobre o caráter essencial de acolher o processo de morte e de morrer tanto quanto se acolhe o processo de vida e do nascer. Robert Kastenbaum, também nos EUA, na década de 70, desenvolveu o pioneiro trabalho de registro do estudo da Tanatologia no Ocidente. Na França, desde a década de 70, o historiador e pesquisador Phillippe Ariès também contribuiu para a compreensão das diversas construções sobre a representação da morte nas sociedades ocidentais (ARIÈS, 1990; 2003).

Pesquisadores brasileiros também já se dedicam ao estudo da morte, limites e perdas na trajetória humana desde a década de 70, com autores como Wilma da Costa Torres, que foi a primeira psicóloga brasileira a se dedicar à sistematização da área da Tanatologia no Brasil. Em Campinas-SP, Roosevelt Cassorla desenvolveu pesquisa na temática do suicídio (KOVÁCS, 2003); a partir da década de 80 e até a atualidade a proeminente pesquisadora e difusora dos estudos sobre a morte no Brasil, a psicóloga e docente Maria Júlia Kovács se utiliza da proposta da “Educação para a Morte”, sob a qual pretende uma convocação dos profissionais da Saúde para os estudos e atuação nas mais diversas áreas que envolvem a morte e o morrer, seja de forma concreta ou em risco iminente. Existe um grande acervo de livros e teses sobre o tema da morte no Brasil e propostas de disciplinas de graduação, pós-graduação e cursos de extensão em várias formações da área da saúde (KOVÁCS, 2003).

## **A BUSCA PELA CONSCIÊNCIA DA MORTE COMO PARTE DO SENTIDO DA VIDA**

No cotidiano da sociedade atual as pessoas, tanto em suas vidas privadas como nas atuações profissionais, parecem estar em constante preparação para esquivar-se da única certeza da existência, que é a finitude humana. Entretanto, não se privar da percepção dessa efemeridade é possibilitar um sentido aos projetos de vida que a consciência da morte pode imprimir.

Em sociedades anteriores, como resgata Bayard (1996), o ancião não só falava e refletia sobre a morte, mas também a aguardava e convocava a sociedade para a preparação de sua morte. Com menos medo da morte do que a sociedade contemporânea, satisfeitos ou não com a vida desenvolvida, os mais velhos e doentes se entregavam à inexorável finitude da vida.

Nesse histórico anterior à modernidade, o morrer repentinamente, sem tempo para desenvolver os desenlaces das relações e da vida, além de ser o não esperado era o vergonhoso a si e à família e sua comunidade; na contramão da representação do movimento de elaboração da vida vivida para seu inevitável término se situa a morte e o morrer desejados, sem a consciência do processo por quem a atravessará, trata-se de uma mudança ideológica infringida pela revolução industrial dos tempos modernos.

O desligamento da vida e de suas relações passa a ser clamado como fato repentino e de rápido desfecho, a despeito de ser subtraída a possibilidade de buscar alguma tentativa de realização de fechamentos, elaborações ou mesmo ressignificações da trajetória de vida relacional, psicoemocional, familiar, social ou de definição, por si mesmo, do destino pós morte, de objetos e vida material concretos de significação existencial individual.

Assim, percebe-se que a representação da morte em cada um é constituída em relação dialética com o que a sociedade estabelece e com a singular forma de ser e de agir nesse contexto, vez que, se desejando ou não, a finitude marcará toda existência. Vida e morte estão em constante dinâmica durante todo o processo de desenvolvimento e trajetória humana:

Engana-se quem acredita que a morte só é um problema no final da vida, e que só então deverá pensar nela. Podemos, é claro, tentar esquecer, ignorar ou mesmo "matar" a morte. Sabemos que a filosofia e o modo de viver do século XX pregam veementemente esta atitude, porém, com sucesso relativo, como veremos. Na verdade, trata-se de um grande e inútil dispêndio de energia (KOVACS, 2002).

Nessa busca de compreensão sobre a morte e o morrer também é importante considerar os aspectos psicológicos não manifestos atuantes, alcançados pelo enriquecimento da complexidade de Sigmund Freud que aponta, de forma profunda e intrigante, um lugar psicológico para além de uma possibilidade voluntária de acesso à ordem natural da morte como condição humana.

(...) é impossível imaginar nossa própria morte e, sempre que tentamos fazê-lo, podemos perceber que ainda estamos presentes como espectadores. (...) no inconsciente cada um de nós está convencido de sua própria imortalidade (FREUD, 2010).

O pai da psicanálise, nessa importante assertiva, expôs que o ser humano não tem registro nem do tempo e nem da própria morte em seu inconsciente.

## **EDUCAÇÃO SOBRE A MORTE E O MORRER NO LIDAR DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA**

“A Arte existe para que a  
realidade não nos destrua”  
Frederick Nietzsche

Todo profissional com atuação direta com o humano se depara em algum momento com a ideia da morte e do morrer em sua própria vida, com repercussões, direta, indireta, consciente ou inconsciente em sua atuação profissional. Ou seja, por um caminho ou outro não é possível fugir da busca pela compreensão do que a finitude da vida provoca em si, no outro e nos seus grupos. Conforme narra o antropólogo francês Morin (1997): “A sociedade funciona apesar da morte, contra ela, mas só existe, enquanto organizada pela morte, com a morte e na morte.”

Essa reflexão se faz imperativa aos que estudam e atuam com a morte e o morrer na sociedade atual, sobretudo nesse momento de crise da pandemia da Covid-19. O profissional de Psicologia, assim como todos os demais da área de Saúde, pode auxiliar, não só no lidar com o complexo processo pelo qual a sociedade está passando, como também no resgate sociocultural da relação dessa sociedade e de cada um com a morte e o morrer, que perpassa por um cenário negacionista semelhante ao da ilusão da infinitude.

A Psicologia tem lançado reflexões para a ampliação de estudos sobre a finitude da vida para além da Psicologia Hospitalar, reafirmando a morte como parte da vida, e sua presença tangível a qualquer fase e idade da vida. As repercussões da ideia ou fato sobre a morte e o morrer podem estar presentes nas mais diversas áreas de atuação da Psicologia, como a Educação, Comunitária, Organizacional ou quaisquer outras e em qualquer faixa etária. Lidar no cotidiano da morte e do morrer profissionalmente e não

se preparar com o conhecimento psicológico, teórico, prático e vivencial para a realidade da finitude é reservar-se a um incômodo ou até mesmo manter uma atuação inadequada.

Como parte dessa sociedade atravessada pelo tabu da morte, os profissionais da área de Humanas, atuantes e estudiosos da área de Saúde e Educação, incluindo os profissionais de Psicologia, devem ter como ponto de partida, identificar e reconhecer em si mesmos e nas suas propostas, as proximidades ou não com a rejeição e o medo da morte e do morrer, considerando seus fenômenos na sociedade e em sua atuação.

A Psicologia, especialmente, pode se enriquecer com a inclusão de reflexões sobre a morte e o morrer e seus desdobramentos no cotidiano de cada indivíduo e grupo, proporcionando às pessoas um desenvolvimento possível e não idealizado com a consideração da finitude entrecortada em todas as fases da vida.

Muito pode ser desenvolvido na Psicologia através da Tanatologia com suas áreas de conhecimentos e de aplicação, envolvendo cuidados a pessoas que vivem processos de morte e perdas de pessoas significativas, processos de adoecimento, comportamentos autodestrutivos, suicídio, ou por causas externas, como a violência. Sobre esse processo educativo necessário destaca-se:

A educação é entendida como desenvolvimento pessoal, aperfeiçoamento e cultivo do ser, que também pressupõe uma preparação para a morte, envolvendo comunicação, relacionamentos, perdas, situações-limite, como, por exemplo: fases do desenvolvimento, perda de pessoas significativas, doenças, acidentes, até o confronto com a própria morte (...). (KOVACS, 2003).

Não se pode, especialmente em um momento como este em que o tema morte e morrer se faz tão presente, restringir os estudos e atuações com as questões envolvidas à Psicologia Hospitalar, que lida diretamente com as questões no cenário da pandemia, mas direcioná-los às outras áreas de atuação, visto que a vida e a morte também estão tangíveis para a Psicologia Educacional, Comunitária, Organizacional, Social ou Clínica.

Entender como a morte e o morrer atingem cada um é tão importante quanto ter o conhecimento teórico e prático em direção à percepção e vivência do outro, na medida em que compreender o seu objeto de atuação significa, antecipadamente, reconhecer como cada profissional significa a finitude da vida.

A psicanalista Maud Mannoni (1995) apresenta um ilustrativo do caráter imprescindível do trabalho de cada profissional com sua própria representação da morte e do morrer. Num estudo magnífico, corajoso e sofrido, a autora faz o relato a respeito do processo de morte e de morrer de seu companheiro de vida, Octave, e de outros contemporâneos como os grandes estudiosos, o psicanalista Freud e a antropóloga Margareth Mead. É uma verdadeira aula sobre a sutileza e complexidade da composição da ideia de morte em cada ser humano, misto das representações psicossociais constituídas em relação dialética ao longo da vida.

É emblemático o relato de como Margareth Mead expressa diversas ideias nutridas em cada época sobre a morte e do processo do morrer, quando em momento bem anterior à sua doença ela registra um documento para o não prolongamento artificial de sua vida, referindo ser um meio de evitar intervenções médicas inúteis. Entretanto, décadas depois, quando já acometida por uma doença incurável e fatal, ela solicita que o referido documento seja desconsiderado e revela o desejo de continuar vivendo mesmo com os limites da dor até a morte.

(...) Margaret Mead por sua vez conseguiu fazer do seu quarto de hospital um lugar de encontros entre colegas, amigos e parentes. Foi a negação da doença que a manteve combativa até o fim. Morreu "naturalmente", ela que havia pedido por escrito que dessem um fim a seus dias caso suas forças a deixassem. Na aproximação da hora certa foi sua revolta contra a morte que se expressou. Acontece, assim, que se possa na fantasia desejar abreviar seus dias e que na realidade "a vida nos agarre" a ponto de se renunciar a encurtar seu termo (MANNONI, 1995).

A história de Margaret Mead ilustra como a visão sobre a morte e do morrer e a valorização da vida se altera na medida em que esse processo se aproxima, se torna iminente e mais tangível.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo por consideração a difícil e complexa construção do ser humano no lidar com a ideia da morte e do morrer, na evidência desse processo em um cenário pandêmico de negacionismo político que reflete e se coaduna com a própria negação cultural da morte e do morrer, conclui-se pela necessidade de encontrar um caminho para desenvolver uma proposta de atuação com os profissionais que lidam com a vida humana, por conseguinte com a morte e sua constante possibilidade.

Nesse contexto, este ensaio propõe a construção de um projeto de atuação psicológica a partir da Psicologia Social de Grupos ou outra que envolva uma atuação focada no tema da morte e do morrer, na sua construção psicossocial, entretanto sem desdobramentos para a imersão em profundos processos

psicológicos envolvidos. Nesse trabalho de grupo é possível desenvolver uma aproximação, reconhecimento e conhecimento das representações historicamente constituídas sobre a morte e o morrer em cada profissional e grupos a que pertencem.

Das reflexões ora levantadas, se destaca uma proposta de trabalho de grupo com profissionais sobre o tema da morte e do morrer, como na Psicologia Social de Pichòn Rivière, que proporcione a aproximação, reconhecimento e dinâmica dos processos psicológicos envolvidos nas construções psicossociais sobre esse tema que ainda é tão mitificado e preconceituado, ainda um tabu na sociedade contemporânea que ficou evidenciado por meio do negacionismo diante da pandemia da Covid-19.

A proposta sugere também a inserção da Arte como caminho metodológico no trabalho em grupo, para promover a imersão e a compreensão de uma forma reflexiva e fluida das ideias e temores envolvidos nessa relação do ser humano com a finitude da vida, proporcionando o enriquecimento e a sensibilização dos profissionais em direção à percepção e reconhecimento da relação do ser humano com a morte.

Como ilustrativo da relação fluente da Arte com o tema da vida e da morte destaca-se o VI poema de Cecília Meireles no seu livro póstumo “Cânticos” de 1996:

Tu tens um medo  
Acabar.  
Não vês que acabas todo o dia.  
Que morres no amor.  
Na tristeza.  
Na dúvida.  
No desejo.  
Que te renovas todo o dia.  
No amor.  
Na tristeza.

Na dúvida.  
No desejo.  
Que és sempre outro.  
Que és sempre o mesmo.  
Que morrerás por idades imensas.  
Até não teres medo de morrer.  
E então serás eterno.

Esse poema revela o caráter inexorável da vida presente também em suas finitudes cotidianas, que se encaradas e vivenciadas, possibilitam a introdução à consciência da finitude física da vida como aprendizado para a vida e para a morte.

Portanto, as reflexões a partir desse ensaio ressaltam a emergência de uma educação sobre a morte e o morrer no lidar dos profissionais, principalmente de Psicologia, no esforço por levantar os aspectos psicossociais envolvidos no processo de negação da morte para contribuir com a vivência das questões evidenciadas pela crise da pandemia da Covid-19, que vão desde as tratativas banalizadas do tema até um negacionismo político presente que se entrelaça com a negação cultural da morte que ainda é um tabu na sociedade ocidental.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **O homem diante da Morte**. v. I e II, 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ARIÈS, P. **Sobre a história da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BAYARD, J. P. **Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?** São Paulo: Paulus, 1996.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. Nova York; Londres: Routledge, 2004.

DUARTE, A.M.; CÉSAR, M.R.A. **Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia**. Educação & Realidade, 45 (4) [on line], 2020.

FREUD, S. **Considerações atuais sobre a guerra e a morte** In: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução de Paulo César de Souza. Obras Completas, v. 12, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. **Luto e melancolia**. In: \_\_\_\_\_. Sigmund Freud Obras Completas. v. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOVACS, M.J. **Morte e Desenvolvimento Humano**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2002.

KOVACS, M.J. **Educação para a Morte**. Desafio na Formação de Profissionais de Saúde e Educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MANNONI, M. **O nomeável e o inominável**, a última palavra da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.

MEIRELES, C. **Cânticos**. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

MORIN, E. **O homem e a morte**. Publicações Europa América, 1997).

RODRIGUES, C. **Por uma filosofia política do luto**. O que nos faz pensar, [S.l.], 29 (46), July, 2020.

SOBRAL SIMÕES, C.R. **Além da idade, uma identidade**: As representações sociais sobre envelhecimento e suas repercussões na expressão do sujeito que envelhece. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

VISENTINI, P.F. **A assustadora manipulação política da pandemia**. Jornal da Universidade: UFRGS, 2020.

**SOFRIMENTO, ARTE E PSICANÁLISE EM TEMPOS DE COVID-19: PENSANDO A VIA DA SUBLIMAÇÃO DIANTE DO DESPRAZER NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS**

Larissa Soares Ornellas Farias  
Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues

**Primeiras palavras...**

As condições de desprazer e sofrimento são inerentes à toda experiência humana, assim como também o é o uso de estratégias a fim de suportá-las. Estas são ideias que Freud (2010a) nos apresentou em *Mal-estar na civilização*. O psicanalista sinalizou, nesta obra, que os sujeitos se deparam, frequentemente, e por toda vida, com situações decepcionantes, dolorosas e, muitas vezes, de caráter irresoluto, configurando, portanto, o desprazer, como parte da condição humana.

De acordo com Freud (2010a), a inevitabilidade do sofrimento é, neste sentido, uma certeza, pois, além da finitude do corpo e de seus estímulos incessantes servirem de testemunho da existência inequívoca do desprazer, este também se constata diante das forças inexoráveis provenientes do mundo externo – da natureza –, assim como das relações humanas que se inscrevem na organização sociocultural. Em contrapartida, o autor considera que uma luta se estabelece contra o sofrimento, numa tentativa de evitá-lo, mitigá-lo, ou mesmo, suportá-lo.

É considerando, pois, o lugar do mal-estar na vida humana, seus desdobramentos e possíveis modos de resolução que nos voltamos para o fenômeno da pandemia de Covid-19, compreendendo-o como vetor de sofrimento que atinge e se

manifesta em âmbitos diversos, incluindo o corpo, assim como as dimensões de natureza psicossocial. Salientamos, no entanto, que do ponto de vista psicanalítico, o sofrimento está sempre posto, mas, ainda assim, compreendemos a necessidade de se debruçar sobre a condição específica que atravessa o fenômeno atual, por entendermos, enquanto pressuposto, o caráter amplificado e massivo que possui.

Dessa forma, além dos desdobramentos sobre a saúde física, ressaltamos que esse quadro pandêmico, marcado não só pelo perigo iminente de contágio, também acarreta repercussões psicossociais decorrentes das estratégias preventivas, o que inclui o distanciamento social, normatizado pela Lei 13.979/2020 por meio da adoção de medidas de isolamento e quarentena. Os efeitos deste quadro têm sido pautados em diversas discussões teóricas e de natureza prática que buscam refletir e agir a partir de constatações empíricas. Uma evidência disto são os dados gerados em 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que atestam as implicações deste contexto sobre a saúde mental.

A OMS (2020) destaca, por exemplo, a vivência de processos de luto, a situação de isolamento, o medo da doença e a perda de renda como experiências psicossociais que se sobressaem no contexto atualmente vivido, evidenciando seu impacto. Outros dados que podemos pontuar são referentes aos resultados preliminares de uma pesquisa realizada com 17.491 brasileiros, divulgados pelo Ministério da Saúde em 29 de setembro de 2020. De acordo com a pesquisa, a maioria dos participantes confirma esse impacto que se expressa pelo número significativo de pessoas com quadros de ansiedade (86,5%), de estresse pós-traumático (45,5%) e com depressão grave (16%) durante o período pandêmico (BRASIL, 2020).

Diante desse quadro, que reflete o sofrimento psíquico atrelado ao contexto de pandemia, a OMS (2020) assinala a

necessidade de investimentos em ações de suporte e cuidado em saúde mental. No entanto, na contramão da indicação de medidas deste teor, a organização também aponta para a redução nos atendimentos em saúde mental, com interrupções em 60% nos serviços prestados na área, sendo que destes, 67% foram realizados nos serviços de aconselhamento e psicoterapia.

Frente a este contexto de sofrimento de dimensões sociais ampliadas, entendemos que toda humanidade acabou tendo que enfrentar, de alguma forma, os desafios de estar imersa em uma pandemia, assim como de viver em algum estado de reclusão, tendo suas ações restringidas, no intuito de cumprir as medidas preventivas necessariamente impostas. Para isso, acreditamos no uso de estratégias, mesmo que paliativas, que possam mitigar os desconfortos que o fenômeno impõe, pois, de acordo com Freud (2010a), diante de situações de decepção e/ou tarefas impossíveis, o humano faz uso de recursos imprescindíveis que o ajudem a suportar o desconforto gerado.

Tais recursos potenciais, usados pelos sujeitos ao travar um combate com as condições que põem em xeque a possibilidade de viver o prazer, são classificados por Freud (2010a) em três categorias: a) as diversões; b) as gratificações substitutivas; e c) substâncias inebriantes. Dentre a série de exemplos que o psicanalista desenvolve no desdobramento que dá a cada recurso potencial, a arte é considerada como uma gratificação substitutiva de destaque diante do desprazer.

Além disso, considerando o campo teórico-prático da psicologia de modo mais amplo, para além da psicanálise, Mansano e Cedão (2014) ressaltam a influência que a arte possui para a área, tendo desenvolvido, ao longo do tempo, importantes interlocuções que visavam atender algumas de suas demandas como, por exemplo, o desenvolvimento da sensibilidade na escuta. Além disso, apontam que a arte ocupou um lugar em distintas abordagens dentro da

psicologia, sendo analisada, provavelmente, a partir de concepções teóricas específicas, mesmo que considerada, no geral, como um dispositivo terapêutico.

No âmbito da saúde mental, por exemplo, em especial nos processos de intervenção por meio de oficinas terapêuticas, a arte é considerada um recurso potencial em processos de reabilitação de sujeitos em estado de sofrimento psíquico, tendo tal efeito por poder proporcionar socialização, integração em grupos, expressão de sentimentos e dos problemas vividos, assim como por possibilitar transformações subjetivas, indicadas através da resolução de conflitos que, antes da experiência artística, não se sabia solucionar ou mesmo conviver (PICASSO; SILVA; ARANTES, 2020).

Nesse sentido, considerando esta discussão, o objetivo deste artigo é refletir, a partir da teoria psicanalítica, como a arte se inscreve enquanto recurso potencial de enfrentamento do sofrimento psicossocial no contexto da pandemia enquanto atividade sublimatória. Para isso, realizaremos uma discussão teórica, a partir de revisão de literatura, utilizando como referenciais teóricos Freud (2010; 2011; 2012; 2015; 2020) e Lacan (2008) como principais autores da psicanálise e Colli (1995) e Bosi (1986) para embasar a discussão dos fundamentos da arte enquanto campo de conhecimento.

Levando em consideração que o fazer artístico não pode ser dissociado da cultura, este trabalho fará, inicialmente, uma breve reflexão sobre a relação entre estas. Em seguida, apresentaremos o estatuto da arte na teoria psicanalítica enquanto produto da sublimação, discutindo as ideias elaboradas sobre este conceito em Freud e Lacan. Por fim, discutiremos, considerando as reflexões teóricas anteriores, o papel e a potência da arte como recurso de enfrentamento do sofrimento psicossocial gerado pela pandemia no contexto das redes sociais.

## Arte, Cultura e Psicanálise

Apresentar um conceito de arte é uma tarefa de extrema complexidade, tal como nos adverte Coli (1995), ao apontar para os múltiplos tratados de estética que buscam apresentar uma definição para este fenômeno humano. Apesar disso, a autora observa que é possível identificar produtos da cultura humana que se inscrevem como artísticos, de modo que, a arte é, inegavelmente, um produto cultural. No entanto, para a autora, se é difícil responder, com segurança, o que é arte, é possível reconhecer que é a cultura que determina o que pode ser considerado arte. Ela o faz por meio dos discursos produzidos em seu seio, ditando, no processo, os lugares em que ela circula e quais são os processos que lhe conferem reconhecimento e legitimação.

Entretanto, de acordo com Cuche (2002) o termo cultura é dotado de uma multiplicidade de sentidos, já que, ao longo do tempo, foi aplicado em diversos contextos, não possuindo, portanto, estatuto de univocidade. Apesar da variedade de sentidos e conceitos, para este trabalho tomaremos a concepção mais generalista de cultura, não utilizando, portanto, uma definição precisa do termo. O próprio lugar e sentido da cultura na teoria psicanalítica apresenta divergências que são atestadas ao observar o conceito de sublimação dado por Freud (2015) em *A moral sexual civilizada* e o de criatividade postulado por Winnicott (1975) no texto *A localização da experiência cultural*, que demarcam posicionamentos teóricos distintos acerca da cultura.

Sem perder de vista o(s) estatuto(s) da cultura na psicanálise, nem as ambiguidades de sentido pontuadas por Cuche (2002), é possível considerar a cultura como uma qualidade exclusiva do humano, que funciona como um instrumento que destitui as explicações dos comportamentos a partir de um viés naturalizante ou biologizante. Isto porque, de acordo com Cuche (1999), a cultura

é aquilo que, precisamente, modifica o que há de natural na espécie humana.

É, pois, neste dispositivo humanizador que localizaremos a arte. Afinal, desde o primeiro conceito de cultura, desenvolvido por Tylor, apresentado por Cuche (2002), a atividade artística foi incluída como produção cultural, podendo, neste sentido, ser considerada uma atividade exclusiva da humanidade.

Ademais, iremos nos apropriar de uma definição de arte dada por Coli (1995) que acreditamos se aproximar da psicanálise no que diz respeito aos efeitos potenciais que os produtos artísticos exercem sobre aqueles que os contemplam. A autora afirma que a arte diz respeito a atividades humanas que, de alguma maneira, produzem uma impressão de admiração. Tal afirmação, já de início, remete-nos à própria noção de inconsciente apresentada por Lacan (2008a) no *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Nele o psicanalista irá postular as dimensões de efeito e de surpresa que caracterizam as formações do inconsciente. Desta maneira, interessamos, aqui, destacar primeiro a qualidade produtora da arte.

A capacidade que os produtos artísticos têm de afetar foi apontada por Freud (2020), ao analisar uma suposta fantasia elaborada por Leonardo da Vinci. O autor destaca a capacidade que as obras do pintor possuem em comover, de forma profunda, aqueles que as contemplam, de modo que as emoções psíquicas do artista, na criação da obra de arte, acabam por alcançar terceiros, sem que estes soubessem o porquê de elas causarem tal efeito.

Mas, para além dos efeitos que a arte promove, há que se pensar também em seus mecanismos de elaboração e onde reside a complexidade do fazer artístico. Uma leitura das *Reflexões sobre a arte* de Alfredo Bosi (1986) pode nos ajudar a melhor compreender tais aspectos sob uma perspectiva dinâmica e dialética, admitindo algo em comum na pluralidade e heterogeneidade que perpassam as produções artísticas, a saber a tríade *construir, conhecer e exprimir*,

que parece se inscrever como operações fundamentais do processo que engendra a obra de arte.

Tais operações, de acordo com Bosi (1986), ocorrem de maneira dialógica, promovendo uma espécie de articulação entre o mundo exterior – em que há a expressão do ambiente natural e social – e o mundo interior – como dimensão mais próxima do espírito humano, que pode ser lida por nós como o que há de mais subjetivo no criador-conhecedor-expressor. Isto nos permite considerar que há algo de uma técnica que trabalha em conjunto com uma inspiração subjetiva.

Desse modo, o fazer artístico poderia ser pensado não apenas a partir da seleção dos materiais que o ambiente fornece, nem somente pelo uso de instrumentos adequados de composição, mas também pela ação das moções do sujeito, resultante daquilo que Bosi (1986) caracterizou como um conjunto de vivências únicas, que se manifestam em um dado espaço e momento. Logo, a obra produzida seria uma síntese resultante de uma dialética entre sujeito e contexto.

Nesse sentido, pensando a arte como estratégia psíquica de enfrentamento da realidade no contexto da pandemia, corroboramos com Denise Jodelet (2020), ao exemplificar este aspecto ao discutir o papel da recepção literária, quando diz:

A expressão literária é o reflexo da mentalidade de uma época ou de um período marcado por uma situação particular. O estudo das produções artísticas foi reconhecido muito cedo como um campo de estudo fecundo para a abordagem das representações sociais. Aliás, se referir à literatura, permite pontuar a função que ela ocupou e continua a desempenhar durante o período do confinamento. A leitura foi então aplicada e preconizada

como técnica de reconforto, suporte, via de sobrevivência, sempre em referência a uma prática largamente defendida no mundo anglo-saxão: a biblioterapia (THIVET, 2015 apud JODELET, 2020)

Acreditamos que essas pequenas considerações iniciais sobre a arte nos aproximam deste campo e deixam mais evidente o interesse e a possibilidade de articulá-la com a psicanálise, por demonstrar a existência de espaços de interlocução. É por meio de tais brechas, ao nosso ver, que a psicanálise produziu e produz discursos sobre a arte sem a pretensão de elaborar um tratado estético. Vemos isto nos escritos que utilizamos para a construção deste trabalho, que atestam o quanto a psicanálise se ocupou da arte e de sua natureza subjetiva, seja na relação do fenômeno com o artista ou nos efeitos que provocam nas pessoas que a usufruem.

Dáí Rivera (2018) salientar que aproximar arte e psicanálise é mais que forçar uma articulação, mas é antes trazer à tona o que é explorado por esses dois campos de saber, isto é, trata-se de explicitar os fenômenos que podem ser apreendidos e explorados por ambas as áreas. É possível observar algo desta natureza já em 1913, quando Freud (2012) discorreu sobre o interesse da psicanálise para as ciências não psicológicas, em que discute o fazer artístico, apresentando uma concepção que salienta seu caráter simbólico e sua capacidade potencial de desencadear emoções, deixando implícito, por conseguinte, que a capacidade de representar e a qualidade catártica da obra de arte são pontos possíveis de convergência temática entre os dois campos em questão.

O desdobramento realizado por Freud, a respeito dos pontos mencionados, apontou, por exemplo, que a arte funciona como um meio pelo qual o artista é capaz de libertar-se; libertação esta que acomete também quem contempla a obra produzida, de modo

a deixar evidente a existência de um duplo efeito catártico. Mas, para além da possibilidade de descarga afetiva, a arte é, também, uma forma pelo qual as fantasias do sujeito são representadas, fato afirmado na comparação realizada por Freud (2020), no *Manuscrito N*, das fantasias históricas com a criação artística.

O conteúdo destas fantasias, conforme Freud (2020), está marcado por reais desejos realizados, o que nos dá a entender que, ao produzir arte, o humano, semelhante à elaboração onírica, realiza de forma plena suas moções pulsionais. No entanto, a produção só pode ser considerada arte, para o autor, quando, ao obedecer às leis da estética, o material que a constitui se transforma em algo “belo”, capaz de capturar outros sujeitos por sua contemplação.

Já em 1905, na verdade, Freud (1996a) faz um apontamento de extrema relevância à psicanálise a respeito da arte. Nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, o psicanalista irá aproximá-la a um processo de “escoamento” da libido a outros campos que não o do erotismo prototípico da sexualidade. Ele se referia à sublimação, sendo, pois, a arte um destes campos a qual a libido se dirige, quando desviada de sua meta erótica-sexual. Outrossim, a disposição artística e seu fazer, em psicanálise, pode ser considerado, antes de tudo, como um ato de sublimação. Isso fica ainda mais evidente quando Freud (2020) afirma que a disposição artística e o desempenho realizam um verdadeiro casamento com a sublimação, constructo que discorreremos a seguir.

### **Sublimação: conceitos, histórico e função**

No dicionário de psicanálise de Roudinesco e Plon (1998) o termo sublimação é caracterizado como sendo um conceito freudiano, relacionado às atividades humanas de natureza não sexual, mas que advém de uma pulsão que é sexual em sua origem, isto é, em sua fonte, de modo que na sublimação, a pulsão, que é de origem sexual, é deslocada, ou melhor, desviada de sua via tradicional em direção ao objeto erotizado, o que garantiria a satisfação erótica

não sexual.

Historicamente, é possível localizar a primeira aparição do termo sublimação nos ensaios sobre a teoria da sexualidade em 1905, embora Birman (2010) afirme que a primeira definição precisa da sublimação, enquanto conceito, se efetua no texto *A moral sexual cultural e o nervosismo moderno*, em que Freud (2015) define a sublimação como sendo a característica de deslocamento da pulsão da sua meta sexual original por uma outra de natureza diferente, cujo acontecimento permite que o humano invista grande quantidade de energia no trabalho a favor da cultura e de sua manutenção.

Em 1910, na segunda das *Cinco lições de Psicanálise*, Freud (1996b) situa a sublimação como uma de muitas saídas que o sujeito pode encontrar para o conflito psíquico existente entre alguns dos seus desejos e as aspirações morais e estéticas de sua personalidade, que por uma incompatibilidade resultou em uma espécie de luta, em que o recurso comum para pôr fim a incoerência psíquica, seria o recalque como mecanismo do ego, que expulsaria da consciência a ideia cujo desejo se encontra articulado.

Diante disso, Freud (1996b) postula a sublimação enquanto alternativa para o próprio desejo em sua realização, não sendo este, pois, vítima da operação de recalque, uma vez que já não mais retiraria satisfação por meio de um alvo tomado como inadmissível pelo núcleo de moralidade, mas encontraria descarga em algo de natureza mais elevada, que não será, portanto, censurada.

Além disso, nessas mesmas lições, poderíamos considerar que o autor acrescenta o ponto de vista dinâmico da compensação sublimatória diante do conflito psíquico, pois a quantidade e a proporção das forças que nele atuam são decisivas para determinar se haverá prevalência da neurose – aqui ainda não entendida como estrutura, mas como a própria condição de adoecimento – ou do mecanismo sublimatório; dito em outras palavras, se vem à tona o sintoma ou a realização do desejo por uma outra via.

A intrincada relação da sublimação com a natureza pulsional e seu valor cultural também são pontuados por Freud (1996b) quando afirma que pulsão se satisfaz em algo que apresenta valor social, distanciando-se do objetivo sexual de significação unicamente pessoal. Desse modo, ao sublimar o sujeito se implica em algo que não é supérfluo, ou melhor, que apresenta contribuições ao desenvolvimento da cultura humana, portanto do coletivo. Não é à toa que é por meio da sublimação que Freud (2011a) atesta a propriedade plástica dos componentes sexuais da pulsão, confirmadas em o *Eu e o Id* quando da necessidade de pensar uma energia deslocável para a compreensão de certas transmutações afetivas, como a mudança de amor em ódio. E é por meio dessa pulsão deslocável, com uma energia transmutável, que o autor vê no mecanismo sublimatório uma potência criadora de bens sociais, que poderia até ser melhor explorada, caso venha a se tornar mais intensa.

O conceito é retomado por Freud (2010b) em *Introdução ao narcisismo*, onde assinala mais uma vez o deslocamento que ocorre na meta sexual quando se opera o processo de sublimação, a partir da efetivação de um distanciamento da satisfação sexual, mas com acréscimo de outro aspecto relevante, ainda não discutido por Freud, que é a confusão, muitas vezes realizada, entre sublimar e idealizar. O autor afirma que ambos os processos estão envolvidos com o objeto da pulsão e que há entre eles uma relação potencial, mas que não podem ser vistos como mecanismos sinônimos, nem tampouco mecanismos que operam concomitantemente e/ou estão subordinados.

Para exemplificar e deixar explícita a diferença, Freud (2010b) ressalta o quão idealizado pode ser um objeto superestimado sexualmente, de modo que a sublimação acaba por seguir, por sua essência mesmo, o caminho oposto. No entanto, a idealização, na ânsia da perfeição e do almejo ao sublime, pode instigar, convocar

a sublimação, mas esta não é forçada a se subjugar à idealização, pois continua sendo autônoma e particular. Logo, Freud nos dá a entender que é possível idealizar e sublimar ao mesmo tempo, não obstante suas diferenças. Ademais, a idealização, nas exigências que faz ao Eu, é muito próxima do recalque, enquanto a sublimação, por sua vez, se coloca como uma saída a essa operação. Contudo, isso não coloca recalque e sublimação como operações contrárias; isto fica nítido na análise operada por Freud (2020) na lembrança de Leonardo da Vinci, que será mencionada mais à frente.

Quando Freud (2011a) fala da transformação da libido objetal em libido narcísica no texto *O Eu e o Id*, ele aponta o abandono da meta sexual que ocorre no processo, afirmando, por conta desse aspecto, que se tratava de uma espécie de sublimação, embora não o faça precisamente. Esse deslocamento libidinal do objeto ao Eu só é possível, segundo Freud (2011a), porque esta instância psíquica teria se modificado ao receber o(s) traço(s) do(s) objeto(s) de amor, podendo, quando da sua perda, oferecer a si próprio como objeto, exemplo típico e saliente nas neuroses narcísicas, como a melancolia.

É em virtude dessa inversão libidinal – que implica a dessexualização apontada por Freud e o fez considerar a sublimação como um processo que talvez deva ser mediado pelo Eu – que no percurso sublimatório, a energia sexual, antes de ser direcionada ao objeto não sexual, escoar e se dessexualiza quando direcionada primeiro ao Eu, tornando-se narcísica.

Mas, mesmo caracterizada por uma dessexualização, a sublimação é alocada por Freud (2011a) como processo pulsional de eros, quando divide a pulsão em duas categorias, as de vida e as de morte, conciliando ou salientando que os impulsos sexuais desinibidos e os inibidos em sua meta são todos modos de satisfação da pulsão de vida, validando a afirmação de Birman (2010) de que no final da obra freudiana sublimação e erotização trabalham

juntas em prol do combate à destrutividade operada pela pulsão de morte, tendo em vista que sexualizada ou não, ambas são expressões decorrentes da plasticidade da pulsão de vida, que, como diz Freud (2011a) em o Eu e o Id, cumprem o objetivo de Eros de promover a unidade, isto é, ligações e não dissoluções, estas efeito da pulsão de morte.

Em Lacan (2008b), o conceito de sublimação e seu funcionamento possui algumas particularidades que fornecem contrapontos ao que foi visto a respeito do construto na obra freudiana. No seminário 7, da ética, o psicanalista é bastante enfático ao situar a sublimação e sua problemática no campo da relação que o sujeito estabelece com o objeto, dilema que já havia sido trabalhado por ele no seminário 4, das relações de objeto. Além disso, um outro aspecto importante na concepção lacaniana de sublimação é o valor social dos objetos elaborados, sua utilidade e no que, de fato, ela se assenta.

No que concerne ao estatuto do objeto na sublimação, Lacan (2008b) tece sua problemática recorrendo, em especial, à obra freudiana ‘introdução ao narcisismo’, com a finalidade de destacar uma evidência necessária, a saber, a necessidade de diferenciar o objeto de relação narcísica, imaginário, que se encontra presente na via sublimatória, e o objeto perdido que marca toda trilha do princípio do prazer, posto por Lacan (2008b) como *das Ding*. Isso fica nítido quando o autor afirma que “entre o objeto, tal como é estruturado pela relação narcísica, e *das Ding* há uma diferença, e é justamente na vertente dessa diferença que se situa, para nós, o problema da sublimação (LACAN, 2008b, p.121-122).

Portanto, a compreensão da sublimação em Lacan gira em torno de *das Ding*, traduzida por ele como a Coisa. Esta, mencionada no projeto para uma psicologia científica, é apresentada em Lacan como aquilo que, no momento inicial da organização do psiquismo se apresenta como estranho, até mesmo hostil. O psicanalista nos

afirma que *das Ding* possui relevância na relação do sujeito com o objeto, na sua tendência em reencontrá-lo, movimento que o faz qualificá-lo como objeto perdido – apesar de afirmar que, em essência, nunca o foi. Esta ambiguidade talvez se deva porque na concretude nunca tenha existido, já que é um elemento imaginário que o presentifica em uma experiência alucinatória de satisfação, essa orientada para um reencontro. Daí Lacan dizer que *das Ding* deve ser identificado com *Wiederzufinden*, a tendência ao reencontro.

Segundo Lacan (2008b), é o princípio do prazer que faz a gerência dessa busca, trilha que conserva a Coisa sempre à distância, numa espécie de horizonte que é índice do percurso de satisfação. É, pois, por meio desse trilhamento pulsional, no encaço da Coisa que há uma promessa de reencontro do objeto perdido. Assim, *das Ding* se configura como um norte, um horizonte a se chegar.

### **Arte e pandemia: problematizações sobre a via sublimatória nas redes sociais digitais**

Se no *Mal estar na civilização*, Freud (2010a) aponta a necessidade de reprimir a satisfação pulsional, colocando a cautela à frente do gozo, pelas inúmeras situações que fogem ao seu controle, também nesta obra o autor enumera uma série de estratégias, dentre elas a sublimação, comumente utilizadas, para apaziguar a insatisfação e enfrentar tudo o que foge ao controle humano, mesmo que algumas delas não passem de paliativos que fazem com que as decepções e os problemas não resolutos se tornem, ao menos, suportáveis.

Com o surgimento de um vírus que desorganizada toda a rotina humana, levando não só ao perigo iminente da doença, mas também às repercussões sociopolíticas no que diz respeito às tentativas sociais de controle. O homem se vê, pois, nas tramas do mal-estar assinalado por Freud (2010a), não só por estar diante de

um problema que, até então, não dispõe de solução, mas porque explicita que a felicidade humana está à mercê de ameaças, que segundo Freud (2010a) são de três tipos: a) as insatisfações do próprio corpo; b) forças externas, poderosas e destruidoras; e c) as decorrentes das relações humanas.

É difícil situar a pandemia em uma das três categorias se pensarmos em sua impossibilidade de dissociação, tendo em vista o impacto em todas as categorias citadas. Mas, inicialmente, numa tentativa de leitura sistematizada, poderíamos enxergar no vírus um agente externo, inevitável, que tem acarretado doença e morte. Estas, por sua vez, acometem o corpo. Toda a situação, ao mesmo tempo, desencadeia mudanças no âmbito das relações humanas de modo que o fenômeno pode ser lido a partir das três dimensões, propostas por Freud: natureza, na dimensão orgânica do vírus; corpo, no caráter patológico que ameaça a vida; relações humanas, nas medidas de controle e prevenção do vírus.

Logo, o ser humano se encontra imerso em um fenômeno operador de desprazer, que traz a marca inegável da pulsão de morte, exatamente pela destrutividade que a acompanha, como assinalou Freud (2011a), sendo, portanto, o núcleo central do mal-estar (FREUD, 2010a). É por conta disso, que se faz necessário refletir sobre as saídas encontradas pelos sujeitos para lidar com todas as situações de sofrimento, dentre elas a interdição de contato humano, que está subordinada à emergência do vírus.

A escuta dos indivíduos é a forma mais fidedigna de conhecer quais estratégias têm sido utilizadas no enfrentamento da pandemia. No entanto, os veículos de informação, em especial as redes sociais digitais, que, inclusive, revelam o que está presente no imaginário social, estão repletos de materiais que fornecem indícios de como as pessoas têm pensado, sentido e agido frente a situação pandêmica. Este aspecto motiva variadas questões aqui colocadas sobre formas de manifestação da sublimação em diferentes vias,

como as redes sociais, dado o seu elevado grau de projeção social enquanto forma de expressão. Pontuamos que as questões e suposições aqui colocadas emergem não no sentido de oferecer, a partir destas respostas resultantes de desdobramentos de pesquisas de campo e de teor empírico, mas como forma de reverberar aspectos teórico-conceituais que, por meio do exercício reflexivo, podem funcionar como chaves de leitura para os fenômenos que discutimos, bem como para outras pesquisas correlatas.

Dentre algumas possíveis questões, poderíamos nos indagar, por exemplo, se os diversos conteúdos nas redes sociais, notadamente as produções humorísticas, podem emergir como formas de expressão sublimadas que se manifestam no senso comum. Além disso, face a um cenário de restrição dos encontros presenciais, poderíamos pensar que as redes sociais se tornam palco de projeções as mais diversas do que circula na ordem do imaginário coletivo de como o senso comum apreende e ancora seus saberes sobre a pandemia enquanto o fenômeno social global?

Nessa direção, o campo das representações sociais sinaliza como obras literárias, comentários, charges etc., se constituem como expressões subjetivas de um coletivo, reflexo da projeção da imagem em espelho fruto das experiências, espontâneas ou induzidas, e das diversas possibilidades de representações psíquicas dos processos de contágio, adoecimento e luto. Sabemos com Freud, como bem o disse em *Psicologia de Grupo e Análise do Eu* (2011b), que o psiquismo grupal obedece a princípios similares ao psiquismo individual. Sendo assim, poderíamos nos questionar se essas manifestações culturais poderiam atuar como um mecanismo exitoso do psiquismo grupal para não sucumbir às forças tanáticas oriundas da angústia de morte que marca o discurso social em tempos pandêmicos?

Sabemos que a análise do conhecimento do senso comum constitui-se enquanto objeto central da teoria das representações sociais. Assim, se tomarmos a pandemia como fenômeno social,

como compreender a relação entre sentido e representação nas experiências vividas? Denise Jodelet (2017) no seu artigo *Lugar da experiência vivida nos processos de formação das representações sociais* publicado no seu livro *Representações Sociais e mundos de vida* buscará analisar que elementos das representações compartilhadas pelo coletivo foram mobilizadas para construir o sentido da experiência vivida. Nesse sentido, se ampliarmos essa reflexão para o contexto da pandemia, talvez fosse possível realizar gestos de análise na direção de ler as diversas imagens que circulam nas redes sociais como sátiras da crise sociopolítica-econômica e sanitária brasileira como exemplos de representações compartilhadas pelo coletivo para construir um sentido sobre a experiência de medo, insegurança e vulnerabilidade vivenciadas no contexto da pandemia. Logo, a produção artístico-humorística de um está articulada com as condições de contexto do sujeito, legitimando a ideia freudiana de que não há particular dissociado do coletivo, pois “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social [...]” (FREUD, 2011b, p. 14).

Ainda no bojo da discussão sobre vias sublimatórias e formas de expressão nas redes sociais, outras questões ainda podem ser feitas, tais como: que transformações na representação de si a pandemia trouxe para a subjetividade humana? Como as experiências singulares de cada sujeito no contexto da pandemia se enlaçam com os significados e saberes comuns produzidos pelo coletivo? Como o sentido da pandemia, negociado no aqui e agora das interações virtuais, foram se ancorando e se estabilizando? Contribuindo para pensar sobre estas questões do ponto de vista da reflexão filosófica sobre a experiência, Denise Jodelet dirá que:

a noção de experiência está em estreita ligação com a de senso comum, na medida em que remete – de Dilthey e Husserl até as correntes pragmáticas contemporâneas – à

atitude natural que se desenvolve no que chamamos ‘o mundo de vida’ (*Lebenswelt*), que também é um mundo comum, intersubjetivo, mediatizado pela linguagem. Podem-se distinguir nela grosseiramente *duas dimensões*: uma de *conhecimento* e outra da ordem do *experimentado*, da implicação psicológica do sujeito. Essa distinção é explícita em alemão, que propõe duas designações para a experiência: *erfahrung*, experimentação sobre o mundo, e *erlebnis*, experiência vivenciada cujo conteúdo é indissociável dos afetos que suscita. (JODELET, 2017, p. 434).

Denise Jodelet (2017) cita alguns estudos que mostram como experiências vividas em “situações limites”, como é o caso do contexto pandêmico, constituem-se como experiências mobilizadoras do aparecimento de fenômenos identitários, dando-lhes maior visibilidade. À luz da psicanálise, poderíamos dizer que “situações limites”, onde a vida encontra-se ameaçada por um perigo externo, que foge ao controle do humano, seria uma forma de aproximação do que chamamos de Real – o indizível, o intangível; forma esta que ao deixar mais nítidos os contornos dos processos identitários evidencia um resgate narcísico, que recorre às pulsões de autoconservação.

A abordagem das representações sociais compreende a experiência social enquanto marcada pela sua possibilidade de enunciação e comunicação. Nesse sentido, ela se articula com a teoria psicanalítica na medida em que esta, também, se interessa pela forma como os sujeitos falantes narram-se nas suas experiências vividas. Esta abordagem também se faz útil aqui, pois a teoria das representações sociais se interessa em compreender como o pensamento individual se enraíza no pensamento social e como um

e outro modificam-se mutuamente.

A fim de realizar um exercício preliminar de análise sobre questões postas neste texto e a partir dos subsídios conceituais da teoria psicanalítica, reunimos e buscamos ler algumas imagens publicadas em redes sociais digitais, durante o ano de 2020, que apontassem para atos criativos, visualizando-os por meio das possibilidades de uso da sublimação como eventual enfrentamento para o sofrimento psicossocial no atual contexto. Não se trata aqui de um levantamento de ordem quantitativa, no intuito de afirmar, categoricamente, se as pessoas sublimam mais agora que antes, mas uma forma de verificar como a arte, enquanto produto da sublimação, pode ser uma ação estratégica ou um potencial de resiliência no sentido de afirmar a vida sobre a morte, sem cair numa lógica de gozo onde predomina a pulsão de morte.

Ao realizarmos esta discussão considerando as redes sociais digitais, não podemos deixar de citar a ambiguidade por meio da qual as manifestações artísticas podem ocorrer, uma vez que podem ser resultantes de uma via sublimatória ao passo que ocorrem também em um cenário de excesso de informação que pode ter efeitos contrários à esta potência. Excesso este que também pode se inscrever no puro gozo. Assim, observamos que além dos processos sublimatórios necessários à salvaguarda da pulsão de autoconservação e manutenção da vida, pode haver, nesse mesmo contexto, processos igualmente psicopatológicos de adoecimento psíquico e estado de apatia social ocasionado pela epidemia Covid-19.

Ao considerar o papel que desempenha as mensagens transmitidas pelos canais escritos ou visuais na formação das sensibilidades e das opiniões públicas, Jodelet (2020) aciona o conceito de “infodemia”

para tratar das ofertas e demandas de informação públicas face à epidemia COVID-19. O termo “infodemia” foi proposto pelo atual diretor geral da Organização Mundial de Saúde que, no último mês de fevereiro, disse: “nós não combatemos apenas uma epidemia, nós combatemos também uma “infodemia” (JODELET, 2020).

Embora esta forma de nomear o excesso informacional presente nas redes sociais, que se soma ao fenômeno da avalanche de dados contraditórios que podem contribuir para gerar a sensação de “vertigem”, possa parecer recente, a leitura de Wolf (2003) nos lembra que a noção de uma “disfunção narcotizante” dos meios de comunicação social já se faz presente desde meados da década de 1950 na teoria funcionalista de Merton e Lazarsfeld. Estes caracterizaram esta disfunção, no caso, a infodemia, justamente pelo bombardeio informativo que tende a entorpecer os sujeitos, diminuindo as suas possibilidades de compreensão crítica dos fatos sociais mediatizados.

## **Considerações Finais**

Ao levarmos em consideração o próprio conceito de pulsão de morte, desenvolvida por Freud (2011a), como sendo um processo pulsional de recondução dos organismos vivos ao estado inorgânico, num processo de dissolução, contraponto às pulsões de eros, cujo objetivo é ligar, expandir, podemos afirmar que a pandemia, em si, pela sua própria ação contra a vida, trabalha em função do Tânatos da existência, mas também, que o distanciamento que ela imputa, opera numa disjunção que desfaz os laços sociais, frutos das ligações promovidas por eros, finalidade apontada por Freud (2011a).

No seminário 7, *A Ética da Psicanálise*, Lacan (2008b) dirá que a sublimação é um processo que diz respeito à relação objetal, assim entendemos que o interesse pelo objeto como destino para onde se canaliza a pulsão, se apresenta como perpetuamente cambiável com o amor que o sujeito tem por sua própria imagem.

No contexto da pandemia observamos, por meio de análise preliminar, que as imagens que circulam nas redes sociais e que apresentam teor de comicidade revelam-se em atos criativos pleno de humor satírico apontando para a crise de representação simbólica que atravessamos no Brasil no campo político, social, econômico e sanitário. Nesse sentido, estas falam do senso comum ou do imaginário social sublimado em atos criativos como representações do desejo dos sujeitos sociais que se apoiam e falam através dessas imagens. Dessa forma, entendemos o argumento de Lacan (2008b) que a coletividade coloniza com suas formações imaginárias o campo de *Das Ding*, da Coisa em si, o que aponta para o desejo enquanto verdade do sujeito social que a compõe.

No desamparo do sujeito e nas inúmeras possibilidades paliativas, já assinaladas por Freud em 1930, a sublimação subverte todo o contexto a favor da pulsão de vida, não só por que ela, como afirmou Birman (2010) se situa como modo de combate à destrutividade, mas porque, talvez, seja ela a operação que melhor realiza o subjugamento da pulsão de morte à pulsão de vida, fato possível assinalado por Freud (2010a) em *Além do Princípio do prazer* e reafirmado em o *Eu e o Id* (FREUD, 2011a)

Para além disso, não se pode perder de vista que, quando a sublimação se faz presente por meio da arte, ela atinge outros, não ficando restrita ao criador, através de um efeito de contemplação. Criar e apreciar a arte, portanto, além de ser o que chamaremos aqui de um movimento de resistência promovido por eros, é uma alternativa resiliente frente a outras possibilidades, comumente frequentes em situações de distanciamento, em que o tédio e a

solidão promovem hábitos e sinais de sofrimento psíquico, como insônia e irritabilidade, mudanças de hábitos alimentares e uso de álcool exacerbado e outras drogas, exemplos apontados por Lima (2020), que, por sua vez, em Freud (2011a), podem ser consideradas como resultantes de um sadismo tanático.

Além disso, ao produzir uma obra, seja uma pintura, escrito ou mesmo os atuais memes, é preciso lembrar o que afirmou Freud (2020) em *Escritos criativos e seus devaneios*, bem como na análise da obra de Leonardo da Vinci, de que o produto artístico é um palco de fantasias, que, de algum modo, realiza um desejo, que na concretude da vida se encontra impossibilitado.

Ora, neste sentido, o desejo do criador não alcançou uma via, na qual houve um desvio da operação do recalque e do seu produto conciliatório, que é o sintoma? Por esse viés, mais do que lidar com o processo de angústia, observamos o que Freud (1996b) chamou de caráter compensatório da sublimação, pois na impossibilidade das satisfações eróticas, aqui no sentido mais amplo psicanalítico, que se estabelece nos encontros com os pares e para além das atividades masturbatórias que fixam o humano num autoerotismo, produzir o objeto artístico é realmente permutar a meta e criar algo, que, inclusive, tem utilidade social, pois estes também denunciam, questionam, são atos políticos que expressam o contexto sociopolítico de uma época.

Por fim, considerando que a arte, na sua circulação por meio das redes, também se mostra como um vetor político e considerando que toda psicologia individual é também social, como afirmou Freud (2011b) em *Psicologia das massas e análise do eu*, podemos afirmar também, que as imagens produzidas em uma via sublimatória, como as que pudemos observar nas redes sociais, pode ser vista como uma obra coletiva em essência, que expressa a subjetividade de uma época e que, por conseguinte, por não existir sujeito que produza sem o material ao qual ele se vê imerso, a própria linguagem como

assinala Lacan (1992), ao se fazer coletiva, também promove laço social como todo discurso

## REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. Governabilidade, força e sublimação. **Psicologia USP**, São Paulo, v.21, n.3, p. 531-556, 2010.

BOSI, A. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Editora Ática, 1986.  
BRASIL. Casa ONU Brasil. **OMS**: ‘o impacto da pandemia na saúde mental das pessoas já é extremamente preocupante’. Brasília, DF, 14 mai. 2020. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/85787-oms-o-impacto-da-pandemia-na-saude-mental-das-pessoas-ja-e-extremamente-preocupante>> Acesso em dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Brasília, DF, 06 fev. 2020. 3p. Disponível em: <LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional> Acesso em nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde divulga resultados preliminares de pesquisa sobre saúde mental na pandemia**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: < <https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47527-ministerio-da-saude-divulga-resultados-preliminares-de-pesquisa-sobre-saude-mental-na-pandemia>> Acesso em dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020**. Brasília, DF, 18 jun. 2020. 8p. Disponível em: <PORTARIA CONJUNTA Nº 20, DE 18 DE JUNHO DE 2020 - PORTARIA CONJUNTA Nº 20, DE 18 DE JUNHO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br)> Acesso em dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**. Brasília, DF, 11 mar. 2020. 4p. Disponível em: <PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020 - PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br)> Acesso em nov. 2020.

COLI, J. **O que é arte**. 15 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.  
CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. (1901- 1905) Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (v.7)

FREUD, S. (1910) Cinco lições de psicanálise. In: FREUD, S. (1910) Cinco lições de psicanálise, Leonado da Vinci e outros trabalhos. In: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (v.11)  
FREUD, S. (1930) O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. (1930-1936) O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. (v.18)

FREUD, S. (1914) Introdução ao narcisismo. In: FREUD, S. (1914-1916) Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das letras, 2010b. (v.12)

FREUD, S. (1920) Além do princípio do prazer. In: FREUD, S. (1917-1920) História de uma neurose infantil (o homem dos lobos), além do princípio do prazer e outros textos. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das letras, 2010c. (v.12).

FREUD, S. (1923) O eu e o id. In: FREUD, S. (1923-1925) O eu e o id, autobiografia e outros textos. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a. (v.16)

FREUD, S. (1921) Psicologia das massas e análise do eu. In: FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu e outros textos. In: FREUD, S. **Obras completas**. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2011b. (15)

FREUD, S. (1913) O interesse da psicanálise. In: FREUD, S. (1912-1914) Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. (v.11)

FREUD, S. (1908) A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In: FREUD, S. (1906-1909) O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos. In: FREUD, S. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das letras, 2015. (v.8)

FREUD, S. (1910) Uma lembrança de infância de Leonardo da Vinci. In: FREUD, S. **Obras incompletas de Sigmund Freud: Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

JODELET, D. **Representações sociais e mundos de vida**. Tradução: Lilian Ulup. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba:

PUCPRes, 2017.

JODELET, D. VIII SNARS/ III CIRS: abertura - conferência I: uma pandemia à parte. [Salvador], 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3VUhVhZKvoE&t=57s>> Acesso em dez. 2020.

em: [https://www.youtube.com/watch?v=W\\_LmeL2PhEA](https://www.youtube.com/watch?v=W_LmeL2PhEA). Acesso em: 30 mar. 2019.

LACAN, J. (1969-1970) **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1964) **O seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. 2 ed. Tradução: M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

LACAN, J. (1959-1960) **O seminário, livro 7**: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: Impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n.2, 2020. Disponível em: <<0103-7331-physis-30-02-e300214.pdf> (scielo.br)> Acesso em dez. 2020.

MANSANO, S. R. V.; CEDEÑO, A. A. L. A estrela dançante em nós: aproximações entre arte e psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, v.13, n.153, p.17-25, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/22750>> Acesso em jan. 2021.

MELO, B. D. et al. Recomendações gerais. In: **Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na covid-19**. Brasília, DF: Fiocruz, 2020.

PICASSO, R.; SILVA, E. A.; ARANTES, D. J. Oficina Terapêutica, Psicologia e arte: experiência de estágio no Centro de Atenção Psicossocial, **Rev. NUFEN**, v.12, n.3, p.87-102, 2020. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-25912020000300007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000300007)> Acesso em jan. 2021.

RIVERA, T. **O avesso do imaginário: arte contemporânea e psicanálise**. São Paulo: SESI-SP, 2018.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Tradução: Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Tradução: Jose Octávio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

## CAPÍTULO 4

# A CRIANÇA NO (DES) CONFORTO DA FAMÍLIA. INQUIETAÇÕES DA INFÂNCIA NA PANDEMIA

Edna Bittelbrunn  
Fátima Cristina Lordêlo  
Rafael G. Matos

Pensem nas crianças, em casa, isoladas  
Pensem em suas figuras, confusas, sem graça  
Pensem em suas perdas, medonhas, solitárias  
Pensem em suas lutas, tentativas diárias  
Pensem na distância, brincadeiras refreadas  
Pensem as muitas telas, remotas, reservadas  
Pensem em seus impulsos, comedidas,  
isoladas  
Pensem as emoções, engolidas, silenciadas

(Mariana Alves Santos. Paródia da canção  
“Rosa de Hiroshima”: O guia Genocida para  
crianças. 2021)

## INTRODUÇÃO

A pandemia no Brasil, segundo dados do Ministério da saúde deste corrente ano (2021), revelou não só a fragilidade que a própria catástrofe sanitária ocasionada pela doença Viral, mas a condição precarizada de nossa estrutura nacional: saúde, educação, economia, ressoando nos cidadãos, nas famílias e crianças, entre outros. Este cenário suscitou singulares modos e estratégias de vivência. Segundo o estudo de Jiao et al. (2020), realizado na localidade de Shaanxi, na China, com os pais de 320 crianças e adolescentes, sobre os efeitos da pandemia em seus filhos, observou os seguintes efeitos nas crianças: 36% dependência excessiva dos pais; 32% desatenção;

29% preocupação; 21% problemas de sono; 18% falta de apetite; 14% pesadelos e 13% desconforto e agitação (dados do Manual de Harvard/USP, p.6). No Brasil, notou-se que, com o distanciamento social, muitos pais não se deslocam para o local de trabalho e/ou muitos já não possuem atividade laboral, foram demitidos durante a pandemia; e as crianças, dentre inúmeras mudanças, foram afastadas das escolas. No caso das crianças escolares, além da ausência de socialização e do rompimento de relações pedagógicas, a suspensão das refeições escolares ocasionou um gasto maior da família com alimentos. Dentre as condições psicoemocionais percebeu-se o aumento dos conflitos familiares e dos casos de violência doméstica pelo estresse psicológico de conviver em um mesmo domicílio, muitas vezes com densidade habitacional alta, as crianças experienciam crescentes conflitos parentais tóxicos que as prejudicam não só no presente, mas também em longo prazo.

Diante das inúmeras questões que insurgem no entorno de pensar as crianças, nos debruçaremos sobre a questão da família, das subjetividades e da saúde mental destas, promovendo algumas reflexões que nos levariam a questionar se estas poderiam ser diagnosticadas com distúrbios do humor ou estariam apenas respondendo, expressando seu mal-estar frente a tantas incertezas, adoecimentos, mudanças, lutos e outros dramas deste momento de Pandemia. Diante deste panorama pandêmico nos questionamos: as crianças estariam depressivas ou apenas reagindo ou enfrentando uma tristeza extensiva ao mal-estar múltiplo?

Vale ressaltar que tais indagações e inspirações para a construção deste texto tiveram suas origens na academia, nos componentes Teorias da aprendizagem, Desenvolvimento do ciclo Vital-Infância, e Práticas Psicológicas na escola. Os componentes voltados para questões desenvolvimentais na infância, entre outros, possuem em comum a questão das dificuldades de aprendizagem. Na atualidade, tem se observado que questões de aprendizagem

deficitária são justificadas pela família ausente ou negligenciadora. As dificuldades cognitivas ainda podem ser classificadas e diagnosticadas por leigos com algum transtorno (entre eles o depressivo), declarando a relação direta de diagnósticos esvaziados e construídos no senso comum por familiares, educadores e outros que circulam no universo infantil.

Nas inspirações deste artigo, na base dessa construção escrita, está a referência sobre família, a infância e suas prerrogativas; um subtema abordado será a insurgência de desorganizações do humor, depressão infantil, causas e consequências para aprendizagem escolar. Neste ponto recuperamos conceitos apreendidos e discutidos. Essa discussão não conclusiva e complexa inspirou uma apresentação em forma de “Live” na plataforma digital da Universidade Do Estado da Bahia<sup>1</sup> aberta ao público e organizada pela tutora professora convidada Edney Garzedin; tendo como palestrantes debatedores os autores deste texto.

## **AS FAMÍLIAS E MUDANÇAS PROVENIENTES DA COVID-19 PARA AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR**

Devido à pandemia do Covid-19, a Organização Mundial de Saúde - OMS, (2020) determinou, entre outras medidas, o critério de distanciamento social como forma essencial para tentar conter a transmissão do vírus que levaria ao confinamento no contexto doméstico; mesmo não havendo “consenso de atitudes da população”, as crianças experimentaríamos junto aos adultos novas formas de vivenciar este tempo pandêmico de múltiplas restrições.

Essa decisão acarretou inéditos desafios para as famílias em suas estruturas diversas (monoparental, recomposta, homoparental, enredada, entre outras). Dentre elas podemos citar: o rearranjo do ambiente físico para acomodar as demandas de trabalho, estudo

---

1. Live – Conversa sobre a Infância (Plataforma YouTube, 2021)

e brincadeiras; ausência de rotina de ir a escolas, creches, núcleos assistenciais, esporte e lazer, instabilidade no emprego, desemprego e problemas financeiros, separação/acomodação de familiares, entre outros. Além desses desafios, o ambiente doméstico se confronta na imersão de dúvidas de quando e de como será o retorno para se reiniciar os relacionamentos sociais fora do âmbito doméstico. Essa incerteza que permeia toda a vida humana repercute no ambiente familiar com mais ou menos tensão, observando questões econômicas, estruturais, emocionais e tantas outras daqueles que o compõe (LINHARES; ENUMO, 2020, p. 04).

Refletimos que, em um país desigual, frente às diferenças sociais existentes no Brasil, constatamos que o número de crianças de 0 a 6 anos que vivem em domicílios pobres no país é de 5,4 milhões (IBGE, 2010), assim as consequências da pandemia da Covid (que serão discutidas adiante), se maximizam, dificultando em potencial, constructos saudáveis desenvolvimentais das crianças brasileiras, e, principalmente, o quanto essas em estado de vulnerabilidade anterior à pandemia percebem suas vivências ainda mais afetadas.

Desse modo, sabe-se que a família é o primeiro microsistema em que se constroem as interações proximais para o desenvolvimento saudável das crianças e que, segundo Moratori e Ciacchini (2020) *apud* Linhares e Enumo (2020, p. 04),

os cuidados parentais de suporte às crianças para o desenvolvimento em sua trajetória, caracterizado por afetividade, reciprocidade, responsividade, calorosidade, encorajamento, ensino e comunicação positiva, constitui-se na parentalidade positiva ou pró-desenvolvimento, especialmente relevante no contexto da pandemia da COVID-19.

Ao falar de afetos na família precisamos chamar o conceito e suas implicações para esta discussão, de acordo com Bittelbrunn (2016, p. 20):

Conceituar a família não é tarefa simples, há uma dificuldade declarada em não se admitir um único conceito, dificuldade esta traduzida pelas diversas estruturas e configurações, pelas relações intrageracionais que esta abriga, pela divisão de papéis de gênero, pelas diferentes formas de maternidade, paternidade, filiação e parentesco, só para citar alguns caminhos a se percorrer quando se busca um conceito ou caracterização.

Da citação acima podemos pensar que nossas crianças estão imersas em arranjos familiares diversos que acompanham o dinamismo familiar, e que experiências também se encontram nessa não homogeneização, serão próprias daquela estrutura e laços que a compõe. Assim, falar em família é repensar significados/significantes. Entendo que o significado da palavra família é inseparável da experiência que se tem com sua própria família. Portanto, qualquer tentativa de um conceito único e universal, dilui-se nas variadas formas de subjetividades ali circundantes. As dinâmicas familiares nas suas especificidades e tipologias podem ser desveladas e discutidas para melhor compreensão destas tramas protagonizadas pelas crianças que ali convivem.

Nesta premissa, a família pode ser vista como um tipo específico de instituição com sua própria cultura e formas específicas de lidar com a vida, e onde os membros possuem modos diversos de se relacionar. Também podemos caracterizá-la como um espaço para lidar com a dor/alegria psíquica, conforto e desconfortos de respostas para as experiências da vida, contribuindo para saúde

mental (ou não) dos seus (SALLY BOX, COPLEY, MAGAGNA E MOUSTAKI, 1994 *APUD* BITTELBRUNN, 2016).

Na família, encontramos uma gama de experiências emocionais, relações primárias e secundárias de afeto, gratificantes ou não. Espera-se que a família produza cuidados, proteção, aprendizagens e outros subsídios para formação dos afetos e da identidade (GOULART, 2005). A família, dentro de uma promessa de estruturação emocional, de certa forma deveria “nutrir” aos seus; e essa nutrição se faria de várias fontes, trazemos Ollitta (2013, p. 47), onde há uma retroalimentação, tanto da criança quanto dos seus cuidadores, há uma reciprocidade:

A criança precisa se alimentar integralmente, pelo contato, pela pele, pelo afeto, pelo alimento e o adulto precisa ser e se sentir um bom provedor. A sintonia dessa parceria é determinante para o desenvolvimento do bebê, mas, também, para confirmar a competência de quem cuida dela. Claro que é um processo complexo, delicado, entre seres humanos, com suas singularidades de ambos os lados [...] ao longo da vida, multiplicam-se as fomes [...]

Quanto ao bem/mal estar da criança na família, comentando a citação acima: quando o adulto responsável não se apresenta para assunção de um *bom provedor* (conceito da autora) podemos evidenciar insurgências de diversos desconfortos. Muito distante da parentalidade positiva referenciada por Linhares & Enumo (2020) e de ordem gravíssima; a violência doméstica, intrafamiliar merece discussão pela ocorrência evidenciada neste período de proibições de circulação social. Vale ressaltar que a violência doméstica não é um fenômeno unívoco, recente, mas sim agravado pela situação de aprisionamento destas vítimas com o agressor no mesmo espaço restrito. Guerra e Azevedo definem violência doméstica como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (GUERRA e AZEVEDO, 2001, p. 12)

Neste conceito podemos observar a análise tanto pelo lado da vítima como pelo lado do agressor que, além de explicitar uma conduta criminoso, fere os direitos da criança de ser orientada, cuidada, protegida em seu processo de desenvolvimento, isto é, há uma transgressão do poder/dever de proteção e cuidado do adulto. A criança é reduzida a ser um objeto de total poder de manipulação dos adultos.

O conceito de violência doméstica contra crianças implica em diferentes características e níveis, também pode se manifestar em formas ativas de violência (atos) ou passivas (omissões), na negligência, por exemplo, o adulto responsável se recusa a oferecer subsídios emocionais e materiais para prover as necessidades básicas de uma criança. Nessa tipologia os pais ou responsáveis pela criança, por exemplo, utilizam da renda disponível para seu bel-prazer e não oferece aos seus: alimento, agasalho, material escolar, etc. (BITTELBRUNN, 2013).

A violência doméstica é um fenômeno democrático no qual nenhuma etnia, classe social ou religião está imune. Porém, alguns pesquisadoras de Culturas da Infância (LORDELO; CARVALHO; KOLLER, 2002) sugerem que algumas configurações ambientais favoreçam mais o desenvolvimento do que outras, o contexto indica

diferentes condições de vida em que as crianças nascem, vivem e se desenvolvem, sendo que, ambientes aversivos não propiciam o capital psicológico. O capital psicológico se conceitua como comportamentos, cultura de educar e vínculos relacionados à saúde emocional dos membros da família, no caso os filhos e crianças pertencentes aquele arranjo familiar. Então, possibilidades se apresentam descrição desse ambiente aversivo na sua interconexão com a violência doméstica contra crianças e adolescentes.

### **A ESCOLA, A NÃO ESCOLA...**

Além da retroalimentação do arranjo familiar, na busca de saciar diferenciadas facetas da fome de vida, as crianças têm, na escola, outro microsistema essencial para nutrir seu desenvolvimento, aprendizagem e socialização, entre outros. No contexto pandêmico o intervalo dessa ausência, suspensão deste vínculo escolar presencial, pode suscitar perdas significativas, tanto no processo de aprendizagem formal quanto nos aprendizados significativos para o desenvolvimento humano – pela privação da socialização com os pares, tais como Linhares e Enumo (2020, p. 05) exemplificam:

[...]experiências lúdicas compartilhadas, que implicam em interações proximais face a face; cooperação; convivência com as diferenças; compartilhamento de decisões; enfrentamento de desafios; negociação de conflitos, adiamento de gratificações; espera da sua vez; exercício controle de impulsos; entre outras habilidades.

Desse modo, essas perdas abruptas em diversas áreas da vida, sejam as “mortes simbólicas” ou a perda real como falecimento de familiares/amigos próximos, têm causado um impacto de proporções inimagináveis na saúde mental das crianças, salienta-se

que, nesta atmosfera, perdas tomam proporções diferenciadas, assim algo material ou um pet podem transbordar em exponenciais reações emocionais; aspecto este mais observável no 1º ano pandêmico, mas que ainda se faz presente.

Sendo necessário atentar para o cuidado na elaboração de perdas e lutos, sejam eles luto “real” ou “simbólico”, estabelecendo uma comunicação aberta e segura no espaço familiar ou a que a criança acessa, por exemplo, nos relacionamentos educacionais/familiares/amizades on-line, permitindo que a mesma se sinta acolhida na sua expressão de tristeza, culpa ou raiva. Visto que nem sempre uma escuta profissional é possível.

Ter um ente querido adoecido ou perdê-lo é um acontecimento que desorganiza o psíquico do ser humano e, para a criança, pode ser muito mais traumático. A criança, muitas vezes, é impedida de viver o luto; pode ser silenciada ou através de invenção de histórias pode ser levada a agir como se nada estivesse acontecendo. À frente, essa criança pode se sentir enganada, com raiva e revolta, desenvolvendo fobias, depressão e outros transtornos psíquicos. É preciso ainda atentar para crianças que ficaram órfãs devido ao vírus. (AYDOGDU, 2020, p.10)

Assim, nota-se que, diante desse cenário, as crianças estão tentando manejar situações altamente estressoras; liberando altos níveis de cortisol, hormônio regulador do estresse, ameaçando a capacidade de enfrentamento adaptativo e que a criança não dispõe de recursos cognitivos necessários para racionalizar a emergência de algo tão complexo como o Coronavírus. As crianças são guiadas pelo ouvir, tocar e ver. Lazarus e Folkman (1984) comentam que o

estresse surge da confrontação entre uma situação desconfortável e os recursos que o indivíduo tem para lidar com ela. Quando não se tem esses recursos de enfrentamento, como por exemplo, de sentir-se aceita, compreendida pelos outros e de se socializar, mantendo relações próximas estáveis e seguras, as crianças podem sentir-se tristes ou depressivas, apresentarem modificações de humor, ansiedade ou mais à frente sintomas de estresse pós-traumático requerendo intervenções psicossociais. Podem apresentar comportamentos como agressividade, dormir mal, chorar, não se alimentar, entre outros, frente a toda uma situação inédita e adversa. Esses comportamentos podem ser formas provenientes da tentativa de entender o cenário que podem ter sequelas nos processos de aprendizagem, desenvolvimento e convivência.

Para algumas crianças a escola pode ser considerada como lugar de refúgio em tempos de não isolamento social, afastada de problemas, perdas e conflitos familiares; talvez, neste caso, as conversas sobre o assunto enfrentado em casa sejam evitadas pelo aluno como forma de não relembrar o sofrimento que isto causa a ele. Sabendo que, em cada caso, para cada aluno, a reação pode ser diferenciada em termos de intensidade e forma de percepção desta situação. Movimentos de acolhimento são inaugurados por Instituições educacionais que conseguiram restabelecer as aulas para as crianças de forma digital, porém, sabemos que esta escuta infantil ainda é precarizada, com difícil processo de comunicação e instrumentos tecnológicos. O que esperar, então, frente ao tamanho desamparo à saúde emocional das crianças?

## **ESTADOS DE HUMOR DEPRESSIVO E/OU TRISTEZA PROLONGADA FOCAL**

No contexto pandêmico da COVID-19, as crianças estão sendo confrontadas com fatores de risco diferenciados, alguns

citados e discutidos acima. Porém, é prudente destacar que a superexposição a notícias incertas e negativas sobre COVID-19, as quais associadas à percepção de vulnerabilidade ao vírus podem servir de caminho ao desenvolvimento de estados depressivos. Além disso, há o estresse e ansiedade advinda da falta de auxílio dos cuidadores para atribuir significados aos significantes do universo pandêmico. Diante do supracitado, torna-se pertinente discutir a correlação entre os potenciais fatores de risco biopsicossociais, o desenvolvimento de depressão e/ou tristeza continuada em crianças e suas consequências. (UNICEF, 2020). Antes de realizarmos considerações sobre a tristeza e depressão durante a pandemia, é imperativo caracterizar e diferenciar a emoção e o humor. O Humor é definido como “O tônus afetivo do indivíduo, o estado emocional basal e difuso em que se encontra a pessoa em determinado momento”. A Emoção pode ser definida como “estado afetivo intenso, de curta duração, originado geralmente como a reação do indivíduo a certas excitações internas ou externas, conscientes ou inconscientes” (DALGALARRONDO, 2008, p. 155-173).

Em relação às emoções, segundo a Teoria das Emoções Básicas, há emoções que são “experiências indivisíveis e únicas que são inatas e universais entre culturas”. Em geral, são consideradas como emoções básicas a raiva, o desgosto, o medo, a felicidade, a tristeza e a surpresa. (BEAR; CONNORS; PARADISO; 2017, p. 626).

A função adaptativa da tristeza foi descrita por Lauwerijssen (2008, *APUD* JOAQUIM ET AL. 2018):

Em relação à função adaptativa da tristeza, pode-se dizer que ela está relacionada à função motivacional, pois quando uma situação ou ação faz o indivíduo se sentir triste, no futuro ele evitará esta situação. Dessa forma, outras funções pessoais e sociais são enfatizadas

através da tristeza, como o fortalecimento dos laços sociais de suporte em prol do altruísmo, pois a tristeza é capaz de induzir à empatia e a compaixão em outras pessoas. (tradução nossa).

Ainda, de acordo com Lauwerijssen (2008, *APUD* JOAQUIM ET AL. 2018):

Pesquisadores combinaram as situações antecedentes da tristeza em categorias como: relacionamentos; nascimentos com anomalia/mortes; boas/más notícias; separação permanente; conquista; separação temporária. [...] A tristeza é uma resposta emocional frequentemente associada à perda, perda potencial ou não realização de um objetivo (tradução nossa).

Numa concepção neurofisiológica, podemos pensar que na depressão, parece haver uma redução global do metabolismo cerebral anterior e um aumento do metabolismo de glicose em várias regiões límbicas, com ênfase na amígdala. (KENNEDY 1997, *APUD* ROZENTHAL ET AL, 2004 *APUD* DE ANDRADE, 2020). A depressão também se associa a modificações na amígdala: o hipermetabolismo atuaria como um “amplificador emocional” com o potencial de distorcer sinais estressores, ampliando-os (ROZENTHAL ET AL, 2004, *APUD* DE ANDRADE, 2020). Assim sendo, estímulos antes não estressores podem desencadear reações desorganizadoras emocionais em pessoas com estado depressivo. Tal situação torna-se especialmente relevante em um período de pandemia com inúmeros fatores estressantes que podem ser potencializados, tais como os diversos ansiogênicos previamente citados.

Do ponto de vista clínico, Bear, Connors e Paradiso (2017, p. 22;) afirmam que a depressão é caracterizada por:

Sentimentos esmagadores de derrota, baixa autoestima e culpa. O transtorno mental conhecido como depressão maior é o transtorno do humor mais comum, afetando 6% da população todos os anos. Os principais sintomas são o humor deprimido e a diminuição do interesse ou prazer em todas as atividades. Para se fazer o diagnóstico de depressão maior, esses sintomas devem estar presentes todos os dias durante um período de pelo menos 2 semanas, sem qualquer relação óbvia com situações de luto. Outros sintomas também podem ocorrer, incluindo: insônia (ou hipersonia); perda de apetite (ou aumento de apetite); fadiga; Sentimento de inutilidade e de culpa; Redução na capacidade de concentração; pensamentos recorrentes de morte.

Há, ainda, outras consequências da depressão. O episódio depressivo maior pode ser acompanhado de déficits neuropsicológicos em processos como sustentação da atenção, função executiva, velocidade psicomotora, raciocínio não verbal. Os déficits cognitivos mais comuns ocorrem na evocação após intervalo de tempo; na aquisição da memória; na atenção; na concentração; na flexibilidade cognitiva e na abstração (LAKES, ET AL. 1999 *APUD* DE ANDRADE, 2020).

Em relação aos déficits de aprendizagem associados à depressão, os autores Boruchovitch e Cruvinel (2014) trazem contribuições significativas. Revelam que um estudante com sintomas depressivos diante de uma tarefa cognitiva de aprendizagem formal

pode se envolver de forma insatisfatória, tendo em vista que sua atenção está mais direcionada ao seu mal estar nos seus conteúdos internos.

Sustentando tal premissa de interferência na aprendizagem, cognição pelos estados depressivos, Tobias (1985) *apud* Boruchovitch e Cruvinel (2014) aponta o modelo compreensivo da Cognição Limitada à relação entre depressão e aprendizagem. Esta teoria parte do pressuposto que o ser humano adquiriu capacidade cognitiva (no sentido de “voltar a cognição para”; “focar”) limitada e quando está sob o efeito de emoções intensas - no caso a ansiedade - a capacidade cognitiva divide-se entre a percepção da emoção e a percepção do conteúdo escolar. A criança teria que dividir sua cognição entre a percepção de emoções negativas (ruminação, preocupação, pensamentos autoderrotistas, etc.) e o conteúdo da aula, gerando déficit no conteúdo da aula (para o qual, em tese, a criança deveria prestar total cognição).

Diante do supracitado, considerando a tristeza como uma reação emocional relacionada à perda ou à expectativa de perda, e considerando a Pandemia de COVID-19 como um período caracterizado por graves e contínuas perdas (subjetivas como a liberdade ou, até mesmo, objetivas como a vida de pessoas), questiona-se: há a possibilidade dos diagnósticos de depressão infantil, na realidade, serem traduzidos por uma tristeza prolongada, consequência desse contexto? Logo, podem ser refutados diagnósticos enquadrados apenas em rápidos check in de sintomas representativos.

## **(IN)CONCLUSÕES**

Podemos entender que a infância é um período peculiar de desenvolvimento, concepção que demarca um período de cuidado e atenção de um ciclo vital específico; logo, as mensagens recebidas desta situação mundial de pandemia serão interpretadas de diferentes formas, discutimos aqui suas dores através do lar e do afastamento da

escola, podendo apresentar sintomas impeditivos de aprendizagem, mas ao mesmo tempo com escuta acolhedora.

De fato, o atual contexto da pandemia com a abrupta mudança na rotina das crianças pelo fechamento das escolas, ausência de contato físico com os amigos e aumento da convivência familiar, levou a alterações de comportamento como o aumento do uso de telas, irritabilidade, queda do desempenho escolar, prejuízo na rotina de sono e sentimentos de tristeza e angústia, que não se pode dizer que seja uma tristeza profunda caracterizando uma depressão, mas que é necessário cuidar por ocasionar prejuízos à saúde. Fica a questão: isso é depressão ou uma tristeza? E como cuidar?

Muitos pesquisadores orientam para identificação da vulnerabilidade das crianças para o desenvolvimento de transtornos devido à pandemia, bem como tratar aquelas que já apresentam tais transtornos, no próprio contexto domiciliar com intervenção e participação parentais, e suporte de atendimentos remotos como, telenfermagem, telemedicina, psicologia e outros. Pode-se pensar em intervenções que auxiliem a criança a lidar com seus sentimentos de tristeza, culpa e raiva como jogos, brincadeiras e atividades lúdicas que podem contribuir para elas elaborarem e ressignificarem as situações traumáticas, dolorosas e conflitantes vividas nesse cenário da pandemia do Covid-19, possibilitando a construção de valores e a superação de desafios, como o estabelecimento de comunicação efetiva entre pais e filhos, compartilhando os sentimentos causados pela pandemia para tomar atitudes de enfrentamento, monitoramento do tempo de uso de telas, organização de rotina diária, evitando impaciência e ansiedade, desenvolvimento de atividades de lazer e instituição de prática de exercício, para auxiliar no combate ao estresse. (Rocha et al, 2021, p.3494). Além disso, refletir em ações que lidem com as possíveis sequelas deixadas por esse momento de pandemia, torna-se necessário, pois sabe-se que, após algum tempo do problema, pode-se surgir o estresse pós-traumático.

No Brasil, em que se observa números dramáticos do impacto da pandemia na renda dos brasileiros, desemprego, saúde, mortalidade e educação, a desigualdade social denota uma urgência da sociedade no sentido de agir em conjunto para dirimir esses nefastos impactos, principalmente nas crianças em situação de vulnerabilidade. Sendo assim, tristeza ou depressão, o fato é que é necessário olhar com cuidado, responsabilidade, carinho e afeto para as nossas crianças, nas famílias, escolas, com empenho dos profissionais que lidam com a comunidade na Atenção Primária no sentido de instigar do Governo a implementação de políticas públicas que auxiliem e minimizem as consequências futuras da pandemia do Covid-19 no desenvolvimento infantil.

Considera-se importante a realização de estudos de longo prazo para uma investigação maior sobre os efeitos da pandemia do COVID-19 na saúde mental das crianças, como apresentado no presente artigo, com o intuito de determinar inúmeras dificuldades enfrentadas e implementar ações que procurem ser efetivas minimizando, assim, as consequências desses efeitos na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças ao longo de sua vida.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. **Da utopia à realidade**. Módulo 5 A/B. Curso de Pós-graduação em Violência Doméstica contra criança e adolescente. Laboratório de Estudos da Criança (LACRI)-Instituto de Psicologia USP, 2001

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. **Pondo os pingos nos is**. Módulo 1 A/B do Curso de Pós-graduação em Violência Doméstica contra criança e adolescente. Laboratório de Estudos da Criança (LACRI)-Instituto de Psicologia USP: 2001

AYDOGDU, A. L. F. Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa. *Journal Health Npeps*, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 4891-4891, 2020. Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT. <http://dx.doi.org/10.30681/252610104891>. Disponível em: Saúde mental das crianças durante a pandemia causada pelo novo coronavírus: revisão integrativa/ Children's mental health during the pandemic caused by the new coronavirus: integrative review/ Salud mental de los niños durante la pandemia causada por el nuevo coronavirus: revisión integradora | Aydogdu | JOURNAL HEALTH NPEPS (unemat.br) . Acesso em: 29 jul. 2021.

BEAR, Mark F.; CONNORS, B. W.; PARADISO, M. A.. *Neurociências: Desvendando o sistema nervoso*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 22;763-766. Disponível em: [books.google.com.br/books?id=LjFLDQAAQBAJ](https://books.google.com.br/books?id=LjFLDQAAQBAJ). Acesso em: 29 jul. 2021.

BITTELBRUNN, E. O fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes e a interface com a escola: alguns pressupostos psicanalíticos. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. *Psicanálise e educação: (im)passes subjetivos contemporâneos vol. II*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.93-108.

BITTELBRUNN, E. O fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes e a interface com a escola: alguns pressupostos psicanalíticos. In: ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares. *Psicanálise e educação: (im)passes subjetivos contemporâneos vol. II*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.93-108.

BITTELBRUNN, E. *Família na escola: devorar o modelo, amar a diferença*. 2016. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

BORUCHOVITCH, E.; CRUVINEL, M. Depressão na infância e sua relação com a aprendizagem. In: BORUCHOVITCH, E.; CRUVINEL, L. M.. Compreendendo a depressão infantil. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 58-65.

COMITÊ CIENTÍFICO DO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA, 2020, Repercussões da Pandemia de COVID-19 no Desenvolvimento Infantil. 2020. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br/> . Acesso em: 29 jul. 2021.

DALGALARRONDO, P. A afetividade e suas alterações. In: DALGALARRONDO, P.. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 155-173.

DE ANDRADE, P. M. Depressão: Aspectos neuropsicológico da doença na visão psicanalítica. 2020. TCC (Graduação) - Curso de Especialização em Neuropsicologia, Universidade Paulista - Unip Nh, Manaus, 2020.

GOULART, M. C. V.. A função paterna na contemporaneidade: uma análise psicanalítica. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2006.

JOAQUIM, R. M. et al. **Psychobiology of sadness: functional aspects in human evolution**. EC Psychology and Psychiatry, v. 7, n. 12, p. 1015-22, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Flavia-Oliveira-9/publication/329399461\\_Psychobiology\\_of\\_Sadness\\_Functional\\_Aspects\\_in\\_Human\\_Evolution/links/5c0686d4299bf169ae316bbd/Psychobiology-of-](https://www.researchgate.net/profile/Flavia-Oliveira-9/publication/329399461_Psychobiology_of_Sadness_Functional_Aspects_in_Human_Evolution/links/5c0686d4299bf169ae316bbd/Psychobiology-of-)

Sadness-Functional-Aspects-in-Human-Evolution.pdf. Acesso em:  
02 ago. 2021.

LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. Estudos de Psicologia (Campinas), [S.L.], v. 37, n. 10, p. 1-14, 5 jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, appraisal, and coping**. Nova Iorque: Springer, 1984.

LORDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs.) **Infância brasileira e contextos de desenvolvimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

OLAGOKE, A.A; OLAGOKE, O.O.; HUGHES, A.M. Exposure to coronavirus news on mainstream media: The role of risk perceptions and depression. *British Journal Of Health Psychology*. v. 25, 16 maio 2020. Disponível em: <https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/bjhp.12427>. Acesso em: 12 maio 2021.

OLLITA, C. S. Dossiê. **Psique Ciência & Vida**, São Paulo: ano. 7, n. 89, 2013. p. 44-50.

ROCHA, M. F. A.; VELOSO, W, G.; BEZERRA, R. E. DE A.; GOMES, L. DE A.; MARCOLINO, A. B. de L.. *Brazilian Journal Of Health Review*. Curitiba: v. 4, n. 1, fev. 2021.

SILVA, I. N.; MIRANDA, A. C. H. de; SILVA, L. T. P. da; SZYLIT, R. Ajudando as crianças a enfrentarem o luto pela perda de pessoas significativas por COVID-19. *Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras*, [S.L.], v. 20, n. , p. 85-90, maio 2020.

Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras. <http://dx.doi.org/10.31508/1676-3793202000000129> . Disponível em: <https://journal.sobep.org.br/article/ajudando-as-criancas-a-enfrentarem-o-luto-pela-perda-de-pessoas-significativas-por-covid-19/> . Acesso em: 29 jul. 2021

UNICEF. (org.). UNICEF amplia sua resposta à covid-19 no Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/unicef-amplia-sua-resposta-a-covid-19-no-brasil> . Acesso em: 28 jul. 2021.

**VIVÊNCIAS DO GRUPO DE ESTUDOS  
MULTIRREFERENCIAIS DO CUIDADO (GECUID) DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA DURANTE  
A PANDEMIA DA COVID-19 NO ANO DE 2020**

Camila Barreto Bonfim  
Daniela Maria Martins Barreto  
Kátia Jane Chaves Bernardo

**O Gecuid e suas origens**

O Grupo de Estudos Multirreferenciais do Cuidado (GECUID) é um grupo de pesquisa do Departamento de Educação, campus I, Salvador, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que tem como objetivo principal estudar o cuidado em interface com as dimensões de gênero, raça/etnia e geração, sendo formado por docentes, estudantes e egressos do curso de Psicologia, além da participação de membros do corpo técnico da universidade.

O GECUID iniciou suas atividades no ano de 2018, ainda como um grupo de estudos, por iniciativa das professoras Daniela Martins e Camila Bonfim que tinham interesse em estudar a temática do cuidado, alinhando a perspectiva da Saúde Coletiva e a Psicologia Social Crítica. O grupo reúne-se ordinariamente promovendo grupo de estudos, debates, pesquisas e atividades de extensão que tenham como tema principal o cuidado numa perspectiva multirreferencial, incluindo as dimensões de raça/etnia, gênero e geração de forma interseccional. O GECUID tem ainda uma parceria interinstitucional com a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, junto ao grupo de pesquisa Psicologia, Diversidade e Saúde da professora Marilda Castelar, desenvolvendo, desde 2018, uma pesquisa sobre Psicologia e as Políticas Públicas relacionada à raça/etnia, gênero e geração.

Apesar de existir desde 2018, o GECUID tornou-se um grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório da Plataforma Lattes, a partir do ano de 2020. Desde então, vem desenvolvendo pesquisa e atividade de extensão. Seu principal projeto de pesquisa intitula-se *Múltiplos referenciais da Psicologia na construção do cuidado no contexto da Atenção Básica: um estudo junto às Unidades Básicas de Saúde e/ou Unidades de Saúde da Família no município de Salvador-BA*. Esta pesquisa derivou oito projetos de iniciação científica pelo Programa de Iniciação Científica da UNEB e alguns destes trabalhos deram base para a construção dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos(as) estudantes.

Como atividade de extensão, o grupo tem promovido o evento científico Diálogos sobre o Cuidado que já está em sua quarta edição. Este projeto já vinha sendo desenvolvido anteriormente à formação do GECUID, pela professora Daniela Martins, no Departamento de Ciências Humanas, campus V, em Jacobina-BA, desde o ano de 2014. A proposta do evento se concretiza na realização de mesas para debates, envolvendo profissionais de dentro e de fora da Universidade, estudantes, técnicos, ativistas, e comunidade em geral. Tal espaço de debate é compreendido como um campo aberto de articulação e co-criação de imagens e expressões, além das discursividades instauradas em eventos desta natureza.

A articulação com os estudantes na co-criação deste tipo de evento alimenta seus interesses tanto acadêmicos como aqueles tecnicamente voltados para a prática profissional. Estima-se, ainda, que esta interdiscursividade amplie as parcerias entre a Universidade do Estado da Bahia e outras instituições/profissionais em exercício.

### **Bases epistemológicas**

O GECUID traz como principal pauta de discussão o cuidado. Parte-se de dois princípios básicos na proposta destas

discussões: 1. O Cuidado como fato social total, compreendido como dádivas (bens) em circulação (sob inspiração da Sociologia da Dádiva de Marcel Mauss) e 2. a Saúde, mais precisamente a Integralidade em Saúde, como um direito. A partir destes dois moldes, busca-se compreender e debater acerca do cuidado nos diversos níveis de sociabilidade, bem como refletir sobre as interações entre estes diferentes níveis.

No que diz respeito à relação entre dádiva e cuidado, a perspectiva da circularidade de bens de cuidado pretende corrigir distorções de visões excessivamente assistencialistas que, nos termos da dádiva, tenderiam a inferiorizar aquele que se encontra na posição de receber benefícios apenas. Conforme esta perspectiva, em quaisquer situações, há uma circularidade dos papéis de doador e donatário (MAUSS, 2008), de forma que aquele que está em posição de receber cuidados também é potencial e real doador de bens, movido não só pelo interesse em ajudar alguém mas, também, a si próprio. Não à toa, nunca se falou tanto em auto-cuidado.

Alinhado a esta perspectiva, Ayres (2009) postula que o cuidado deve ser compreendido como uma atitude prática e crítica frente às ações de saúde numa interação entre sujeitos que buscam alívio diante de uma situação ou alcance do bem-estar. Desta forma, ele inclui o próprio saber do sujeito na construção de práticas de cuidado em que seja possível equilibrar o saber prático da vida cotidiana dos sujeitos e a tecnociência biomédica. Reconhece que há dificuldades na implantação desse novo modo de pensar, uma vez que o senso comum sempre foi visto de forma negativa como sendo oposto ao que é científico. Entretanto, a proposta é incluir esse saber empírico, incompleto, coloquial e que inclui o próprio sujeito no seu processo de cuidado (ACIOLI, 2013).

Esta perspectiva encontra respaldo numa Psicologia Social Crítica que se constrói a partir de possibilidades e potências desenvolvidas num contexto de convivência. É esta disposição

para o *estar junto nas diferenças* que torna possível a visualização de conflitos, sob diversas ordens, o reconhecimento de caminhos elegíveis, a co-participação tanto na relação de demandas, como no engajamento a um plano coletivo. Apenas a partir de um convívio aberto às diferenças e as contribuições que vêm de todas as partes e não de maneira unidirecional se pode vislumbrar a comunidade praticada, em contraposição a um pressuposto de comunidade, tantas vezes inexistente.

O respaldo numa Psicologia Social Crítica representa igualmente a necessidade de considerar os marcadores sociais como indicativos importantes na garantia da equidade. Numerosas pesquisas (AQUINO, 2006; BASTOS *et al.*, 2011; CHOR e LIMA, 2005; CRUZ, 2010; FARO e PEREIRA, 2011; FREITAS *et al.*, 2009; LOPES, 2005; WILLIAMS e PRIEST, 2015) apontam o agravamento do sofrimento a partir das condições de classe, raça/etnia, sexo/gênero e geração. Tais estudos revelam uma importante inter-relação entre indicadores de saúde com características socioeconômicas e os demarcadores acima quando interseccionados.

Ademais, a Integralidade do/no cuidado propõe e/ou revisa toda uma gramática relacionada aos indicadores de saúde, trazendo à baila os diversos fatores (sociais, culturais, políticos, econômicos, psíquicos, históricos, etc.) imbricados em um novo ideário proposto para a saúde. Humanização, cuidado, atenção, promoção da Saúde, vigilância em Saúde, entre outras são expressões que indicam novos compromissos ético-políticos assumidos desde então. O princípio constitucional da integralidade em Saúde reafirma a necessidade de avanço no sentido da saúde como direito pleno e não mais compartimentado, o que demanda um olhar crítico mediante a expansão e/ou burocratização da rede de serviços em saúde, bem como uma preocupação na formação de profissionais de saúde comprometidos com os ideais do Sistema Único de Saúde.

Deste princípio norteador das ações do Sistema Único de Saúde, defendido e implementado no Brasil no contexto dos movimentos sociais que se organizaram em prol da reforma sanitária na década de 1980, derivaram uma gama de mobilizações e reivindicações que se materializaram em políticas públicas corretivas de ações verticais, que pouco refletiam as necessidades da população (FREITAS *et al.*, 2009).

Este é o caso das políticas voltadas para a saúde da mulher, convertidas na criação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), de 1983 e na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), do ano de 2004, construída em parceria com diversos setores da sociedade, inclusive o movimento de mulheres, o movimento negro e das trabalhadoras rurais (BRASIL, 2004).

Outro importante avanço na constituição de políticas públicas para o efetivo cumprimento dos princípios da Integralidade e Universalidade em Saúde ocorreu de forma tardia e seus efeitos ainda são muito tímidos. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), de 2007, foi construída de forma consoante com as políticas de reparação aos danos históricos vividos pela população negra, bem como os seus efeitos duros e reais vivenciados por esta população cotidianamente, num contexto de sociedade racializada, em que o racismo é ao mesmo tempo praticado e negado (BRASIL, 2007).

Não há como dimensionar gênero separado de raça, compreendendo que a situação das mulheres negras, sobretudo num cenário desolador como o da pandemia da COVID-19, é acentuadamente pior que as das mulheres não negras. Os resultados das pesquisas do GECUID, iniciadas justamente no contexto pandêmico, têm evidenciado esta condição, já bastante explorada na literatura e que encontra respaldo numa realidade ainda muito

desfavorável para estes grupos sociais (LOPES, 2005; CHOR e LIMA, 2005; CARDOSO, SANTOS E COIMBRA JÚNIOR, 2005; CRUZ, 2010; FARO e PEREIRA, 2011; BASTOS *et al.*, 2011; WILLIAMS e PRIEST, 2015)

É preciso ainda destacar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), do ano de 2006 (BRASIL, 2006), e do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), que sobretudo no contexto atual, em que os idosos foram considerados grupo de altíssimo risco para letalidade da COVID-19, foram fundamentais para a proteção dos direitos dos idosos. Dentre seus objetivos, estão recuperar, manter e promover autonomia e independência dos idosos conforme diretrizes e princípios do SUS. O Estatuto do Idoso, por sua vez, visa garantir, além da saúde, outros direitos fundamentais como o direito à vida, liberdade, respeito, dignidade, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização e trabalho, previdência social, assistência social, habitação e transporte.

Apesar da materialização em políticas públicas das reivindicações destes grupos e da sociedade civil organizada em permanente mobilização, razão por que se diz que a reforma sanitária é uma luta permanente, há desafios constantes na defesa destes direitos, uma vez que estão sob permanente ameaça de ataque e desmonte com o avanço dos imperativos liberais.

Portanto, no tocante à saúde como Direito e integralidade como princípio constitucional, o GECUID tem um posicionamento político que se soma às lutas pelos direitos humanos, pela reforma sanitária, pela defesa do SUS, pela humanização da assistência, entre outros aspectos; e, por isso, esse diálogo busca não só a reflexão e o intercâmbio de olhares e práticas, mas busca, igualmente, somar terreno em favor dos Direitos Humanos e de um sócio-ativismo que se mantém presente e vivo, ainda que os contextos políticos desfavoráveis ameacem direitos duramente conquistados.

## Vivências do GECUID na pandemia da COVID-19

No ano de 2020, fomos surpreendidos com a chegada da pandemia da COVID-19, doença ocasionada pela infecção do vírus SARS-COV 2 que atingiu a imensa maioria da população, gerando um grave problema de saúde pública mundial. Por não termos uma medida de enfrentamento efetiva contra o vírus, tivemos que adotar uma série de medidas para reduzir seus efeitos, dentre elas o distanciamento social. Se concretiza em ações restritivas de contato social, tais como fechamento de escolas e universidades, cancelamento de eventos públicos com aglomeração, estímulo ao teletrabalho e manutenção apenas de atividades essenciais nas cidades. Desta forma, as pessoas se viram forçadas a ficar em suas residências e evitar ao máximo todo o contato social.

Com isso, nossa rotina de aulas foi interrompida, assim como os encontros presenciais com o GECUID. Passado um mês de adaptação frente ao novo cenário, retomamos os nossos encontros a partir de uma plataforma online motivados por tentar entender esta emergente questão de saúde pública que nos atravessava, especialmente as questões psicológicas e sociais. Entendendo o compromisso social que uma universidade pública tem com a comunidade neste momento, desenvolvemos, o projeto de pesquisa e extensão “*GECUID NA COMUNIDADE: ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS NO PERÍODO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL DEVIDO A PANDEMIA DO COVID-19*”, com o objetivo de compreender as consequências psicológicas e sociais que a comunidade do entorno da UNEB tem vivenciado, durante o distanciamento social, em função da pandemia do COVID-19. O projeto desenvolveu-se em três linhas de ações: grupo de estudo, pesquisa e extensão.

Iniciamos as atividades a partir do grupo de estudo com leitura e discussão dos principais artigos científicos, livros e documentos de referência técnica que fomentaram o debate acerca dos principais impactos psicológicos e sociais relacionados à pandemia, assim como acerca das formas de construção do cuidado que então se organizavam para assistir às pessoas naquela emergência sanitária. Os principais temas discutidos foram os impactos psicológicos relacionados ao COVID-19, morte, luto, violência, desigualdade social, SUS, cuidados com o cuidador e trabalho do psicólogo em situações de emergências. Ao realizar a busca dos artigos, percebemos a escassez de materiais sobre estas temáticas associadas a pandemia, considerando que estávamos vivenciando um fenômeno sem precedentes.

Alguns artigos traziam o contexto de desenvolvimento ou agravamento de questões de saúde mental a partir de outras pandemias. A revisão sistemática de estudos sobre a quarentena vivenciada em outras epidemias no mundo, como Ebola, AIDS e SARS, evidenciou que, nestes casos, os sintomas psicológicos mais comuns foram ansiedade, insônia, exaustão, angústia, sintomas do estresse pós-traumático, depressão, irritabilidade, variações do humor, medo, luto, abuso de álcool, sintomas de dependência química, isolamento, solidão. Os estudos mencionavam, ainda, que a própria quarentena pode ser uma condição estressora devido ao medo da infecção, sentimentos de frustração e tédio gerados pela perda da rotina usual, falta de suprimentos básicos e informações inadequadas sobre ações a serem feitas e o propósito da quarentena. Além disso, pessoas que já apresentam transtornos psicológicos tendem a ver seus sintomas agravados neste contexto (BROOKS *et al.*, 2020).

Nossas discussões levaram também à grata descoberta da leitura de Boaventura Santos no seu livro *A cruel pedagogia do vírus*. Com ele, vimos que, apesar da pandemia atingir o mundo todo, ela

não está sendo vivenciada da mesma forma por todas as pessoas. Incluímos mulheres, trabalhadores informais, trabalhadores de rua como ubers, pessoas em situação de rua, moradores de favelas e periferias, pessoas internadas em campos de confinamento como imigrantes, deficientes, idosos, pessoas com questões de saúde mental. Essas pessoas já viviam, de certa forma, em emergência sanitária, devido a outras questões de saúde como violência, fome e outras epidemias. Algumas já viviam, inclusive, em confinamento forçado por, muitas vezes, terem limitação de circulação nas cidades devido às questões de violência e estigmatização (SANTOS, 2020).

Por outro lado, o confinamento também agravou situações de violência doméstica, considerando que muitas mulheres foram forçadas a conviver com seus agressores numa mesma habitação. Somam-se a isso as condições precárias de tais habitações, redução da renda, sobrecarga de trabalho doméstico, insegurança generalizada, aumento do nível do estresse devido ao medo de adoecer, dentre outros fatores sociais que atravessam essa pandemia (MARQUES *et al.*, 2020). Desta forma, percebemos que essa crise não era apenas sanitária, mas, também, econômica, social e psicológica.

Após a fase de grupo de estudos, vimos que seria importante compreender como estas questões estavam sendo atravessadas pela comunidade do entorno da UNEB. Desta forma, iniciamos a pesquisa empírica “Vivências na pandemia da COVID-19” a partir de um formulário online, que foi enviado para moradores do entorno da UNEB, que voluntariamente participaram da pesquisa. Foi conduzida a partir de uma metodologia exploratória e descritiva com informações coletadas de forma quantitativa e qualitativa. Tratava-se de uma pesquisa exploratória, pois visava compreender um fenômeno novo que ainda carecia de hipóteses explicativas. Era também descritiva, pois visava levantar atitudes e opiniões da população acerca do tema, adotando um caráter descritivo e não associativo entre variáveis (GIL, 2002).

Para recrutamento da amostra, foi utilizada a técnica bola de neve que consiste em um tipo de amostragem não probabilística a qual utiliza informantes-chaves para indicar novos participantes da pesquisa, a partir de sua própria rede social, até que haja saturação dos dados (VINUTO, 2014). Esta técnica é muito útil para identificar populações de difícil acesso ou que estejam reclusas por algum motivo. Considerando o contexto da pandemia e as dificuldades de acesso de uma amostra representativa dos moradores neste momento, esta técnica mostrou-se adequada para a realização desta pesquisa.

Como instrumento da pesquisa, foi utilizado um questionário desenvolvido através da plataforma *Google Forms* onde havia perguntas estruturadas e semi-estruturadas a respeito de aspectos sócio-demográficos, psicológicos e sociais vivenciados durante o período da pandemia. Este questionário foi enviado para os informantes-chaves que responderam ao instrumento e indicaram outras pessoas para a participação. Todos os aspectos éticos na realização da pesquisa foram seguidos. O sigilo das informações foi garantido através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado também no *Google Forms*. O processo de construção do questionário teve como base artigos científicos e foi desenvolvido de forma conjunta nas reuniões ordinárias do grupo, além de passar por estudo piloto.

A pesquisa apresentou duas fases de coleta de dados, iniciando com a aplicação do questionário online em junho e julho de 2020 e novamente, com os mesmos participantes, em novembro do mesmo ano. Na primeira fase, participaram 100 moradores do entorno da UNEB e na segunda fase apenas 23 aderiram à pesquisa. Inicialmente foram investigados aspectos sócio-demográficos e psicossociais vividos durante a pandemia, bem como as principais dificuldades vivenciadas neste período. Posteriormente, os aspectos

psicossociais e dificuldades enfrentadas na primeira fase foram novamente investigados.

Após a coleta de dados, foram feitas as análises estatísticas dos dados quantitativos através de análises descritivas com cálculos de médias das variáveis quantitativas e frequência de variáveis categóricas. Os dados qualitativos foram analisados à luz do método hermenêutico-dialético com a categorização de respostas. Este método parte do pressuposto que a fala dos sujeitos deve ser considerada em seu contexto para que haja maior compreensão. Considera também que os resultados de uma pesquisa são sempre uma aproximação da realidade social, mas que a apreensão desta realidade nunca pode ser reduzida aos dados de uma pesquisa (MINAYO *et al.*, 2002). Inicialmente, os dados foram ordenados a partir da transcrição das respostas e organização dos relatos e, em seguida, os dados foram classificados conforme categorias de análise que foram elaboradas a partir da fala dos sujeitos e a literatura, especialmente a Psicologia Social crítica (MINAYO *et al.*, 2002).

Como principais resultados, verificou-se que os participantes eram, em sua maioria, mulheres, jovens, estudantes ou profissionais de diversas áreas e autodeclaradas pretas. Os aspectos psicossociais mais vivenciados durante a pandemia foram ansiedade, cansaço e estresse. Estes aspectos mantiveram-se presentes na segunda fase do estudo, porém houve aumento de sentimentos como frustração e estresse, bem como uma redução da ansiedade, do cansaço e do medo. As principais dificuldades vivenciadas foram emocionais, financeiras e nas relações interpessoais e se mantiveram presentes na segunda fase do estudo.

Os dados confirmam o que foi identificado por outros estudos no cenário internacional e nacional. No Brasil, os casos de estresse e ansiedade mais do que dobraram neste primeiro ano da pandemia e são as mulheres as mais propensas a sofrer com

ansiedade e depressão, em especial as que continuam trabalhando, porque se sentem ainda mais sobrecarregadas acumulando tarefas domésticas e cuidados com os filhos em casa (CASTRO *et al.*, 2020). Outra questão concernente ao gênero diz respeito ao alarmante crescimento dos números da violência doméstica contra mulheres (MORAES *et al.*, 2020).

Concernente às dificuldades durante o período pesquisado, observa-se que essas dificuldades estão relacionadas aos sentimentos gerados pela pandemia, instabilidades financeiras e situações de conflitos com terceiros. As dificuldades emocionais foram as mais evidenciadas, sendo o medo e as incertezas diante da doença e suas repercussões as respostas mais frequentes. A partir do exposto, Ornell *et al.* (2020) apontam que o medo gerado por informações falsas sobre o vírus e a falta de medidas de combate impactam na saúde mental da população. Ressalta-se que na presente pesquisa houve uma diminuição do sentimento de medo, entre o intervalo do primeiro e segundo questionário, o que sugere uma adaptação, diante da continuidade da pandemia.

Ainda que apenas 100 moradores tenham respondido a pesquisa e que não possamos generalizar os resultados, este estudo reforça o papel social da universidade como parceira no processo de enfrentamento da pandemia e de suas consequências, podendo, a partir dela, delinear um suporte psicossocial e construir intervenções em saúde junto à comunidade. Os dados preliminares foram apresentados no VII Café Científico da UNEB em novembro de 2020 e o artigo foi submetido a uma revista científica dirigida à produção acadêmica na área de Saúde Coletiva.

Figura 01 - Anais do VII Café Científico da UNEB



O terceiro e último eixo de trabalho do GECUID com o tema “Vivências na Pandemia da Covid-19” culminou com a realização de dois eventos científicos online. Inicialmente, organizamos o evento “Pré-Diálogos sobre o Cuidado” em setembro de 2020 e posteriormente houve o “IV Ciclo de Diálogos sobre o Cuidado”. No Pré-Diálogos sobre o Cuidado, nos apresentamos enquanto grupo de pesquisa. Os palestrantes foram os próprios membros do grupo divididos em eixos de apresentação: docentes, discentes e egressos. Apresentamos o projeto de pesquisa guarda-chuva “Múltiplos referenciais da Psicologia na construção do cuidado no contexto da Atenção Básica: um estudo junto às Unidades Básicas de Saúde e/ou Unidades de Saúde da Família no município de Salvador-BA”, do qual se originaram todas as pesquisas atuais do grupo. Também apresentamos os eixos de cada subprojeto desenvolvido no Programa de Iniciação Científica, tendo como foco as temáticas de geração, gênero e raça. Alguns discentes apresentaram seus projetos de pesquisa, vinculados ao projeto guarda-chuva. Já os egressos, trouxeram suas práticas nas

residências multiprofissionais e falaram sobre a importância do GECUID nas suas formações.

A quarta edição do Ciclo de Diálogos sobre o Cuidado veio com a proposta de discutirmos as vivências na pandemia. Tínhamos o interesse em compreender o contexto das pessoas que estavam vivenciando condições de vulnerabilidade durante a pandemia para discutirmos as estratégias de intervenção e construção do cuidado que envolvessem educação para a saúde, mas que levassem em consideração a complexidade destes contextos de vulnerabilidade, tão comuns em nossa realidade. O evento contou com a participação de 12 palestrantes de diversas áreas e 144 participantes inscritos. Os temas das palestras versaram sobre o cuidado em tempos de pandemia, especificamente a vivência dos idosos, maternidade, violência contra mulher, populações vulneráveis, luto e morte na pandemia. Além disso, foram realizadas intervenções artísticas. Foram 10 horas de evento online, gerando 1.794 visualizações em todos os vídeos disponíveis no canal do Youtube do GECUID.

Figura 02 - Card do evento Pré-Diálogos sobre Cuidado

O GECUID APRESENTA:

**IV CICLO DIÁLOGOS  
SOBRE O CUIDADO:  
VIVÊNCIAS NA  
PANDEMIA DA COVID-19**

27, 28 e 29 de outubro | 15h às 20:30

TRANSMISSÃO YOUTUBE

**PROGRAMAÇÃO:**

- 27 de outubro**  
Conferência de abertura: O Cuidado nos tempos da pandemia (José Ricardo Ayres)
- 28 de outubro**  
Mesa 1 (15h-17:30): Idosos e a experiência de ser grupo de risco na pandemia  
Mesa 2 (18:30-20:30): Pandemia e populações vulnerabilizadas
- 29 de outubro**  
Mesa 1 (15h-17:30): Maternidade e violência contra a mulher na pandemia  
Mesa 2 (18:30-20:30): O processo de Luto e Morte na Pandemia

Logos: GECUID, Universidade Federal do Rio de Janeiro, e ícones de redes sociais (YouTube, Facebook, Instagram).

Figura 03 - Card do evento IV Diálogos sobre o Cuidado



## Perspectivas Futuras

O GECUID segue produzindo pesquisa e atividade de extensão, mantendo sua principal característica que é a co-construção da produção científica com docentes, discentes, egressos e técnicos sobre o tema do cuidado. Importante pontuar os desafios impostos pela pandemia para a manutenção das atividades de forma totalmente online em um contexto de precarização do trabalho, com dificuldades de infraestrutura e acessibilidade de internet para todos os seus membros. Soma-se a isso os atravessamentos pessoais e profissionais de cada um neste contexto de instabilidades e vulnerabilidades de diversas ordens. Seguimos produzindo ciência em um momento em que ela tem sido constantemente questionada.

Pretendemos seguir com a discussão da Psicologia na Atenção Básica, e desenvolver ações de extensão voltadas à comunidade do entorno da UNEB, visando dar suporte psicossocial e desenvolver ações de educação em saúde mesmo após o período da pandemia. Neste sentido, foram aprovados mais sete projetos de iniciação científica para o exercício 2021-2022, através do edital nº 013/2021. Todos os projetos aprovados estão focados

em compreender os impactos da Pandemia sobre o trabalho dos Psicólogos que atuam na Atenção Básica em Salvador-BA, com atenção aos aspectos de geração, gênero e raça, em conformidade com os princípios ético-políticos e compromisso social, assumidos pelo grupo desde a sua formação.

## REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Os sentidos de cuidado em práticas populares voltadas para a saúde e doença. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. (Organizadores). *Cuidado: as fronteiras da integralidade*. Rio de Janeiro: CEPESC/UERJ, IMS/ABRASCO, 2013, p. 189-205.

AYRES, R.C.M. *Cuidado: trabalho e interação nas práticas de saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2009.

AQUINO, E.M.L. Gênero e saúde no Brasil: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Revista de Saúde Pública*. v.40, n. Esp, p.121-132, 2006

BASTOS, J. L.; CELESTE, R. K.; FAERSTEIN, E.; BARROS, A. J. D. Discriminação racial e saúde: uma revisão sistemática de escalas com foco em suas propriedades psicométricas. *Saúde & Transformação Social*, v.1, n.2, p.4-16, 2011

BRASIL. Presidência da República. Lei No 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 2.528 de 19 de Outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006

BRASIL. Política Nacional de Saúde da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2007

BROOKS, S.K. et al. The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. *Lancet*. v.395, mar.14, p. 912- 920, 2020

CARDOSO, A. M.; SANTOS, R. V.; COIMBRA JUNIOR, C. E. A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? *Cadernos de Saúde Pública*. v.21,n.5, p.1602-1608, 2005

CASTRO, T.C.M.; DETONI, P.P.; BOTTEGA, C.G.; TITTON, J. Em tempos de Coronavírus: Home Office e o Trabalho Feminino. *Revista Novos Rumos Sociológicos*. v.8, n.14, p.40-64, 2020

CHOR, D.; LIMA, C. R. A. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. v.21,n.5, p.1586-1594, 2005

COSTA A.M.; MÉRCHAN-HAMANN, E.; TAJER, D (Org.) *Saúde, equidade e gênero: um desafio para as políticas públicas*. Brasília (DF): UNB/ ABRASCO-ALAMES, 2000

CRUZ, I. C. F. Saúde da população negra: a construção da equidade no SUS pela implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. *Online Brazilian Journal of Nursing*. v. 9, n.3, 2010  
DINIZ C.S.G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os

muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.10, p.627-37, 2005

FARO, A.; PEREIRA, M.E. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia (Natal)*. v. 16, n. 3, p. 271-278, Dec. 2011

FREITAS, G.L.; VASCONCELOS, C.T.M.; MOURA, E.R.F.; PINHEIRO, A.K.B. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. v.11, n.2, p. 424-428, 2009

GIL, A.C. Como classificar as pesquisas? In: *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002

LOPES, F. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. v.21, n.5, p.1595-1601, 2005

MARQUES, E.S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*. v.36, n.4, p.1-6, 2020

MARTINS, D.M.B. Artes de Cuidar e ser Cuidado: experiências integrativas na perspectiva da Dádiva. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife, 2014.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: 70, 2008

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MORAES, C.L.; MARQUES, E.S.; RIBEIRO, A.P.; SOUZA, E.R. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. *Ciência & Saúde Coletiva*. n.25, supl. 2, p. 4177-4184, 2020

ORNELL, F.; SCHUCH, J.B.; SORDI, A. O.; KESSLER, F. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. v. 42, n.3 p. 232–235, 2020

SANTOS, B.S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*. v. 22 n.44, p.203-220, ago/dez. 2014

WILLIAMS, D.R.; PRIEST, N. Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 124-174, 2015

## CAPÍTULO 6

### “*ALLEGRO MA NON TROPPO*”: COMPROMETIMENTO E SUA RELAÇÃO COM O ESTRESSE

Paulo Wenderson Teixeira Moraes  
Antonio Virgílio Bittencout Bastos  
Bianca Saionara Lima Pessoa

A reciprocidade nas relações de troca é fundamental para manter a estabilidade do sistema social. O contrato de trabalho é um tipo de formalização de tal reciprocidade que estabelece as expectativas de ambos os lados, empregador e empregado, que acontece efetivamente quando há equivalência nas trocas e cumprimento das expectativas. Com a flexibilização de tais contratos, a reciprocidade tem sido abalada em muitos setores da economia, acarretando altos custos despendidos pelo trabalhador e baixos ganhos recebidos em troca. Isso é agravado em relações de dependência, na qual há limitadas alternativas a curto prazo. Além disso, no contexto da economia globalizada que mantém uma constante pressão por competitividade no mercado de trabalho, as carreiras se tornaram mais flexíveis, imprevisíveis e inseguras, causando efeitos adversos na saúde e no bem-estar do trabalhador.

Um dos modelos que tem explicado o mecanismo que desencadeia tais efeitos é o Desequilíbrio-Esforço-Recompensa (DER ou ERI – *Efford-reward-imbalance*), no qual a produção de reações inadequadas ao estresse, entre elas o compromisso excessivo com o trabalho, é resultante de situações de desequilíbrio entre o esforço empreendido e as recompensas esperadas (SIEGRIST; WAHRENDORF, 2016). A concepção teórica desse modelo surgiu dentro de um contexto no qual as relações precárias de contrato de trabalho cresceram amplamente na economia globalizada, com foco na noção de reciprocidade social e custos de transação (SIEGRIST, 1996).

No modelo DER, o esforço é um constructo unidimensional que considera a tensão psicossocial no trabalho através de uma escala aditiva de três itens que representam os estressores e demandas quantitativas, ou seja, constante pressão de tempo, interrupções no andamento das tarefas e aumento nas demandas. Por outro lado, o reforço é um constructo multidimensional com três tipos básicos de recompensa que foram definidas da seguinte forma: salário (recompensa financeira), promoção na carreira e segurança no emprego (recompensas relacionadas a status), e autoestima ou reconhecimento (recompensa social e emocional). É importante destacar que um contrato de trabalho não especifica os esforços e as recompensas em detalhes abrangentes, permanecendo um considerável espaço para ajustes e adaptação flexível. Entretanto, o contexto organizacional pode proporcionar experiências de alto-custo e baixo-ganho, ou seja, pressão grupal para aumentar os esforços e um comprometimento excessivo sem recompensas equivalentes. O trabalhador aceita tais condições muitas vezes por causa da ausência de alternativas ou por condições específicas relacionadas às escolhas estratégicas na carreira (SIEGRIST, 1996).

De acordo com Siegrist (2001), comprometimento excessivo com o trabalho é um padrão comportamental, cognitivo e motivacional para lidar com as demandas do trabalho que torna o trabalhador demasiadamente ligado ao contexto laboral, de tal forma que o indivíduo tem dificuldade em se desligar das responsabilidades e obrigações do emprego, apresentando impaciência e irritabilidade desproporcional. Está relacionado com uma excessiva necessidade de aprovação por outros e também com ambientes em que a pessoa vivencia desequilíbrios entre o esforço empregado e a recompensa esperada.

Por tanto, o modelo DER alega que as experiências de alto-custo e baixo-ganho são falhas na reciprocidade contratual que acontece em diferentes setores do mercado de trabalho e

frequentemente impacta diretamente a população ativa, seja para aqueles que não possuem alternativa de escolha, para os que estão expostos a uma situação de extrema competição ou até mesmo para aqueles que se comprometem excessivamente com o trabalho. Como essas condições são encontradas em muitos países, o modelo é relevante e pode ser utilizado em muitas partes do planeta, neste tempo atual de economia globalizada, explicando o impacto dessa experiência de privação de recompensas, em que os esforços “não valem a pena”, afetando negativamente a saúde e o bem-estar do trabalhador (Siegrist & Wahrendorf, 2016)

Nesse contexto adverso, entretanto, o compromisso também surge num sentido positivo. Os trabalhadores têm se defrontado com o desafio de organizar o seu futuro profissional com autonomia e com comprometimento com sua carreira, utilizando-se de suas competências pessoais para tornarem-se “agentes do destino de suas carreiras”(DIRENZO, 2015). A orientação de carreira Proteica (HALL, 2004), por exemplo, se fundamenta em duas dimensões críticas: 1) uma abordagem autodirigida para administração da carreira na qual o indivíduo exerce controle pessoal sobre o desenvolvimento profissional na medida em que toma a iniciativa de explorar as opções de carreira e tomar suas próprias decisões; 2) uma orientação dirigida por valores por meio da qual o indivíduo busca suas metas levando em conta valores pessoalmente significativos que provêm a motivação subjacente às decisões de carreira, criando condições para a experiência psicológica do sucesso na carreira (Direnzo, 2015). Essa ênfase no compromisso individual com a carreira num contexto extremamente competitivo da economia globalizada pode ser crítica em situações de comprometimento excessivo com o trabalho, tendo em vista que este último está relacionado com diversos problemas de saúde. Ainda carece de verificação a relação entre esses dois tipos de comprometimento

que parecem caminhar em direções opostas no que tange à saúde e o bem-estar do trabalhador.

O comprometimento com a carreira é o foco menos desenvolvido nas pesquisas de comprometimento e possui várias terminologias para descrever o fenômeno, como “comprometimento profissional”, “comprometimento ocupacional”, “saliência da carreira” e “motivação para carreira”. A profissão seria um conceito menos abrangente que ocupação, tendo em vista que muitas ocupações não possuem o nível de profissionalismo típico que lhes conferem o status social que diferencia uma ocupação. Já o termo ocupação, não compreende os processos típicos de desenvolvimento de habilidades e engajamento no desenvolvimento profissional, sendo, portanto, preferível a terminologia “comprometimento com a carreira”, já que esse termo abrangeria tanto as ocupações como as profissões e está associado à noção de sequência de trabalhos correlacionados a um determinado campo de trabalho, ao longo do tempo.

A mensuração do comprometimento com a carreira sofre uma grande influência desse modelo que prioriza basicamente o compromisso de continuação e de identidade, inspirado no conceito de *side-bets*. De acordo com Blau (2001), as dimensões do comprometimento com a carreira apresentaram provas empíricas ainda insuficientes para fundamentar os diferentes fatores e descartar a solução de um constructo unidimensional. Além de estudos longitudinais, é necessário avaliar o aspecto discriminante de cada dimensão em relação a outras variáveis. Entretanto, de acordo com Magalhães (2005), essa escala unidimensional expressa mais o desejo e a convicção da escolha profissional do que as atitudes necessárias para levar a carreira adiante. A definição do constructo de Blau está relacionada com essa limitação do instrumento, pois vocação e carreira acabam sendo confundidas como sendo o mesmo conceito e ficam bastante restritas à ideia de identificação e continuação.

Para Carson & Carson (1997), o conceito mais apropriado para a perspectiva teórica que prima pela ideia de continuidade é o conceito de entrenchamento na carreira. Por outro lado, para mensurar o constructo de comprometimento com a carreira, Carson e Bedian (1994) construíram uma escala com 12 itens que corroboraram com os três fatores propostos por London (1983)(1983). Esse instrumento se divide em 3 fatores, cada um constituído por 4 itens, que expressam a identidade, a resiliência e o planejamento da carreira. De acordo com Magalhães (2005), isso torna o construto multidimensional com três componentes descritos da seguinte maneira: “o apego emocional à própria carreira (identidade); a determinação de necessidades de desenvolvimento e estabelecimento de metas de carreira (planejamento de carreira); a resistência à ruptura da carreira em face de adversidades (resiliência)”(p. 97).

Apesar do contexto global adverso para todos, a resiliência pode ser um recurso fundamental na administração do estresse associado à profissão. Em estudo sobre famílias com ambos os pais com carreira para administrar, a resiliência se revelou um fator importante no alívio do estresse proveniente das demandas da carreira e da família (AFIFI; HARRISON; ZAMANZADEH; CALLEJAS, 2020). A resiliência está associada positivamente com o bem estar subjetivo e com o sucesso na carreira, sendo que um dos mecanismos explicativos é a capacidade de adaptação de indivíduos mais resilientes que impacta na percepção do estresse no trabalho (HAN; CHAUDHURY; SEARS, 2019). Além de estar associado com a satisfação no emprego, a resiliência é um fator associado com a diminuição da rotatividade (MYERS; ROGERS; LECRONE; KELLEY *et al.*, 2018).

Já o comprometimento com o planejamento é considerado um fator basilar do conceito de adaptabilidade na carreira. Aqueles que apresentam melhor habilidade em administrar a carreira tendem

a ter maior satisfação com o trabalho e reduzir os níveis de estresse (FIORI; BOLLMANN; ROSSIER, 2015). As habilidades de adaptação à carreira têm uma associação negativa com o estresse no trabalho e positiva com orientações para felicidade. (JOHNSTON; LUCIANO; MAGGIORI; RUCH *et al.*, 2013). Complementando a capacidade de planejar e administrar a carreira, alguns estudos têm encontrado fatores associados à personalidade que impactam na adaptação a determinadas carreiras e, conseqüentemente, na satisfação no trabalho (STOLTZ; WOLFF; MONROE; MAZAHREH, 2013; YANG; YANG, 2019).

Em estudo de meta-análise, Lee, Carswell e Allen (2000) relataram associações entre comprometimento com a carreira (ocupação) e outras variáveis organizacionais, como satisfação e envolvimento com o trabalho, avaliação de desempenho e comprometimento organizacional. Não foi detectada nenhuma relação com variáveis de cunho demográfico.

Em relação à rotatividade, os principais resultados dos estudos empíricos apontam para uma associação negativa com o comprometimento com a carreira, ou seja, maior compromisso com a carreira tende a diminuir a rotatividade (BLAU, 1989). Já os preditores desse comprometimento não apresentam ainda uma base consistente de evidências para generalizações, até mesmo por causa do número reduzido de pesquisas realizados e pelo uso de distintos instrumentos para mensurar o construto. Ainda de acordo com Blau (1989), numa dessas pesquisas, é possível observar que duas variáveis pessoais (maior tempo na profissão e estado civil) e duas situacionais (menor percepção de ambigüidade do papel e comportamentos de estruturação do supervisor) foram preditores de comprometimento com a carreira, entre enfermeiras.

Algumas pesquisas têm demonstrado que quanto mais os trabalhadores relatam sintomas de estresse menos tendem a estar comprometidos com a carreira (BORG; RIDING, 1991;

CHAPMAN, 2013; SAIF, 2016). Na área da educação, por exemplo, professores que relataram maior estresse estavam menos satisfeitos com o ensino, relataram maior absenteísmo, maior probabilidade de deixar a carreira e menor comprometimento com a carreira (Borg & Riding, 1991). Estes estudos utilizaram um modelo similar ao de Blau que é caracterizado basicamente pela noção de identidade com a carreira e desejo de permanecer na carreira. Já outro estudo, partiu de uma compreensão mais ampliada do comprometimento, incorporaram além dessas ideias, o dever normativo, os custos acumulados e a ausência de alternativas (BERGIN; JIMMIESON, 2015). Isto possibilitou testar o caminho inverso e os resultados revelaram um efeito amortecedor do compromisso com a carreira, aliviando assim o impacto do estresse. Nesse sentido, outro estudo também apontou que o aumento do comprometimento com a carreira pode reduzir os efeitos negativos do estresse no emprego e melhorar atitudes relacionadas ao trabalho (GAITHER, 1999).

Além disso, há os efeitos de interação que podem confundir a interpretação dos resultados se não forem analisados adequadamente. Bergin e Jimmieson (2015), por exemplo, encontraram que o comprometimento com a carreira, entre os advogados estudados, somente estava relacionado com menores sintomas de ansiedade para aqueles que tinham alto comprometimento normativo com a carreira juntamente com baixos escores para comprometimento devido à ausência de alternativas e altos custos acumulados.

Comparando o comprometimento com a carreira e o comprometimento excessivo, de modo geral, observa-se que eles apresentam resultados divergentes na literatura e apontam caminhos contrários no que tange ao estresse. Enquanto um compromisso parece ser positivo para o trabalhador, o outro claramente aponta para o recrudescimento do estresse e para prejuízos à saúde. O

objetivo deste estudo foi analisar a relação entre o comprometimento excessivo com o trabalho e o comprometimento com a carreira, por um lado, e o sofrimento psíquico associado ao estresse por outro.

## **Método**

A amostra foi exploratória e não aleatória, sendo constituída a partir da disponibilidade dos 320 bancários que foram abordados, em 38 diferentes agências do Estado da Bahia, de diferentes bancos públicos e privados. Apenas 220 retornaram os questionários completamente respondidos. Esses 220 bancários que consentiram em participar possuem uma média de idade de 40,4 anos, dos quais 120 eram mulheres. Os dados foram analisados por meio de um programa estatístico (SPSS), sendo apresentadas análises de correlação e regressão. Uma descrição mais apurada da amostra se encontra em Moraes e Bastos (2017). A pesquisa foi registrada no CEP-UEFS (CAAE no 0043.059.000-11).

Para mensurar o comprometimento com a carreira foi utilizada a versão traduzida e aplicada no contexto brasileiro por Magalhães (2005) do instrumento elaborado por Carson e Bedeian (1994), que se constitui de 12 frases avaliadas através de uma escala do tipo Likert que varia de 1 a 5, onde 1 assinala que o sujeito afirma que “a frase é totalmente falsa a seu respeito” e 5 “a frase é totalmente verdadeira a seu respeito”. O constructo é composto por três fatores: identidade, planejamento e resiliência.

Para mensurar o comprometimento excessivo foi utilizada a escala reduzida do modelo DER (Desequilíbrio- esforço-recompensa) (ERI- Effort- Reward- Imbalance) (SIEGRIST; STARKE; CHANDOLA; GODIN *et al.*, 2004; SIEGRIST; WEGE; PUHLHOFER; WAHRENDORF, 2009), traduzida no Brasil por Moraes (2014). Esta versão vem sendo validada em diferentes partes do mundo. O instrumento DER (versão curta) é composto

por 16 itens, mas apenas 6 avaliam o comprometimento excessivo, os quais descrevem a dificuldade do sujeito em se desligar das responsabilidades laborais, mesmo quando fora do expediente, devido ao excesso de preocupação e a propensão a se sobrecarregar com as demandas do emprego. A escala utilizada para dar valor aos itens é de tipo Likert, que varia de 1 até 4. Tais valores representam as seguintes afirmações: 1 discordo fortemente, 2 discordo, 3 concordo e 4 concordo fortemente.

Para avaliar a “tensão ou estresse psíquico”, foi utilizado o fator tensão ou estresse psíquico do Questionário de Saúde Geral de Goldberg – QSG (PASQUALI; GOUVEIA; ANDRIOLA; MIRANDA *et al.*, 1996). Para avaliar cada um dos 13 itens que compõem esse fator, foi utilizada uma escala tipo Likert que varia de 1 a 4, onde 1 significa “não, absolutamente” e 4, “muito mais do que de costume”.

## **Resultados**

A tabela 1 apresenta os escores médios obtidos pelos bancários na avaliação do estresse psíquico, do comprometimento com a carreira e do comprometimento excessivo com o trabalho. De acordo com Pasquali *et al.* (1996), um escore bruto maior ou igual a 3 em estresse psíquico é indicador da presença de distúrbios. O escore médio de 2,02 obtido se aproxima do significado semântico atribuído ao valor 2 nessa escala, de tipo Likert, ou seja, “Não mais do que de costume”, indicando que os sintomas listados nos treze itens foram em média avaliados como dentro da normalidade ou sob controle.

Tabela 1

Média, desvio padrão e correlações entre idade, sexo, comprometimento com a carreira e comprometimento excessivo com o trabalho, Bahia, 2013, n=220.

	1	2	3	4	5	Média	DP
1. Idade	-					40.42	9.7
2. Sexo	.031	-					
3. Comprometimento Excessivo c/ trabalho	.096	.027	-			2.36	0.59
4. Comprometimento com a carreira	-.091	-.086	-.182*	-		3.09	0.78
5. Estresse psíquico	.101	.201*	.493*	-.407*	-	2.02	0.65

\*  $p < 0.01$

Quanto ao comprometimento com a carreira, o valor médio de 3,09 se aproxima do significado semântico atribuído ao valor 3 dessa escala, de tipo Likert, ou seja, “A frase é parcialmente verdadeira a seu respeito”, indicando que os doze itens que formam os três fatores (Identificação, Planejamento e Resiliência) foram em média avaliados positivamente, caracterizando uma leve tendência para o comprometimento com a carreira.

Já observando o comprometimento excessivo, nota-se que foi obtido um escore médio de 2,36, entre o significado semântico do valor 2 “discordo” e do valor 3 “concordo”, caracterizando um grupo relativamente indefnido quanto ao comprometimento excessivo.

O interesse deste trabalho é saber se existe correlação entre estes diferentes constructos relacionados ao comprometimento e qual a natureza da associação. Ainda na tabela 1, é possível analisar como as variáveis se relacionam e o sentido dessa associação. O

estresse psíquico está significativamente e positivamente associado com o comprometimento excessivo (0,493) e, negativamente, com o compromisso com a carreira (-0,407), sendo uma correlação de força moderada. Já os dois tipos de comprometimento estão correlacionados entre si (-0,182), significativamente e negativamente. Estes resultados corroboram com as pesquisas discutidas anteriormente e fortalecem a ideia de que esses dois tipos de comprometimento são constructos distintos e se comportam em direções opostas.

Para construir um modelo de previsão da variação do estresse psíquico a partir dessas duas variáveis, foi realizada uma análise de regressão, cujos resultados se encontram na tabela 2 a seguir.

Tabela 2

Modelos de regressão linear do estresse psíquico em função comprometimento excessivo com o trabalho e comprometimento com a carreira, entre bancários da Bahia, 2013. (n=220)

	F	R <sup>2</sup>	ΔR <sup>2</sup>	B	EP	β	r	r parcial
Modelo 1	5.621*	.049	.049*					
Idade				.006	.004	.095	.101	.097
Sexo				.261	.087	.198*	.201	.199
Modelo 2	28.013*	.280	.231*					
Sexo				.246	.076	.186*	.201	.214
Comp. Exc. C/ Trab.				.543	.065	.483*	.493	.493
Modelo 3	31.939*	.373	.093*					
Sexo				.209	.072	.158*	.201	.195
Comp. Exc. c/ Trab.				.483	.062	.429*	.493	.469
Comp. c/ a Carreira				-.263	.047	-.312*	-.407	-.359

\* p < 0.01

O primeiro modelo é apenas para o controle de variáveis demográficas que poderiam estar interferindo na explicação das variáveis principais de interesse. Ele explica apenas 5% da variação do estresse psíquico. O segundo modelo acrescenta a primeira variável preditora que é o comprometimento excessivo. Com essa

inclusão, o modelo 2 agrega mais 23,1% de explicação da variação do estresse psíquico, explicando assim, no total, 28% da variação. Observa-se que a “idade” deixa de ser um preditor significativo nesse modelo. Já no último modelo 3, a introdução da variável comprometimento com a carreira agrega mais 9,3% na explicação da variação do estresse psíquico, totalizando 37,3%. Observa-se que o coeficiente B é negativo, caracterizando uma relação em que o aumento desse comprometimento está associado com uma diminuição do estresse psíquico. A idade também não se revelou significativa nesse modelo e o sexo diminuiu em importância em relação ao modelo anterior.

## **Discussão**

O contexto atual desfavorável para o trabalhador pode acarretar vínculos precários que induzem ao comprometimento excessivo com o trabalho, que se revelou diretamente ligado ao estresse psíquico. Por outro lado, os resultados indicaram que o comprometimento com a carreira está associado com menos estresse. Portanto, faz-se necessário distinguir o compromisso saudável no contexto laboral daquele que é prejudicial.

O combate ao comprometimento excessivo envolve uma luta política para recompor relações igualitárias de trabalho e desculpabilização do indivíduo pelas condições adversas da economia globalizada. Por essa via, a sociedade tem uma luta de longo prazo a ser travada com os diversos interesses corporativos, por um lado, e projetos coletivos e sociais por outro.

Já o fomento do comprometimento com a carreira é uma tarefa cotidiana que pode favorecer o desenvolvimento das pessoas. É mais um recurso que o indivíduo pode obter ao longo de sua jornada profissional e, para tanto, pode ser apoiado por iniciativas institucionais desde o começo de sua formação. Nesse sentido, a

sociedade também carece de amplos espaços para o desenvolvimento profissional, que fortaleça no indivíduo sua capacidade de se identificar, planejar e ser resiliente em sua carreira.

Em estudos posteriores, será possível acompanhar a carreira dos trabalhadores e analisar o efeito causal do comprometimento com a carreira, pois com esta pesquisa, ainda não está claro se é o comprometimento com a carreira que alivia o estresse ou se é o estresse que impossibilita o compromisso com a carreira. A pesquisa longitudinal é um método adequado para responder a essa dúvida, mas é preciso caracterizar adequadamente o que vem a ser esse compromisso, que não pode ser confundido com o entrincheiramento sem alternativas percebidas nem o excesso de compromisso. Calibrando o ritmo de trabalho é possível chegar ao compromisso adequado e saudável, que seja “Allegro, ma non troppo”.

## REFERÊNCIAS

AFIFI, T. D.; HARRISON, K.; ZAMANZADEH, N.; CALLEJAS, A. M. Testing the theory of resilience and relational load in dual career families: relationship maintenance as stress management **Journal of Applied Communication Research**, 48, n. 1, p. 5-25, 2020.

BERGIN, A. J.; JIMMIESON, N. L. Interactive Relationships Among Multiple Dimensions of Professional Commitment: Implications for Stress Outcomes in Lawyers **Journal of Career Development**, 42, n. 6, p. 493-510, 2015.

BLAU, G. J. Testing the generalizability of a career commitment measure and its impact on employee turnover. 35, n. 1, p. 88-103, August 1989 1989.

BLAU, G. J. On assessing the construct validity of two multidimensional constructs: Occupational commitment and occupational entrenchment. 11, n. 3, p. 279–298, Autumn 2001 2001.

BORG, M. G.; RIDING, R. J. Occupational Stress and Satisfaction in Teaching. **British Educational Research Journal**, 17, n. 3, p. 263-281, 1991.

CARSON, K. D.; BEDEIAN, A. G. Career Commitment: Construction of a Measure and Examination of Its Psychometric Properties. **Journal of Vocational Behavior**, 44, n. 3, p. 237–262, June 1994 1994.

CARSON, K. D.; CARSON, P. P. Career entrenchment: a quiet march toward occupational death? Career anchors revisited: implications for career development in the 21st century. 1997.

CHAPMAN, A. **Determinants of Career Commitment in Primary School Teachers in Ireland; Self-Efficacy, Stress and Job Satisfaction.** . 2013. (Bachelor of Arts) - Department of Psychology, DBS School of Arts, Dublin.

DIRENZO, M. S. Relationship between protean career orientation and work-life balance: A resource perspective., 2015, Institutional Archive of the Naval Postgraduate School, Faculty and Researchers Collection.

FIORI, M.; BOLLMANN, G.; ROSSIER, J. Exploring the path through which career adaptability increases job satisfaction lowers job stress: The role of affect **Journal of Vocational Behavior**, 91, p. 113-121, 2015.

GAITHER, C. A. Career Commitment: A Mediator of the Effects of Job Stress on Pharmacists' Work-Related Attitudes. **Journal of the American Pharmaceutical Association**, 39, n. 3, p. 353-361, 1999.

HALL, D. T. The protean career: A quarter-century journey. **Journal of Vocational Behavior**, 65, n. 1, p. 1-13. , 2004.

HAN, Y. J.; CHAUDHURY, T.; SEARS, G. J. Does Career Resilience Promote Subjective Well-Being? Mediating Effects of Career Success and Work Stress. **Journal of Career Development**, p. 1-16, 2019.

JOHNSTON, C. S.; LUCIANO, E. C.; MAGGIORI, C.; RUCH, W. *et al.* Validation of the German version of the Career Adapt-Abilities Scale and its relation to orientations to happiness and work stress. **Journal of Vocational Behavior**, 83, p. 295-304, 2013.

LEE, G. K.; CARSWELL, J. J.; ALLEN, N. J. A meta-analytic review of occupational commitment: relations with person- and work-related variables. **J Appl Psychol**, 85, n. 5, p. 799-811, Oct 2000.

LONDON, M. Toward a Theory of Career Motivation. **Academy of Management Review**, 8, n. 4, p. 620-630, 1983.

MAGALHAES, M. O. **Personalidades vocacionais e desenvolvimento na vida adulta: generatividade e carreira profissional**. 2005. Tese - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4934>.

MORAES, P. W. T. **O efeito dos fatores psicossociais e dos vínculos com a carreira nos sintomas de LER/DORT entre bancários da Bahia.** 2014. 209 f. (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MORAES, P. W. T.; BASTOS, A. V. B. Os Sintomas de LER/DORT: um Estudo Comparativo entre Bancários com e sem Diagnóstico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 37, n. 3, p. 1-14, 2017.

MYERS, D. R.; ROGERS, R.; LECRONE, H. H.; KELLEY, K. *et al.* Work Life Stress and Career Resilience of Licensed Nursing Facility Administrators. **Journal of Applied Gerontology**, 37, n. 4, p. 435– 463, 2018.

PASQUALI, L.; GOUVEIA, V. V.; ANDRIOLA, W. B.; MIRANDA, F. J. *et al.* Questionário de saúde geral de Goldberg: Manual técnico QSG (adaptação brasileira). **São Paulo: Casa do Psicólogo.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

SAIF, N. I. Workplace Stress in Comprehensive Health Centers and Its Impact on Career Commitment **International Business Research**, 9, n. 7, p. 71-79, 2016.

SIEGRIST, J. Adverse health effects of high-effort/low-reward conditions. **J Occup Health Psychol**, 1, n. 1, p. 27-41, Jan 1996.

SIEGRIST, J. A Theory of Occupational Stress. *In*: DUNHAM, J. (Ed.). **Stress in the Workplace: Past, Present and Future.** London: Whurr Publishers, 2001. cap. 4, p. 52-66.

SIEGRIST, J.; STARKE, D.; CHANDOLA, T.; GODIN, I. *et al.*  
The measurement of effort-reward imbalance at work: European  
comparisons. **Soc Sci Med**, 58, n. 8, p. 1483-1499, Apr 2004.

SIEGRIST, J.; WAHRENDORF, M. **Work Stress and Health in a  
Globalized Economy: The Model of Effort-Reward Imbalance.**  
Switzerland: Springer International Publishing, 2016.

SIEGRIST, J.; WEGE, N.; PUHLHOFER, F.; WAHRENDORF, M.  
A short generic measure of work stress in the era of globalization:  
effort-reward imbalance. **Int Arch Occup Environ Health**, 82, n.  
8, p. 1005-1013, Aug 2009.

STOLTZ, K. B.; WOLFF, L. A.; MONROE, A. E. F., H. R.;  
MAZAHREH, L. G. Adlerian Lifestyle, Stress Coping, and  
Career Adaptability: Relationships and Dimensions **The Career  
Development Quarterly**, 61, n. 3, p. 194-209, 2013.

YANG, P.; YANG, C. Importance of personality and career stress  
for flight attendants' career satisfaction **Social Behavior and  
Personality**, 47, n. 1, p. 1-12, 2019.

**REFLEXÕES SOBRE A COERÊNCIA DA TEORIA  
DA ESTRUTURAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE  
DIGITALIZADA**

José Bonifácio do Amparo Sobrinho

**Introdução**

Os incrementos tecnológicos baseados em tecnologia digital, popularizados à partir do fim do século XX, promoveram mudanças significativas em diversas dimensões da vida cotidiana nos diversos arranjos culturais existentes no planeta. A horizontalidade comunicacional promovida pela internet e pela conexão sem fio não só removeram as barreiras físico-geográficas que distanciavam os indivíduos e culturas, como viabilizou a emersão de uma sociedade em rede, representativa da globalização que fundamenta o momento histórico em que vivemos (Castells, 2013).

A conectividade perpétua e a ubiquidade, associadas ao elevado poder de comunicação e processamento de informações em dispositivos móveis, promoveram rearranjos nos mais diversos campos de vida humana: trabalho, economia, religiosidade, consumo de arte, interação social, dentre outros. Ademais, é notável que o uso da tecnologia digital tem avançado no sentido de expansão do potencial humano - através do incremento das tecnologias de aprimoramento humano, nanotecnologia, tecnologias médicas e nanomedicina-, bem como a articulação de agentes não humanos para o incremento de soluções - e criação de necessidades - promovidas pelo aprimoramento da inteligência artificial e da robótica (Luppicini, 2012).

O resultado das alterações materiais e econômicas sobre a sociedade na modernidade são, a rigor, objeto de estudo das ciências sociais, em especial da sociologia. Todavia, a pesquisa

sobre os efeitos destas mudanças ainda são incipientes, fato que exige investimento em aprimoramento teórico-metodológico para efetivo acompanhamento dos fenômenos em curso.

A esse respeito, é possível afirmar que há, atualmente, uma disputa desleal entre a profusão de informações e novidades, promovidas pela tecnologia digital, e a apropriação da sociologia. Isso se dá em razão de boa parte do campo acadêmico não conseguir acompanhar os eventos engendrados pelo advento tecnológico, seja por conta da inaptidão instrumental ou por impropriedade de elaboração de novas metodologias para o acompanhamento da evolução em curso (Nascimento, 2016).

A Sociologia digital, como subcampo da sociologia, avança na tentativa de dar conta dessas demandas, desafiando-se no acompanhamento dos desafios promovidos pela transformação tecnológica e produção massiva de dados (Witt, 2000 ). Os desafios para esse campo de estudo são notáveis, ao considerar-se que em tempos modernos a comunidade científica - em ciências sociais - perde gradativamente o passo no acompanhamento da velocidade do desenvolvimento tecnológico: um claro exemplo de emancipação da criatura em relação ao criador.

A convicção acerca desse cenário nos convida a reflexões sobre os limites da sociologia do mundo contemporâneo, em vistas de problematizar a pertinência de adaptações teóricas e metodológicas que permitam a concepção de respostas ou sinalizações de caminhos coerentes para orientação acadêmica para o lide com o manancial de fenômenos promovidos pelo avanço tecnológico digital. Essa iniciativa é fundamental, senão vital, para a manutenção da existência da disciplina sociológica na medida que a limitação de recursos para o estudo sobre a sociedade mediada aparenta esgotamento estrutural para leituras coerentes sobre o comportamento social na atualidade, quiça no futuro.

Este artigo, portanto, tem a finalidade de problematizar a apropriação da sociologia frente às ocorrências consequentes do advento das tecnologias digitais nessa etapa da modernidade. Serão apresentados pressupostos teóricos que darão suporte para a compreensão do mundo moderno na era da informação, com a finalidade de promover reflexões sobre a particularidade de fenômenos mediados por tecnologias móveis, comuns ao cotidiano de uma população usuária de aplicações digitais, que em 2016 já passava da metade do contingente do planeta (Internet World Stats, 2016).

A produção está subdividida em 4 partes. De início será feita uma breve discussão sobre a natureza da tecnologia, com a finalidade de articulá-la na sessão posterior com as intenções da sociologia digital. A teoria da estruturação de Giddens (2013) será usada como teoria sociológica de base para fundamentar as discussões posteriores sobre a sociologia na modernidade, através da articulação com apontamento de outros representativos autores. Discutiremos, pois, a pertinência do uso do modelo teórico para análises de situações de interações em ambientes digitais, averiguando a coerência teórica e/ou limitações conceituais, com a finalidade de refletir sobre possíveis adaptações para a pesquisa em sociologia digital.

### **Sobre a técnica e a tecnologia**

A história da humanidade é a história da cultura: da elevação das medidas dos valores do que é apropriado da natureza pelo homem. Através desse processo os indivíduos cultivaram a si mesmos, exteriorizando-se em um desdobramento transcultural de energias, preenchendo a vida com insumos e valores, elementos fundamentais para o posterior desenvolvimento do que compreende-se por sociedade (Simmel, 1900).

Na medida em que indivíduos, ainda em tempos pré-modernos, utilizavam a força do seu corpo através de instrumentos produzidos por si, com a finalidade da criação de bens materiais de cultura, a arte de realização - ou *techné* sob a alcunha platônica (Platão, 1972) - determinou o seu lugar fundamental na constituição das sociedades. Figurou o meio ordinário de transmutação da natureza à imagem e semelhança do homem que, posteriormente, já na modernidade, impulsionaria a sua dominação total (Giddens, 1999).

A técnica é um fator preponderante na equação das variáveis que produzem a realidade humana, ao passo que sujeitos e objetos influenciam mutuamente suas condições. À medida em que direciona e orienta a habilidade corporal, determina uma maneira imaginosa de fazer alguma coisa (Sennett, 2012), impulsionando o modo de ser dos indivíduos no mundo.

O advento dos tempos modernos fomentaram um passo irrevogável no que concerne a manipulação das técnicas pelos indivíduos. Sob a tutela de preceitos racionalistas e cientificistas apregoados pelo pensamento iluminista e a interposição do industrialismo, o controle sobre a técnica promoveu um novo estágio na relação entre homem e natureza, dando curso ao controle maquinal sobre a ação humana (Marx, 2013). Como pano de fundo, o investimento tenaz promovido pela ciência moderna, que então tomava forma, pôs em execução o surgimento do que passaríamos a compreender como tecnologia a apropriação científica da técnica.

A tecnologia moderna desloca, pois, o controle sobre a natureza das mãos diretas do homem e de seus instrumentos primitivos, entregando aos recursos da ciência moderna o controle total sobre a natureza; uma provocação científica qual forçaria a liberação e energia da natureza para o livre controle do manuseio humano (Lemos, 2014, p. 45). Em verdade, é possível afirmar

que, destarte, a manipulação da natureza passou a ser exercida por uma inteligência supra-humana, resultante da corporificação abstrata da imagem e semelhança do pensamento científico, que posteriormente amadureceria em "quase-consciência", tornando-se mais do que um procedimento complexo instrumental, a *tecnbné* platônica, mas um poderoso objeto em si, que hoje prepondera nas práticas cotidianas dos indivíduos, mesmo de forma involuntária ou inconsciente.

Conforme o pensamento de Elull (1968), o desenvolvimento tecnológico transportaria a sociedade para um sistema fechado, universal, automático, mudando para sempre a face do planeta. Sua profecia se tornou realidade diante da formação da sociedade em rede vigente, mediada pelas tecnologias digitais e pela internet (Castells, 1999), que em seu bojo, promoveu soluções em diversas direções, a exemplo dos aspectos positivos consequentes do advento da cibercultura - como o compartilhamento mundial de informação e produção de inteligência coletiva (Levy, 1999) - mas também produziu fenômenos que colocam a humanidade em situações de ampla sensibilidade, sobretudo em termos de controle sobre os efeitos e influências comportamentais demandados por algoritmos, por exemplo, e pela eclosão de dilemas de ordem ética em interações sociais, que ganharam espaço em tempos de redes sociais digitais. Conclui-se que, conforme assinala Sennett (2009, p.14), "a obra do criador torna-se um problema público".

Nesse ínterim, a apropriação dos fenômenos sociológicos e comportamentais associados ao uso de tecnologia é urgente, tendo em vista que a humanidade passa por um momento historicamente inaudito. Diante da profusão de informações que são produzidas e disponibilizadas nas ambiências digitais, as ciências sociais estão expostas a oportunidades de ricas descobertas a respeito dos fenômenos em curso, que, por outro lado, exigem a produção de recursos apropriados para o cumprimento de coerentes análises

das variáveis que os circunscrevem. A sociologia digital tem sido um dos campos das ciências sociais que tem se debruçado sobre investimentos acadêmicos nessa direção.

### **Os desafios da sociologia digital**

A tecnologia, como resultado de um processo histórico e humano, confunde-se com a história do desenvolvimento da humanidade. Todavia, o desenvolvimento das tecnologias até a expansão da comunicação sem fio era muito difícil de ser desconectada dos seus ambientes de produção (Giddens, 1999). Acontece que na medida em que modernidade informacional viabilizou o amplo desencaixe espaço-temporal, sob a mediação de dispositivos móveis, as tecnologias desenvolvidas em contextos específicos foram descoladas para além dos limites geográficos, promovendo o compartilhamento e integração de linguagem, signos e cultura em qualquer lugar, a qualquer hora (Castells, 2013; Giddens, 1999). Essa expansão, hoje, representa o coração de parte significativa sobre como as sociedades se organizam (Law, Bijker, 1992), sendo, portanto, objeto fundamental de interesse do campo denominado Sociologia Digital.

Efetivamente, a sociologia digital apresenta 4 campos de interesse em pesquisa, a saber, conforme sinaliza Lupton (2015, p. 11):

a) prática profissional digitalizada: o uso de ferramentas digitais para propósitos profissionais; b) análise de dados digitais: usar dados digitais para a investigações qualitativas e quantitativas; c) análises sociológicas de uso de mídias digitais: pesquisar o impactos das mídias e redes sociais digitais para o comportamento do atores sociais; e d) sociologia digital crítica: realizar análises das mídias digitais com base nas teorias sociais.

Em menos de 25 anos de disponibilidade de uso doméstico de internet, observa-se uma transformação substantiva nas formas em que os indivíduos relacionam-se socialmente, em comparação com as condutas anteriores à Era da informação (Castells, 2013). A cultura, as relações sociais e as instituições se alteraram profundamente, ao passo que novas formas de comunicação dependentes das tecnologias digitais adquiriram uso generalizado.

O desenvolvimento de novos meios de interação, sob a utilização de tecnologias on-line e redes sociais das mais diversas naturezas - profissionais, de paquera, de interação social, de compartilhamento de arte, entre outros - têm promovido o surgimento constante de novas regras culturais, grupos sociais, práticas de poder, promoção de identidade, meios de trabalho, códigos linguísticos, dentre outros fenômenos - como a economia baseada na informação - que são caros ao estudo sociológico. Apresentam diversos campos de potencial interesse de pesquisa para a sociologia, criando, naturalmente, demandas de estudos para sociólogos, que passam a questionar e buscar respostas para as qualidades e os efeitos dos usos dessas tecnologias na vida social e cotidiana (Lupton, 2015).

Ademais, a integração dos indivíduos com a tecnologia computacional na contemporaneidade tem interferido sobremaneira em aspectos ontológicos, relacionados ao que se compreende sobre o que é ser humano em um mundo constantemente tangenciado por tecnologias digitais (Piccinini, 2012). Por exemplo, já se faz comum a utilização de recursos digitais para a manutenção da vida em procedimentos vinculados à medicina, à exemplo da utilização de próteses em situações de deficiências e dispositivos de monitoramento biométrico.

Na vida cotidiana, as tecnologias digitais constituem as cidades e centros urbanos, fornecendo recursos para a melhor administração da vida comum, como o uso de câmeras de

vigilância, radares, ou viabilizando o estacionamento de carros e localização de restaurantes, através da utilização de softwares de geolocalização. Destacam-se, também, as aplicações digitais que localizam potenciais parceiros(as) sexuais em um raio específico de distância.

Todos esses exemplos sustentam a idéia de que os indivíduos são "humanos digitizados" (*digitised humans*), condição que certamente interfere nas formas que concebem a si mesmos (Lupton,2015) e , por conseguinte, relacionam-se com seus pares em contextos mediatizados, em interações face a face, ou mesmo com os próprios dispositivos. Sobre isso, diversos estudos demonstram como os dispositivos têm exercido funções para os indivíduos e grupos sociais em termos de fetichismos, mediação de poder ou percepção do dispositivo como extensões do corpo (Ling & Pedersen, 2005) .

Um aspecto a ser considerado sobre as interferências das tecnologias digitais e móveis relacionam-se às concepções de espaços públicos e privados, bem como à propriedade dos indivíduos sobre suas próprias imagens e intimidade. Em tempos em que qualquer pessoa tem em mãos um dispositivo composto por câmeras e aplicativos de redes sociais, a prática de exposição de si e gerenciamento de impressões (Goffman, 2013) passou a ser reforçada, sobretudo, através do compartilhamento de "*selfs*", autorretratos que normalmente são compartilhados em redes sociais. Aparentemente, o compartilhamento de "*selfs*" é um fenômeno sem qualquer tipo de valor ideológico ou "maldade", conforme a cultura popular antiga, mas carrega, em adjacência, aspectos fundamentais que estão atrelados a concepções ideológicas e econômicas vinculadas à valorização dos atributos individuais, em detrimento dos aspectos coletivistas.

A ética da autoexposição transformou a informação pessoal em valor, as avaliações alheias sobre si em capital social. A vida privada passou a ser compartilhada em enormes praças públicas, sediadas em ambiências digitais, onde o sentido de existência relaciona-se necessariamente com a quantidade de acessos e reforçamentos - *likes*, *comentários*, *compartilhamentos*, seguidores e corações - às representações expressas (Goffman, 2013), apresentadas em formas de conteúdos multimodais publicados.

Um outro aspecto que pode ser associado à simples prática de autoexposição diz respeito às mudanças dos padrões sociais valorativos em termos da exposição do corpo e sexualidade. É verdade que as tecnologias digitais proporcionaram a criação de espaços de intimidade acessíveis exclusivamente a seus proprietários, que potencializam a segurança e privacidade, sobretudo mediante o uso de senhas e leitores biométricos. Acontece que em uma dimensão extrema, estas práticas de compartilhamento de privacidade podem causar constrangimentos, caso os conteúdos compartilhados com um ator ou círculo social sejam acessíveis para públicos indesejados, o que Boyd (2014) denominou colapso de ambientes.

Como é perceptível, são variados os fenômenos que atrelam as mudanças de condutas sociais, em comparação com o que acontecia antes da profusão das tecnologias digitais móveis. Isso colabora para que consideremos coerentes as sugestões de Law e Bijker (1994), quando afirmam que as tecnologias digitais são sociais, dependem de contingências e não são autofuncionais.

Considerando alguns dos exemplos sinalizados acima, é compreensível que nenhum recurso tecnológico teria função caso os seus usos não fossem compreensíveis para seus conjuntos de usuários e estivessem submetidos a determinadas regras e

lógicas de comportamento compartilhada. Em adição, é notável que as tecnologias funcionam na medida em que são apropriadas por tais grupos para serem usadas de maneiras especificamente organizadas, com base nos pressupostos que determinam as expectativas comportamentais nas dadas situações de co-presença sociais mediada (Thompson, 2014).

Essa última consideração nos permite inferir que as tecnologias digitais têm seus usos particularizados por quem as utiliza.

Um aspecto importante, ainda não discutido até aqui, refere-se aos aspectos interacionais e fenômenos sociais articulados com a influência de atores não humanos. Historicamente, a sociologia sustentou o seu discurso sobre cultura e sociedade em aspectos estritamente antropocêntricos, desconsiderando o papel dos entes não humanos nos fenômenos estudados (Latour, 2012). Isso deixa de ser possível já que na configuração das interações humanas hodiernas a mediação de dispositivos, o papel das estruturas informacionais das aplicações que os constituem e, sobretudo, a ação de algoritmos preponderam como variáveis independentes e mediadoras em diversos fenômenos interacionais nas mídias digitais. Nesse ínterim, cabe ressaltar que, constantemente, a consciência humana simplesmente não controla os eventos mediados por agentes dessas naturezas, colocando-nos sob o controle das influências das programações que fundamentam os padrões das diferentes ambiências digitais e ambientes físicos em que os indivíduos interagem (Lemos, 2013).

Definitivamente, chegamos a um ponto em que o criador perde o controle sobre a criatura. Isso é perceptível ao descobrirmos que algoritmos são programados para compreenderem as tendências comportamentais dos indivíduos, através de informações fornecidas inconscientemente e, muitas vezes, involuntariamente (Witte, 2012). Acontece que esse tipo de tecnologia é utilizada para

fins comerciais, sustentando um mercado profícuo que tem os rastros digitais como valor, baseados nas tendências de consumo e de perfis comportamentais das diversas plataformas digitais, como Google, Facebook e Amazon (Lupton, 2015).

Diante desse constante apropriação de dados sobre os usuários, recentes discussões problematizam os limites da vigilância e do compartilhamento de informações proveniente das ambiências digitais (Bruno, 2009, Lemos, 2009). Porém, diante da ética de exposição engendrada pelo modelo ético vigente, esse tipo de prática torna-se naturalizada, de forma que os próprios usuários negligenciam as invasões das suas vidas privadas por tais tipos de organização. Em um extremo oposto, muitas vezes movidas pelo afã de consumir, avaliam positivamente as sugestões de compra oferecidos nas ambiências ou diretamente em suas caixas de e-mail.

A apropriação dos rastros digitais figura uma solução metodológica promissora para análises das dinâmicas dos indivíduos nos ambientes digitais. A utilização de dados transacionais, comumente chamados de *Big data*, dados complexos e variados que colaboram para a compreensão da "representação digital do eu na vida cotidiana" (Nascimento, 2016), permite acesso, análise e cruzamento de diversas variáveis que podem estar articuladas com os padrões de ordem social.

Apesar das tentativas de avanço metodológico, o dissenso sobre o uso de Big data é comum entre os pesquisadores (Burrows & Savage, 2014). Um fato indiscutível é que a digitalização da informação funciona como geradora e disseminadora de dados e informações. Sendo a internet nada mais do que uma gigantesca base de dados, pesquisas sobre informações imputadas podem ser realizadas a qualquer momento. A medição da vida social a partir do Big Data revela padrões de ordem social, movimento e engajamento com o mundo, que em algum nível pode demandar nada menos do que uma redescrição fundamental do que é

necessário ser explicado ou compreendido pelas ciências sociais (Burrows & Savage, 2014).

Essa perspectiva sugere a necessidade de reajuste das ciências sociais, que permanecem estagnadas em seus moldes metodológicos originais, em termos de aprimoramento dos seus antigos métodos de pesquisa, baseados hegemonicamente em análises observacionais qualitativas e questionários quantitativos (Nascimento, 2016; Lupton, 2015; Witte, 2012). Diante da produção exponencial de dados, que podem ser coletados em tempo real, é fundamental que a sociologia crie instrumentos e ajuste os seus métodos de pesquisa para dar conta das variáveis que surgem.

Sobre todo esse dilema teórico-metodológico, Abbot (2000) propõe a necessidade de recriação de uma grande nova macroteoria sociológica que permita à disciplina o acompanhamento coerente sobre as mudanças de variáveis e categorias que são criadas pelas tecnologias digitais. Afirma que há muitos teóricos estudando fenômenos ultrapassados, ao passo que alguns outros pesquisadores tentam articular subteorias a métodos empíricos coerentes.

É fato que as tecnologias de informação e comunicação baseadas na Internet transformaram a sociedade e, por conseguinte, a disciplina da sociologia (Witte, 2012). Um melhor entendimento sobre as relações entre teorias e tecnologia pode ser um primeiro passo significativo para a produção de estratégias metodológicas coerentes para análises dos fenômenos mediados por tecnologias digitais. É necessário considerar o que as análises sobre as pesquisas atuais informam, verificando como antigas teorias explicam seus fenômenos na contemporaneidade mediada e em que medida estão obsoletas (Wollgar, 2005).

Todavia, conforme sinaliza Giddens (2013, p. XXII), antes de arvorarem-se em afirmações e decisões metodológicas, é necessário que haja propriedade para responder a questões que ainda não estão evidentemente claras:

"Em vez de se preocuparem com disputas epistemológicas e com a questão de saber se qualquer coisa como “epistemologia”, em sua acepção consagrada pelo tempo, pode ou não ser realmente formulada, sugiro àqueles que trabalham em teoria social que se empenhem, em primeiro lugar e acima de tudo, na reelaboração de concepções de ser humano e de fazer humano, reprodução social e transformação social”.

A partir da sugestão desse autor, é necessário, portanto, um retorno à aspectos seminais sobre a natureza das teorias sociais e da sociologia para que sejam planejados efetivos movimentos em direção a criações metodológicas e respostas para as problemáticas relacionadas às tecnologias digitais e ao comportamento social. Esse retorno sugere uma revisão dos modelos teóricos de produção das ciências sociais, que por vezes mantém padrões de pesquisa baseados em métodos sustentados pelas ciências naturais, usados de forma equivocada nos estudos de fenômenos sociais.

### **Reflexões sobre uma teoria social em ambientes digitais**

Conforme sinaliza Giddens (2013), uma teoria social é responsável por fornecer concepções da natureza das atividades humanas e dos agentes humanos que possam ser colocadas à serviço do trabalho empírico, ao passo que a sociologia é um ramo da teoria social com foco particular sobre as sociedades modernas. A sociologia digital, enquanto dimensão da sociologia, cumpre o papel de acompanhar a sociedade em um dos extremos de um continuum temporal dentro da modernidade, que representa o presente, com a particularidade de responsabilizar-se pelas

divagações acerca das aplicações da tecnologia digital na vida cotidiana.

Em vista da extensão autocriadora e consumidora que concerne à conduta digital - *prosumption* - iniciativas em pesquisa constantemente encontram dificuldades para a apropriação dos seus fenômenos, por conta da natureza volátil de muitos deles. O "*real timing*" dos acontecimentos em mídias digitais exigem a mesma velocidade de capacidade de respostas, posto que conclusões empíricas tornam-se sensíveis aos *inputs* incessantes de novas informações e situações produzidas nas redes, fazendo com que as novidades científicas nasçam já ultrapassadas, por conta da perecibilidade dos seus objetos de estudo.

Situações como essas fragilizam o discurso científico e podem produzir objeções em termos de iniciativas de estudos. Por outro lado, a consideração de que os fenômenos humanos têm a linguagem como motores e limitadores, permite-nos explorar os diversos eventos de maneira contextualizada. É funcional, pois, explorar os eventos mediados por tecnologias digitais, com a finalidade de produção de teorias que expliquem o jogo das variáveis que os compõem, considerando a natureza multifacetada e heterogênea dos fenômenos sociais, sem abrir mão do uso de outros métodos explicativos para os fenômenos, como filosofias da linguagem e interpretações de significado (Giddens, 2013).

Ademais, é válido reputar que a generalização - tarefa preconizada pela ciência moderna- não pode ser a totalidade nem finalidade suprema de uma teoria social, levando em consideração que os aspectos que permitem generalizar os fenômenos são flexíveis, sobretudo pela ação das diversos agências e consequências impremeditadas que os circunscrevem. Se a reflexão sobre os processos sociais continuamente penetra, solta-se e torna a penetrar o universo de acontecimentos que eles descrevem (Giddens, 2013, p. XXVII), faz-se necessário considerar as experiências e

contextualizá-las para fazerem sentido.

Tomando como base essas diferenciações, esta sessão intenta explorar possibilidades teóricas plausíveis para o desenvolvimento de uma teoria social aplicada à sociologia digital, utilizando-se da teoria da estruturação, produzida por Giddens (2013), associada à leitura de pressupostos de outros atores, como Goffman (2013), Simmel (1900) e Latour (2012). Apesar da utilização de teorias construídas fora do contexto da tecnologia digital ou da utilização de concepções epistemológicas que possam divergir em alguma tonalidade, a intenção desta discussão concorda que muito mais importantes do que a origem das ideias é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar as suas utilidades, mesmo em quadros de referência inteiramente diferentes dos que ajudou a engendrâ-las (Giddens, 2013).

A teoria da estruturação enfatiza que o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, promovem a estrutura da reprodução dos sistemas sociais, através de elementos normativos e códigos de significação. Esses elementos fundamentam as instituições sociais e, por conseguinte, suas características institucionalizadas (Giddens, 2013). Por conta dessas propriedades estruturais, que acontecem em co-presença, demarcadas no espaço e no tempo, relações sociais estabilizam-se, ou usando a alcunha utilizada por Simmel (2005), tem o seu espírito objetivado.

O espaço e o tempo têm papel fundamental na teoria de Giddens, por vincular as relações sociais a contextos de co-presença. Aparentemente esse seria um ponto de tensão teórico na consideração das interações e formações institucionais dos sistemas sociais formados em ambiências virtuais. Seria argumentável que os contextos digitais inviabilizariam a formação de co-presença, o que inviabilizaria a contextualização das relações, pelo motivo dessas não confluírem em relações face a face. Poderia afirmar-se que as características assíncronas, em que a emissão e recepção de

mensagens não acontecem simultaneamente, não contemplariam o fundamento espaço-temporal apresentado pela teoria do autor. Esses possíveis argumentos nos convidam a reflexões sobre a natureza da modernidade.

Os modos de vida produzidos pela modernidade têm um caráter peculiarmente dinâmico, desvinculados dos modos tradicionais de vida. São fundamentados em 3 fatores interconectados: a separação espaço-temporal, mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional.

A separação espaço-temporal é um fenômeno engendrado pela criação do relógio e uniformização da organização do tempo em todo o planeta. Destarte, criou-se um critério que permitiu a articulação de diferentes espaços geográficos em um critério de organização das atividades. Tem como consequência extrema o esvaziamento do tempo e do espaço, ao passo que os sistemas sociais e instituições deixam de ser compartilhados em lugares - fisicamente situados -, que adquirem progressivamente características fantasmagóricas (Giddens, 1991, p.22).

Uma vez esvaziado, o sentido dos lugares abre espaço para uma nova concepção de co-presença: a co-presença espacial. O espaço, pois, representa a presença não corporificada, a partir de então, super representada pelas instituições modernas e vigentes nas práticas interacionais em ambiências digitais. Tais espaços, por sua natureza abstratas são penetrados e moldados em termos de influências sociais distantes (Giddens,1999).

Todos esses eventos e características compõem o advento do talvez maior fenômeno promovido pela modernidade, denominado *globalização*, na medida em que criou condições para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos de espaço-tempo. Essa separação, longe de inverter as unidades de tempo e espaço, forneceram a base para a recombinação das atividades humanas sem a dependência das referências particulares

aos lugares, como acontecia em épocas pré-modernas, promovendo, pois, a possibilidade de coordenação das ações dos seres humanos à distância (Giddens, 1999).

Podemos articular de forma coerente a separação espaço-temporal, e suas consequências, com as características comunicacionais móveis relacionadas às tecnologias digitais e suas interferências na vida cotidiana. Clarifica, sobretudo como o fenômeno sociológico digital resulta da evolução material da modernidade. A respeito disto, Giddens reforça que,

"As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência" (Giddens, 1999, p.9).

O segundo fator apontado por Giddens é interconectado ao primeiro. Naturalmente, o desencaixe do espaço e do tempo fomentou o compartilhamento de códigos linguísticos, condutas sociais e culturais que, por sua vez, promoveram a reorganização dos sistemas sociais em dimensões globais, inauditas até aquele momento, nas culturas pré-modernas. Esse descolamento exigiu a criação de sistemas abstratos que pudessem fornecer sentido aos aspectos culturais globais: as *fichas simbólicas e sistemas especializados*.

As fichas simbólicas são meios de intercâmbio que tem um valor padrão que pode ser intercambiável numa pluralidade de contextos, sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura

particular. O dinheiro é um excelente exemplo de ficha simbólica, por ser uma coisa que representa um crédito - ou débito - desconectado no espaço, que permite transações entre indivíduos que não precisam se encontrar fisicamente (Giddens, 1991, 1999).

O descolamento do tempo e espaço e o advento das fichas simbólicas - como o dinheiro - fornecem um teor macabro e belo para a modernidade relacionada aos fatores *risco/confiança*. É fato que os sistemas sociais adquirem maior flexibilidade e desarmonia por conta do dinamismo consequente do descolamento do tempo e do espaço e do consequente desencaixe das instituições, caracterizado pelo deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço (Giddens, 1991). Tudo isso faz com que a polaridade *risco/confiança* esteja em constante jogo nos sistemas sociais, colaborando para o fomento de sistemas especializados, ou sistemas de confiança (Giddens, 1991, 1999).

Articulando esse conceito às relações em mídias digitais, uma miríade de possibilidades exemplificam a utilização das fichas simbólicas e sistemas especializados na vida cotidiana. A quantidade de curtidas em um perfil de rede social ou qualificações em um site de compras, reclamações de clientes em um site de reclamações representam um crédito ou um débito que os agentes possuem socialmente, representando uma quantidade de capital social (Bourdieu, 2003) - nos termos de poder adquirido e apropriado nas relações do campo, que são revertidos em reputação nas redes sociais. Ao mesmo tempo, essas mesmas fichas simbólicas fundamentam os sistemas especializados nas ambiências, de forma que sinalizam que é possível confiar ou não nas informações transmitidas por um perfil ou por uma empresa. Sobre isso não é estranho que na era da informação pessoas físicas e organizações invistam um capital vigoroso em ações para incrementar as suas

reputações nas redes digitais.

O terceiro fator característico da modernidade é o uso regularizado de conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização e transformação, denominado reflexividade institucional. A reflexividade é uma característica fundamental dos organismos viventes em sistemas sociais. É através dela que os indivíduos compreendem e posicionam-se sobre as regras que regem os sistemas institucionais e, por conseguinte, comportam-se. Deve ser entendida não meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social (Giddens , 2013 ).

Giddens enfatiza que reflexividade é um recurso fundamentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo dos outros. Dessa forma, as regras sociais são transmitidas, fundamentando a harmonização dos sistemas sociais, sob formas de ordem pública (Goffman, 1963). Ora, é nas relações sociais que as adaptações situacionais acontecem, fornecendo as regras de conduta e produzindo expectativas sobre a pertinência dos comportamentos vinculados a papéis em diversas situações. Conforme sinaliza Goffman (2013), é exigido aos participantes que permaneçam no espírito ou *ethos* da situação, de forma que a regra de comportamento que parece ser comum a todas as situações e exclusivas a elas obriga os participantes a “se encaixarem”.

Podemos articular essa noção de determinismo situacional, relacionado com a reflexividade dos indivíduos às regras de comportamento determinadas em redes sociais, por exemplo. Alcinhada vulgarmente por “*Netiqueta*”, as regras de conduta e comportamento em ambiência digitais, assim como as que são determinadas em comportamentos face a face, são contextualizadas. A inexistência de um ambiente físico não exclui

o determinismo situacional empreendido pelos contextos. Há aqui um ponto bastante interessante a ser discutido: as particularidades provenientes das interações mediadas por dispositivos digitais.

Considerando que os elementos de fachada em uma interação são constituídos por cenário e fachadas pessoais (Goffman,2013), em relações com características inferenciais e promissórias, fundamentadas pelas características das situações, sinalizamos a complexidade na compreensão da definição das situações sociais mediadas por tecnologias digitais. Ao pensarmos em um grupo de bate-papo mediado por um dispositivo móvel, podemos considerar ao menos 3 tipos de contextos - e portanto situações diferentes - interferindo no resultado final de uma determinada interação, a saber: os diferentes contextos físicos em que os indivíduos se encontram; o contexto da ambiência digital em que o indivíduo interage; e o contexto do dispositivo em que ele se comporta.

Podemos exemplificar esse evento com uma situação cotidiana: 4 pessoas conversam por um aplicativo de *Instant Messenger*. Uma está no trabalho, em um ambiente que exige uma formalidade comportamental; outra está na praia; outra está trabalhando em seu home office; a última apresenta um apartamento para um cliente em um prédio de luxo. Concordando com Goffman (2013) que as situações sociais exercem influência aos comportamentos, verificamos que todas terão comportamentos influenciados pelas expectativas de conduta determinadas pelos *ethos das situações* situacionais físicas . A pessoa que está na praia provavelmente terá menores restrições para responder à interação, poderá ouvir áudios, emitir comportamentos verbais e não verbais sem interferências coercitivas. Os indivíduos em situações de restrições por partes de regras das situações determinadas por ambientes físicos terão menores liberdades para interagirem na rede, enquanto o participante situado em seu home office terá uma maior capacidade de gerenciar o uso do dispositivo em sua casa.

O contexto da ambiência digital exercerá influência aos indivíduos. Em qualquer situação de co-presença, como sinaliza Giddens (2013), haverá a normalização das regras à partir da recursividade das práticas sociais. A natureza repetitiva de atividades empreendidas de maneira idêntica dia após dia naquele grupo determinará como os indivíduos entenderão as regras de comportamento na ambiência digital. Portanto, a definição dos limites comunicacionais e regras sobre os conteúdos postados, tempos de espera para resposta serão negociados, muitas vezes, sem a necessidade de diálogo sobre os seus termos, através do fundamento básico da reciprocidade, comum às relações humanas, que fundamentam os contratos psicológicos (Sobrinho, 2013). Ademais, ressalto a interferência da estrutura da plataforma, como os seus algoritmos e características de emissão de informação para o desenvolvimento das interações. Por fim, sinalizo que as características técnicas dos dispositivos também podem ser agentes no processo de desdobramento dos diálogos.

Esta discussão sugere uma reflexão acerca dos papéis dos agentes presentes nas interações nas ambiências digitais. Fica claro que esse tipo de tecnologia amplia a convicção do papel de diversas agências e variáveis, sobretudo as não humanas, no curso das interações digitalizadas (Lemos, 2013), o que nos convida a ponderar, mais uma vez, a pertinência dos métodos de pesquisa em ciências sociais vigentes. Conforme sinaliza Giddens (2013), diante da matiz de agências exercendo influências em sistemas sociais, é improvável dar conta das consequências imprevisíveis e efetivamente determinar relações de causa e efeito.

Um outro ponto de importante saliência nas discussões sobre influências das tecnologias digitais móveis na vida cotidiana, vinculadas à reflexividade, articula-se com a temática de vigilância. Como já afirmamos anteriormente, a vigilância é uma temática de ampla discussão nos campos de pesquisa sobre a sociologia digital,

vinculada à idéia de monitoramento. O monitoramento reflexivo da atividade é uma característica crônica da ação cotidiana e envolve a conduta não apenas do indivíduo, mas também dos outros. Esse monitoramento é fundamental para a apropriação da racionalidade institucional, que através da serialização colabora para a definição sobre as expectativas comportamentais e regras vigentes em um sistema social.

Salientamos, pois, que a vigilância talvez não seja uma grande novidade, sendo produto dos processos de controle industrial, com gênese no século XVIII (Giddens, 1999), com a finalidade de definir institucionalmente a conduta dos processos de trabalho. Da forma como encontramos hoje, controlando e definindo simbolicamente as regras de conduta e concepção de si dos indivíduos, figura-se como um mero resultado de um processo de desenvolvimento da modernidade, de forma a gerenciar o que é de maior valor no momento atual: a informação. Talvez tenhamos aí apenas uma mudança no fluxo da historicidade, em um momento que a influência e a informação pessoal tornam-se uma ficha simbólica tão forte quanto o dinheiro.

É fundamental salientar que todo esse processo de estruturação dos sistemas sociais é resultado de um processo de racionalização e serialização dos costumes, promovidos pela ação dos indivíduos. É justamente através da reflexividade sobre as consciências do que se faz - consciência prática- e sobre como se faz - consciência discursiva -, envolvidas na ordenação recursiva das práticas sociais, que se estruturam os sistemas sociais. Essas pressupostos, como discutimos brevemente neste artigo, apresentam bastante coerência no que concerne a formação de sistemas sociais em redes digitais. Acredita-se, pois, que apresenta-se um caminho promissor para a definição de uma teoria social robusta para a sociologia digital.

## **Considerações finais**

A sociologia digital é um campo promissor de discussão sobre os efeitos das práticas sociais sob a utilização de tecnologia digital. Como resultado de um processo histórico e material, possui uma missão desafiante no que tange o acompanhamento e problematização de processos significativamente voláteis. Todavia, acredita-se absolutamente viável a promoção de uma teoria social que dê conta dos aspectos institucionais que se desenvolvem na sociedade em rede e permita, por conseguinte, a explicação das complexas particularidades que circunscrevem os eventos mediados por tecnologias digitais.

Percebemos que o advento dos dispositivos móveis e de outros tipos de tecnologias opera consequências que ainda vão exigir aprofundamentos teóricos e metodológicos pelas ciências sociais. Consideramos que a teoria da estruturação pode colaborar sobremaneira para o deslinde dos pontos fundamentais para a criação de uma teoria robusta para a sociologia digital.

## **REFERÊNCIAS**

- About, A. (2000). Reflections on the Future of Research on Evaluation. *New Directions for Evaluation*, 29(148), 103–116. <http://doi.org/10.1002/ev>
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*.
- Boyd, D. (2014). It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens. *It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens*, 296. <http://doi.org/10.1007/s10615-014-0512-3>
- Burrows, R. J., & Savage, M. (2014). After the crisis? Big Data and the methodological challenges of empirical sociology. *Big Data and Society*, (June), 1–7. <http://doi.org/10.1177/2053951714540280>
- Bruno, F. (2008). Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital. *Revista FAMECOS*, 36, 10–16.

Castells, M. (2013) A sociedade em rede. 6a ed. São Paulo: Paz e Terra.

Elul, J. (1968) A técnica e o desafio do século. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Giddens, A. (1999) Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Giddens, A (2013). A constituição da sociedade. 2a ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Giddens, A (1991) As consequências da modernidade. 5. ed. São Paulo Editora Unesp fundação.

Goffman, E. (2013) A representação do eu na vida cotidiana. 19. ed., Petrópolis- Editora Vozes.

Goffman, E. (2010) Comportamentos em lugares públicos. 2a ed. Petrópolis- Editora Vozes.

Internet World Stats (2016) The internet Usage Statistics: The internet Big Picture. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>> Acesso em 12 jan. 2017.

Janeiro, R. De. (2008). VIGILÂNCIA NOS SITES DE REDE SOCIAL : apontamentos para o contexto latino-americano a partir do estudo do, 564–584.

Latour, B. (2012) Reagregando o Social : uma introdução à Teoria do Ator-Rede. EDUFBA - EDUSC. Salvador - Bauru.

Law, J. e Bijker, W.E. (1994) General introduction Bullard, C. W. Shaping technology/Building society. *The Journal of Technology Transfer* (Vol. 19). <http://doi.org/10.1007/BF02373670>

Levy, P. (2010) *Cibercultura*. 3a ed. São Paulo: Editora 34.

Ling, R. E. Pedersen (Eds) *Mobile Communications Re-negotiation of the Social Sphere*. Springer-Verlag London Limited

Lemos, A. (2013) *A comunicação das coisas. A internet das coisas e a Teoria Ator-rede*. São Paulo: AnnaBlume.

Lemos, A. (2009). *MÍDIAS LOCATIVAS E VIGILÂNCIA : sujeito inseguro , bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais.*, 621–648.

Lemos, A. (2014) *A crítica da crítica essencialista da cibercultura*. In, L., Baldi, V., *A insustentável leveza da Web, Retóricas, dissonâncias e práticas na sociedade em rede*. Salvador:EDUFBA, pp. 41-76. ISBN 978-85-232-1260-5

Luppincini, R. (2012) *The Emerging Field of Technoself Studies (TSS)* In *Handbook of Research on Technoself: Identity in a Technological Society*. Information Science Reference.

Lupton, D. (2015). *Digital Sociology*. Taylor and Francis. <http://doi.org/10.1057/9781137297792>

Marx, K.(2013) *O Capital - Crítica da economia política*. Livro 1- Volume 1. 31. ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro  
Nascimento, L. F. (2016). *A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI*. *Sociologias*, 41(18), 216–241. <http://doi.org/10.1057/9781137297792>

org/10.1590/15174522-018004111

Platão (1972) *Sofista*. São Paulo: Abril Cultural.

Savage, M., & Burrows, R. (2007). The Coming Crisis of Empirical Sociology. *Sociology*, 41(5), 885–899.  
<http://doi.org/10.1177/0038038507080443>

Witte, J. C. (2012). A Ciência Social digitalizada: avanços, oportunidades e desafios, 52–92.

Simmel, G. (2005). A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, J & OELZE, B. (Eds.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB.

Sobrinho, J. B. A. (2013) *Contratos psicológicos de docentes de ensino superior de instituições públicas e particulares : um estudo comparativo*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia

Senett, R. (2009). *O artífice*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.

Thompson, J. B. (2014) *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 14aed. Petrópolis: Editora Vozes.

Wollgar, S. (2005) *Mobile Back to Front: Uncertainty and Danger in the Theory–Technology Relation* In: Ling, R. E. Pedersen (Eds) *Mobile Communications Re-negotiation of the Social Sphere*. Springer-Verlag London Limited

## INCIDÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COM INCAPACIDADE NO BRASIL

Ana Pellegrini - Reis  
Vilma Santana

### INTRODUÇÃO

Os transtornos mentais (TM) se caracterizam por perturbações de ordem emocional, cognitiva e comportamental, que podem afetar o desempenho de pessoas na área sócio-ocupacional, familiar e pessoal e, também, dos indivíduos com quem elas convivem. A natureza crônica, o seu caráter irregular, a ansiedade vivenciada diante do estigma da doença, os efeitos secundários das medicações, a comorbidade, o seu acometimento em pessoas ainda jovens, comprometendo o processo de formação educacional e profissional, são características que afetam a capacidade funcional (OMS, 2002).

A incapacidade que resulta de doenças, em geral ou ocupacionais, causa sofrimento físico e psicológico e pode, também, representar perda de dias de trabalho, levando à redução da capacidade de produzir, impactando na produção e na produtividade econômica. São conhecidas ainda as repercussões nos custos da seguridade social, como indenização, compensações monetárias, benefícios, além de despesas com o cuidado da saúde e com a reabilitação, o que representa ônus significativo para o trabalhador, para as empresas, o Estado e a sociedade (OMS, 2002).

Transtornos mentais e incapacidade constituem um problema. Nas estimativas do estudo da Carga Global da Doença (Global Burden Disease (GBD)), os TM são importantes causas de incapacidade, contabilizando mais de 37% dos Anos Vividos com Incapacidade (Years Lived With Disability (YLD) mundial. Estimou-se ainda que a carga dos TM se elevaria em 2020 de 10,5% para

15,0%, representando proporcionalmente um aumento maior que as doenças cardiovasculares (LOPEZ, 2006). Ao realizar projeções para 2030, a OMS (2017) calculou que a depressão será provavelmente a segunda maior causa da carga de doença no mundo.

Em muitos países ocidentais, os transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, responsável por 30 a 40% das licenças médicas (OMS, 2015).

Uma revisão crítica sobre a carga dos transtornos mentais na Europa, realizada com a avaliação de 27 estudos epidemiológicos, evidenciou associação de todos os transtornos mentais com uma carga considerável de incapacidade em termos de número de dias de trabalho perdidos, apesar de estratégias de avaliação muito divergentes (WITTCHENA; JACOBI, 2005).

No Reino Unido, os transtornos mentais tornaram-se a causa mais comum de benefícios concedidos por incapacidade. O número de pedidos de auxílio doença ou invalidez por TM aumentou 103,4% entre 1995 e 2014 (de 571 600 em 1995 para 1 136 360 em 2014 (VIOLA; MONCRIEFF, 2016).

Nas Américas, os transtornos mentais são responsáveis por 10,5% dos anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (Disability Adjusted Life Years (DALYs)). A América do Norte tem uma GBD marcadamente mais alta associada a transtornos por uso de substâncias do que a América Latina e o Caribe. Esses transtornos são responsáveis por 22,0% dos Anos Vividos com Incapacidade (YLD) nas Américas e, entre aqueles de 15 a 59 anos de idade, correspondem a 28,5% (KOHN et al., 2018).

Estudo desenvolvido no Brasil para estimar a Carga dos TM, entre 1990 e 2015, evidenciou alta carga para os TM desde 1990. Em 2015, esses transtornos foram responsáveis por 9,5% do total de anos de vida perdidos ajustados por incapacidade (DALY) por todas as causas, sendo a terceira principal causa de DALY no Brasil, com

destaque para os transtornos de depressão e de ansiedade. Ressalta-se que os TM foram a principal causa de incapacidade neste país, tanto em 1990, quanto em 2015, sendo responsáveis por 24,9% do total de Anos Vividos com Incapacidade (YLD), por todas as causas (BONADIMAN, 2017).

Apesar das diferenças entre as regiões quanto à dimensão territorial, história de desenvolvimento, população, força de trabalho, sistema de proteção social, características do trabalho, entre outros aspectos, estudos realizados na Finlândia, Alemanha, Países Baixos e Suécia estimaram o crescimento da concessão de benefícios por incapacidade por transtornos mentais e identificaram que fatores, como pobreza, envelhecimento da população, marginalização, desemprego, abuso de substâncias psicoativas, condições e organização do trabalho (JÄRVISALO et al., 2005) podem explicar essa tendência.

Os poucos estudos identificados que investigaram a tendência da incidência de transtornos mentais com incapacidade (TMI), nos últimos anos, estimaram o crescimento da morbidade em ambos os sexos. Na Noruega, verificou-se aumento de 1,8% em 1994 para 4,6% em 2000 entre as mulheres, Variação Proporcional Percentual (VPP) de +155,5% em seis anos e de 0,8% para 2,2% nesse período, entre os homens, VPP +175,0% (HENSING; ANDERSSON; BRAGE, 2006). Na Holanda, a incidência de transtornos mentais comuns em 2001 foi de 2,2%, aumentando para 2,7% em 2004, VPP de +22,7% (ROELEN et al., 2009). Nesses países, houve elevação de TMI em ambos os sexos, porém maior entre as mulheres, e em todos os grupos de idade.

Na Holanda, os transtornos mentais constituíram 1/4 das doenças relacionadas ao trabalho, responsáveis pela concessão de benefícios por incapacidade no período entre 1999 e 2002, sendo superados apenas pelas doenças musculoesqueléticas. Não foram

encontrados estudos com estimativas da evolução do I-TMI por ramos de atividade.

No Brasil, ao estimar a contribuição das doenças relacionadas ao trabalho nos afastamentos por problemas de saúde em geral e ocupacionais em 2000, Souza et al. (2008) verificaram que os transtornos mentais e comportamentais ocupavam o terceiro lugar entre os grupos de causas. Não foram encontrados estudos com estimativas da evolução do coeficiente de incidência (I-TMI) por ramos de atividade.

Outro estudo desenvolvido no país, com dados dos Transtornos Mentais relacionados ao trabalho, notificados no SINAN, evidenciou o crescimento exponencial no número de casos no período de 2006 a 2017, totalizando 8.474 registros em todo o Brasil. Apesar do crescimento nesse período e dos esforços do SUS no treinamento dos profissionais de saúde para identificação de casos, estabelecimento donexo causal e notificação dos casos, ainda se constata a subnotificação e o sub-registro (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2019).

Os transtornos mentais com incapacidade entre trabalhadores representam indicador de gravidade e constituem um problema de saúde pública e de saúde do trabalhador. No Brasil, eles se situam entre as três primeiras causas de benefícios concedidos por auxílio-doença e aposentadoria por invalidez (BOFF; LEITE; AZAMBUJA, 2002; MOURA; CARVALHO; SILVA, 2007; BASTOS et al., 2018). Entretanto, não foram encontradas investigações sobre a evolução da incidência.

Este estudo tem como objetivo descrever a tendência da incidência de transtornos mentais com incapacidade, entre 2000 e 2008, no Brasil.

## **PREVIDÊNCIA SOCIAL: INCAPACIDADE PARA O TRABALHO E O BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA**

A previdência básica, coberta pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), é administrada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e atende a parte da população economicamente ativa, os trabalhadores do setor privado, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os funcionários de empresas estatais, os trabalhadores rurais do regime de economia familiar, assim como os trabalhadores autônomos e contribuintes avulsos e empregadas domésticas (BRASIL, 2019).

Para a Previdência Social, a incapacidade se constitui na impossibilidade temporária ou definitiva de o indivíduo exercer funções específicas de uma atividade ou ocupação, em consequência de alterações morfo-psico-fisiológicas provocadas por doença ou acidente, com a consideração de que a permanência na atividade poderá acarretar agravamento ou risco de vida para ele próprio ou para terceiros. Portanto, neste conceito, está implícita a capacidade laborativa, por considerar a relação entre as exigências da ocupação e a capacidade para realizá-la. Para fins de concessão de benefícios, a incapacidade é classificada quanto ao grau, à duração e à ocupação desempenhada. Quanto ao grau, a incapacidade pode ser total ou parcial. A incapacidade total é a que gera a impossibilidade de permanecer no trabalho e torna impossível atingir a média de rendimento alcançada em condições normais pelos trabalhadores da categoria; a parcial permite o desempenho da atividade, sem risco de vida ou agravamento maior. Por sua vez, a duração da incapacidade pode ser temporária, quando se pode esperar recuperação dentro de prazo previsível; ou permanente, se insusceptível de alteração em prazo previsível com os recursos da terapêutica e reabilitação disponíveis. No que se refere à ocupação, a incapacidade pode ser classificada como uniprofissional, quando o impedimento para o

desempenho da ocupação alcança apenas uma atividade específica; multiprofissional, quando o impedimento abrange diversas atividades profissionais; e omni-profissional, quando há impossibilidade do desempenho de toda e qualquer atividade laborativa (BRASIL, 2019).

A avaliação da capacidade laborativa no INSS é responsabilidade da Perícia Médica, que deve considerar o diagnóstico da doença, o tipo de atividade ou profissão, os dispositivos legais pertinentes, a viabilidade de reabilitação profissional e a caracterização donexo com o trabalho (BRASIL, 2019).

O perito também emprega informações relativas ao Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) desde abril de 2007. O NTEP é uma informação que representa o excesso relativo, medido pelo *odds ratio*, da associação entre ramos de atividade econômica, codificados pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), e doenças diagnosticadas conforme classificação da CID-10, considerando o total, independente do vínculo ocupacional. Para associações positivas e estatisticamente significantes para um  $\alpha=0,01$  relativos a empresas em comparação com as demais do seu ramo CNAE, todo empregado enfermo dessas empresas com aquele diagnóstico será considerado um possível caso de vinculação ocupacional. Isto é, todo caso com o diagnóstico que corresponda a um *odds ratio* indicativo de associação epidemiológica com um dado ramo CNAE, sendo o trabalhador de empresa daquele ramo CNAE, será considerado suspeito de doença ou agravo de origem ocupacional. Caberá então ao empregador provar que aquela enfermidade não foi causada pelo trabalho, o que representa a inversão do ônus da prova, anteriormente de responsabilidade do enfermo trabalhador. No formulário eletrônico utilizado pelo perito do INSS, aparecem três critérios para ajudar o laudo. Um deles é o NTEP. O perito poderá se basear neste critério ou não, a

depende de outras evidências clínicas e de antecedentes, ou mesmo da experiência (OLIVEIRA,2010).

O auxílio-doença, instrumento de proteção social, é um dos benefícios concedidos com o propósito de apoiar o trabalhador segurado no caso de ocorrer incapacidade para o trabalho por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos. No caso do trabalhador com carteira assinada, os primeiros 15 dias são pagos pelo empregador e, a partir do 16º dia de afastamento do trabalho, a Previdência Social é quem paga. No caso do contribuinte individual (empresários, profissionais liberais, trabalhadores autônomos, entre outros), a Previdência paga todo o período da doença ou do acidente, desde o momento em que é requerido o benefício. A concessão do benefício está condicionada a uma contribuição por um período mínimo de 12 meses, sendo necessária a comprovação da incapacidade por meio de exame realizado pela perícia médica da Previdência Social. Atualmente, há necessidade de confirmação do prognóstico por exames periódicos e participação do trabalhador segurado em programas de reabilitação profissional prescritos e custeados pela Previdência Social, sob pena de ter o benefício suspenso.

Vale ressaltar que, além dos aspectos gerais ligados à concessão do benefício auxílio-doença, há fatores específicos relacionados ao tipo de enfermidade ou aos agravos experimentados.

A concessão de benefícios por Incapacidade em decorrência de transtornos mentais mostra tendência crescente, ao contrário do que ocorre com outras doenças. Este fato gera interesse pelo conhecimento do fenômeno em relação a extensão, gravidade, evolução temporal e custos econômicos, cuja compreensão é fundamental para o reconhecimento da urgência e de prioridade por tomadas de decisões quanto à definição de políticas públicas.

## MÉTODOS

Realizou-se um estudo descritivo, de tendência temporal, com dados de benefícios concedidos pela Previdência Social no Brasil, entre 1º de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2008, a trabalhadores cobertos pelo Seguro de Acidente de Trabalho (SAT). Os dados foram obtidos no Sistema Único de Benefícios (SUB), que se compõe do registro das concessões de benefícios por enfermidades e agravos à saúde geral e relacionados ao trabalho, classificados como auxílio-doença previdenciário (B31), aposentadoria por invalidez previdenciária (B32), pensão por morte previdenciária (B21), quando decorrentes de problemas de saúde geral, e não relacionados ao trabalho, e os acidentários, que compreendem o auxílio-doença por acidente de trabalho (B91), aposentadoria por invalidez acidentária (B92) e pensão por morte por acidente de trabalho (B93). Benefícios são prestações pecuniárias pagas pela Previdência Social aos segurados ou aos seus dependentes com o propósito de apoiar o trabalhador no caso de ocorrerem eventos, como doença, invalidez e morte. Benefícios concedidos são aqueles requeridos pelo segurado ou dependente e que, após análise dos requisitos necessários às respectivas espécies, são despachados e cuja concessão corresponde à entrada de novo benefício no sistema previdenciário (BRASIL, 2019).

A população deste estudo constituiu-se de trabalhadores segurados pela Previdência Social cobertos pelo SAT, obtida no Anuário Estatístico da Previdência Social do ano de 2009 (BRASIL, 2010), que corresponde ao número médio mensal de vínculos dos respectivos anos em estudo. Vínculos são contratos de trabalhadores segurados e variam mês a mês, em razão de novos contratos e demissões que ocorrem mensalmente e são informados ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

A variável desfecho foi Transtorno Mental com Incapacidade (TMI), definido conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID, 10ª revisão), que corresponde aos diagnósticos do capítulo

V, F00 a F99, e outras doenças. A variável TMI foi também categorizada conforme a classificação da Previdência Social, como previdenciário (B21, B31 e B32), quando decorrente de problemas de saúde geral não relacionados ao trabalho, e acidentário (B91, B92 e B93), quando relacionados ao trabalho. As variáveis descritoras relativas às características sócio-demográficas foram sexo e idade, esta categorizada para fins desta análise em três grupos de idade: 16-24; 25-44 e > 44 anos; e estes os ramos de atividade econômica, registrados com códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), agrupados em 11 categorias, denominadas: 1. Agricultura: que contempla a agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca; 2. Indústrias extrativas; 3. Indústria da transformação; 4. Construção; 5. Comércio e reparação; 6. Alojamento e alimentação; 7. Transporte, armazenagem e comunicação; 8. Administração pública; 9. Educação, saúde e serviços sociais; 10. Outros serviços coletivos e pessoais que incluem serviços relativos a água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, informação e comunicação, atividades fotográficas e similares, serviços de reserva, serviços de turismo, serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados a empresas; atividades associativas; serviços de funeral, lavanderia, tinturaria e tratamento de beleza; 11. Outras atividades: organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Para cada ano do estudo, foi estimado o coeficiente de incidência anual de TMI (I-TMI), por meio da razão entre o número de benefícios concedidos por TMI e a média de vínculos empregatícios por 1.000 trabalhadores de cada ano, estratificados por sexo em todas as análises realizadas. Este procedimento foi adotado em razão das especificidades do adoecer e do trabalho entre homens e mulheres. Foi também estimada a variação proporcional percentual da incidência, para cada ramo de atividade, obtida pela razão entre a diferença do I-TMI entre os anos de 2008 e 2000 e o I-TMI de 2000, multiplicado por 100. Todas as informações foram processadas no pacote estatístico SAS V.9.11 for Windows.

Os dados secundários concedidos e utilizados neste estudo, provenientes do Sistema Único de Benefícios (SUB), são de natureza administrativa, e neles não constam informações que identifiquem as empresas e os trabalhadores.

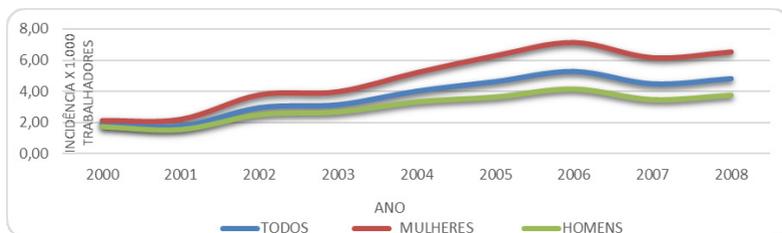
## RESULTADOS

No período de 2000 a 2008, foram concedidos 819.732 benefícios por transtornos mentais, o que representa 9,4% do total de benefícios relacionados à saúde. Houve elevação do coeficiente de incidência anual de TMI (I-TMI), de 1,93x1.000 trabalhadores em 2000, com pico em 2006, 5,3x1.000, e atingindo 4,8x1.000 trabalhadores em 2008, com Variação Proporcional Percentual (VPP) de +148,7% em todo período (Figura 1).

O padrão de distribuição foi semelhante entre as variáveis descritoras: crescimento do coeficiente de I-TMI de 2000 a 2006; decréscimo entre 2006 e 2007; e elevação entre 2007 e 2008.

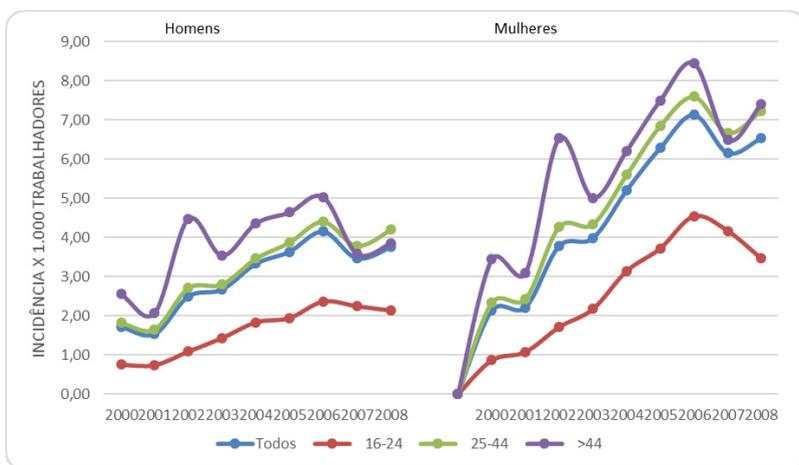
Verificou-se aumento do coeficiente de I-TMI entre 2000 e 2008, em ambos os sexos, com maior crescimento entre as mulheres (VPP=+205,1%) em comparação com os homens (VPP=+118,6%). Mulheres apresentaram maiores I-TMI do que os homens em todo o período (Figura 1).

**Figura 1** Evolução do coeficiente de incidência anual de transtornos mentais com incapacidade (I-TMI), por sexo, no período de 2000 a 2008 no Brasil.



Observou-se elevação do I-TMI, entre 2000 e 2008, em todos os grupos de idade. O maior crescimento ocorreu entre homens e mulheres mais jovens (VPP/homens=+185,0% e VPP/mulheres=+297,0%) e menor VPP entre os mais velhos (homens=+45,0% e mulheres=+115,0%). Constatou-se ainda que o I-TMI aumentava com a idade. Em 2008, por exemplo, trabalhadores com idade superior a 44 anos (I-TMI= 5,1x1.000 trabalhadores) apresentaram quase o dobro do I-TMI em relação àqueles com idade entre 16 e 24 anos (I-TMI=2,7x1.000 trabalhadores). Entre 2006 e 2008, os trabalhadores que tinham entre 25 e 44 anos apresentaram aumento do I-TMI em relação àqueles com mais de 44 anos de idade. Este mesmo padrão ocorreu entre homens e mulheres (Figura 2).

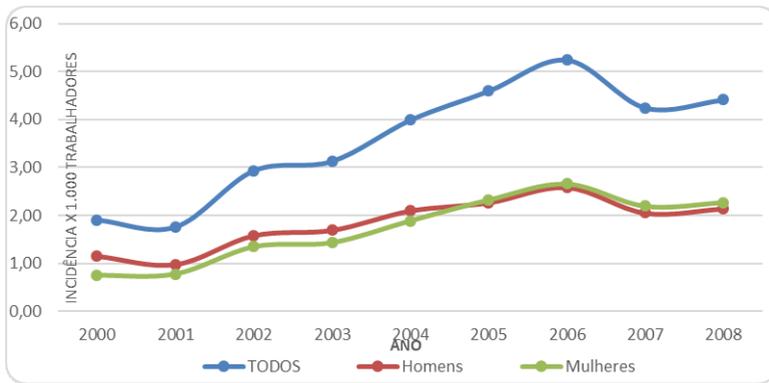
**Figura 2.** Evolução do coeficiente de incidência anual de transtornos mentais com incapacidade (I-TMI), por grupos de idade, segundo sexo, no período de 2000 a 2008 no Brasil.



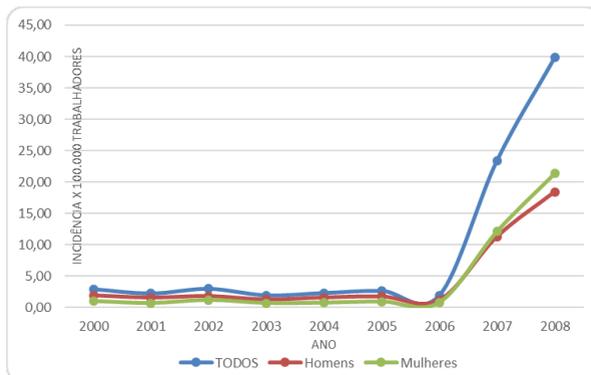
O coeficiente de incidência anual dos TM não relacionados ao trabalho apresentou evolução diferente daqueles relacionados ao trabalho. Embora ambos tenham tido discreta elevação da medida

até 2006, os transtornos não relacionados ao trabalho apresentaram queda entre 2006 e 2008, de 5,2x1.000 trabalhadores para 4,4x1.000 (Figura 3), enquanto os outros tiveram elevado aumento do I-TMI nesse período, de 1,9x100.000 trabalhadores para 39,9x100.000, tendência que se manteve entre homens e mulheres (Figura 4).

**Figura 3.** Evolução do coeficiente de incidência anual de transtornos mentais com incapacidade (I-TMI) **não relacionados ao trabalho**, no período de 2000 a 2008 no Brasil.



**Figura 4.** Evolução do coeficiente de incidência anual de Transtornos Mentais com incapacidade (I-TMI) **relacionados ao trabalho**, no período de 2000 a 2008 no Brasil.



NAS TRILHAS DA PESQUISA E EXTENSÃO EM TEMPOS DA  
PANDEMIA DA COVID-19

Estimou-se aumento do I-TMI em todos os ramos de atividade entre 2000 e 2008. A VPP foi elevada e positiva em todos os ramos de atividades, exceto na indústria extrativa (VPP= - 53,3) e na administração pública (VPP= -12,6%) (Tabela 1).

**Tabela 1.** Coeficiente de incidência anual (X 1.000 trabalhadores) de transtornos mentais com incapacidade por ramos de atividade, no período de 2000 a 2008, no Brasil.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Varição Proporcional Per- centual (VPP)
<b>Total</b>	1,8	1,7	2,8	3,0	3,8	4,4	5,0	4,2	4,5	+150,0
Agricultura	0,5	0,5	0,8	0,8	1,1	1,0	1,1	0,9	1,2	+140,0
Indústrias extrativas	5,8	5,5	8,6	7,1	8,2	9,3	8,3	6,8	2,7	-53,5
Indústria da transformação	1,8	1,9	3,2	3,2	4,0	4,7	5,1	4,3	4,8	+166,7
Construção	1,5	1,2	2,2	2,8	3,6	3,8	4,4	3,1	2,7	+80,0
Comércio e reparos	1,0	1,0	1,9	2,1	2,9	3,5	4,1	3,6	3,8	+280,0
Alojamento e alimentação	1,2	1,2	2,3	2,6	3,6	4,3	4,7	3,8	4,0	+233,3
Transporte, armazenagem, comunicação	2,7	2,7	4,7	5,2	6,9	7,2	7,9	5,9	6,3	+133,3
Administração pública	5,2	2,8	3,8	3,9	4,5	5,3	4,9	4,5	4,6	-11,5
Educação, saúde e serviços sociais	2,4	2,3	3,7	4,0	5,1	6,3	7,2	6,2	5,7	+137,5

## NAS TRILHAS DA PESQUISA E EXTENSÃO EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Outros serviços coletivos e pessoais	1,8	1,9	3,6	3,6	4,1	5,3	6,0	5,4	4,7	+161,1
Outras atividades	1,6	1,6	2,5	2,6	3,4	4,2	5,0	4,5	5,7	+256,3

---

## DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo revelam que, entre 2000 e 2008, em ambos os sexos, houve aumento da incidência cumulativa anual de TMI em geral em todos os grupos de idade e ramos de atividade, exceto na indústria extrativa e na administração pública. Também se observou aumento elevado do coeficiente de incidência anual dos TM relacionados ao trabalho entre homens e mulheres no período, ao contrário dos não relacionados ao trabalho.

A tendência crescente do I-TMI em geral tem sido relatada na literatura por outros autores (HENSING; ANDERSSON; BRAGE, 2006; ROELEN ET al., 2009), corroborando os achados deste estudo. Tal aumento vem sendo explicado como decorrente de fatores, como pobreza, envelhecimento da população, marginalização, desemprego, abuso de substâncias psicoativas, condições e organização do trabalho (JENKINS, 1997; JÄRVISALO ET al., 2005), violência, migração, isolamento, o estigma da doença mental em muitas regiões, a mudança do perfil epidemiológico das enfermidades, a falta da prestação de serviços para o tratamento e a reabilitação ocupacional e psicossocial (JENKINS, 1997; KOHN, 2018).

O aumento do coeficiente de incidência anual de TM em geral entre 2000 e 2006, a redução em 2007 e o crescimento em 2008 talvez estejam relacionados a alterações nos procedimentos para concessão desse tipo de benefício no país no período. Ansileiro e Dantas (2008) consideram que esse movimento pode estar associado, entre 2001 e 2005, à extinção de homologação, por médicos do quadro do

INSS, dos procedimentos médicos periciais, realizados por peritos credenciados pelo Instituto; e, em dezembro de 2005, ao início do Programa de Cobertura Previdenciária Estimada (COPES), que concedia alta programada aos benefícios auxílio-doença em geral para garantir maior resolutividade na realização das perícias médicas.

Entre as mulheres, vários fatores devem ser considerados como possíveis explicações para o maior crescimento do I-TMI em geral nesse grupo. O aumento da participação feminina no mercado de trabalho, acompanhado de crescente formalização, com elevação de cerca de 106,6% de mulheres seguradas pela Previdência Social, cobertas pelo SAT, no período de 2000 a 2008 (BRASIL, 2010), elucidada, em parte, a maior VPP nessa categoria. As desigualdades que caracterizam a inserção produtiva da mulher no mercado de trabalho brasileiro, a grande concentração no setor de serviços, os rendimentos inferiores aos dos homens, os obstáculos aos planos de ascensão e cargos de chefia, a combinação da carga de trabalho com as atividades familiares (MELO; OLIVEIRA, 2009), associados, tanto às exigências do trabalho, quanto ao papel da mulher na sociedade, enfatizam a importância da análise da inter-relação entre a esfera produtiva e a doméstica (PELLEGRINI- REIS, 2020), enquanto a expectativa de vida mais longa contribui para o aumento da morbidade de doenças crônicas, como os TMI

Verificou-se aumento do I-TMI ao longo do período estudado em todas as faixas de idade e mais elevado crescimento entre os jovens (16-24 anos), em consonância com resultado de outros estudos (HENSING; ANDERSSON; BRAGE, 2006), e em mulheres. Trata-se possivelmente de trabalhadores em início de carreira, com menor qualificação e submetidos a atividades mais precarizadas, o que mostra que ações preventivas e de assistência devem ser realizadas com prioridade para minorar agravos que podem se manter até a vida adulta. Na Europa, constatou-se que quase metade dos problemas de saúde comunicados pelos trabalhadores, associados a estresse,

depressão e ansiedade, e que causou mais de 14 dias de ausência ao trabalho, dizia respeito a jovens trabalhadores com menos de 25 anos (AGÊNCIA EUROPEIA PARA SAÚDE E SEGURANÇA, 2007) – aspecto que merece estudos.

Os mais altos I-TMI entre os mais velhos (> 44 anos) indicam o potencial incapacitante da doença, também estimado por Hensing, Andersson e Brage (2006), na Noruega. Vale ressaltar que a maior média de vínculos da população segurada coberta pelo SAT entre 2000 e 2008 é dos que têm entre 25 e 44 anos de idade de ambos os sexos. Entretanto, é no grupo com mais de 44 anos que se observa elevado crescimento da média de vínculos (BRASIL, 2009), constatando-se mudanças expressivas nas características etárias dos trabalhadores segurados pela Previdência, que, em parte, se explica pelo estreitamento na base da pirâmide etária da população brasileira (ACHUTTI; AZAMBUJA, 2004). Esta tendência, aliada à mudança do perfil de morbimortalidade (BARRETO; CARMO, 2007), pode ter repercutido no aumento do I-TMI nesse segmento.

O elevado crescimento do coeficiente de incidência anual dos TM relacionados ao trabalho entre 2006 e 2008 pode ser explicado pelo aumento do número de benefícios acidentários concedidos por esta enfermidade, aproximadamente 2.400% em relação a 2006. Esse aumento decorreu da aplicação da Lei n°. 11. 430, que estabeleceu o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) em abril de 2007, nova metodologia epidemiológica para caracterizar o nexo causal entre a doença e a atividade exercida pelos trabalhadores nas empresas. Este resultado expressa a redução da concessão indevida de auxílio previdenciário gerada pela subnotificação, sub-registro, má caracterização, como também pelas limitações para reconhecimento dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, contribuindo para manutenção de ambientes de trabalho nocivos e consequente produção de enfermidades. Ao contrário, em 2007 houve queda de 16,6% na concessão de auxílio-doença previdenciário, variação distinta

daquela registrada para o auxílio-doença acidentário (ANSILIEIRO; DANTAS, 2008), refletindo na concessão de benefícios por TMI.

Embora a prevalência de TMI seja alta entre a população trabalhadora, a complexidade dos quadros clínicos, a etiologia multicausal e o adoecimento desencadeado ou agravado pelo trabalho em razão das condições nas quais a atividade se realiza (GNAM, 1998; LIPPEL, 1999; JACQUES, 2007) dificultam o estabelecimento donexo causal individual com o trabalho.

No Brasil, vários estudos demonstraram a relação entre TMI e trabalho (SELIGMANN-SILVA, 1997; CODO, 1999; LIMA, 2007; FERNANDES, 2000; GLINA et al., 2001), porém a transposição desse conhecimento em políticas públicas limita-se à inclusão de doenças mentais na Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho, anexo II do Decreto 3.048/99 do Ministério da Previdência e Assistência Social e Portaria 1.339/99 do Ministério da Saúde, com princípios norteadores para o diagnóstico de 12 categorias de TMI relacionadas ao trabalho (BRASIL, 2002). Apesar de o nexocausal poder ser estabelecido por outros critérios existentes, somente após a implantação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), foi possível identificar empresas que contribuem com maior número de casos e risco em relação com as demais do seu ramo de atividade, o que indica que todo caso surgido daquela empresa passa a ser, potencialmente, considerado caso relacionado ao trabalho (OLIVEIRA, 2010).

Merece atenção a redução do I-TMI a partir de 2007, período de implantação do NTEP, especialmente na indústria extrativa, que pode ter sido decorrente do sub-registro da incapacidade, o que merece investigação

O estudo da evolução do coeficiente de I-TMI reflete mudanças na população em estudo, no sistema de compensação de benefícios, nos ambientes de trabalho, como, também, o sub-registro e a subnotificação da enfermidade que, pelos limites desta análise, podem não ter sido retratados nesta investigação. Trata-se de

um estudo nacional sobre a evolução dos transtornos mentais com incapacidade, que possibilitará a identificação do padrão de evolução do nível de morbidade, a realização de projeções, a avaliação do impacto de medidas adotadas e o planejamento de intervenções.

Recomenda-se o acompanhamento da evolução da morbidade por TMI, o monitoramento do sub-registro, da subnotificação e a melhoria dos dados de vigilância para servir de base e orientar medidas de prevenção para grupos de alto risco. Empregadores são primariamente responsáveis pela saúde e segurança no trabalho, o que exige compromisso dos gestores e definição de políticas que favoreçam a saúde e a segurança e a definição de marcos regulatórios que propiciem boas práticas no ambiente de trabalho.

## CONCLUSÕES

Tem-se vivenciado no Brasil um processo de mudanças no trabalho não apenas motivado pela intensificação crescente do uso das tecnologias digitais, mas, também, decorrente da reforma trabalhista no país em 2017, com a legalização e regulamentação de formas de trabalho precarizadas, que coadunam com novas modalidades de gestão e de organização do trabalho.

O surgimento de novas formas de contrato de trabalho, como o contingente, o trabalho não regulamentado de casa, fora do modelo do trabalhador fixo com tempo integral e benefícios, vem acompanhado de insegurança, menor remuneração e outras condições nocivas de trabalho. Estudos realizados evidenciaram que o assédio moral e outras formas de violência, os fatores psicossociais do trabalho, como a insegurança no trabalho, pouca autonomia, altas demandas e baixo controle no trabalho, impossibilidade de desenvolvimento, falta de apoio social de gestores e colegas têm-se constituído em riscos invisíveis com efeitos adversos, particularmente na esfera psicológica (REIS, 2020)

Nos últimos anos, tem crescido o interesse pelas repercussões do trabalho na saúde mental do trabalhador, principalmente em decorrência do aumento crescente do número de transtornos mentais relacionados ao trabalho em muitos países. A concessão de benefícios por incapacidade em decorrência de transtornos mentais mostra tendência crescente, ao contrário do que ocorre com outras doenças. Este fato gera interesse pelo conhecimento do fenômeno em relação a extensão, gravidade, evolução temporal, custos econômicos e sociais, cuja compreensão é fundamental para o reconhecimento da urgência e de prioridade por tomadas de decisões quanto à definição de políticas públicas.

É importante ressaltar que este estudo teve como foco trabalhadores formais segurados pela previdência social, que contam com o auxílio-doença, um instrumento de proteção social. No entanto, é conhecida a tendência de crescimento do desemprego estrutural em função da implementação de novas tecnologias e da natureza atual do capitalismo, dirigida pelo capital financeiro, intitulada “Era do capital improdutivo”. Além disso, o crescimento do número de trabalhadores informais, não segurados, e formas de trabalho precarizadas expõem um grupo representativo a outras formas de vulnerabilidades psíquicas, em função da impossibilidade de garantir as condições de sobrevivência de si e da família, pelo sentimento de não pertencimento social e sofrimento pela ruptura com o ethos do trabalho. Trata-se, portanto, de uma dimensão que demanda investigação.

Finalmente, considerando os limites deste estudo, os resultados indicam expressiva incidência de transtornos mentais com incapacidade entre trabalhadores segurados no Brasil e sugerem o desenvolvimento de investigações que elucidem os fatores de risco, gerem atenção aos grupos mais vulneráveis e o desenvolvimento de políticas de saúde mental para redução da carga da doença.

## REFERÊNCIAS

ACHUTTI, A.; AZAMBUJA, M.I.R. Doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: repercussões do modelo de atenção à saúde sobre a seguridade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 833-840, 2004.

AGÊNCIA EUROPÉIA PARA A SEGURANÇA E A SAÚDE NO TRABALHO. **Jovens trabalhadores - Factos e números: Exposição a riscos profissionais e consequências para a saúde**. Bilbao, 2007.

ANSILIERO, G.; DANTAS, E.A. Comportamento Recente da Concessão e Emissão de Auxílios-Doença: Mudanças Estruturais? **Informe da Previdência Social**, n. 11, v. 20, p. 1-28, 2008. Disponível em: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/arquivos/office/3a\\_090227-161326-767.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/arquivos/office/3a_090227-161326-767.pdf) Acesso em: 10 abril 2021

BARRETO, M.L.; CARMO, E.H. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o sistema de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, n. 12, p. 1779-1790, 2007.

BASTOS, M. L. A. et al. Sick leaves by mental disorders: study with public servants at an educational institution in Ceará, Brazil. **Revista brasileira de medicina do trabalho**, v. 16, p.53-59, 2018. Doi:10.5327/Z1679443520180167

BOFF, B.M.; LEITE, D.F.; AZAMBUJA, M.I.R. Morbidade subjacente à concessão de benefício por incapacidade temporária para o trabalho. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 337-342, jun. 2002.

**BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO** - Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador. Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006–2017. Abril/2019 – Edição nº 13, ano IX. Disponível em em: [https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/ccvisat\\_bol\\_transtmentais\\_final\\_0.pdf](https://renastonline.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/recursos/ccvisat_bol_transtmentais_final_0.pdf) . Acesso em: 20 jun. 2021

BONADIMAN, C. S. C. et al. A carga dos transtornos mentais e decorrentes do uso de substâncias psicoativas no Brasil: Estudo de Carga Global de Doença, 1990 e 2015. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 20, n. Suppl 01, p. 191-204, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas com o trabalho: diagnóstico e condutas**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário estatístico da Previdência Social**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteúdoDinamico.php?id=423>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social - Aeps 2017. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/2019/04/aeps2017suphist.pdf> . Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social – Aeps 2014**. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, 2016. v. 23. Disponível em: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2019/04/AEPS-2017-abril.pdf>.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016. **1º boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade de 2017**. Brasília, DF: Secretaria de Previdência, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/2017/04/1a\\_-boletim-quadrimestral.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/images/2017/04/1a_-boletim-quadrimestral.pdf). Acesso em: 26/07/2021

CODO, W. (Coord.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes/Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

EUROPEAN AGENCY FOR SAFETY AND HEALTH AT WORK. **OSH in figures: stress at work – facts and figures**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2009. Disponível em: <[http://osha.europa.eu/en/publications/reports/TE-81-08-478 EN-C\\_OSH\\_in\\_figures\\_stress\\_at\\_work](http://osha.europa.eu/en/publications/reports/TE-81-08-478_EN-C_OSH_in_figures_stress_at_work)>. Acesso em: 15 fev 2020.

FERNANDES, S.R.P. O trabalho dos profissionais de informática: estudo de caso em Salvador-Ba. In: GLINA, D.M.R.; ROCHA, L.E. **Saúde mental no trabalho: desafios e soluções**. São Paulo: VKL, 2000. p. 237-254.

GLINA, D. et al. Saúde Mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico com base na prática. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 3, p. 607-616, 2001.

GNAM, W. **Mental disorders, mental disability at work, and workers' compensation**. Institute for Work and Health, abr, 1998. Disponível em: <http://www.qp.gov.bc.ca/rcwc/research/gnam-mental.pdf>

Acesso em: 15 set. 2020.

HENSING, G. et al. Sick leave due to minor psychiatric morbidity: role of sex integration. **Social Psychiatric and Psychiatric Epidemiology**, v. 30, n. 1, p. 39-43, 1995.

HENSING, G. et al. Sickness absence with psychiatric disorders: an increased risk for marginalization among men? **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 35, n. 8, p. 335-340, 2000.

HENSING, G.; ALEXANDERSON, K. The relation of adult experience of domestic harassment, violence and sexual abuse to health and sickness absence. **International Journal of Behavioral Medicine**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2000.

HENSING, G.; WAHLSTRÖM, R. Sickness absence and psychiatric disorders. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 32, n. 63, p. 151-180, 2004.

HENSING, G.; ANDERSSON, L.; BRAGE, S. Increase in sickness absence with psychiatric diagnosis in Norway: a general population-based epidemiologic study of age, gender and regional distribution. **BMC Medicine**, v. 4, p. 19-27, 2006.

HOUTMAN, I; DESCZKA, S; BRENNINKMEIJER, V. Sickness absenteeism and disability due mental health problems in the Netherland. In: JÄRVISALO, J. et al. (Org.) **Mental disorders as a major in prevention of work disability: experiences in Finland, Germany, the Netherlands and Sweden**. Helsinki: Prima, 2005.

JACQUES, M.G. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para psicologia. **Psicologia & Sociedade**,

Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 112-119, 2007.

JÄRVISALO, J. et al. Depression and other mental disorders, sickness absenteeism and work disability pension in Finland. In: JÄRVISALO, J. et al. **Mental disorders as a major in prevention of work disability: experiences in Finland, Germany, the Netherlands and Sweden.** Helsinki: Prima, 2005.

JÄRVISALO, J. et al. **Mental disorders as a major in prevention of work disability: experiences in Finland, Germany, the Netherlands and Sweden.** Helsinki: Prima, 2005.

JENKINS, R. Reducing the global burden of mental illness. **The Lancet**, v. 349, p. 1340, 1997.

KOHN R, et al. Mental health in the Americas: an overview of the treatment gap. **Rev. Panam Salud Publica**, v.42, 2018. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.16> OK

LIMA, M.H.M.R. A Indústria Extrativa Mineral: algumas questões sócio-econômicas. In: FERNANDES, F.R.C. et al. (Org.) **Tendências Tecnológicas Brasil 2015: Geociências e Tecnologia Mineral.** Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007.

LIPPEL, K. Workers' Compensation and Stress: Gender and Access to Compensation. **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 22, n. 1, p. 79-89, 1999.

LOPEZ, D.A. et al. **Global burden of disease and risk factors.** Washington: Oxford University Press and the World Bank, 2006.

MASTEKAASA, A. Parenthood, gender and sickness absence. **Social Science & Medicine**, v. 50, n. 12, p. 1827-1842, 2000.

MELO, H. P.; OLIVEIRA, A.B. Mercado de trabalho e a Previdência Social: um olhar feminista. **Econômica**, Rio de Janeiro, n.2, v. 11, p. 79-110, 2009.

MOURA, A.A.G. de; CARVALHO, E.F. de; SILVA, W.J.C. Repercussão das doenças crônicas não transmissíveis na concessão de benefícios pela Previdência Social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1661-1672, 2007.

MYKLETUN, A. et al. A Population-Based Cohort Study of the Effect of Common Mental Disorders on Disability Pension Awards. **The American Journal Psychiatry**, n. 163. p. 1412-1418, 2006.

NYSTUEN, P.; HAGEN, K.B.; HERRIN, J. Mental health problems as a cause of long-term sick leave in the Norwegian workforce. **Scandinavian Journal Public Health**, v. 29, n. 3, p. 175-182, 2001.

OECD/EU (2018), **Health at a Glance: Europe 2018: State of Health in the EU Cycle**, OECD Publishing, Paris. **Disponível em:** [https://doi.org/10.1787/health\\_glance\\_eur-2018-en](https://doi.org/10.1787/health_glance_eur-2018-en)

OLIVEIRA PRA. **Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário NTEP – Fator Acidentário de Prevenção – FAP: Um novo olhar sobre a saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr; 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Relatório mundial de saúde**. Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Lisboa: Climepsi, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários**. Uma perspectiva global. Lisboa: OMS/Wonca, 2009

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Plan de acciòn sobre salud mental 2013-2020**. Genebra: 2015.

WHO. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. World Health Organization ed. Geneva, 2017

PAHO - Pan American Health Organization. **The Bordem of Mental Disorders in the Region of the Americas**. Washington, D.C.: PAHO, 2018

PELLEGRINI-REIS, A. **Gestão do Trabalho e Estresse Ocupacional**. Salvador-BA: Editora Mente Aberta, 2020

ROELEN, C.A. et al. Trends in the incidence of sickness absence due to common mental disorders between 2001 and 2007 in the Netherlands. **European Journal of Public Health**, v. 19, n. 6, p. 625-630, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Saúde mental e automação: a propósito de um estudo de caso no setor ferroviário. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 95-109, 1997.

SMEBY, L.; BRUUSGAARD, D.; CLAUSSEN, B. Sickness absence: could gender divide be explained by occupation, income, mental distress and health? **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 37, n. 7, p. 674-681, 2009.

SOUZA, N.S.S. et al. Doenças do trabalho e benefícios previdenciários relacionados à saúde, Bahia, 2000. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 630-638, 2008.

STANSFELD, S. et al. Sickness absence for psychiatric illness: the Whitehall II Study. **Social Science & Medicine**, v. 40, n. 2, p. 189-197, 1995.

WITTCHEN, HU.; JACOBI F. Size and burden of mental disorders in Europe a critical review and appraisal of 27 studies. European Neuropsychopharmacology. **The Journal of the European College of Neuropsychopharmacology**. v.15, n.4, p. 357-376, 2005  
DOI: 10.1016/j.euroneuro.2005.04.012.

VIOLA, S.; MONCRIEFF, J. Claims for sickness and disability benefits owing to mental disorders in the UK: Trends from 1995 to 2014. **BJPsych Open**, v.2, n.1, p.18-24, 2016

**COVID-19, SEGURANÇA BÁSICA E PERDAS  
INEVITÁVEIS: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO  
APEGO**

Sueli Barros da Ressurreição

A partir do ano de 2020, a COVID-19, doença causada pelo vírus SARS-COV2, tornou-se a maior emergência de saúde pública no mundo. As pessoas precisaram mudar hábitos laborais, alimentares, de higiene e de lazer e a se distanciar socialmente, ficando confinadas em casa para cumprir medidas de biossegurança determinadas pelos gestores públicos a fim de reduzir o contágio dessa doença letal e reduzir as chances de internamento e morte.

Os seus impactos biofísicos, econômicos e psicossociais sobre milhões de pessoas e suas estratégias de enfrentamento estão sendo cuidadosamente investigados por pesquisadores (FERREIRA *et al.*, 2021; FIOCRUZ, 2020; SAWAIA, 2020; SCHIDT, 2020). Do ponto de vista econômico-financeiro, as perdas se revestem de desemprego, fome e exclusão social crescentes. No campo da educação, as desigualdades sociais se desnudaram e as consequências na socialização e no desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes ainda estão sendo identificadas e analisadas (ENUNO, 2020; OMS, 2020; UNICEF, 2020). Na área da saúde e da proteção contra violência, a população mais vulnerável abrange os profissionais de saúde, os idosos, as pessoas com doenças crônicas e transtornos mentais, os adictos e as minorias marginalizadas.

Nesse cenário, a pandemia da COVID-19 está sendo considerada por muitos especialistas como situação traumática em potencial que atravessa o desenvolvimento psicológico das populações atingidas. Pode ser assim considerada por trazer

mudanças inesperadas e abruptas, causando impactos no mundo presumido, ao romper valores, crenças, concepções e hábitos antes tomados como parâmetros para os vínculos, rotinas de trabalho e formas de lazer. Dessa forma, seus impactos psicossociais podem ser mais duradouros e devastadores ao trazer confusão, raiva e transtorno de estresse pós-traumático (TEP). Isso porque o estresse constante e contínuo conduz a pessoa a um lugar de vulnerabilidade ao perturbar a segurança e ao produzir somatizações, tais como fadiga crônica, doenças cardiovasculares, diabetes, doenças autoimunes e outras (MCEWEN; LASLEY, 2003).

Entretanto, cada grupo populacional e cada pessoa em sua singularidade, responde a esse trauma coletivo de forma diferente, podendo construir estratégias de risco ou de proteção para seu enfrentamento. As defesas e estratégias dependem dos sentidos que compõem o estresse: as forças socioculturais e econômicas que se impõem e como a pessoa lida com essas forças, conforme construiu o seu mundo presumido. O mundo presumido, representa o *self* (si mesmo) internalizado que envolve concepção de realidade, crenças sobre a vida, padrões de funcionamento com coisas e pessoas, conhecimentos e formas de enfrentar o mundo (PARKES, 1995). As pequenas mudanças na realidade ou estresse, não chegam a ameaçar a configuração do *self* e seu funcionamento básico. No entanto, quando as mudanças são impetuosas e constantes, podem ameaçar o mapeamento do mundo presumido e causar resistências, devido as inevitáveis perdas que envolvem as rupturas. Nesse sentido, a pessoa vivencia o que o autor denomina de transições psicossociais ao provocar uma reorganização no *self*, ou seja, na representação de si e do mundo, com base nas primeiras relações afetivas, introjetadas ao longo do desenvolvimento, e nos desafios emergentes do ambiente.

As transições psicossociais são permeadas por rupturas e mudanças que resultam em perdas e ganhos. A pandemia da COVID-19 construiu e tem construído um cenário de perdas,

uma delas, a principal e a mais dolorosa, a morte de milhares de pessoas, muitas delas, pertencentes à mesma família que, após contágio e hospitalização, chegaram conseqüentemente a óbito. Muitas dessas mortes poderiam ser evitadas se as medidas de prevenção e tratamento da doença fossem adequadas, competentes e politicamente efetivas. As demais perdas, as quais algumas serão aqui destacadas, são denominadas inevitáveis que se potencializaram e ou se aceleraram nesse contexto pandêmico.

As perdas inevitáveis são perdas da vida inteira que acompanham o ser humano desde o nascimento até a morte e que contribuem para o desenvolvimento psicossocial. Dessa forma, são perdas necessárias para a pessoa ganhar segurança e força na exploração do mundo e manter-se conectada consigo e com as outras. As mudanças e ressignificações da experiência humana dependem de rupturas fundamentais como: abandonar e ser abandonado, perda de onipotência, escolher ou desistir de coisas, renunciar sonhos, adiar projetos, perdas da juventude e da ilusão de segurança plena.

A Teoria do Apego contribui para compreensão da experiência de perda ou situações contínuas de estresse. Uma delas é que a pessoa tende a atualizar no presente modelos/padrões de apego que teve com os (as) seus (suas) primeiros (as) cuidadores (as): discursos, imagem que eles tinham de nós e formas de cuidar do outro. Segundo Bowlby (1989) esses modelos também governam medos e desejos ao longo de nosso ciclo de vida e vão se estruturar conforme a base na qual se desenvolveram: segura ou insegura.

No presente ensaio, questiona-se como a pandemia atingiu nossa base de segurança e ativou sinais de insegurança; quais as principais perdas psicossociais e quais sistemas de apego foram ativados. E, até que ponto a pandemia da COVID-19 proporcionou experiências reparadoras de apego? O propósito é discutir os impactos de algumas perdas potencializadas na pandemia

da COVID-19 na segurança básica, ancorando-se em algumas contribuições da Teoria do Apego de John Bowlby.

O conceito de segurança básica será aqui tratado como análogo ao conceito de base segura, extraído da Teoria do Apego para discorrer sobre o padrão pelo qual as pessoas lidam com o binômio segurança/insegurança. Psicologicamente, a segurança básica é a confiança em si e no mundo e remete ao tipo de vínculo que tivemos com o nosso cuidador primário. Originalmente, esse vínculo é estruturado pelo comportamento de apego que tem valor adaptativo importante para segurança e proteção. Ao dialogar com a Neurobiologia das Emoções, também considera a segurança como resposta de regulação neural do Sistema Nervoso Autônomo que envolve pistas de segurança através da vocalização e gestos, sistema de engajamento social e janela e tolerância<sup>1</sup> (PORGES, 2012).

O ensaio foi produzido através de estudos ancorados na revisão narrativa de literatura (CORDEIRO *et al.*, 2007) que permitiu sistematizar conhecimentos sobre a teoria aqui proposta e alguns artigos voltados para os aspectos psicossociais da pandemia. Por seguir esse procedimento de revisão narrativa, não foi estruturada metodologia de busca e nem estabelecidos critérios específicos para busca dos descritores. Os conteúdos foram analisados à luz de algumas abordagens que se debruçam sobre sofrimento psíquico e estresse e reflexões extraídas das atividades de ensino e extensão durante o primeiro semestre remoto na Universidade do Estado da Bahia<sup>2</sup>. O texto articula dois eixos analíticos. O primeiro eixo apresenta um breve esboço das concepções de John Bowlby em

---

1. Conceitos que não serão ser aprofundados nesse ensaio, mas alguns serão retomados adiante.

2. Componente curricular ministrado no curso de Psicologia denominado Seminários Especiais II; Projeto de Extensão com coordenação compartilhada pela autora com as docentes Edleusa Garrido e Núbia Ramos denominado “Reconstruindo o Percurso Discente: ações possíveis em tempo de pandemia” e nas interações no Projeto de Extensão “Quem sabe faz a hora” – interações on-line: reflexões teóricas psicanalíticas e junguianas” coordenado pelas docentes Íris de Sá e Larissa Ornellas.

torno do conceito de base segura e a formação do mundo presumido. O segundo eixo apresenta as principais perdas psicossociais evidenciadas na pandemia da COVID-19 e seus principais impactos na segurança básica.

As discussões sobre esse tema mostram-se relevantes para apontar contribuições da psicologia do desenvolvimento na psicoeducação acerca dos desafios e demandas do estresse gerado pelo contexto pandêmico atual, para análise das estratégias de enfrentamento e identificação de intervenções interdisciplinares. Além disso, enfatiza a construção de uma psicologia como socialmente comprometida em tornar visível a diversidade de experiências que compõem o modo de ser e de viver do sujeito contemporâneo.

### **Segurança básica e o mundo presumido: o significado do apego para o desenvolvimento humano**

John Bowlby (1907-1990) foi um médico, etólogo e psicanalista inglês que desenvolveu uma teoria sistêmica do desenvolvimento, contribuindo para uma perspectiva interdisciplinar da constituição do ser humano. A sua teoria é hoje referência para muitas abordagens da psicologia, tais como a sistêmica, a neurobiologia do comportamento, as abordagens comportamentais, cognitivas e psicodinâmicas. Fundamentado no paradigma objetal da psicanálise e nos seus estudos sobre etologia, a sua premissa central reside na ideia de que a constituição do sujeito apenas pode ocorrer no processo intersubjetivo, ou seja, antes mesmo da formação das instâncias psíquicas, o bebê humano é relacional, não busca apenas satisfazer as pulsões, ele busca contato, vínculos, necessita de *holding* (segurança, proteção) e de continência (mediação e assertividade)<sup>3</sup>

3. Os conceitos de *Holding* e Continência pertencem aos teóricos D.W. Winnicott e W.R. Bion respectivamente, ambos das matrizes psicanalíticas que dialogam com o paradigma das relações objetais no qual John Bowlby também se insere.

que lhe garanta uma base segura.

Conforme sua teoria, os apegos surgem da necessidade de segurança e com valor de sobrevivência, tem como objetivo criar vínculos afetivos inicialmente com pessoas específicas (cuidadores primários) e depois persistem na forma e construção de vínculos durante todo ciclo de vida. Bowlby (1989) sustenta a tese de que os (as) primeiros(as) cuidadores (as), as denominadas figuras de apego, devem fornecer uma base segura para que as crianças possam explorar o mundo exterior e a eles retornar. Essa base garante a segurança de que são bem-vindas, nutridas física e emocionalmente e, se tiverem sofrimento ou ficarem amedrontadas, podem ser confortadas e encorajadas ao retornarem para o “colo” desses cuidadores. O autor explica através de uma analogia:

[...] é um papel semelhante a de um oficial que comanda uma base militar da qual faz parte uma força expedicionária e para qual ele pode voltar caso se depare com algum impedimento. Na maior parte do tempo, o papel da base é estar pronta para ajudar, mas não é esse, no entanto, o seu papel vital. Porque o comandante da força expedicionária ousa ir adiante e correr riscos, quando confia na segurança de sua base.” (BOWLBY, 1989, p. 25).

A qualidade e a estabilidade desses laços vão compor o sistema de saúde emocional do indivíduo ao longo da vida. E nesses laços, para ter uma base segura, a pessoa precisa fazer dois movimentos conflitantes: aproximação/afastamento, união/separação. Destaca-se aqui a convergência dessa tese de Bowlby (2004) com as duas subfases do processo de separação-individuação estudados por Mahler (1982): exploração (8-18 meses)

e reaproximação (a partir dos 18 meses). Na exploração, o bebê começa a ter maior domínio psicomotor podendo investir em funções mais autônomas para explorar o mundo, momento que demonstra aparente falta de interesse pela mãe. Na reaproximação, a criança sente a necessidade de partilhar as experiências com a mãe e restabelecimento emocional através do contato físico (rede de proteção). A depender da qualidade do vínculo, a mãe pode favorecer a criança a explorar o mundo que a rodeia para descobri-lo, simultaneamente garantindo o “seu colo”. Ao contrário, pode agir de forma negligente ou ambivalente, distanciar-se ou até mesmo podar a criança nesse momento de expansão.

É nessa dinâmica da separação-indivuação que Bowlby (2015) destaca o binômio segurança/insegurança como preocupação central na sua teoria. O processo de desenvolvimento exige uma projeção da pessoa para o mundo onde possa desenvolver habilidades, competências e novas identificações e, para isso, precisa confiar na sua base. Papalia e Olds (2000) recordam que a noção de confiança básica foi desenvolvida pelo psicanalista alemão Erik Erikson (1902-1994) na sua teoria Psicossocial do Desenvolvimento. Baseando-se na fase oral (nascimento-12 a 18 meses) descrita por Freud, Erikson (*apud* PAPALIA e OLDS, 2000) afirma que a principal crise neste estágio é a confiança básica/desconfiança básica. Esse é o momento em que o bebê pode desenvolver uma percepção do mundo como lugar bom e seguro ou, ao contrário, como ameaçador ou aniquilante. Considerando que o mundo abrange essas duas faces, a virtude principal a ser desenvolvida é a esperança, pois “as pessoas precisam confiar no mundo e nele terem esperança, mas também precisam desconfiar para se protegerem dos perigos” (PAPALIA e OLDS, 2000, p. 161). Ao interpretar conceito de confiança básica em Erik Erikson, Wordem (2013), pós-bowlbiano, acrescenta que confiar no mundo é também poder pedir ajuda e ajudar no que for preciso, quando surgem dificuldades.

Cabe aqui, então, fazer uma distinção entre vínculo e comportamento de apego. Os vínculos são laços que perduram no decorrer do tempo e seus padrões têm origem no comportamento de apego e na constância de objeto construído nos primeiros anos de vida. No vínculo, cada pessoa é importante para outra e não é intercambiável com nenhuma outra, pois envolve ressonância ou movimento empático, entendido como decodificação recíproca de necessidades e emoções. Bee e Byod (2011) explicam que para construção dos vínculos é necessário o apego que é uma subvariedade do vínculo afetivo no qual o senso de segurança de uma pessoa está ligado ao relacionamento.

Dessa forma, é através do comportamento de apego que o vínculo se constrói. O comportamento de apego é um impulso/motivação genética para se relacionar e tem função primordial de sobrevivência, proteção e oferece ao bebê um sentimento de segurança. Apego diz respeito ao comportamento de busca de contato físico. No bebê, pode ser observado pelo choro, sorriso, vocalização, rastejar, agarrar, tocar. No adulto, qualquer forma de comportamento que permita proximidade com alguém, assim como manutenção e protesto frente a separação. Bee e Byod (2011) esclarecem que a relação da criança inicialmente com os pais é de apego (busca proteção, apoio, cuidado e os utiliza como base segura), estabelece com eles uma relação de dependência dada a sua vulnerabilidade. No entanto, a relação dos pais (cuidadores e cuidadoras) com a criança não é de comportamento de apego, visto que não buscam nela proteção e nem as utiliza como base segura. Ao longo do tempo, a relação construída com o cuidador primário, em virtude da condição de vulnerabilidade inicial do bebê, torna-se a matriz sobre a qual todos os vínculos posteriores se desenvolverão. Na vida adulta, as relações não se configuram como relações de dependência como pais-bebês, no entanto, uma vez formado o vínculo, cada pessoa busca na outra um certo tipo de segurança

com quem deseja contar com a aceitação e o apoio.

O comportamento de apego constitui-se como um sistema relacional em direção a um senso de segurança e se autorregula através de um conjunto de sistemas motivacionais que são complementares ou alternantes, são permanentes e evoluem ao longo do desenvolvimento. Esses sistemas são estruturantes e reguladores do *self*, pois têm a capacidade de alterar a si próprio para se acomodar ao ambiente externo e interno, são eles: sistema de apego propriamente dito, sistema medo-angústia, sistema de cuidar, sistema de exploração e sistema de afiliação. (BOWLBY, 1989; MENDES; ROCHA, 2016).

O sistema de apego propriamente dito atua com uma dinâmica de regulação no momento em que é ativado em situações de estresse e desativado quando a pessoa parte para exploração no mundo e para construção de afiliações. Está ao lado do sistema medo-angústia que é ativado frente às situações percebidas como perigosas. Em resposta a essas situações, esse sistema pode manifestar-se de três formas: luta, fuga e congelamento. Bowlby (2015) considera os aspectos relacionados a ansiedade de separação como saudáveis, entretanto, a sua intensidade e repetição podem provocar cansaço, falta de energia, variando em cada pessoa e isto pode levar a transtorno de ansiedade e outros processos psicopatológicos.

O sistema de cuidar implica em desenvolver a capacidade de acolher, intervir e mediar o outro, se ocupar de alguém. Segundo Bowlby (1989), é o papel mais importante dos pais e complementar ao comportamento de apego, é considerado sob a mesma luz em que foi considerada a busca do cuidado. O sistema exploratório é uma outra dimensão do comportamento de apego que leva ao desenvolvimento da autonomia e, por isso, também importante para sobrevivência. Quando está ativado, o sistema de apego é desativado e vice-versa. Esse movimento alternado revela a coerência com a

dinâmica aproximação/afastamento. O autor explica que uma pessoa de qualquer idade ao se sentir segura, tende a explorar o mundo para longe de sua figura de apego, no entanto, quando se sente explorada, alarmada, cansada, tende a ativar o seu sistema de apego, desativando o sistema de exploração. E por fim, o comportamento de apego envolve também sistema afiliativo, pois a criança vai sentindo a necessidade de se engajar socialmente e sente prazer ao construir outros vínculos. A afiliação faz parte do comportamento de apego, pois ativa a motivação para comprometer-se socialmente com o outro.

Esses sistemas do comportamento de apego que configuram o *self* são operacionalizados por modelos de figuras de apego e de interpretação de mundo interno e externo que são internalizados pela pessoa nos seus primeiros anos de vida. Os cuidadores primários são as primeiras referências de modelos de vínculos para o desenvolvimento psicossocial da pessoa. São figuras eleitas pela criança no primeiro ano de vida, através de experiências sensório-motoras e do conceito de objeto permanente. A pessoa constrói dentro de si um ou mais modelos operacionais que representam o mundo a sua volta e a si mesma. Essas representações tornam-se cada vez mais elaboradas nos 4 a 5 anos de vida e tendem a se tornarem latentes e cada mais automáticas, constituindo-se como modelos internos de funcionamento que permearão a dinâmicas dos sistemas de apego e, portanto, as estruturas cognitivas (experiências, memória e atenção afetivas) e as relações interpessoais (BEE; BOYD, 2011; BOWLBY, 2015).

O mundo presumido é construído com base no modelo interno operacional no qual a pessoa articula diferentes papéis. Compõe-se de um conjunto de crenças que oferecem uma base de segurança e sentido para vida, carrega o *self* internalizado, ou seja, o Modelo Interno Operativo (MIO) constituído pelos laços de apego que se apresentam em diferentes padrões de interação. Figuras de

apego são responsivas quando atendem as necessidades básicas e ao gesto espontâneo da criança, são acolhedoras ao demonstrar sintonia e ressonância com suas emoções ao mesmo tempo que se mostram disponíveis para atender às necessidades de exploração do mundo. Desse modo, ajudam a construir uma base segura para a pessoa em desenvolvimento. Um padrão de apego de base segura permite a criança acreditar em si mesma, conquistar autonomia e liberdade para explorar o mundo. Torna-se um adulto seguro-autônomo com capacidade de confiar no outro e saber em que situação é conveniente confiar, constrói laços mais duradouros, tem boa sociabilidade e autoestima e pede ajuda quando precisa. Além disso, desenvolve habilidade para autorreflexão de forma coerente e sem distorções. Frente às perdas, sofrem, mas são capazes de processar o luto desenvolvendo fronteiras saudáveis com o objeto perdido (BOWLBY, 2004; WORDEM, 2013).

Necessário destacar a perspectiva sistêmica e dialética da Teoria do Apego sobre o desenvolvimento humano acerca das relações objetais, nas quais não cabem o determinismo causal. O MIO de uma pessoa de base segura permanece inalterado até que situações adversas ou traumáticas possam perturbar sua segurança e o seu mundo presumido, mas poderá recorrer aos seus recursos e encontrar saídas para o enfrentamento. É possível que, pelo menos, uma figura de apego seguro possa ser um fator de proteção que favoreça um MIO interno e seguro e contribua para enfrentamento de situações adversas. É possível também que a pessoa possa ter um apego inseguro nas relações íntimas, mas desenvolver apegos seguros na vida profissional ou vice-versa. De outro modo, uma base insegura seja movida pela rejeição, abandono ou negligência da figura de apego frente às necessidades de proteção e de autonomia da criança, poderá construir um modelo interno pautado por desconexão, insegurança e desorganização, respectivamente (ABREU, 2013; WORDEM, 2013).

O padrão de apego inseguro ou evitativo é construído na vivência da rejeição da figura de apego em relação ao bebê. Não há a garantia de que encontrará afeto nos momentos de vulnerabilidade, apesar de ser cuidado nas suas necessidades básicas de sobrevivência. Ferido no seu laço existencial, a estratégia para se proteger é desconectar o seu campo emocional, desativando o sistema de apego e investir na autossuficiência ao hiperativar o seu sistema de exploração. Poderá ser então um adolescente/adulto desapegado, pseudo independente, confiante em si, mas não no mundo e com resistência à intimidade. Frente às perdas, podem reagir de forma fria, com mínimas reações emocionais (BOWLBY, 2004; 2015; PARKES, 1998; WORDEN, 2013).

A experiência de abandono vivenciada com a figura de cuidado edifica um apego de base insegura denominada ambivalente ou resistente. A criança é ferida no seu laço interacional, sendo regulada pelas necessidades do cuidador e não pelas suas próprias, pois não há coerência no afeto destinado durante o cuidado, deixando-a confusa. A fim de se proteger, hiperativa o seu sistema de apego e de medo-angústia: o mundo se apresenta relativamente confiante, mas não tem confiança em si e nas possibilidades de explorar o mundo, pois sua autonomia foi desencorajada e envolvida por um sentimento de culpa, ansiedade excessiva e medo do abandono. Frente às perdas, sua memória episódica é perturbada pelos afetos recorrentes, intensifica o sentimento de desamparo, potencializa a dependência e tende a pedir ajuda na maior parte de suas vivências (BOWLBY, 2004; 2015; PARKES, 1998; WORDEN, 2013).

O padrão de apego inseguro desorganizado carrega uma história de negligência ou abuso direcionados pela figura de apego. Sentindo-se ameaçada ou invadida, a criança perde a previsibilidade na interação com seu (sua) cuidador (a) e, assim, vivencia a experiência de medo-angústia através de comportamentos

contraditórios, instáveis ou estereotipados. O adolescente/adulto tende a sentir uma desorganização interna, sensação de caos que podem ser expressos em forma de impulsividade, autossabotagem, autoviolência. Além disso, não conseguem manter vínculos por muito tempo e em situações de perdas ou estresse contínuo, tendem a maior vulnerabilidade para desenvolver psicopatologias, somatizações e isolamento social como defesa do seu *self* (BOWLBY, 2004; 2015; PARKES, 1998; WORDEM, 2013).

Vale destacar outro aspecto sistêmico relevante nessa teoria ao reconhecer a experiências vinculares reparadoras que podem aparecer no ciclo de vida, ligações acolhedoras positivas que possibilitam ressignificar carências deixadas pelos (as) cuidadores (as) primários (as) configuradoras de padrões de apego inseguro. Considera ainda que os modelos operacionais internos podem ser transmitidos entre gerações desenhando um modo de funcionamento familiar na qual a história de apego do adulto pode influenciar seu temperamento e sua relação com cônjuge e filhos.

Discorridos os conceitos básicos da Teoria do Apego, entende-se que os laços afetivos, sejam acolhedores ou inseguros, são os que oferecem a base para os novos vínculos com as pessoas e os objetos do mundo. O foco a seguir consistirá em analisar como os modelos internos operacionais foram e estão sendo afetados nas populações atingidas pela pandemia da COVID-19.

### **Perdas e ganhos psicossociais evidenciadas na pandemia da COVID-19 e seus principais impactos na segurança básica**

A pandemia da COVID-19 atingiu potencialmente o mundo presumido de milhões de pessoas no mundo. Está sendo vivenciada como evento traumático por aparecer como um fato inesperado de rupturas e mudanças contínuas na segurança pessoal e coletiva ao atingir a “aparente” previsibilidade dos projetos de vida, conceitos

e crenças antes tomados como referências e o suposto controle dos acontecimentos e do próprio modo de ser e fazer. O contexto pandêmico potencializou as incertezas e, assim, aumentou a sensação de insegurança ao trazer à consciência a impotência humana frente aos fenômenos da vida e a proximidade da morte.

Assim, sinaliza a interdependência como constitutiva do nosso desenvolvimento ao pôr em evidência a ilusão da onipotência humana. Essa é uma das perdas que tornou transparente o desamparo, o medo, as vulnerabilidades psicológicas e econômicas. Perda também presente nos primórdios do desenvolvimento, momento em que criança entende que não é o centro do mundo, renuncia a onipotência e percebe que existe um outro com quem precisa se relacionar e ao mesmo tempo se separar (MAHLER, 1982; WINNICOTT, 1983).

A perda da ilusão de onipotência atualizada pela pandemia da COVID-19 aparece em meio à emergência do cansaço frente ao produtivismo na sociedade do desempenho, tal como apresentada pelo filósofo Han (2017). Na sociedade do desempenho, a pessoa tem a ilusão de liberdade, desvincula-se das proibições externas e tornar-se a senhora e escrava de si mesma. Como o bebê que se percebe onipotente, o sujeito do desempenho ouve a si mesmo, luta consigo mesmo e se escraviza na positividade/ativação, ao se julgar potente para fazer tudo que for proposto como desafio que o leve a superar a si próprio.

É possível afirmar que o sujeito do desempenho pode carregar fortes traços de padrão de apego evitativo/esquiva. Emprega boa parte da libido para si mesmo e desenvolve uma pseudoindependência, permeada por uma autoexploração. A sua base não é suficientemente segura para confiar no mundo e nos outros e, assim, desenvolve relações superficiais ou descartáveis. Wordem (2013) explica que as pessoas com esse padrão demonstram excessiva visão positiva de si mesmas e, com frequência, visão

negativa sobre os outros, os quais as procuram pouco, mesmo em situações de estresse. De fato, quando comparadas ao sujeito do desempenho, nota-se que o sistema de apego é desativado, mantém-se limitado no sistema de exploração, distanciando da intimidade e procura viver sua vida sem o amor e a ajuda dos outros. Dessa forma, não consegue equilibrar o sistema de exploração com o sistema afiliativo. O padrão evitativo/esquiva é muito comum na sociedade pós-moderna, observamos o “adulto desapegado” e com nível de organização mais ou menos extremo de *falso-self*<sup>4</sup> (WINNICOTT *apud* BOWLBY, 1989).

De fato, Han (2017) analisa que o mundo digital e os meios de comunicação na pós-modernidade são pobres em alteridade e não abre espaço para o desenvolvimento de relações duradouras e intensas. O seu papel é exacerbar a imagem do sujeito produtivo, empreendedor, mas que encobre um desgaste de si mesmo, “totalmente incapaz de sair de si, estar lá fora, de confiar no outro, fica se remoendo, o que paradoxalmente acaba levando a auto erosão e ao esvaziamento” (p. 91). Isso porque a absoluta coação destrutiva do sujeito do desempenho o leva ao colapso psíquico pela incapacidade de dizer não (negatividade) e a ilusão de poder-tudo (onipotência). O autor explica que a depressão vem após ao excesso de positividade (potência do fazer), pois a pessoa sente-se esgotada de sua soberania, do “ser senhora de si”, de ter “paixão por si mesma”, de superar constantemente a si própria.

O período inicial da pandemia reservou um lugar para o “descanso”, um lugar da negatividade, do não fazer, do não produzir, do não competir consigo mesmo. Essa pausa inicial levou o sujeito do desempenho a ficar mais tempo com a família e a contemplar-se. O distanciamento social imposto pelas medidas de biossegurança o levou a ativar o sistema de apego e o de medo-angústia e a depara-

---

4. O *falso-self* passa a existir quando a criança reage ao ambiente e se organiza para defender o *self* verdadeiro da aniquilação (WINNICOTT, 1983).

se a com a consciência de que é o outro quem dar existência para ele. No nível temporal, parece lembrar o nascimento psicológico na perspectiva de Mahler (1982). Se assim for, esse período foi uma oportunidade para reconstruir vínculos, potencializar recursos emocionais e revisar os modelos internos de si e do mundo.

Algumas pessoas ativaram seu sistema de cuidar e desenvolveram ações de solidariedade, fornecendo insumos, acolhimento e outras redes de apoio para aquelas que sofreram e sofrem diretamente os impactos econômicos e psicossociais: “usar a máscara por você e por mim”, “cuidar de si e do outro”. Entre tantas perdas, ganha-se o altruísmo, a preocupação com o próximo. Outras pessoas também produziram tempo de celebração, cultivando plantas, cuidando de animais e se reunindo de forma lúdica e criativa com familiares, amigos e vizinhos. Buscando uma base segura, passaram a se conectar mais com o desejo, assumir postura assertiva, de fazer escolhas e de expressar de forma clara e honesta o que pensa e o que sente, e assim, ficar mais próxima da experiência do seu *self* verdadeiro<sup>5</sup>. A Teoria do Apego explica que as pessoas com histórico de apego seguro, dispõem de recursos para se autorregular e corrigir nas situações traumáticas e, assim, tendem a ser mais resilientes e criativas. Convergente com a análise de Chew *et al.* (2020) é possível afirmar que essas estratégias de enfrentamento do estresse seriam focadas no problema ao buscarem alternativas de autopreservação e preservação do outro, cumprir as medidas de biossegurança e ao buscarem novas perspectivas de vida.

No entanto, à medida em que a guerra pandêmica persistiu, o trabalho *home-office* e as *lives* nas redes sociais novamente se tornaram palco para sociedade do desempenho e para ostentação. Torna-se difícil mais uma vez renunciar a grandeza no espelho narcísico e funcionar nos limites das proporções humanas. Han (2017) explica

---

5. O *self* verdadeiro provém da vitalidade dos tecidos corporais, da atuação das funções do corpo e se manifesta através do gesto espontâneo e da criatividade. (WINNICOTT, 1983).

que o Eu-ideal é mais sedutor e, projetar-se nele, traz uma sensação de liberdade, mas ao mesmo tempo, acaba ficando inatingível. No segundo momento da pandemia, o consumo antes estacionado, passou a ser reativado nas redes sociais através do excesso de informações, de propagandas, de *fake-News*, de vendas de produtos de todo tipo. Exacerba-se assim o espectro narcisista e, como diz Lowen (2017, p. 171): “No meu entender, os narcisistas estão perfeitamente adaptados ao mundo em que vivemos; adotam seus valores, circulam de acordo com seus padrões em constante mudança e sentem-se à vontade em sua superficialidade.”. Aumentou-se o consumo de alimentos, de álcool, de exibições de imagens e outras formas de consumo, portanto, a hiperativação e o distanciamento de si. O sujeito perdeu a oportunidade de resgatar a capacidade contemplativa que, nas palavras de Han (2017), significa um tempo pleno de elevada e verdadeira intensidade vital, de contato com a realidade do seu ser, expressão autêntica do *self* verdadeiro.

Na sociedade do desempenho, ser ou estar seguro denota uma capacidade do indivíduo para atender às exigências do mercado, a gerenciar sua vida e a concretizar suas conquistas. Ela cria uma ilusão de segurança quando a pessoa apresenta conquistas materiais, de *status* (social e acadêmico), capacidade de autocontrole emocional e autossuficiência. A ausência dessas conquistas abala a segurança do sujeito, pois sente-se inferior e não digno de reconhecimento e aceitação. Frente ao medo do fracasso e de não brilhar junto das outras estrelas no cenário da produtividade, ativa a positividade e demonstra forte necessidade de produção, mas, ao mesmo tempo, carrega um extremo medo de não dar conta, um enorme vazio e uma sensação de irreabilidade.

O *falso-self* quando atinge um nível maior de organização narcísica torna-se uma couraça para a pessoa investir de forma exagerada na própria imagem, a preocupar-se mais com o modo como se apresentam do que o que realmente desejam e sentem,

perdendo a oportunidade de viver plenamente a experiência. As defesas contra o medo e a dor pelas perdas durante a pandemia foram observadas no que assistimos como negativismo, violência extrema e necessidade constante de mostrar produção. Muitas pessoas não sentiram, ou pelo menos não demonstraram sentir, a tragédia do mundo pandêmico. Atuaram no padrão desapegado que expressa mínimas reações emocionais, reage de forma fria, distante, pouca empatia e desenvolve comportamentos evasivos para afastar os sentimentos (WORDEM, 2013). Tornou transparente a dificuldade para entrar em contato com o próprio ser e desenvolver empatia, ternura, compaixão. Portanto, o traço evitativo/esquiva da sociedade contemporânea foi claramente visibilizado na pandemia, muitas pessoas revelaram resistência para mostrar suas vulnerabilidades, pedir ajuda e demonstrar ternura e compaixão pelos mortos e pelos impactos inerentes a crise pandêmica.

A construção do *falso-self* é uma atitude adaptativa, uma defesa contra ameaça de sobrevivência ou aniquilamento frente a algum perigo imaneente e pode também se manifestar em outros padrões de vínculos com diferentes níveis de diferenciação (WINNICOTT, 1983). Frente ao medo da morte e ameaças de perdas constantes, foi possível observar nessa pandemia traços de personalidades fronteiriças, outro nível de organização do *falso-self*. Pessoas que ativaram intensamente o sistema medo-angústia, por não ter tido uma base segura e coerente nos primeiros anos de vida para lidar com o conflito união-separação (MAHLER, 1982). Aqui se insere outra perda inevitável no desenvolvimento humano potencializada pela pandemia: a perda da dualidade amor-ódio, bom-mau.

Nesse sentido, a Teoria do Apego deixa claro que o *self* não se estrutura de forma independente, ele é sustentado pela intersubjetividade, pela presença do outro que ampara e alimenta sua existência (consciência de si e do outro). No entanto, as experiências intersubjetivas agradáveis e desagradáveis, antes vivenciadas pela

criança como se fossem separadas (MAHLER, 1982), precisam ser integradas para superarem as polarizações e a idealização e, assim, enfrentar as difíceis e reais ambivalências da vida. Esse processo é acompanhado por angústia, pois desaba o senso de segurança de que terá sempre a figura de apego ao seu lado como proteção e o medo de perder o amor fica mais evidente. Nesse ponto, a pandemia acirrou as polarizações políticas e ideológicas e alimentou o maniqueísmo nas relações interpessoais: as falhas e imperfeições tornam-se cada vez mais intoleráveis, as divergências de opiniões e crenças foram encurraladas no duelo “contra ou a favor de mim”, dessa forma, não se percebe meio termo no campo das representações entre sujeito e objeto.

A pessoa com padrão de apego desorganizado não desenvolveu recursos suficientes para abandonar suas idealizações e conviver com ambivalências. Portanto, ficou mais vulnerável no contexto pandêmico atual e com muita dificuldade para construir estratégias de enfrentamento. O seu mundo presumido, antes frágil, se desmorona, perdendo sua função protetora e orientadora tempo-espaço. E, assim, ficou mais predisposta a desenvolver depressão, transtornos de ansiedade, ideias suicidas, distúrbios dissociativos diversos, fobias e psicossomatizações.

A pesquisa realizada por Ferreira *et al.* (2021) com a população brasileira, mostra que as estratégias de enfrentamento contra os impactos da Covid-19 com foco nas emoções refletem processos defensivos e/ou distanciamento do problema como confronto, fuga ou aceitação da responsabilidade e pioraram os índices de depressão, ansiedade e estresse contínuo na pandemia. De fato, o sistema medo-angústia ativado no comportamento de apego frente à pandemia da COVID-19 compõe-se três reações distintas: luta, fuga ou congelamento. O ataque aproxima a pessoa do confronto, a fuga consiste no afastamento e no negacionismo e o congelamento provoca a dissociação.

Com isso, todas as três estratégias são focadas na emoção e têm função para garantir a segurança e a sobrevivência, são mecanismos dinâmicos e integrados de enfrentamento denominado de “alostase” que nos permite manejar mudanças e adaptações no meio ambiente. No entanto, se as situações estressoras forem repetitivas e prolongadas, essas estratégias não conduzem a regulação da pessoa frente ao problema, pois a sobrecarga de no Sistema Nervoso Autônomo, provoca “carga alostática” (MCEWEN; LASLEY, 2003). A pandemia, pelo seu caráter disruptivo e inusitado, deixa as pessoas em constante estado de alerta com evidente “carga alostática” e, desse modo, abre espaço para outras formas de adoecimento somático e psíquico.

No que tange às interações sociais e aos medos gerados pela pandemia, o isolamento social parece ter potencializado os padrões de apego inseguro resistente/ambivalente ou ansioso. As Neurociências evidenciam a importância do engajamento social, comprovam que a ausência de contato físico, de estímulos sensoriais produzem desordens na organização cerebral. Nos primeiros meses de vida, essa ausência interfere no processo de mielinização e traz consequências deletérias para o desenvolvimento. Porges (2012) explica que a conexão face-coração permite que uma pessoa sinalize segurança para outra por meio de padrões de expressão facial e entonação vocal. No padrão inseguro ansioso, essa conexão sofreu uma falha, pois não ocorreu correção coerente e estável entre cuidador-bebê.

Aqui outra perda é necessária para o amadurecimento da pessoa: a perda da simbiose emocional para conquistar individuação e autonomia. Winnicott (1983) explica que a capacidade do indivíduo ficar só é um dos sinais mais importantes para o desenvolvimento da autonomia. No entanto, há um paradoxo nessa capacidade, pois só pode ser desenvolvida com o apoio e a presença de alguém ou ambiente acolhedor. Analogamente, entende-se aqui como a figura

de apego de base segura internalizada, conforme discorre Bowlby (1989). Figueiredo e Coelho Júnior (2018) explicam que é o agente cuidador que pode fornecer as funções de *holding* (sustentação) e de continência (transformação). Para sair da simbiose com sentimento de pertencer e confiança nas relações interpessoais é necessário uma base segura que forneça condições de sustentação para garantir a continuidade do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é preciso mediar o espaço para experiências de transformação: crescer e expandir-se, sem rupturas excessivas e com recursos para conter as angústias, desejos, ambições, curiosidades e medos.

O período de isolamento físico na pandemia, de alguma forma, atualizou e interferiu nesses processos. A falta do abraço caloroso, do olhar ao vivo e de outros contatos físicos com os parentes e amigos próximos podem ser configurados como perdas significativas. Parkes (1998, p.241) no seu estudo sobre perdas, acrescenta: “[...] Mais uma vez, somos forçados a admitir que a pele não é o único limite que envolve o *self* e que a casa em que vivemos e as pessoas às quais somos apegados são, sob certos sentidos, nossas, partes de nós.”. O estudo de Ferreira *et al.* (2021) mostrou o quanto o distanciamento social aumentou os níveis de depressão e ansiedade. As pessoas solteiras, divorciadas e viúvas apresentaram risco maior do que as que tinham estado civil estável. Além disso, destaca que as redes de apoio foram fundamentais para reduzir o índice de estresse, ansiedade e depressão. Nesse estudo, vale lembrar que as pessoas que praticaram distanciamento social como uma das medidas de biossegurança, foram as que apresentaram índices significativos de depressão e que o prolongado distanciamento físico pode agravar o nível de sofrimento psíquico, reduzir a imunidade e aumentar o estresse, principalmente nos mais jovens, devido ao aumento da solidão e a necessidade de fazer novas afiliações.

Parkes (1998) afirma que nossa sobrevivência depende de aprendermos a conviver com situações de perigo geradoras de

estresse. O autor lembra que as crises tendem a alterar os modos habituais de comportamento e, muitas vezes, obriga a pessoa a abandonar velhas crenças e concepções do mundo presumido. Quando estresse é moderado, pode levar a pessoa a um tempo para mudanças e readaptações, mas acima do patamar, a pessoa pode se ver incapacitada para enfrentar a situação e pode ficar totalmente perturbada. Uma das reações ao luto pode ser a transição psicossocial, descrita pelo autor como sensação de deslocamento entre o mundo que é e o que mundo deveria ser, sensação de vazio, mas que abre oportunidade para a pessoa reestruturar seu MIO. Entretanto, o sentimento constante de desamparo e desesperança que caracteriza a depressão pode prejudicar esse processo de transição. De fato, as pesquisas mostraram que as pessoas que já tinham problemas de saúde mental anteriores apresentaram respostas emocionais e transtornos psíquicos mais severos nessa pandemia, devido à maior dificuldade no enfrentamento no estresse (FERREIRA *et al.*, 2021).

A vivência da pandemia ativou e reorganizou os sistemas do comportamento de apego diante das inevitáveis perdas inerentes ao desenvolvimento psicossocial ao potencializar a condição de desamparo, a consciência da imprevisibilidade da vida, a perda de onipotência e a certeza da mortalidade. Por esse motivo, é preciso ter muita cautela para não atribuir uma perspectiva psicopatologizante ao sofrimento psíquico (medo, tristeza, raiva, ansiedade e solidão) pois consiste em reações espontâneas frente ao estresse que não devem ser encaradas por si mesmas como doenças mentais. Quanto a essa questão, Whitaker (*apud* FIOCRUZ, 2020, p. 28) analisou as publicações de artigos que versaram sobre o agravamento dos sintomas psiquiátricos na pandemia e que atribuíram uma linguagem de doença mental ao generalizar as lutas contra o estresse causado pela pandemia. Aponta o risco que essa perspectiva patologizante tem para o público em geral: “Somos levados, como sociedade, a pensar que lutar dessa maneira é estar ‘doente’, e os indivíduos que

sofrem dessa maneira são levados a pensar que tem algo errado acontecendo com eles.”. Portanto, o sofrimento psíquico nesse momento de trauma coletivo não deve ser interpretado apenas na perspectiva individual, como se fosse uma falha nos padrões de defesa da pessoa, nem na perspectiva psicopatologizante como se os sentimentos que envolvem o luto e o medo não fossem da ordem do ser humano.

Também é preciso atenção para não interpretar as mudanças psicossociais do momento atual como a busca de laboratórios de normatividade, através do rótulo do “novo normal” como afirma Amorim (*apud* FIOCRUZ, 2020). O autor explica que essa expressão tem mais a ver com a relação de forças e com antinomias que expressam “normal” e “patológico”. Está implicada com as polaridades nas quais a sociedade e as pessoas são situadas. De um lado, o “velho normal” vivenciado por sujeitos individuais e coletivos vulnerabilizados, vítimas de violência de todo tipo: agressões físicas e sexuais, falta de saneamento básico, de alimentação, de assistência social e de saúde. De outro, o “novo normal” no qual as pessoas de diferentes faixas etárias e classes sociais buscam se “reinventar” nas “bolhas do isolamento”, rompendo com seus hábitos anteriores e buscando se “adequar” aos padrões pandêmicos atuais.

O que foi discutido neste eixo sobre os impactos da pandemia na segurança básica do desenvolvimento humano serviu para ilustrar como os sistemas de apego são ativados em situações de estresse, doença ou perdas uma vez que o comportamento de apego constitui-se como um sistema relacional em direção a um senso de segurança. Esses sistemas mantêm uma relação funcional de alternância e são predominantes entre si a depender do modelo interno operacional que a pessoa desenvolveu para se relacionar com pessoas emocionalmente significativas e com as adversidades que a realidade lhe impõe. A pandemia ameaçou os vínculos, reduziu o contato físico, tornou ainda mais transparente as contradições

humanas e limitou as possibilidades de exploração do mundo e, nesse sentido, levou a reconfiguração do mundo presumido.

### **Tecendo algumas conclusões preliminares**

Através da articulação entre os dois eixos aqui apresentados, torna possível considerar que o contexto pandêmico impactou diretamente nos modelos operacionais internos e visão de mundo. A pandemia trouxe perdas psicossociais significativas, abalou a base segura de muitas pessoas e potencializou os padrões de apego inseguro dos atores que vivenciam esse contexto através de evitação, negacionismo, raiva, culpa e até dissociações, interferindo nos seus vínculos afetivos. As intercepções de projeto de vida, instabilidade econômica e crise política acirraram as incertezas, o desamparo e estratégias focadas na emoção contra as ameaças emergentes. Ao mesmo tempo, ativaram sistemas de cuidado e de exploração através de ações solidárias e estratégias criativas para expandir nesse novo mundo. O distanciamento físico serviu como alerta e ativou o sistema de apego e o sistema medo-angústia frente às situações de perigo, solidão e lutos generalizados. Paradoxalmente, as redes de apoio mostraram a sua relevância como ambiente seguro, pois ajudaram a corrigir: proteger do perigo, compartilhar as angústias e sustentar estratégias saudáveis de enfrentamento.

A Teoria de Apego como parte da psicologia do desenvolvimento, ancorada na Neurobiologia das Emoções, mostra que a necessidade de segurança nos acompanha em todo ciclo de vida, mas que o sentimento de desamparo e insegurança também nos acompanha como parte inerente a condição natural do estado emocional humano. Bowlby (1989) orienta que uma das tarefas do terapeuta é levar a pessoa a reconhecer seus modos de se relacionar e refletir se esses são ou não apropriados para seu presente e seu futuro. Assim, o (a) terapeuta ativa o potencial de mudança, ao

ajudar a pessoa a renunciar os seus velhos estereótipos e buscar bases seguras para sentir, pensar e agir a partir de novos padrões.

Neste sentido, a psicologia, através da psicoeducação e das intervenções técnicas, tem papel imprescindível nas transições psicossociais desencadeadas pela pandemia da COVID-19 e na formulação de políticas públicas para saúde mental. Na psicoeducação, pode ajudar a identificar e esclarecer padrões de apego, processos defensivos, crenças e informações afetadas no mundo presumido na ordem do individual e do coletivo. Frente ao sofrimento psíquico contemporâneo, o (a) profissional de psicologia, ao ativar o seu sistema de cuidado, pode ser uma figura reparadora ao dispor de manejos clínicos e dinâmicas grupais de intervenção atuantes na sustentação necessária à reorganização do *self* ou *selves*, escutando suas manifestações através do corpo, da voz e do silêncio com ressonância e empatia. E ainda, pode dar continência para ativar os sistemas de exploração e de afiliação, tão necessários nesse momento para os processos de transformação e de construção de vínculos nutridos de esperança e alteridade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, C. N. **Teoria do Apego**: fundamentos, pesquisa e implicações clínicas. S.P.: Casa do Psicólogo, 2013.

BEE, H.; BOYD, D. **A criança em desenvolvimento**. P.A: Artmed, 2011.

BOWLBY, J. **Uma base segura**: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOWLBY, J. **Apego e perda**: separação, angústia e raiva. Volume 2 da trilogia/John Bowlby. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

CHEW, Q. H. *et al.* Narrative synthesis of psychological and coping responses towards emerging infectious disease outbreaks in the general population: Practical considerations for the COVID-19 pandemic. **Singapore Psychiatry Research**, v.61, p. 350 - 356, 2020.

CORDEIRO *et al.* Revisão Sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.** 34 (6), Dez., 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/rQE8lDH>. Acesso em: 12 maio, 2020.

ENUMO, S. R. F. *et al.* Enfrentando o estresse em tempos de pandemia: proposição de uma cartilha. **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2020.

FERREIRA *et al.* Coping in the Covid-19 pandemia: how different resources and strategies can be risk or protective factors to mental health in the Brazilian population. **Health Psychology and Behavioral Medicine**, 9:1, 182-205, 2021.

FIGUEIREDO, L. C. COELHO JUNIOR. N. E. **Adoecimento psíquico e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise**. S.P: Blucher, 2018.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Ministério da Saúde. Brasil. **O enfrentamento do sofrimento psíquico na Pandemia: diálogos sobre o acolhimento e a saúde mental em territórios vulnerabilizados**. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/RQE8ysP>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HAN, B. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOWEN, A. **Narcisismo**: a negação do verdadeiro *self*. S.P.: Summus, 2017.

MAHLER, M. S. **O processo de separação-indivuaçãoção**. Porto Alegre: Jorge Zahar, 1982.

MENDES, L.S.T.; ROCHA, N. S. Teoria do Apego: conceitos básicos e implicações para a psicoterapia de orientação analítica. **Revista Brasileira de Psicoterapia**. v.18, n. 3, dez de 2016.

MCEWEN, B.; LASLEY, E. N. **O fim do estresse como nós conhecemos**. S.P.: 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak, 2020. Recuperado em 30 de março de 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/0QE8dbj>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PAPALIA, D.; OLDS, S.W. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.

PARKES, C.M. **Luto**: estudos sobre perda na vida adulta. São Paulo: Summus, 1998.

PORGES, S.W. **Teoria Polivagal**: fundamentos neurofisiológicos das emoções, apego, comunicação e auto-regulação. S.P.: Ed. Senses, 2012.

SAWAIA, B. (Org.). **Boletim Expressões da Pandemia**. Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social. NEXIN/PUC-SP/

CNPQ. S.P., V, 1 a 11., 2020.

SCHIDT, B. *et al.* Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia**. Seção Temática: “Contribuições da Psicologia no Contexto da Pandemia da COVID-19”. Campinas, 2020.

UNICEF. Impactos Primários e Secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes: Relatório de análise 1ª Onda. **Caderno Brasil UNICEF**, Brasília, DF, outubro. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/yQE8hgs>. Acesso 19 mar. 2021.

WINNICOTT, D.W. **O ambiente e seus processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

WORDEN, J. W. **Aconselhamento do Luto e Terapia do Luto: um manual para profissionais da saúde mental**. São Paulo: Roca, 2013.

**RECONSTRUINDO O PERCURSO DISCENTE: UMA  
INICIATIVA EXTENSIONISTA NO PERÍODO DA  
PANDEMIA DO COVID-19**

Edleusa Nery Garrido  
Núbia dos Reis Ramos

**INTRODUÇÃO**

Em dezembro de 2019, foi comunicado ao escritório da Organização Mundial de Saúde (OMS) na China, o relato dos primeiros casos de uma pneumonia, com agente causal desconhecido, detectado na cidade chinesa de Wuhan. Informações posteriores davam conta de que o surto estava associado à exposição, comercialização e consumo de um animal oriundo do mercado local. A partir do sequenciamento genético do vírus, autoridades daquele país anunciaram que se tratava de um novo tipo de coronavírus, o Sars-Cov-2019 (OPAS/OMS, 2021).

Inicialmente, a disseminação do novo coronavírus se concentrou em países da Ásia. Além da China, o vírus foi detectado na Tailândia, no Japão e na República da Coreia. Em 31 de janeiro de 2020, já havia sido detectado em países da Europa, Eurásia, Oceania, Estados Unidos e Canadá, o que levou o Comitê de Emergência da OMS declarar o surto do Sars-Cov-19, como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (OPAS/OMS, 2021).

No Brasil, a emergência sanitária foi decretada em 04 de fevereiro de 2020, antes mesmo da confirmação do primeiro caso registrado no país em 26 de fevereiro, no estado de São Paulo. Tratava-se de um homem, com 61 anos, que havia dado entrada em um hospital particular da cidade e tinha histórico de viagem para a Itália (LONGUINHO, 2021). Na Bahia, o primeiro caso registrado foi em 06 de março daquele ano, no caso, uma mulher de 34 anos,

residente na cidade de Feira de Santana, que assim como o paciente de São Paulo, também tinha viajado recentemente à Itália (BAHIA, 2021a). Naquele momento, o Brasil era o segundo país do Sul global a ter o primeiro caso do novo coronavírus confirmado.

Com a proliferação global do novo coronavírus e o reconhecimento de que as estratégias de enfrentamento não estavam sendo suficientes, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia de Covid-19, uma patologia causada pelo novo coronavírus. A mudança de classificação da doença não decorreu do seu agravamento, mas de sua rápida disseminação geográfica e da ameaça simultânea para população mundial (BRASIL, 2020).

Considerando a classificação da pandemia do novo coronavírus, pela OMS, o governo do Estado da Bahia estabeleceu, em 16 de março de 2020, os Decretos nº 19.528 e nº 19.529 (BAHIA, 2020b, c), que versavam sobre trabalho remoto, medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença. Dentre as medidas sanitárias estabelecidas nos documentos, o isolamento social e o distanciamento foram as mais impactantes para a população, pois grande parte das atividades cotidianas foram suspensas ou restringidas, limitando-se aos serviços considerados como essenciais para o momento. Isso afetou, sobremaneira, a rotina das pessoas, as sociabilidades e os afetos, a dinâmica econômica, o deslocamento e a mobilidade social, além das incertezas relativas ao mercado de trabalho.

O isolamento social obrigou, dentre outras mudanças, o fechamento de escolas, institutos, faculdades e universidades. Nas instituições privadas, algumas ações foram implementadas, com o intuito de dar continuidade ao semestre ou ano letivo. Nas instituições públicas, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), isso não foi concretizado de imediato, ou seja, durante o primeiro semestre de 2020 e, somente em outubro daquele ano, a oferta de um semestre especial foi oferecida, por meio do

ensino remoto, com mediação tecnológica.

O distanciamento social, decorrente desse momento pandêmico, trouxe desafios sociais para os brasileiros de modo geral, e para os baianos, de modo particular, tendo em vista que o contato, a proximidade corpórea e a aglomeração física e espacial são traços culturais cultivados por diferentes camadas dessa sociedade. Isso exigiu mudanças de comportamento nos contatos físicos, nas relações afetivas e nas formas de compreensão do mundo.

No princípio, o desconhecimento da extensão da gravidade da doença e as incertezas farmacológicas para o combate ao vírus trouxeram medo, mas também uma adesão mais intensa às medidas sanitárias preventivas, como lavar as mãos e usar álcool em gel. O uso obrigatório das máscaras não ocorreu nesse primeiro momento e passou a ser adotado somente quando os dados epidemiológicos apontavam velocidade no contágio e aumento expressivo na taxa de mortalidade da população, sobretudo, nos grupos mais vulneráveis, como os idosos, portadores de doenças crônicas, além de profissionais de saúde – esses últimos pela frequente exposição aos pacientes contaminados.

A repentina mudança nos diversos aspectos da dinâmica social não passou impune na vida das pessoas, que tiveram que alterar, bruscamente, seu cotidiano. Por consequência, alterações no estado de saúde geral começaram a ocorrer. Sentimentos ou atitudes contraditórias no contexto de distanciamento social como ansiedade/baixa vitalidade, ativação/congelamento, euforia/tristeza são defesas comuns e fazem parte dos mecanismos de autorregulação emocional frente à situação de mudança ou perigo. No entanto, quando sentidos em tempo prolongado ou indeterminado, pode se configurar como uma situação de estresse e colapso (LEVINE, 2012).

Os estudos voltados para esse aspecto psicossocial da pandemia de Covid-19 mostram a importância do autocuidado com o corpo para promover o aumento do sistema imunológico e

autorregulação emocional (APA, 2020). A alimentação equilibrada e os exercícios físicos são as atividades mais recomendadas para manter ou fortalecer a imunidade. No campo das emoções e cognição, é necessário selecionar e discernir quais atividades são saudáveis e para que finalidade estão sendo desenvolvidas.

Nesse aspecto, as atividades lúdicas atuam nos processos intra e intersubjetivos. Vale destacar que atividades lúdicas aqui são entendidas como aquelas que resultam de uma experiência de entrega do ser humano em sua totalidade espiritual, motora, afetiva e cognitiva (LUCKESI, 2002). Assim, são consideradas atividades lúdicas a meditação, os jogos, as expressões artísticas, a prática da leitura, o contato com pessoas afetivamente significativas e todas as demais em que sentimentos, pensamentos e ações se integram na sua expressão.

Quanto à assimilação de informações sobre contágio e controle de Covid-19 observa-se a necessidade de selecionar os conteúdos, levando em consideração a veracidade e a segurança científica de sua fonte, uma vez que muitas informações duvidosas têm sido disseminadas em larga escala. Além disso, as informações atualmente vinculadas não se restringem ao tema da pandemia, mas há um excesso de *lives*, cursos *online*, videochamadas e outras vias de informação e comunicação que ativam o psiquismo, reforçam o império do produtivismo e podem provocar exaustão, pois, conforme explica Petriglieri (2020), a sobrecarga de informações advindas dos vídeos requer maior processamento de pistas não verbais, tais como as expressões faciais, o tom de voz e a linguagem corporal, o que exige maior atenção, levando à fadiga e aos sentimentos conflitantes.

Diante de uma realidade ameaçadora à saúde e à vida das pessoas e com restrições diversas às ações do dia a dia, o que fazer? Considerando a população discente, com as aulas suspensas, como manter a população acadêmica reunida e propositiva, ainda que por via remota? Tendo como premissas a observância do compromisso

social da universidade em suas ações extensionistas e que estas, por sua vez, constituem espaços de aprendizagem e construção de conhecimento para as pessoas envolvidas, o *Percursos - Grupo de Pesquisa Processos de Desenvolvimento Psicossocial, Contextos Educativos e Políticas Públicas*, concebeu o projeto *Reconstruindo o percurso discente: ações possíveis em tempo de pandemia*, cujo propósito foi o de contribuir com orientações e sugestões voltadas à população discente do ensino superior, para reduzir os impactos da pandemia do Covid-19 no cotidiano discente, no terceiro quartil de 2020, a partir de informações científicas sobre a pandemia e sobre saúde mental, organização de rotina, incentivo à ludicidade e à produção artística. Nesse sentido, o objetivo do presente relato é descrever as etapas e desenvolvimento dessa proposta extensionista.

## **A EXTENSÃO COMO COMPROMISSO SOCIAL E ESPAÇO DE APRENDIZAGEM NO PERCURSO DISCENTE**

A existência da universidade data de muitos séculos, porém sua configuração atual, com o tripé ensino, pesquisa e extensão se deu de forma gradual. A união entre o ensino e a pesquisa, nesse universo, vai ocorrer por volta de 1810, na Universidade de Berlim, por Hilhem Von Humboldt, tendo esse modelo se expandido posteriormente para a Inglaterra (SCHULZ, 2018). A extensão, por sua vez, surge na Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial, oferecendo oportunidade de educação à população adulta, bem como difundindo cultura e conhecimento (FRAGA, 2017).

Além disso, segue a autora apontando que se somam ao surgimento das Universidades Populares europeias, os *Land Grant Colleges*, dos EUA, que tinham como propósito a transmissão de conhecimento e a experiência Latino-Americana de Universidades Populares □ esta última viria a ganhar contorno próprio, por seu caráter contestatório e de proximidade com a luta da classe operária.

Foram esses três modelos que influenciaram a extensão universitária no Brasil, de acordo com alguns autores (FRAGA, 2017; PAULA, 2013).

No Brasil, as primeiras atividades extensionistas ocorreram por volta de 1910, com a oferta de cursos à população, oferecidos pela Universidade Popular, antecessora da Universidade de São Paulo (SILVA, 2020). Uma década depois, iniciativas baseadas no modelo americano iriam surgir com o intuito de prestar assistência técnica agrícola, a exemplo da criação da Escola Superior de Agricultura Veterinária de Viçosa, no ano de 1926 (FRAGA, 2017).

Todavia, somente na década de 1930 é que a extensão universitária foi prevista na legislação, a partir do “Decreto nº 19.851, de 11/4/1931, que estabeleceu as bases do sistema universitário brasileiro” (PAULA, 2013, p. 13). A obrigatoriedade de ações extensionistas nas universidades ocorreu na década de 1960, com a Lei 5.540/68 (DINIZ *et al.*, 2020).

Nessa trajetória, em meio a ações assistencialistas e de transmissão de conhecimento – influência dos modelos europeus e estadunidense, respectivamente – também se fizeram presentes as iniciativas cuja tônica esteve comprometida com a transformação social, proximidade, portanto, com os projetos de diversas universidades latino-americanas, tendo como resultante o panorama existente no Brasil<sup>1</sup>. A União Nacional dos Estudantes (UNE), e ainda a forte crítica do educador Paulo Freire sobre o conceito de extensão e das atividades desenvolvidas até então, assim como outros atores, contribuíram fortemente na construção desse processo (PAULA, 2013).

Em 1987, foi criado o Fórum de Pró-Reitores da Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), marco importante na construção da atual política de extensão (PAULA,

---

1. Para uma maior compreensão das raízes da extensão nas universidades brasileiras, vide Paula (2013).

2013). O FORPROEX foi resultado do vigoroso debate sobre o compromisso social da universidade pública e o papel da extensão no processo de redemocratização do país (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2020). Este se configura como uma entidade que visa articular e definir políticas acadêmicas de extensão, cujo compromisso é com a “transformação social, o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia” (RENEX, 2016). A entidade estabeleceu oito áreas para atuação da extensão universitária, a saber: educação, saúde, trabalho, comunicação, meio ambiente, direitos humanos e justiça, tecnologia de produção e cultura (PAULA, 2013).

No âmbito da UNEB, uma gama de ações extensionistas vem sendo realizada, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que tem:

o compromisso e a responsabilidade social com sua atuação junto a agentes sociais, entre eles profissionais de educação, com destaque para as classes excluídas historicamente e minoritárias, a exemplo dos assentados, acampados, indígenas, detentos, quilombolas, mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco. As ações extensionistas que realiza alcançam a maioria das microrregiões do Estado da Bahia e têm como base o princípio da construção coletiva de saberes voltados para as demandas sociais emergentes (UNEB, 2021a)

Vale destacar que a UNEB é estruturada no sistema multicampi e está geograficamente presente em todas as regiões do estado, distribuída em 30 departamentos instalados em 26 *campi*/município, incluindo o de sua sede em Salvador. Pela capilaridade de sua estrutura e abrangência de suas atividades, essa instituição

consegue estar presente na maior parte dos 26 territórios de identidade, por meio de programas e ações extensionistas que beneficiam milhões de cidadãos baianos, a maioria pertencente a segmentos social e economicamente desfavorecidos e excluídos (UNEB, 2021b).

A característica multicampi dessa universidade favorece a composição de um perfil diversificado da população estudantil. São pessoas oriundas da capital e do interior, que vivem na cidade, no campo, lugares com acesso à internet, outros com acesso limitado e há casos da falta deste. As condições socioeconômicas desse público são diversas, refletindo o panorama brasileiro, o que permite inferir que a pandemia afeta de forma desigual a população discente.

Desse modo, em observância ao compromisso e à responsabilidade institucional e diante da impossibilidade de iniciar o ano letivo em decorrência da pandemia do Covid-19, os grupos de pesquisa e/ou de extensão da UNEB iniciaram um conjunto de ações com vistas a contribuir de diversas formas para minimizar o sofrimento da comunidade acadêmica e de seu entorno. Um desses grupos de pesquisa foi o *Percursos*, que está vinculado ao Colegiado de Psicologia do Departamento de Educação do campus I.

O *Percursos* compreende a vida universitária e outros contextos educativos como catalisadores das transições desenvolvimentais, contingenciados pelas políticas públicas, pelos fatores biopsicossociais e pelos mediadores histórico-culturais. Busca construir um espaço de diálogo interdisciplinar, reunindo contribuições de diversas áreas de conhecimento que dialogam com o campo da Educação, quais sejam: Psicologia, Antropologia, Ciências Sociais e Saúde Coletiva, a fim de compreender as mudanças e os modos de subjetivação e o contexto em que esses processos ocorrem. Possui duas linhas de pesquisa: 1) psicologia, educação superior e políticas públicas e 2) transições juvenis, cultura e processos identitários em contextos formativos.

Tendo em vista o momento pandêmico e os desafios que essa condição impõe para a rotina acadêmica, profissional e pessoal da comunidade acadêmica discente, a equipe do *Percursos* julgou pertinente construir e promover ações destinadas a contribuir na diminuição dos impactos nefastos decorrentes da pandemia, a partir do compartilhamento de saberes e de expressões artísticas entre discentes.

## **RELATO DA EXPERIÊNCIA – RECONSTRUINDO O PERCURSO DISCENTE...**

No início do mês de abril de 2020, a coordenação do *Percursos* convidou seus integrantes para refletirem sobre o contexto que ora se impunha, e proporem ações de enfrentamento da situação que envolvesse a população estudantil do ensino superior. A iniciativa foi embasada por uma lista de demandas levantadas pelo Colegiado de Psicologia, que, dentre outros elementos, apontava a necessidade de informações em saúde relativas ao momento pandêmico.

A equipe de construção e execução do projeto ficou assim configurada: três docentes (Edleusa Nery Garrido, Núbia Reis Ramos e Sueli Barros da Ressurreição); seis estudantes do curso de Psicologia (Alessandra Barbosa dos Santos, Camila Daltro Ferreira, Gustavo de Barros Araújo Muniz, José Victor Fraga dos Santos, Luísa Barros Santos de Araújo e Vinícius Coelho do Nascimento); uma estudante do curso de Pedagogia (Maria Thamires Magalhães Soares) e um graduando em Física (Saulo Miranda Silva).

Como resultados dos primeiros encontros do grupo, foi construído o projeto de extensão intitulado *Reconstruindo o percurso discente: ações possíveis em tempo de pandemia*, para realizar um conjunto de ações que pudessem contribuir com orientações e sugestões para que estudantes do ensino superior, especialmente aqueles(as) da UNEB, organizassem suas rotinas, de forma mais adaptável ao

momento, resgatando potencialidades e ludicidades presentes no ser humano, de modo a minimizar os impactos que a pandemia de Covid-19 vinha causando em todas(os).

A proposta foi estruturada a partir de três linhas de ação: primeiramente, identificar dificuldades mais comuns enfrentadas pelos (as) estudantes; em seguida, produzir mídias com sugestões relativas à saúde e reordenamento da rotina que favorecessem um estilo de vida mais saudável em tempos de isolamento social; por último, disponibilizar espaços virtuais, nos quais os (as) estudantes pudessem compartilhar experiências, expressões artísticas e outras iniciativas criativas que, de alguma maneira, promovessem a aproximação entre os membros da comunidade estudantil.

As atividades foram colocadas em prática ao longo de 15 semanas, ocorrendo entre o final de maio e o final de agosto de 2020. Os meios utilizados para os levantamentos das dúvidas sobre saúde e compartilhamento das informações e das produções artísticas foram as páginas das redes sociais do *Percursos*. Para a captação das mídias concernentes às produções dos estudantes, utilizou-se uma conta de e-mail criada para tal fim.

A dinâmica da atividade extensionista consistia em: durante as duas primeiras semanas, sempre às segundas, era solicitado ao público estudantil do ensino superior, através das redes sociais, que enviasse dúvidas ou temas sobre os quais quisessem mais informações. Outra postagem, no meio da semana, solicitava que esse mesmo público, que desejasse compartilhar suas expressões artísticas e/ou outras experiências, enviasse seu material para socialização.

Recebido, semanalmente, esse material, a equipe executora se encarregava de preparar e editar os materiais que seriam compartilhados nas redes sociais do *Percursos*. Convém realçar que, para embasamento das informações sobre a pandemia de Covid-19, utilizou-se aquelas disponibilizadas pela OMS, Fundação Oswaldo

Cruz (Fiocruz) e outras instituições de pesquisa. Os temas abordados foram relativos a informações gerais sobre cuidados pessoais e coletivos frente à disseminação do vírus, à saúde mental e aos hábitos e rotinas diante da suspensão de atividades presenciais. Na Figura 1 é possível observar um exemplo de *card* elaborado com esse propósito:

**Figura 1** - *Card* sobre cuidados e saúde mental na pandemia



**Fonte:** [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link)

A sistematização dessas publicações resultou na confecção da Cartilha *Organizando a rotina em tempos de pandemia de Covid-19*, no formato *on-line*, publicada na página da UNEB (PERCURSOS, 2020). A Figura 2 apresenta o *card* utilizado para a divulgação da produção coletiva.

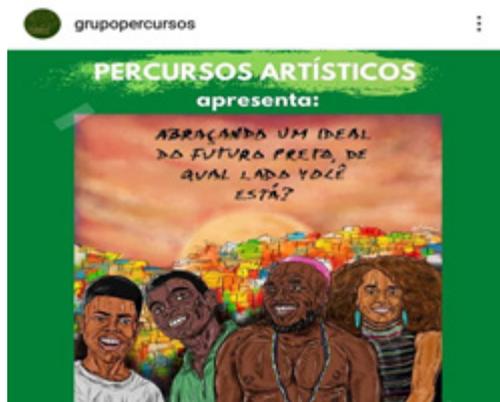
Figura 2 - Cartilha



**Fonte:** [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link).

Sobre as diversas formas de expressão compartilhadas pelos estudantes encontram-se vídeos com música, poesia, dança, fotografia, trabalho voluntário, atividade de culinária, inquietações e reflexões. Além disso, foram enviados para compartilhamento algumas produções, desenhos, ilustrações e bordado. Algumas dessas atividades podem ser conferidas nas Figuras 3 a 7. A Figura 3 é uma das quatro ilustrações digitais compartilhados por Tainá Assunção, estudante de Bacharelado Interdisciplinar em Artes da Universidade Federal da Bahia. Na legenda do seu trabalho, ela se descreve como uma artista negra, LGBT e candomblecista e que utiliza apenas o celular e o dedo para produzir a sua arte, profundamente inspirada nas vivências e representatividade das pessoas pretas.

**Figura 3** - Ilustração Digital



**Fonte:** [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link)

Na Figura 4, é possível observar fragmentos da poesia de Beatriz Darrieux, estudante de Psicologia da UNEB que, sensivelmente, descreve sua poesia com o seguinte texto: "A escrita, desde a minha pré-adolescência, ocupa um espaço importante na minha vida. Um papel e um lápis me fazem materializar o que está circunscrito no meu corpo, me fazem destrinchar os nós presentes nos meus pensamentos e sentimentos".

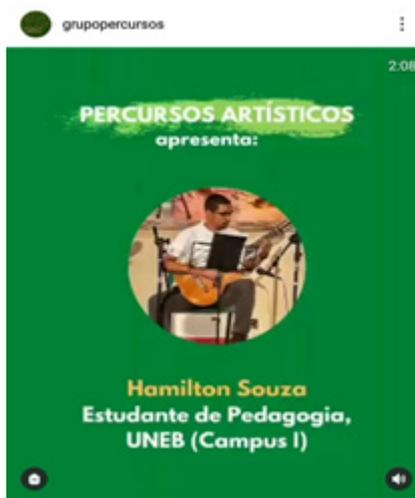
**Figura 4** - Poesia - Devaneios em isolamento



Fonte: [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link)

Na Figura 5 está o *card* da participação do discente Hamilton Souza, discente de Pedagogia da UNEB. Na adolescência, apaixonado por música, aprendeu a tocar violão de "forma autônoma", conforme suas palavras e, na fase adulta, aspira se especializar em violão clássico, buscando a licenciatura em música. No vídeo enviado ele toca a música Adelita que, segundo enfatiza, "me transposta para um tempo infantil, onde me lembro das travessuras de infância, das brincadeiras de dos momentos em família".

**Figura 5** - Música "Adelita"



**Fonte:** [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link)

Na Figura 6 está disposto o *card* do retrato intitulado "A luz que te alumia" compartilhado por Maria Elissan, fotógrafa e estudante do curso de Psicologia da UNEB. A imagem da belíssima fotografia é acompanhada pela não menos bela poesia:

Figura 6 - Retrato " A luz que te alumia"



Fonte: [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link)

Na Figura 7 pode ser observado o artesanato criativo de Thamires Magalhães, estudante de Pedagogia e integrante do projeto. Seu interesse pelo artesanato nasceu na adolescência, mas, com as demandas da graduação deixou o ofício de lado. Entretanto, com a pandemia, ela retomou a arte manual da cartonagem. A discente acrescenta à imagem enviada: "só quem é artesã (o) sabe a satisfação que é olhar uma peça pronta depois de todo labor: os meus olhos brilham e eu fico feliz da vida!".

Figura 7 – O Fantástico mundo da cartonagem



Fonte: [https://instagram.com/grupopercursos?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/grupopercursos?utm_medium=copy_link)

Essas sete figuras apresentadas são alguns exemplos das dezenas de atividades realizadas e compartilhadas nas redes sociais do *Percurso*. A variedade de conteúdo expressa um fluxo contínuo, permeado pelos aspectos formativo, informativo, interativo, participativo e lúdico, que são tão relevantes em ações extensionistas.

O caráter formativo das atividades de extensão joga luz à dimensão pedagógica do projeto durante a sua execução. De acordo com Coelho (2015), a extensão superou a concepção de ser uma prática voltada, especificamente, à divulgação de conhecimento e prestação de serviços à sociedade e passou a ser vista na perspectiva dialógica de interação com a sociedade, o que enfatiza sua dimensão pedagógica, tanto para estudantes quanto professores.

Nessa direção, um conjunto de iniciativas foram protagonizadas pelas(os) discentes envolvidas(os) no projeto, assim como ocorreu intensa troca de conhecimentos entre estas(es) e as docentes da equipe. Na primeira situação, vê-se o papel ativo das(os) estudantes na produção de todo o material disponibilizado ao público-alvo, a saber: sistematização das informações sobre a pandemia e sobre saúde mental; construção das peças audiovisuais; gerenciamento dos levantamentos sobre as demandas estudantis e das postagens, dentre outras ações necessárias.

No que tange à interação discente-docente, cita-se a definição conjunta dos temas mais relevantes, a busca ativa por informações relevantes para o projeto e a discussão dos assuntos eleitos. Dito de outro modo, há que se compreender a extensão como um movimento que visa a aproximação e a partilha de saberes (RAHME, VIANA; HENRIQUES, 2020). Tornou-se evidente ainda a troca de conhecimento sobre tecnologia digital, especialmente pelo fato de as(os) estudantes possuírem habilidades cada vez mais atualizadas sobre recursos tecnológicos importantes para o manejo das diversas linguagens possíveis nas redes sociais e orientarem as docentes nessa direção. Percebeu-se a importância

do domínio tecnológico para “aperfeiçoar o uso dessas ferramentas como possibilidades de espaços formativos virtuais, promotores de uma educação remota necessária e, se possível, menos excludente,” (FERREIRA; SIRINO, 2020, p. 10)

Por último, mas não menos importante, foi exercitada a capacidade de trabalhar em grupo, assim como a interação com o público-alvo, neste caso, também estudantes do ensino superior. Após os encontros semanais para definição das atividades, eram as(os) próprias(os) estudantes que se organizavam em subgrupos para execução das tarefas, sendo esses planejamentos socializados no grupo, para acréscimos de sugestões e aprovação de todas(os).

Toda a dinâmica ocorrida no processo de execução do projeto revela que as atividades extensionistas, somadas àquelas de ensino e de pesquisa confluem e se complementam. Um estudo conduzido por Kim, Nali e Rosa (2019) a respeito da visão de estudantes sobre o impacto das ações extensionistas na formação da(o) graduanda(o) da área de saúde concluiu que as(os) estudantes reconhecem o desenvolvimento de habilidades, o aumento de suas competências profissionais, assim como a construção de atitudes éticas, o que implica, por sua vez, na melhoria do desempenho acadêmico. Nesse sentido, reafirmam as iniciativas de caráter extensionista como “um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (KIM, NALI; ROSA, 2019, p. 315).

O protagonismo estudantil, na proposta aqui relatada, encontra consonância com Rahme, Viana e Henrique (2020), ao trazerem o destaque para a participação das(os) estudantes como atrizes e atores que estão inseridas(os) na sociedade, que podem se posicionar diante das questões sociais emergentes e sobre sua trajetória acadêmica. Seguem as autoras, inferindo sobre:

a relevância da qualidade das mediações para os percursos formativos, a importância da convivência intergeracional entre docentes e discentes, da criação de espaços educacionais não hierárquicos e da função social da Universidade pública, como espaço que produz conhecimento em conexão com a sociedade, e que se ancora no ensino, na pesquisa e na extensão (RAHME, VIANA; HENRIQUES, 2020, p. 201)

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o conjunto de ações desenvolvidas no projeto *Reconstruindo o percurso discente: ações possíveis em tempo de pandemia* como uma atividade extensionista em um período de excepcionalidade conseguiu, ao mesmo tempo, oferecer processo formativo, prestação de serviço à comunidade acadêmica, estímulo à cooperação de trabalho em grupo, reafirmando o compromisso ético, profissional e institucional que cabe a uma universidade pública, popular e inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia provocada pelo novo coronavírus vivenciada nestes últimos 20 meses (dezembro de 2019 a julho de 2021) está sendo uma experiência impactante e trouxe muitos desafios para a sociedade global, sejam eles questões de saúde pública, de economia e de cooperação internacional, sejam questões sociocomportamentais e emocionais, que implicam em mudanças nas rotinas, sociabilidades, afetos e hábitos das pessoas.

As incertezas sobre a gravidade da doença, o aumento do número de casos e óbitos, em decorrência, mexeu com as estruturas culturais e comportamentais das pessoas que, de uma hora para outra, se viram privadas do convívio dos colegas de trabalho, das amizades

e da família. No âmbito educacional, este impacto desagregador foi bastante sentido pelos estudantes que, num primeiro momento, tiveram suas rotinas acadêmicas alteradas e, posteriormente, tiveram que se adaptar ao ensino remoto por mediação tecnológica.

Dentro do compromisso institucional da UNEB o projeto *Reconstruindo o percurso discente: ações possíveis em tempo de pandemia* propôs uma ação extensionista, que buscou contribuir para minorar a desorganização da rotina acadêmica e pessoal. Usando uma linguagem digital, as(os) discentes envolvidas(os) no projeto produziram conteúdos, a partir de demandas das(os) seguidores, sobre a pandemia, saúde mental, direitos humanos etc. e compartilharam diversas expressões artísticas.

A partir do relato das atividades, pode-se afirmar que a ação extensionista proposta cumpriu seu papel formativo das(os) discentes envolvidas(os) no projeto, ao estimular a relação dialógica entre ensino, pesquisa e a extensão, cujos resultados foram a produção de *cards* e de uma cartilha. A interação com a comunidade interna e externa, corroborou com a criação de pontes e com o fortalecimento do papel social da universidade: o compartilhamento de saberes e experiências, o incentivo à criatividade e a expressão de habilidades artísticas contribuíram para a diminuição da ansiedade e estresse da população-alvo tão comuns neste momento pandêmico, conforme *feedbacks* no *inbox* das redes sociais utilizadas.

Como ponto de reflexão, aponta-se que em um país estruturado de maneira socioeconômica desigual, como a sociedade brasileira, os custos da pandemia são altos. Voltando o olhar para o perfil socioeconômico de uma parcela significativa das(os) estudantes da UNEB, público predominante do projeto, observa-se que esse cenário pandêmico promoveu ou ampliou a exclusão digital, seja pela falta de equipamento, seja pelo acesso precário ou inexistente à internet. Além disso, nem todos utilizam as redes para interação social. Esse é um aspecto que dificulta e diminui o alcance de um

projeto 100% *online*, mas que não invalida os seus propósitos. Portanto, embora o alcance tenha sido limitado àquelas(es) que dispunham dos recursos necessários para a interação *online*, o projeto atingiu uma parte expressiva da população discente.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION – APA. **Coping with COVID-19-related stress as a student.** APA.org/Covid-19: 14 abr., 2020. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/covid-19/student-stress> . Acesso em: 07 mai. 2020.

BAHIA. Secretaria de Saúde da Bahia. **Bahia confirma primeiro caso importado do novo coronavírus (Covid-19) na Bahia.** Bahia: Secretaria de Saúde, 06 mar. 2020. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/03/06/bahia-confirma-primeiro-caso-importado-do-novo-coronavirus-covid-19/>. Acesso em: 06 jun. 2021 (a).

BAHIA. Casa Civil. **Decreto nº 19.528, de 16 de março de 2020.** Institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o trabalho remoto, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/dec19528DE16DEMARCODE2020.pdf>. Acesso em: 06 de jun. de 2021 (b).

BAHIA. Casa Civil. **Decreto nº 19.529, 16 de março de 2020.** Regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Disponível em: <http://www.casacivil.ba.gov.br/arquivos/File/>

dec19529DE16DEMARCOCODE2020.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021  
(c).

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo coronavírus**. UNA-SUS: 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 06 jun. 2021.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, v. 13, n. 2, p. 11-24, 11 fev. 2015. DOI: 10.14393/REE-v13n22014\_art01. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e90670, p. 1-20, 2020. DOI: 10.1590/2175-623690670. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/jY9GgBb45W8YhHLQYCggLNt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

DINIZ, Emily Gabriele Marques *et al.* A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-1. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 72999-73010, set. 2020. DOI:10.34117/bjdv6n9-669. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17434>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino. Pedagogia social em tempos de pandemia: ações extensionistas fora

da sala de aula. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, e1108, p. 1-10, 2020. DOI: 10.18264/eadf.v10i3.1108. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1108/590>. Acesso em: 25 jun. 2021.

FRAGA, Lais Silveira. Transferência de conhecimento e suas armadilhas na extensão universitária brasileira. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 403-419, jul. 2017. DOI: 10.1590/S1414-40772017000200008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/849jNsn5kVYkDzPgKjdHWHB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

KIM, Maisa Namba; NALI, Luiz Henrique da Silva; ROSA, Eloi Francisco. A visão dos alunos no impacto das ações extensionistas na formação do graduando da área da saúde. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 15, n. 2, p. 313–325, 2019. DOI: 10.26673/tes.v15i2.13113. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/13113>. Acesso em: 29 jun. 2021.

LEVINE, Peter A. **Uma voz sem palavras**: como o corpo libera o trauma e restaura o bem-estar. São Paulo: Ed. Summus, 2012.

LONGUINHO, Daniela. Há um ano, Brasil anunciava primeiro caso de Covid-19. **Agência Brasil**. Brasília, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2021-02/ha-um-ano-brasil-anunciava-primeiro-caso-de-covid-19-0>. Acesso: 06 jun. de 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. In: PORTO, Bernadete de Souza. (org.) **Educação e ludicidade**: ensaios 2: a ludicidade: o que é mesmo isso? Salvador: Faculdade de Educação/GEPEL/

UFBA, v. 02, 2002. p. 22-60.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. OPAS/OMS. 2021. **Coronavírus**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus>. Acesso: 06 jun. de 2021.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. disponível em: <http://www.dche.ufscar.br/extensao/Aextensouniversitriahistriaconceitoepropostas1.pdf>. Acesso em: 05 abr. de 2021.

PERCURSOS – Grupo de Pesquisa Processos de Desenvolvimento Psicossocial, Contextos Educativos e Políticas Públicas (org). Edleusa Garrido *et. al.* **Organizando a rotina em tempos de pandemia de Covid-19**. Salvador, BA: Universidade do Estado da Bahia, 2020. 24 p. Disponível em: [https://portal.uneb.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/09/cartilha\\_leve.pdf](https://portal.uneb.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/09/cartilha_leve.pdf) Acesso em 20 jun. 2021.

PETRIGLIERI, Gianpiero. The reason Zoom calls drain your energy. *In*: JIANG, Manyu. **Video chat is helping us stay employed and connected**. But what makes it so tiring - and how can we reduce “Zoom fatigue?”. BBC, 22 abr. 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/worklife/article/20200421-why-zoom-video-chats-are-so-exhausting>. Acesso em: 05 mai. 2020.

RAHME, Monica Maria Farid; VIANA, Anamaria Fernandes; HENRIQUES, Deborah Stephanie de Oliveira. Processos formativos e extensão universitária: as ações da quarentena em foco. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, p. 183-204, jun./out. 2020. DOI: 10.12957/riae.2020.51920 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj>.

br/index.php/riae/article/view/51920. Acesso em: 25 jun. 2021  
REDE NACIONAL DE EXTENSÃO – RENEX. **Sobre o FORPROEX e a RENEX**. Belo Horizonte: RENEX/UFMG, 21 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/apresentacao/forproex-e-renex>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SCHULZ, Peter. Como a pesquisa foi parar na universidade? **Jornal da Unicamp**, Campinas, ed. web., 13 mar. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/peter-schulz/como-pesquisa-foi-parar-na-universidade>. Acesso em: 03 mai. 2021.

SILVA, Wagner Pires da. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade da UFRN**, Natal, v. 11, n. 2, p. 21-32, 2020. DOI: 10.21680/2178-6054.2020v11n2ID22491. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/issue/view/1070/569>. Acesso em: 05 abr. 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. **Pró-Reitoria de Extensão**. 2021(a). Disponível em: <https://portal.uneb.br/proex/>. Acesso em: 04 jun. 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB. **Institucional: UNEB**. 2021(b). Disponível em: <https://portal.uneb.br/a-uneb/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

## A PRÁTICA DA LETRA NO CAMPO DA ESCRITA: DOS MEMORIAIS ACADÊMICOS AOS RELATOS DE PASSE<sup>1</sup>

Vera Motta

Pretendemos, nesta investigação, tendo como *corpus* exemplares de duas estruturas discursivas próprias – Memoriais Acadêmicos apresentados a Bancas de universidade pública, por um lado, e Relatos de Passe, dispositivo consagrado nas Escolas Psicanalíticas, por outro, – cernir um conjunto de estratégias discursivas e estilos que delimitassem a prática da letra no campo da escrita em dois saberes: Literatura e Psicanálise.

Para tanto, elegemos os Memoriais das professoras Doutoras Cleise Furtado Mendes (Escola de Teatro/UFBA, 2017) e Lígia Guimarães Telles (Instituto de Letras/UFBA, 2018) apresentados a Bancas para Promoção Funcional para Professor Titular da Universidade Federal da Bahia das quais participei, além de dois Relatos de Passe, o de Thaís Gontijo (2003), psicanalista, e o de Lúcia Castello Branco (2003), escritora e psicanalista, publicados em coletânea de circulação nacional *A escrita do analista* (GONTIJO, T. et al (Org.), 2003).

### Memoriais Acadêmicos: contextualização

Os Memoriais Acadêmicos, instituídos pelas universidades públicas no país desde a década de 1980, como ressalta a professora e pesquisadora da área Maria da Conceição Passeggi, em seu artigo *Memoriais autobiográficos: escritas de si como arte de (re)conhecimento* (2010), são escritos por professores e/ou pesquisadores do ensino superior

---

1. Versão reduzida do texto final apresentado à Profa. Dra. Lígia Guimarães Telles, Supervisora, como parte das atividades de pós-doutoramento de Vera Dantas de Souza Motta junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura - PPG LitCult/UFBA, concluído em 04 de setembro de 2020.

sob a forma de uma narrativa reflexiva sobre sua trajetória intelectual e profissional. Entre suas finalidades, pode-se assinalar desde objeto de concurso público para ingresso na carreira docente e/ou em outras funções em instituições de ensino superior, como instrumento de avaliação para promoção funcional, ou ainda apresentar-se como iniciativa de constituição da memória de um grupo, de uma instituição etc.

A autora comenta a obra de Magda Soares (1991 apud PASSEGGI, 2010, p.31), intitulada *Metamemória-memórias; travessia de uma educadora*, escrita em 1981 para um concurso de professor titular na Universidade Federal de Minas Gerais, em que esta autora situa dois momentos importantes na história dos memoriais: o momento em que essa exigência se generaliza nas universidades federais (anos 1980) e aquele em que se difunde em institutos de formação (anos 1990). A institucionalização do memorial tem como pano de fundo o momento histórico de redemocratização do país, a busca de transparência nos concursos públicos e a valorização do mérito acadêmico nas instituições federais.

Passeggi (2010, p.21) propõe o termo *memorial autobiográfico* para demarcar o memorial como uma escrita acadêmica, designação que permite diferenciá-lo das acepções encontradas nas diversas áreas do conhecimento, cobrindo a flutuação terminológica relativa aos memoriais como escrita de si, que se realiza para atender a uma demanda institucional. O memorial autobiográfico, assinala, é uma escrita institucional na qual a pessoa que escreve faz uma reflexão crítica sobre os fatos que marcaram sua formação intelectual e/ou sua trajetória profissional, com o objetivo de situar-se no momento atual de sua carreira e projetar-se em devir.

Os memoriais acadêmicos, por sua natureza, exigem o encadeamento de fatos significativos do percurso acadêmico. Para Passeggi (2010, p.26), sua dimensão avaliativa exclui, por princípio, os sentimentos de indecisão de pertencimento à carreira docente,

de errância e, sobretudo, de ausência de projetos profissionais ou de resistência aos projetos da instituição. Adverte, contudo, para o risco de se manter o foco no processo puramente avaliativo, desviando tanto a atenção de quem narra quanto daquele que julga o memorial, desprezando os efeitos sobre o narrador em busca dos encadeamentos lógicos de sua história.

### **Formação do analista: o passe**

A formação do analista em Sigmund Freud (1926/1976, p.258) pode encontrar inúmeros sítios de debate, mas nada que se possa comparar ao que vem exposto com detalhes em *A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial*, em que o autor simula um diálogo com um interlocutor imaginário para apresentar os principais argumentos que contrariam a ideia, reinante à época, de que o trabalho de análise deveria ser unicamente conduzido por profissional médico. A certa altura do suposto diálogo, Freud descreve os institutos de formação existentes no período, explicitando as modalidades de funcionamento em que os candidatos eram submetidos à análise, recebiam instrução teórica mediante conferências sobre todos os assuntos relacionados à psicanálise e saberes afins, além de desfrutarem da supervisão de analistas mais experientes no acompanhamento dos seus primeiros casos clínicos.

Reside aí nessa conjunção o famoso tripé da formação do analista, mantido até os dias atuais na maior parte das instituições psicanalíticas no planeta: submeter-se à análise pessoal, receber formação teórica sobre a psicanálise e saberes que lhe são correlatos, e ter supervisão dos casos clínicos sob sua responsabilidade. Salienta: “[...] *ninguém deve praticar a análise se não tiver adquirido o direito de fazê-lo através de uma formação específica* (FREUD, 1926/1976, p.265, grifo do autor).

Ao final deste artigo (FREUD, 1926/1976, p.281), o autor reafirma o interesse que a psicanálise poderá propiciar às mais diversas ciências, cujos representantes “[...] devem aprender a análise da única maneira possível — submetendo-se eles próprios a uma análise”. Para tanto, propõe que, no interior das instituições, haja grande número de ‘analistas didatas’, a quem caberá “[...] a oportunidade de colher experiência de casos instrutivos e formativos”, sob cuidadosa supervisão. Serão essas balizas que orientarão a formação das futuras escolas psicanalíticas, entre as quais a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP), da qual fez parte Jacques Lacan, embora não a tenha fundado.

Os anos 1950 assistem, segundo a historiadora Elisabeth Roudinesco (1988, p.274), aos embates internos da instituição psicanalítica em França, em parte liderados por Lacan, que decide realizar um retorno a Freud amparado em sua leitura do *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure, dos textos de Martin Heidegger e das *Estruturas elementares do parentesco* de Claude Lévi-Strauss. Ao tecnicismo da instituição psicanalítica, Lacan opõe o tempo variável das sessões, inaceitável para os partidários da concepção clássica tal como estabelecida pelos padrões da IPA, ou Associação Psicanalítica Internacional fundada por Freud, em 1910. O resultado dessa dissensão será a explosão, em 1963, da Sociedade Francesa de Psicanálise e a criação, por Lacan, em 21 de junho de 1964, da Escola Francesa de Psicanálise, depois rebatizada de Escola Freudiana de Paris-EFP (ROUDINESCO, 1988, p.392).

Para romper com a hierarquia habitual das instituições psicanalíticas, segundo Roudinesco (1988, p.460), Lacan redige um documento interno que define os graus e os modos de pertença à instituição, definindo uma complexa estrutura em três estágios: o membro simples, ou ME, equivalente do aluno em outras sociedades, podendo ser analista ou analisando, ou nem um nem outro; o analista membro da Escola, ou AME; e o analista da escola, ou AE.

Com essas disposições, Lacan efetua uma segunda ruptura com a organização tradicional, anulando a distinção entre a análise ‘didática’ e a chamada análise ‘terapêutica’ e resgatando, desse modo, a noção de análise pessoal.

A partir de 1967, como assinala Roudinesco (1988, p.476), a crise que abala a EFP desde sua fundação e que resultou em seu gigantismo e na concentração de poder excessivo na pessoa de Lacan, o que lhe desagradava, levou-o a uma rearticulação dos critérios de formação do analista. Durante o verão europeu, Lacan (2003a, p.248 e s.) redigiu um fabuloso projeto de renovação, cujo conteúdo comunicou num discurso pronunciado na EFP em 09 de outubro de 1967, uma *Proposição* que traz o fundamento das garantias mediante as quais a Escola poderia autorizar um psicanalista por sua formação.

A passagem de psicanalisando a psicanalista, conquanto tenha sido objeto de interrogação de alguns teóricos que precederam Lacan, inclusive de Freud (1937/1975) em *Análise terminável e interminável*, não consistiu, entretanto, verdadeiro processo de conceituação. Coube a Lacan (2003a), através da *Proposição*, teorizar essa noção de passagem – o passe, reintegrando sua teorização na história do movimento psicanalítico. Contudo, é preciso estabelecer uma fronteira entre o passe como parte da experiência de análise e o procedimento de passe institucionalizado.

Como nosso objetivo, aqui, não é problematizar esse procedimento nas instituições psicanalíticas, mas mantermos nosso olhar nos percursos do analisando/analista em seus escritos sobre o passe, buscaremos cernir a noção de passe enquanto dispositivo próprio decorrente da análise pessoal, centrando nossa investigação em dois Relatos de Passe – assim os designamos – de psicanalistas que escreveram sobre sua experiência.

Na experiência do passe prevista por Lacan (2003a, p.260-261), o candidato a analista experimenta a força do relato oral a um

grupo de ouvintes, os passadores, mas, diferentemente da experiência institucional dos meios acadêmicos, esse relato se faz diante de um outro na mesma posição que o autor do relato, o passante. Para cernir essa questão, o autor assinala o caráter de des-ser que é comum ao passante e aos passadores, sendo estes últimos escolhidos por um analista da Escola, ou seja, “[...] aquele que pode responder pelo fato de que eles estejam nesse passe ou que retornaram a ele, em suma, ainda estando ligados ao desenlace de sua experiência pessoal”.

Assinala-se, aí, uma distinção referente à audiência constitutiva própria de cada regime de transmissão da experiência, demarcando-se a fronteira entre o *gradus* e a hierarquia, como quer Lacan (2003a, p.248). Numa instituição psicanalítica, o passante encontra-se frente a passadores que ainda estão ligados ao “desenlace de sua experiência pessoal” (id., p.261), ou seja, numa posição de equivalência, ao contrário do que se opera na instituição acadêmica, em que o postulante que apresenta seu memorial dirige-se a um grupo de docentes supostamente doutos, que já transpuseram essa experiência e que podem atestar a competência do candidato.

Define-se aí, formalmente, a fronteira entre a hierarquia nas mais variadas sociedades humanas, de um lado, e o *gradus*, recurso pretendido por Lacan (2003a, p.248) para regular as sociedades de psicanálise ou, mais exatamente, a Escola que ele fundava à ocasião. Os efeitos de mal-estar presentes em todas as formas de organização humana não estão ausentes das sociedades psicanalíticas, ao contrário do que se pode pensar, numa leitura superficial. A oferta de Lacan aos seus pares, naqueles idos, contrariava os preceitos da IPA, segundo os quais toda a formação do analista estava subordinada à chamada análise didática, ou seja, uma regulação do desejo do analista sob o domínio da instituição. Existe um real em jogo na própria formação do psicanalista, salienta Lacan (Idem, p. 249), contra o que se insurge a experiência da análise.

## Conjunto conceitual

Ao longo da realização da pesquisa, um conjunto de conceitos pôde ser destacado das análises do *corpus* que aproximam os dois gêneros textuais, entre os quais biografema, biografia e autobiografia; testemunho e perda/luto; hierarquia e *gradus*; particularidade e singularidade; o caminhar; atemporalidade; traço/fragmento; letra e corpo da letra; fronteiras/bordas e eclipse, sem esquecer, contudo, os conceitos subsidiários aos gêneros textuais Memorial Acadêmico e Relato de Passe. Desses, elegemos para comentar aqui os conceitos de biografema, biografia, autobiografia; testemunho e perda/luto; letra e corpo da letra; e eclipse.

Com o fim de cernir algumas dessas noções, trataremos de situar, frente à pesquisa empreendida, o contexto, a posição que ocupam no *corpus* e sua importância em relação aos objetivos pretendidos que, em última instância, procuram alcançar a prática da letra no campo da escrita. Neste sentido, buscamos isolar os elementos estruturais das escritas que conformam, segundo Bakhtin (2000, p.279), tipos relativamente estáveis de enunciados ou, mais simplesmente, gêneros do discurso, e, no horizonte, encontrar elementos de conexão entre os Memoriais e os Relatos de Passe selecionados para análise.

## Biografema, biografia, autobiografia

A verdade vem reforçar ali a estrutura de ficção que denoto aí, por estar essa ficção submetida às leis da polidez (LACAN, 2003b, p. 24).

Em artigo elaborado no curso de nossa investigação, intitulado “A psicanálise e a representação de si: quem fala?” (MOTTA, 2020), assinalávamos que, desde a introdução de *Sade*,

*Fourier, Loyola, Barthes* (2005, p.XV) salientava que o texto é um objeto de prazer, e o indício do prazer é poder viver com um autor, o que não significa, necessariamente, cumprir o programa traçado nos livros desse mesmo autor, mas fazer passar à nossa cotidianidade fragmentos de inteligível provindos do texto admirado: “Trata-se de falar esse texto, não de o agir, deixando-lhe a distância de uma citação, a força de irrupção de uma palavra bem cunhada, de uma verdade de linguagem”.

O autor que vem do seu texto e vai para dentro da nossa vida não tem unidade, salienta Barthes (2005, p.XVI), é um “[...] simples plural de ‘encantos’, o lugar de alguns pormenores ténues, fonte, entretanto, de vivos lampejos romanescos [...]; não é uma pessoa (civil, moral), é um corpo”. Trata-se de um sujeito disperso ou, como define Evelina Hoisel (2019), múltiplo.

Múltiplo, plural, disperso: eis as características do autor desenhadas por Barthes (2005, p.XVII) que gostaria, se morto, que sua vida se reduzisse, pelos cuidados de um biógrafo amigo e desenvolto, a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, que ele designa de “biografemas”. Desse modo, concebese uma vida não plena, não inteira, mas “esburacada”, constituída de estilhaços de lembrança, opostos ao tema da urna e da estela, objetos fortes, fechados, instituidores de destino.

Em seu livro *Teoria, crítica e criação literária: o escritor e seus múltiplos*, Hoisel (2019, p.18-19) assinala na contemporaneidade o deslocamento da noção de biografismo, explicitando o caráter biográfico de todo objeto do conhecimento produzido pelo homem, seja artístico, seja científico. Recorrendo a Valéry, afirma: “Na verdade, não existe teoria que não seja um fragmento cuidadosamente preparado de alguma autobiografia”. Essa noção, segundo a autora, reconfigura o conceito de biografia e de autobiografia em seus múltiplos deslocamentos ficcionais: autoficção, bioficção, alterficção, heteroficção.

Na autoficção, salienta a autora (HOISEL, 2019, p.31), a intenção não é reconstituir uma vida na sua totalidade, mas captar os fragmentos dela, os instantâneos que “[...] rabiscam a presença de um sujeito no texto”. A expressão “escritor múltiplo” é definida pela diversidade de lugares de produção de discursos (ou de escritas) em que esses sujeitos se inscrevem e se produzem (Idem, p.41).

A noção de autobiografia como “uma exposição narcísica do corpo do escritor” (HOISEL, 2019, p. 116) em que as fronteiras público-privado se distinguem é recusada pela autora, preferindo adotar a versão de Silviano Santiago (apud HOISEL, 2019, p.116), em que essas fronteiras se diluem, se dissolvem: “No palco da vida ou da folha de papel, o corpo do autor continua e está exposto narcisicamente, mas as questões que levanta não se esgotam na mera autocontemplação do umbigo”.

No Memorial Acadêmico de Cleise Mendes, parte do nosso *corpus* de pesquisa, conquanto não se registre o termo biografema, encontram-se rastros dos conceitos de biografia e autobiografia, destacando-se sua ocorrência na entrada do capítulo 6, dedicado ao exame de sua participação na Oficina de Criação Literária coordenada pela Profa. Judith Grossmann. Como epígrafe, a autora cita trecho de obra de Eugenio Barba (2006 apud MENDES, 2017, p.21) em que este autor faz menção ao conceito de “biografia profissional” para apontar aquela posição do sujeito que reconhece em algumas pessoas a origem do caminho que o levou até aquele ponto.

Numa variante do gênero textual “biografia” encontramos em Mendes (2017, p.32) referências à “biografia onírica” *Casa de Eros* (1996), de sua autoria, concebida como um drama de estações, em que cada um dos quatro atos rememorava, por assim dizer, a passagem da Escola de Teatro por experiências que a marcaram. Nas palavras da autora/dramaturga, “[...] esse caleidoscópio de imagens e sons, de fragmentos de sonhos e de memórias de indivíduos e gerações, criava uma espécie de biografia onírica da Casa, de um

espaço que produziu e testemunhou profundas transformações estéticas e sociais na Salvador de então”.

Em artigo intitulado “Encontro poético no velho casarão: Judith Grossmann, Alberto Luiz Baraúna e a oficina de criação literária”, em que se rememora a ambiência compartilhada por esses três personagens, Lígia Telles salienta o conceito de biografema como *modus operandi* da realização ficcional de Grossmann. A autora adverte o leitor para as armadilhas da busca compulsiva de pegadas biográficas nas produções literárias, com a consequente imobilização das possíveis descobertas nas tessituras do texto. Antes, prefere o uso expandido do conceito para além da literatura autoficcional e recomenda, lembrando Grossmann (2014 apud TELLES, 2017, p.66), que se proceda ao palmilhamento indistinto entre “a realidade e a letra” ou “[...] ‘uma continuidade de campos’ entre a vida e a literatura”.

Ao traçar a breve conquanto prolífica produção de Alberto Baraúna, Telles (2017, p.63-64) salienta que, ao reunir-se ao jovem poeta numa publicação na revista *Cadernos Brasileiros*, em 1967, Grossmann o apresenta como “jovem poeta baiano inédito, da *Oficina de Criação Literária* da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia”, explicitando-se o vínculo entre os dois autores e o encontro no mesmo veículo de publicação e reencenando, “no corpo da letra, o encontro no velho casarão de Nazaré”.

No seu Memorial Acadêmico, Telles refere-se ao conceito de biografema ao assinalar que, nos mais recentes estudos de Literatura Comparada ganhou relevo a crítica biográfica brasileira, ao promover “[...] potentes articulações e embates entre biografemas de produtores de discursos e seus textos, pondo em rasura pacíficas relações entre vida e obra” ou, em outros termos, fazendo os biografemas atravessarem o espaço da ficção. Em Grossmann (1998 apud TELLES, 2018, p.54), salienta a autora, não apenas os biografemas cruzam o espaço ficcional, como também a ficção é

o lugar para se forjar ou falsear identidades, como demonstra na análise de uma de suas obras, intitulada *Meu Amigo Marcel Proust Romance*, em que os personagens se constroem a partir de pessoas do círculo de relações da escritora, ora identificados, ora velados sob um nome que é anagrama do seu nome próprio.

No Relato de Passe de Lúcia Castello Branco, a autora escolhe para título de seu escrito “Como nada mais passa na vida, exceto ela; apontamentos sobre a experiência do passe”, um fragmento de frase retirada de Marguerite Duras (1984, p.48 apud BRANCO, 2003, p.231): “A escrita vem, como o vento, nua, é de tinta, a escrita, e passa, como nada mais passa na vida, exceto ela, a vida”. Destaca Branco que irá tratar do real da experiência, uma história aos pedaços, que ela divide em quatro partes – parafraseando Mendes (2017), poderíamos afirmar tratar-se de um drama de estações – em que cada parte dessa história inscreve-se sob uma rubrica e que, somadas, não compõem um todo, como adverte a autora, mas são capazes de “[...] compor uma ficção ‘absurdamente real’” e que derivaram na criação de uma obra, *A falta* (BRANCO, 1997 apud BRANCO, 2003, p.228).

O horizonte visado por Branco (2003, p.228) na sua demanda de análise e retomado no seu Relato de Passe era escrever um livro sobre sua mãe, fazendo de uma “pobre história uma bela história”. A mãe abandonara os filhos por outro homem, trocando de nome e sobrenome e refugiara-se numa outra cidade, onde construiu outra família, jamais retornando para rever os que deixou para trás. Trata-se de uma história de repetição: a mãe havia vivido essa mesma história com sua genitora, que a abandonara ainda menina. Ainda que não se plasme, neste texto de Branco, o conceito de biografema, pode-se perfeitamente subsumi-lo nas várias modulações da história em quatro fragmentos ou em quatro atos, para ficarmos próximo das sinalizações textuais de Mendes (2017) relativas ao drama de estações.

Thaís Gontijo, em artigo intitulado “O passe é um escrito”,

formula a proposta de converter a experiência de passe em um escrito. Conquanto o conceito de biografema não se registre neste seu artigo, aqui e ali pontuam noções que dele se aproximam, como se pode depreender da seguinte passagem, em que a autora adverte que a experiência de passe, ainda que se assente no testemunho e no relato indicando as soluções particulares de cada um “quanto ao sintoma e ao gozo”, faz apelo à historização. Salienta, contudo: “Limitar a experiência analítica à mediocridade de um relato autobiográfico, que jorrando de mão em mão vai nutrindo a aderência à teoria e (*sic*) não pode, indubitavelmente, ser nosso desígnio” (GONTIJO, 2003, p.233).

O conceito de historização, bastante produtivo em psicanálise, seja na experiência de análise, propriamente, seja na experiência do passe, aponta para o conceito de biografema, na medida em que a travessia do analisando por essas veredas somente se concebe a partir dos “estilhaços de lembrança”, como assinala Barthes (2005, p.XVII). Gontijo (2003, p.236) aponta a saída: “Extraír da experiência da análise uma nascente de inspiração, um desejo de perpetuamento entre vida e obra é o desígnio último de seu produto. Persistir no escrito, habitar a existência, eis onde reside a diferença”.

Desse modo encontramos nos Memoriais Acadêmicos e nos Relatos de Passe os aspectos (auto)biográficos através da linguagem, nos ritmos sonantes e dissonantes apontados por Hoisel (2019, p.172), caracterizando a noção de biografema como um conjunto fragmentário, estilhaços de lembranças, como salienta Barthes (2005, p.XVII).

### **Testemunho e perda/luto: aproximações**

O passe, tal como concebido por Lacan (2003a, p.261) para os candidatos a analista da Escola, tem como finalidade fazê-los falar

de sua própria análise a um certo número de passadores, a quem caberá recolher o testemunho “pelo vívido de seu próprio passado”, sendo esses os responsáveis por transmitir a um júri aquilo que ouviram. O testemunho é uma experiência de transmissão, oral ou escrita, em que um autor/narrador se perfila diante do outro com o compromisso de fazer chegar até ele um acontecimento vivido e ainda vívido de sua experiência de vida. Desse modo, procura-se evitar os efeitos imaginários ligados ao funcionamento de uma instância encarregada da nomeação dos analistas.

Donde se poderia esperar, portanto, um testemunho correto sobre aquele que transpõe esse passe, senão de um outro que, como ele, o é ainda, esse passe, ou seja, em quem está presente nesse momento o des-ser em que seu psicanalista conserva a essência daquilo que lhe é passado como um luto, com isso sabendo, como qualquer outro na função de didata, que também para eles isso passará?

Quem, melhor do que esse psicanalisante no passe, poderia autenticar o que ele tem da posição depressiva? Não ventilamos aí nada pelo qual alguém possa se dar ares de importância, se não estiver no ponto (LACAN, 2003a, p.260).

Em relação ao luto ou posição depressiva resultante do procedimento do passe, retomemos artigo de Eric Laurent (1989a, p.89) em que relata os resultados de um cartel – dispositivo de investigação também proposto por Jacques Lacan – a respeito do passe. Ao ouvir o depoimento dos passadores sobre os relatos de passantes, ou seja, uma narrativa de uma narrativa, Laurent distingue duas vertentes da experiência do passe: a do testemunho e a da perda

ou, como assinala Lacan (2003a), a do luto. Laurent adverte que ambas essas vertentes se encontram enlaçadas: a do testemunho, na medida em que enfatiza a reconquista pelo passante do campo de eclipse do passe, e a da perda enquanto falha da palavra, tal como o ser se apresenta no passe – como des-ser, afirma Lacan (2003a, p.260).

Em outro artigo da mesma coletânea, Laurent (1989b, p.95) assinala que em psicanálise não se procede por séries estatísticas, mas por uma série de casos, ou seja, trata-se do particular de cada caso, e, quando “passa”, o analista põe-se em tela de juízo, mais além e com a particularidade de seu caso. Foi desse modo que Lacan (2003a) elegeu fundar sua Escola sobre a experiência do passe, ao procurar determinar de que modo alguém pode dar conta, à saída de uma psicanálise, dos problemas atuais da psicanálise, e retomar, assim, o que se pode desprender da ampla cadeia de ditos que um tratamento constitui.

Vimos, com Passeggi (2010, p.23), que a escrita autobiográfica torna professores e alunos autores do discurso acadêmico ao legarem o testemunho de suas vidas. Nos Memoriais Acadêmicos analisados, conquanto os termos testemunho e luto, aqui erigidos a conceitos, não se situem, propriamente, dessa forma, comparecem nas entrelinhas, na medida em que suas autoras dão testemunho – prova de suas produções e de suas trajetórias de perda e de luto, como se pode entrever no Memorial de Lígia Telles (2018), no capítulo 6, intitulado “Sala de aula, lugar de saúde”. Ao comentar, a propósito de evento de grande tragicidade em sua vida pessoal, como o ofício de ensinar pôde ser assumido com o caráter de passagem, de atravessamento da experiência, Telles (2018, p.66) assinala que, no semestre seguinte ao da ocorrência do fato trágico, estava escalada para a disciplina Teoria da Lírica, cujo programa foi delineado a partir da singular experiência do luto vivido, transmutado para outra cena.

Para tanto, o recurso à teoria psicanalítica freudiana em

sua concepção sobre o luto e a transitoriedade e a visitação à obra poética de autores como Cecília Meireles, Hilda Hilst, Ruy Espinheira, Myriam Fraga, entre outros, constituíram as estratégias metodológicas da docente (TELLES, 2018, p.67). Os títulos dos módulos conferiram roupagem lírica à experiência de sofrimento, realizando, por assim dizer, o processo de elaboração de luto através do trabalho docente: lírica da ausência, lírica da memória, lírica amorosa. Se Freud (1900/1972) consagrou a expressão *Traumarbeit* para designar o “trabalho do sonho”, autorizamo-nos a, de modo similar, designar como *Lehrerarbeit* o “trabalho de docente” de Telles de realizar a transformação, por meio de recursos poéticos, de sua experiência vivida e ainda vívida.

No Memorial de Cleise Mendes pode-se aquilatar uma variedade de discursos e de lugares, sem que esses saberes se anulem uns aos outros. A certa altura do Memorial, a autora surpreende o leitor com a seguinte indagação, ao ver um experiente ator chorar após a última apresentação em cena: “E aquela realidade foi para onde?” (MENDES, 2017, p.14). Como escritora, a cena produziu uma outra cena: a construção de um poema, “Persona”, em que o apagamento da personagem contamina o ator, que também vê sua face evanescer-se diante do espelho. Pode-se verificar por essa passagem o caráter de testemunho da cena e de perda/luto que dela resulta, convertendo-se em sua recuperação pela poesia.

No escrito de Branco (2003, p.224) a respeito do passe salienta-se uma passagem em que as noções de testemunho e luto/perda estão lado a lado: “Portanto, trataremos de uma história aos pedaços, e em desaparecimento. De uma ‘prática da desaparecência’, ou de uma ‘dispareciência’, buscaremos dar testemunho”. Trata-se, como se vê, não apenas da vertente do testemunho como também da perda, do luto, evidenciado nos termos ‘disparecência’, tomado emprestado de Claude Rabant, e de ‘dispareciência’, cujo prefixo – *des* – é indicativo de ausência, falha, desaparecimento, conquanto

se imponha o saber obtido da experiência lutuosa nos sintagmas ‘essência’ e ‘ciência’.

No artigo de Thaís Gontijo (2003, p.233) sobre o passe pode-se igualmente verificar o caráter de testemunho, como se vê na seguinte passagem: “A revelação confessional dos destinos do sintoma aponta a condução na qual, atualmente, o dispositivo do passe submerge”, mas também de crítica ao caráter exclusivamente memorialista da experiência, salientando: “Certamente, a confissão é um convite a protelar o que pode advir de acréscimo a nossa ciência”, advertindo-nos quanto à mediocridade de limitar o passe ao relato meramente autobiográfico da experiência, como salientamos atrás.

A autora estabelece no seu artigo duas modalidades de passe, que comportam concepções distintas e incompatíveis: numa, o relato autobiográfico é da ordem do particular, e a particularidade se define pelo universal; na outra, “[...] tirar o calço do sintoma para lançar-nos na singularidade do movimento do nó, isto sim, é o específico de cada um” (GONTIJO, 2003, p.236). Essa segunda modalidade é a que a autora identifica como o verdadeiro passe, quando se busca ultrapassar a particularidade do sintoma, alcançando a singularidade, “um escoamento para esse veio inventivo”. Por fim, propõe algo que é uma novidade na experiência: a inauguração do passe por escrito, para que os cartéis de passe, instituídos para o procedimento pelas Escolas, possam verificar se um determinado escrito oferece alguma contribuição à psicanálise. A autora não se limita em sua provocação: os passadores deverão ser eleitos independentemente de sua filiação institucional, incluindo os “solitários”, os que trabalham na solidão, como afirma em seu desenho do ideal da formação do analista.

### **Letra: corpo e traço**

O conceito de letra na teoria lacaniana conhece diferentes acepções e tratamentos. Como nossa pretensão na presente

investigação passa longe de uma exegese, retomemos algumas passagens de escritos do autor e de seus comentadores, entre os quais tenho a pretensão de me incluir, com a Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística/UFBA (MOTTA, 1992) em que a letra constitui parte do capítulo 2, cujo título é “O significante, sua presença/ausência na teoria psicanalítica”. Desde aí já nos situávamos frente a um dos artigos mais comentados de Jacques Lacan (1998) segundo Christian Dunker (2019, p.22), intitulado “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, conferência pronunciada em 1957.

Trata-se, para Dunker (2019, p.25), de um texto extremamente representativo do pensamento de Lacan, pois articula dois diferentes programas de investigação que organizaram o chamado retorno a Freud: uma teoria linguística do inconsciente e uma teoria dialética do sujeito. Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, Lacan (1998) irá retomar os postulados da doutrina freudiana para reconduzir a teoria e a prática psicanalíticas ao que propunha o mestre vienense. No interior da IPA, a direção do tratamento seguia o curso de uma psicanálise adaptativa, em que o ego era o centro da atenção. Para retornar a Freud dentro de uma perspectiva inversa à da psicologia do ego, tratava-se de reinventar o inconsciente, reerguendo a doutrina com o auxílio de uma teoria do sujeito que tornasse impossível qualquer recobrimento do inconsciente pela consciência: a linguística servirá para isso.

Em “A instância...”, Lacan (1998, p.498) considera a letra segundo três vertentes: o sentido da letra (capítulo I), em que define letra como suporte material que o discurso concreto toma emprestado da linguagem; a letra no inconsciente (capítulo II), em que ele identifica os mecanismos presentes nas formações do inconsciente e que se encontram em ato na retórica do discurso do analisando (Idem, p.525); e, finalmente, a letra em sua relação com o ser e o outro (em francês, a aliteração *la lettre, l'être, l'autre*) (capítulo

III), em que letra é instrumento de inscrição do inconsciente no sujeito. No parágrafo inicial do capítulo I, Lacan reitera sua tese: o que a experiência psicanalítica desvela, no inconsciente, é toda a estrutura da linguagem. E o que ela encontra? A letra.

Nos anos subsequentes do ensino de Lacan, a letra não mais aparecerá em sua propriedade significativa, mas como efeito de discurso, de trocas simbólicas, e tem a dimensão da escrita. Detenhamo-nos aqui no seu artigo *Lituraterra* (2003b)<sup>2</sup>, cujo título conjuga dois significantes: *litura* (do latim, revestimento, mancha, traço) e *terra*, tendo como inspiração um equívoco significativo proposto por James Joyce em *Finnegans Wake*. Aí, o princípio feminino, Ana Lúvia Plurabelle, está em permanente metamorfose: é Eva, Isis, Isolda. Numa delas, é ainda uma galinha que, revolvendo a terra, arranca de um monte de esterco (*litter*) um fragmento de carta (*letter*) que, ao ser apenas parcialmente recuperada, fornece um enigma verbal para o livro (JOYCE apud MOTTA, 1992, p.117).

Neste deslizamento de *a letter para a litter* e de *Literatura para Lituraterra*, Lacan (2003b, p.18), propõe que a letra seja definida, entre outros modos, como mediação do real, litoral ou fronteira entre os saberes, borda do furo no saber e instrumento apropriado à escrita do discurso: “Não é a letra ... litoral, mais propriamente, ou seja, figurando que um campo inteiro serve de fronteira para o outro, por serem eles estrangeiros, a ponto de não serem recíprocos?” Trata-se de um saber que pressupõe o fracasso e que, para preenchê-lo, é necessário invocar o gozo. Se a letra faz fronteira, litoral, é entre o saber e o gozo, portanto: “Resta saber como o inconsciente que digo ser efeito de linguagem, por ele pressupor a estrutura desta como necessária e suficiente, comanda essa função da letra” (LACAN, 2003b, p.18).

Tendo sobrevoado o Japão, Lacan (2003b, p.21) guarda a

---

2. Escrito para o número dedicado ao tema “Literatura e psicanálise” da revista *Littérature*, Larrousse nº3, out. 1971, p. 3-10; publicado na abertura do número (N. do E.) (LACAN, 2003b, p.599).

imagem da terra demarcada por sulcos, o escoamento das águas, único traço a aparecer: “O escoamento é o remate do traço primário e daquilo que o apaga. Eu o disse: é pela junção deles que ele se faz sujeito, mas por aí se marcarem dois tempos. É preciso, pois, que se distinga nisso a rasura”. O autor compara essa imagem à da caligrafia japonesa, evocando em nós o seguinte: “Tal como a linha de terrenos fica demarcada por sulcos que a chuva provoca, assim também é a escrita: do que chove do significante, aparece o sulco do significado, a letra, portanto, efeito pelo qual a escrita se faz no real” (MOTTA, 1992, p.120).

Para *lituraterrar*, eu mesmo, assinalo que não fiz no ravinamento que o põe em imagem nenhuma metáfora. A escritura é esse próprio ravinamento e, quando falo de gozo, invoco legitimamente o que acumulo de audiência: nada menos, com isso, aqueles de que me privo, pois isso me mantém ocupado (LACAN, 2003b, p.23-24).

Quanto à rasura, salientemos outro fragmento de *Lituraterra* em que o autor reafirma sua visão do escoamento das águas em que predomina a rasura, a ruptura, o que o faz lembrar da obra aristofânica *As nuvens* (ARISTÓFANES apud LACAN, 2003b, p.22) e que lhe permite “[...] descobrir o que acontece com o significante: ou seja, o semblante por excelência, se é de sua ruptura que chove, efeito em que isso se precipita, o que era matéria em suspensão”.

Gostaríamos ainda de salientar a máxima bíblica (Segunda Epístola aos Coríntios, 3, 6) retomada por Lacan (1998, p.512) em “A instância ...”: a letra mata, mas o espírito vivifica. Conquanto leitor assíduo do texto bíblico, Lacan se pergunta como, sem a letra, poderia o espírito viver? “As pretensões do espírito continuariam irredutíveis, se a letra não houvesse comprovado produzir todos os

seus efeitos de verdade no homem, sem que o espírito tenha que se intrometer minimamente nisso”. Essa revelação, foi Freud quem a fez, e ele a chamou de inconsciente (MOTTA, 1992, p.120).

Neste sentido, pode-se estabelecer correlação, de um lado, entre o corpo da letra reencenado a que alude Telles (2017, p.64) e a escrita onírica em Mendes (2017, p.32) e, de outro lado, a biografia onírica em Branco (2003, p.224-226; 229) e a persistência no escrito habitando a existência, em Gontijo (2003, p.236). Em outras palavras, os Memoriais Acadêmicos e os Relatos de Passe selecionados para nossa análise, respeitadas as suas especificidades, encontram, nos seus artífices, a singularidade de transmissão de suas experiências, ou da prática da letra no campo de suas escritas.

### **Eclipse do sujeito da experiência**

A marca tem o poder de apagar a diferença, e isto é a chave para a compreensão do que acontece com o sujeito, o sujeito inconsciente, na repetição (LACAN, 1976, p.204).

Chegamos, desse modo, ao final de nossa exposição, conquanto jamais possamos estabelecer um término da pesquisa, não sem antes assinalar, a partir de uma referência já aludida, mais precisamente a Laurent (1989a) em seu artigo sobre o ensino e o cartel do passe, um termo que não mereceu nenhum comentário do autor mas que é elevado, aqui, a categoria conceitual: trata-se da noção de “eclipse”. Retomemos a passagem:

Distinguirei duas vertentes da experiência, a do testemunho e a da perda, supondo que ambas estejam enlaçadas; a do testemunho, na medida em que enfatiza a reconquista pelo passante do campo de eclipse do passe; e a da

perda, enquanto falta da palavra, apresentação do ser-o-passe (LAURENT, 1989a, p.89, tradução livre).

A noção de eclipse, em seu significado habitual, supõe o obscurecimento total ou parcial de um astro por outro, mas sua extensão, fronteira ou borda, como preferimos, estende-se a outros domínios e saberes, como se pode verificar, amplamente, na literatura ocidental, em que eclipse é metaforizado enquanto desaparecimento.

Em seu *Dicionário analógico da língua portuguesa*, Carlos Spitzer (1956, p.144) registra, a partir do verbete “invisibilidade; desaparecimento”, o termo eclipse, em contextos em que há desigualdade de grandezas, para mais ou para menos. Assim, registram-se tanto as extensões “eclipsar”, “eclipsar-se”, quando há superioridade, quanto “ficar eclipsado”, ocasiões em que se reconhece a inferioridade (Idem, p. 33-37).

Em *Literatura e psicanálise: ensaios* (MOTTA, 2017), no ensaio intitulado “Crimes do supereu” assinalávamos, a propósito do assentimento subjetivo para que o castigo ou a responsabilidade possa se consumir, trecho da obra de Dostoiévski (1963) *Crime e castigo*, de 1866, em que seu protagonista, Rodión Raskólnikov, ruma seu ato tenebroso de assassinar uma velha usurária unicamente para usurpar o seu dinheiro e, com isso, praticar outras boas ações. “Era unicamente nisto que ele se reconhecia culpado: em não ter persistido e em ter ido denunciar-se” (DOSTOIÉVSKI, 1963, p.1222).

Por que fui um ... criminoso? Que significa a vossa criminalidade? A minha consciência está tranquila. É certo que se consumou um crime de pena capital; é certo que se infringiu a letra da lei e se derramou o sangue; pois

bem... Tomem a minha cabeça pela letra da lei ... e basta! É certo que, nesse caso, até muitos benfeitores da humanidade, que não receberam o poder por herança, mas o conquistaram, teriam merecido castigo desde os seus primeiros passos. Mas esses indivíduos seguiram para diante e depois tiveram razão, ao passo que eu não resisti e, portanto, não tinha direito a dar esse passo. (DOSTOIÉVSKI, 1963, p.1222).

Na noite anterior ao cometimento do ato homicida, Raskólnikov, em febre e calafrios, arquitetava o plano de assassinar a mulher, realizando um longo e complexo debate entre sua consciência e os motivos imperiosos de cometimento do crime. Pergunta-se a certa altura por que quase todos os crimes se descobrem tão facilmente e por que se encontram as provas dos assassinatos, chegando a variadas conclusões.

A seu ver, o motivo principal residia, não tanto na impossibilidade natural de ocultar o crime, como no próprio criminoso; todos os criminosos, sejam eles quais forem, experimentam no momento de cometer o seu crime uma espécie de enfraquecimento da vontade e do raciocínio, estado esse que vem depois a ser substituído por um atordoamento extraordinário e pueril, precisamente no momento em que mais necessárias lhe seriam a razão e a prudência. Esse *eclipse do raciocínio*, esse desfalecimento da vontade, segundo Raskólnikov, apoderava-se do homem à maneira duma doença, desenvolvendo-se progressivamente e alcançando o seu

máximo de intensidade momentos antes do cometimento do crime; persistia durante a execução deste último e algum tempo depois, conforme os indivíduos, acabando depois por desaparecer como qualquer outra doença. O problema estava em saber se é a doença que engendra o crime, ou se o próprio crime, por sua natureza, é que é sempre acompanhado de um certo gênero de doença; mas isto era uma questão que ele não se sentia capaz de resolver (DOSTOIÉVSKI, 1963, p.833, grifo nosso).

Vale salientar, na passagem acima, a expressão “eclipse do raciocínio”, também evocada por nós no mesmo artigo de *Literatura e psicanálise: ensaios* (MOTTA, 2017, p.95), em que procuramos desenvolver a questão posta por Dostoiévski sobre a relação de causalidade entre o crime e a culpa, tal como postula Freud (1916/1974) em “Criminosos em consequência de um sentimento de culpa”, ao subverter a lógica do sintagma “crime e culpa”.

Em psicanálise, o termo eclipse pode ser encontrado em Lacan nos seminários dedicados ao tema da transferência (1960-1961). Em uma passagem – de construção irregular, salientemos, Lacan (1992, p.122, grifo nosso) adota a mesma posição de Sócrates quanto ao saber em sua dimensão de verdade, ressaltando que a novidade da experiência analítica consiste em que alguma coisa pode se sustentar na lei do significante, sem que isso comporte um saber, mas excluindo-o, expressamente. Declara que esse saber é inconsciente, necessitando, para tanto, “[...] *o eclipse do sujeito*, para subsistir como cadeia inconsciente, como constituindo o que há de irreduzível, em seu fundo, na relação do sujeito ao (*sic*) significante”. Aqui, ressalta-se que o saber na experiência analítica é o saber inconsciente, que supõe a afânise, o apagamento do sujeito, e também o limite que não se pode ultrapassar.

Dez anos mais tarde, em 1971, no Simpósio da Universidade Johns Hopkins sobre o estruturalismo, que reuniu alguns dos mais eloquentes pensadores do ocidente, Lacan (1976) pronunciou uma conferência cujo título apontava para o caminho que havia trilhado em sua teoria, afastando-se da matriz estruturalista inicial: “Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer”.

Para os nossos propósitos, lançamos mão de passagens – aí incluída a epígrafe de abertura a este item – em que a noção de eclipse do sujeito parece responder à própria questão levantada pelo autor: “Onde está o sujeito?” (LACAN, 1976, p.201): “O sujeito inconsciente é algo que tende a se repetir, mas só uma dessas repetições é necessária para que ele se constitua” (Idem, p.203). Ou ainda: “De qualquer modo, o sujeito é o efeito dessa repetição, na medida em que precisa de ‘esvanescimento’ (*sic*), de obliteração da primeira base do sujeito, razão pela qual o sujeito, por seu *status*, sempre se apresenta como uma essência dividida” (Idem, p. 204).

Quando o sujeito toma o lugar da ausência, introduz-se na palavra uma perda, e esta é a definição do sujeito. Mas, para inscrevê-la, é necessário defini-la num círculo, que chamo de alteridade, da esfera da linguagem. Tudo o que é linguagem é obtido dessa alteridade, e é por esta razão que o sujeito é sempre uma coisa evanescente, que corre sob uma cadeia de significantes (LACAN, 1976, p.205-206).

Apagamento, evanescimento, afânise do sujeito do inconsciente constituem balizas à psicanálise com Freud e com Lacan, razão pela qual insistimos, aqui, em erguer a estatuto de conceito o “eclipse do sujeito”. Seja na experiência dos Memoriais Acadêmicos, seja nos Relatos de Passe, o que suas autoras desvelam

é a estrutura do sujeito que, tão logo aparece, se evanesce em eclipse. Podemos, sem receio, estabelecer que, tão logo o sujeito assuma a posição de quem escreve sobre si, faz-se eclipse, sendo a eclipse do sujeito um efeito da escrita.

Lembremos Barthes (1984a, p.49), para quem “a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem”, refletindo a usurpação, se assim se pode afirmar, do criador pela criatura – o texto – e deslocando aquele de sua centralidade da cena. Ao discorrer sobre o sujeito da psicanálise, o autor sustenta a premissa acima: “um sujeito que não é já o sujeito pensante da filosofia idealista, mas antes desapossado de toda a unidade, perdido no duplo desconhecimento do seu inconsciente e da sua ideologia, apoiando-se num carrocel de linguagens” (BARTHES, 1984b, p.37).

Ao final dessa experiência de investigação podemos dar, provisoriamente, por terminado, sem contudo pretendermos concluído o nosso percurso, perguntando-nos: Onde se pode fulgurar o eclipse do sujeito senão nas bordas do texto? E onde se podem flagrar os movimentos do texto senão no seu trânsito com o leitor?

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.277-326.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: \_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Tradução de Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70: 1984a, p.49-53.

BARTHES, R. *Sade, Fourier, Loyola*. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARTHES, R. Sobre a leitura. In: \_\_\_\_\_. *O rumor da língua*. Tradução de Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70: 1984b, p.31-38.

BRANCO, Lúcia Castello. Como nada mais passa na vida, exceto ela; apontamentos sobre a experiência do passe. In: GONTIJO, T. et al (Org.). *A escrita do analista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.223-232.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. Crime e castigo. In: \_\_\_\_\_. *Obra completa*. Tradução de Natália Nunes. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963. v. II, p.773-1228.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud: uma hipótese de leitura*. São Paulo: Instituto Langage, 2019.

FREUD, Sigmund. A elaboração dos sonhos (1900). In: \_\_\_\_\_. *A interpretação de sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1972, v. IV e V, p.295-542.

FREUD, S. A questão da análise leiga (1926). In: \_\_\_\_\_. *Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, A questão da análise leiga e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XX, p.205-283.

FREUD, S. Análise terminável e interminável (1937). In: \_\_\_\_\_. *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, v. XXIII, p.239-287.

FREUD, S. Criminosos em consequência de um sentimento de culpa: Parte III de “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico” (1916). In: \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago,

1974. v. XIV, p.375-377.

GONTIJO, Thais. O passe é um escrito. In: GONTIJO, T. et al (Org.). *A escrita do analista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p.233-237.

GONTIJO, T. et al (Org.). *A escrita do analista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

HOISEL, Evelina. *Teoria, crítica e criação literária: o escritor e seus múltiplos*. Organização da coleção Evando Nascimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p.496-533.

LACAN, J. Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer. In: MACKSEY, R.; DONATO, E. (Org.). *A controvérsia estruturalista; as linguagens da crítica e as ciências do homem*. Tradução de Carlos Alberto Vogt e Clarice Saboia Madureira. São Paulo: Cultrix, 1976, p.198-212.

LACAN, J. Litureterra. In: \_\_\_\_\_. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003b, p.15-25.

LACAN, J. *O seminário livro 8: a transferência (1960-1961)*. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

LACAN, J. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: \_\_\_\_\_. *Outros escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003a, p.248-264.

LAURENT, Eric. Clica del pase y depresión: un caso. In: \_\_\_\_\_. *Estabilizaciones en las psicosis*. Tradução de Irene Agoff. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Manantial, 1989b, p.93-101.

LAURENT, Eric. Enseñanza y cartel del pase. In: \_\_\_\_\_. *Estabilizaciones en las psicosis*. Tradução de Irene Agoff. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Manantial, 1989a, p.89-92.

MENDES, Cleise Furtado. *O tempo ao pé da letra*. Memorial Acadêmico apresentado à Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Professora Titular do Departamento de Fundamentos do Teatro da UFBA. Salvador: UFBA, outubro 2017. 124p. Inédito.

MOTTA, Vera Dantas de Souza. *O conceito de estrutura e a dimensão do significante nas formações do inconsciente*. Dissertação apresentada ao Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras e Linguística. Orientador: Miguel Ángel Garcia Bordas. Salvador, 1992, 199p. Inédito.

MOTTA, V. *A psicanálise e a representação de si: quem fala?* Artigo apresentado à Supervisora do pós-doutoramento junto ao PPG LitCult/UFBA, Profa. Dra. Lígia Guimarães Telles, em 1º de abril de 2020. 11p. Inédito.

MOTTA, V. Crimes do supereu. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e psicanálise: ensaios*. ISBN 978-85-7887-330-1. Salvador: EDUNEB, 2017, p.93-105.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Memoriais autobiográficos: escritas de si como arte de (re)conhecimento. In: CORDEIRO,

Verbena Maria Rocha; SOUZA, Elizeu Clementino. *Memoriais: literatura e práticas culturais de leitura*. Salvador: EDUFBA, 2010, p.19-42.

ROUDINESCO, Elisabeth. *História da psicanálise na França; a batalha dos cem anos (1925-1985)*, v. 2. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

SPITZER, Carlos S.J. *Dicionário analógico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1956.

TELLES, Lígia Guimarães. *Rastros na memória, traços no papel*. Memorial apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Professora Titular do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras do Instituto de Letras da UFBA em outubro de 2018. 65 p. Inédito.

TELLES, L. Encontro poético no velho casarão: Judith Grossmann, Alberto Luiz Baraúna e a oficina de criação literária. In: HERRERA, A.; HOISEL, E.; TELLES, L. (Org.). *Rotas, trânsitos, migrações; ensaios de literatura e cultura*. Salvador: EDUFBA, 2017, p.53-68.

## TÍTULO: O PERCURSO DO SAGRADO OU O SAGRADO PERCURSO EM JUNG, FREUD E MAFESOLLI

Iris de Sá

Larissa Soares Ornellas Farias

Nilton Raimundo Rego Casaes

### **Jung: Vida, Encontro com Freud e o Si mesmo**

Carl Gustav Jung nasceu em vinte e seis de julho de 1875, em Kesswil, Suíça. Filho de um pastor protestante e uma dona de casa tinha na família paterna dois pastores, e na materna, mais seis pastoras. Veio a ter uma irmã somente nove anos após o seu nascimento. Sentia muita solidão durante a infância, o que contribuiu para que inventasse muitas brincadeiras e se detivesse em elucubrações acerca da existência de Deus. Uma lembrança de quando ainda criança, narrada em sua autobiografia, faz referência ao seu precoce interesse pelos deuses indianos: “As imagens de Brahma, Vixnu, e Siva me inspiravam um interesse inesgotável. Minha mãe contou-me mais tarde que eu sempre voltava a elas” (JUNG, 1989, p. 30).

O início da adolescência foi marcado por sentimentos de inadequação social, algumas crises de saúde e o contínuo desenvolvimento da relação com o sagrado. Alguns dissabores com professor e colegas de escola faziam Jung relutar em frequentar as aulas. *Pari passu* o contato com o transcendente ganhava corpo e se expandia, por exemplo, através do relacionamento com a natureza. Com o transcorrer do tempo, contudo, as mudanças hormonais fizeram o púbere tímido ter mais força física, os interesses diversificaram e a capacidade intelectual foi sendo explorada a contento. Assim passou a se interessar mais pela realidade que o circundava e pelas exigências da idade, período em que se decidiu

profissionalmente.

Optou pela Medicina como atividade profissional e, mais especificamente, pela Psiquiatria. Após formado e já trabalhando, tomou conhecimento das ideias de Freud acerca do psiquismo humano que o mobilizaram. Apesar da má fama do criador da Psicanálise, em função do caráter revolucionário das ideias, Jung o procurou e mantiveram contato. Em pouco tempo já comungavam de reuniões junto a um seletivo grupo de psicanalistas, em Viena.

Apesar de dezenove anos mais novo e de um posicionamento respeitoso em relação a seu momentâneo mestre, Jung, além de aprender, colaborou muito com a Psicanálise. Atendeu pacientes, proferiu palestras e escreveu trabalhos embasado nesta teoria. No entanto, com o tempo e a experiência, percebeu certa radicalização de Freud na defesa da teoria psicanalítica e considerava que este fato já estava ultrapassando a necessária neutralidade científica. Além disso, por mais que enaltecesse o brilhantismo das ideias de Freud e o visse como portador do “fogo sagrado” (JUNG, 1989, p. 138) começou a identificar diferenças quanto à concepção do mecanismo psíquico. Todas estas percepções criaram uma tensão, cada vez maior, entre os dois, até que Jung, munido de coragem, assume publicamente as próprias ideias ao publicar o livro - *“Metamorfose e símbolos da libido”* (1912) -.

Nesta obra Jung explicita algumas diferenças entre o seu pensamento e o de Freud. A principal, e que motivou a elaboração do livro, constituiu em expandir o significado do termo “libido”, que passa de energia sexual, para energia psíquica: “O ponto de vista energético significa a libertação da energia psíquica, numa definição por demais estreita” (JUNG, 2018d, p. 168). Diante deste e de outros posicionamentos teóricos diferenciados, a colaboração profissional entre ambos acabou, aos poucos, bem como a amizade. A partir daí, como o próprio Jung atesta, “começou para mim um período de incerteza interior, e mais que isso, de desorientação”

(JUNG, 1989, p. 152).

Abandonado por muitos colegas que preferiram apoiar Freud, tendo em vista ser uma personalidade mais famosa e poderosa naquele momento, Jung se sentiu um tanto desamparado e sem poder confiar em um caminho para seguir, por isso desacelerou e voltou-se para dentro de si. Percorrendo uma linha tênue entre depressão e contato profícuo com a própria alma, entregou-se, durante anos, ao contato com o inconsciente, sem senões, das maneiras possíveis e de forma resignada, sempre alerta às mensagens emergentes. Neste sentido esteve, mais do que nunca, atento aos próprios sonhos, às vozes que porventura ouvia, assim como às visões que tinha. Trabalhou de forma catártica com a arte, e personificou conteúdos inconscientes. Manteve conversas muito proveitosas com uma personificação inconsciente a que chamou de “Filemon”, uma espécie de “guru”, de natureza espiritual e com a “alma-Ka”, “espécie de demônio da terra”, de natureza telúrica (JUNG, 1989, p. 163-164).

A fim de não sucumbir à magia do inconsciente e ser tragado por uma psicose, descreveu, de forma catártica, parte desse material que lhe brotava do íntimo, em um livro convencionalmente chamado - *Livro Negro* (1913) -. Após um tempo transcreveu esse material, enriquecendo-o com escritos e imagens simbólicas desenhadas por ele, em uma nova obra, - *Livro Vermelho* (1914) -. Ainda com o objetivo de manter-se fincado na realidade, priorizou a atividade profissional e as relações familiares.

Prosseguindo a sua abertura ao desconhecido, travou contato com outras tradições do conhecimento, como a Filosofia Oriental, a Gnose e a Alquimia. A Filosofia Oriental permeou seus estudos, quer através da comparação com a psicologia ou religiões do Ocidente, quer através da inspiração de alguns Mestres Iluminados como Lao Tsé. Estudou durante anos acerca dos gnósticos, por acreditar que eles também tinham lidado com conteúdos do inconsciente. Devido

à escassez de material, no entanto, não prosseguiu neste estudo com a ênfase inicial. A Alquimia foi uma pedra de toque na vida do psiquiatra, sedento por novos e promissores caminhos.

O conhecimento da Alquimia ocorreu através do manuscrito de um tratado alquimista chinês taoísta denominado - “*O Segredo da Flor de Ouro*” (1700) - que havia sido traduzido em 1929 e enviado pelo grande amigo e sinólogo Richard Wilhelm. A partir deste texto foi aprofundando, cada vez mais, o estudo deste campo do saber, ao tempo em que começou a observar os pontos de semelhança e a possível complementaridade entre esta e a teoria psicológica que estava a desenvolver. O embasamento deste novo conhecimento o fez questionar, por exemplo, a parcialidade da visão de mundo de cada tipo psicológico que definiu em sua obra - “*Tipos Psicológicos*” (2018e) -. Começou então a indagar o que complementaria tais parcialidades a fim de se aproximarem do conceito de Unidade do “Tao”, apreendido no manuscrito chinês. Desse modo desenvolveu “[...] o ponto central de minha psicologia, isto é, a ideia do *self*” (JUNG, 1989, p. 183).

Este momento teórico, crucial, coincide com o retorno de Jung ao mundo externo, trazendo-lhe as respostas obtidas nos anos de profunda interiorização. A ideia de *self* se relacionava a algo de essencial no ser inspirada no que as tradições de conhecimento postulavam. Em uma de suas definições, por exemplo, Jung compara o *self* ou o “si mesmo” com o “anthropos gnóstico”, que segundo Quintana (2009) é o Homem Primordial, o Deus Supremo, cuja aparência dá um modelo aos arcontes para a criação do homem terreno ou segundo homem, que manterá uma contiguidade com Aquele, através do pneuma preso no interior do seu corpo. Neste sentido Jung assim define o Si mesmo:

[...] trata-se do maior e mais amplo ser humano, daquela totalidade que é impossível descrever,

constituída pela soma dos fatos psíquicos, conscientes e inconscientes. A esta totalidade objetiva, em oposição à subjetividade da psique do eu, denominei-a si mesmo, que corresponde perfeitamente à ideia do *anthropos* (JUNG, 2018a, p. 225).

O trabalho psicoterapêutico junguiano vai, então, modelando-se. Objetiva ajudar ao paciente a perceber os aspectos inconscientes do seu ser a fim de que se torne o mais inteiro possível. Dessa forma o paciente evitará, em alguma medida, projeções de conteúdos próprios em outras pessoas, trilhando de forma íntegra e verdadeira o caminho rumo à sua totalidade e à vida em sociedade.

Como totalidade o si-mesmo pode se manifestar para um indivíduo através da mitologia, e mais precisamente sob a forma de mitologema, que, segundo Károly Kerényi (1941 - apud Carvalho - 2019, p. 1), compreende “[...] o elemento mínimo reconhecível de um complexo material mítico que é continuamente revisto, reformulado e reorganizado, mas que, na essência, permanece a mesma história original”.

É fundamental, portanto, valorizar conhecimentos como a mitologia para se ter acesso a símbolos do inconsciente. Para integrá-los, porém, é necessário que o indivíduo tenha sido sensibilizado por eles.

A quaternidade e a mandala (figuras com quatro lados e circulares, respectivamente) também são símbolos espontâneos que manifestam o si mesmo, como totalidade. Estes símbolos aparecem nos sonhos acompanhando uma história individual, bem como a da civilização. Confrontam o indivíduo com alguns aspectos seus aparentemente irreconciliáveis. A mandala, por exemplo, é um símbolo ordenador, aparecendo em momentos de desorientação

ou de reorganização psíquica.

Os símbolos que representam a totalidade e a unidade podem ser retratados pela

- “ímago Dei” - (imagem de Deus). A completude a que correspondem coaduna com a imagem venerada do Criador, como o Ser Perfeito a Quem nada falta. Além disso, como símbolos de orientação, correspondem à onipotência do Ser, que tem o poder de corrigir e guiar, no melhor caminho, os seus adeptos. Fazendo um paralelo entre o si-mesmo e o filho do Homem, Jung afirma: “Cristo [...] é a verdadeira - “ímago Dei” -, a [sic] - cuja semelhança foi criado nosso homem interior: invisível, incorporeal e imortal” (JUNG, 2018a, p. 53).

No Oriente a imagem de Deus é representada pelo “Homem Cósmico”, que é percebido como realidade. Para Jung: “De acordo com a tradição hindu, por exemplo, ele é algo que vive dentro do ser humano, sendo a sua parte imortal. Este Grande Homem interior age como um redentor, retirando o indivíduo do mundo e de seus sofrimentos, para levá-lo de volta à sua esfera original eterna. Mas só pode fazê-lo quando o homem o reconhece e ergue-se do seu sono para segui-lo. Nos mitos simbólicos da velha Índia esta figura é conhecida como Purusha, que significa simplesmente “homem” ou “pessoa”. Purusha vive dentro do coração de cada indivíduo, e ocupa, ao mesmo tempo, todo o cosmos” (JUNG, 1988, p. 202).

O *self* também pode aparecer personificado nos sonhos como um velho sábio que mostra o melhor caminho a um jovem que se encontra perdido ou em dúvida em relação a estrada a seguir. Pode aparecer para as mulheres como uma deusa sábia com muitos poderes. No entanto, como o *self* não está aprisionado na nossa vivência de espaço-tempo, pode também se revelar como um jovem do sexo feminino ou masculino, e mais atualmente, como um jovem com identidade de gênero não definida. O *self* geralmente aparece nos sonhos em momentos relevantes na vida de uma pessoa. Em

fases de mudanças, de importantes decisões, de crescimento.

Do mesmo modo que o *self* orienta um ser em momentos críticos, “Toda realidade psíquica interior de cada indivíduo é orientada, em última instância, em direção a este símbolo arquetípico do *self*” (JUNG, 1988, p. 202). Este fato comprova o princípio da correspondência apregoado pelo pai da Alquimia, Hermes Trimegisto, segundo o qual “o que está em cima é como o que está embaixo e o que está embaixo é como o que está em cima” (TRÊS INICIADOS, 2017, p. 67). Perceber a relação existente entre o que se vivencia do ponto de vista da realidade externa e interna, pode aproximar o ser cada vez mais do seu “ser interno”.

O *self* é simbolizado em algumas tradições espirituais, como uma pedra. No cristianismo, o símbolo da imagem divina é descrito como “a pedra que os edificadores reprovaram” (JUNG, 1988, p. 210). Na alquimia a pedra filosofal é considerada algo que não se destrói, ou seja, simbolicamente é o eterno no homem. Estas percepções induziram Jung a se interessar pela relação entre a psique inconsciente e a matéria. A partir desse estudo ele chegou ao valiosíssimo conceito de sincronicidade: - “coincidência significativa” - entre acontecimentos exteriores e interiores que não têm, entre si, relação causal” (JUNG, 1988, p. 211). Mais uma representação do *self* em nossas vidas.

Apesar da onipresença do *self*, nem sempre a pessoa se relaciona devidamente com ele. Em primeiro lugar, a pessoa não se disponibiliza a contento, em função de devaneios que rondam os complexos e absorvem a atenção do ser humano. Em segundo lugar pelo fortalecimento excessivo da consciência, e em terceiro lugar pelo fato da relação com o *self* poder favorecer a falsa percepção de que se é especial, superior, ou seja, resultar no fortalecimento do lado sombrio, característico de crenças distorcidas. Este último aspecto, inclusive, ratifica outro princípio descrito por Hermes Trimegisto, qual seja, o princípio da polaridade: “tudo é duplo, tudo tem dois

polos” (TRÊS INICIADOS, 2017, p. 85).

Um aspecto também muito relevante do *self* é a sua vertente social. Neste sentido, quando se vivencia de forma verdadeira uma relação com o inconsciente e seus desígnios, alguns objetivos de vida podem mudar, para ser, por conseguinte, direcionado ao contato com outros seres que também estão experienciando este mesmo processo. Assim, se formam novos relacionamentos, e mais sólidos, tendo em vista que a base e o objetivo destes procedem do centro mais verdadeiro da psique. Percebe-se, então, na prática, a força do arquétipo do *self* e como este se vincula a humanidade.

Para finalizar este capítulo é importante assinalar uma advertência reiterada de Jung acerca dos limites da Psicologia. Afirma ter proposto a percepção de que certos símbolos advindos do inconsciente parecem estar relacionados com os conteúdos de algumas tradições espirituais. Sendo mais preciso:

A Psicologia, como já dissemos, não está em condições de fazer afirmações metafísicas. O que pode é constatar que o simbolismo da totalidade psíquica coincide com a imagem divina, embora não possa demonstrar que uma imagem divina é o próprio Deus ou que o si mesmo substitui Deus (JUNG, 2018a, p. 236).

Esta afirmação reforça, em primeiro lugar, o que vem sendo demonstrado neste texto, ou seja, a correspondência entre o conceito magno junguiano, o *self* ou o Si-mesmo e símbolos de diversas tradições espirituais, como a mandala e a pedra. Assim, a teoria junguiana parece ser reforçada por conhecimentos milenares, os quais podem, também, ter ganho fôlego renovado ao serem ratificados por uma teoria psicológica do século vinte.

Em um segundo momento pode-se inferir, desta colocação, o quanto remete às diferenças entre a postura de Freud e de Jung

no que se relaciona às suas respectivas teorias. Freud faz o possível para que a Psicanálise tenha um estatuto de ciência, ainda que inovando o saber da época com conceitos difíceis de quantificação e mensuração. Jung arrisca, um pouco mais, a credibilidade da sua Psicologia Analítica, com alguns conceitos que se aproximam de tradições espirituais, não sem ponderar as prováveis diferenças entre estas, a fim de reservar o estatuto de ciência para o corpo teórico que cria.

Ainda que ressalte apenas algumas semelhanças entre os conceitos de sua teoria e os de tradições espirituais seculares, Jung não consegue conter a profusão do que lhe alimenta a alma, o transcendente, no grande corpo teórico que cria. Assim, testemunha-se como o Sagrado penetra em muitos de seus conceitos e pode ser vivenciado em experiências psicológicas. É disso que trata o segundo tópico deste artigo.

No próximo capítulo abordaremos os fundamentos junguianos acerca do Sagrado e sua relação com os rituais do cotidiano.

## **Rituais Sagrados na Vida Cotidiana**

O termo sagrado aparece em diferentes escritos e é normalmente atribuído a algum preceito religioso, tendo em vista que se relaciona com o espiritual no ser humano, mediado por um campo que extrapola a perspectiva mais imediata das ações do cotidiano, embora possa estar inserido nelas. No entanto, este vocábulo remete, quase sempre, para além do visível, do palpável, do mensurável. Há se implicar este referido tema à problemática religiosa, que diz respeito a diferentes visões e interpretações do termo sagrado, que, no senso comum, está mais associado aos temas religiosos, carregados das vertentes de cada crença os respectivos dogmas. No entanto, nesta narrativa a abordagem acerca do termo

pretende atribuir um significado a partir da perspectiva da teoria de Carl Gustav Jung, criador da Psicologia Analítica.

Tome-se, inicialmente, o sentido etimológico da palavra, que deriva de – ‘*religere*’-, cuja visão mais tradicional, significa: “reler, revisitar, retomar o que estava largado”, como uma retomada da dimensão espiritual do ser humano. A escolha do tratamento do termo, nestes escritos das tais doutrinas, será a partir do que religa o ser humano ao divino, proporcionando-o estar conectado com a esfera espiritual da vida, conforme assinala Jung:

Antes de falar da religião, devo explicar o que entendo por este termo. Religião é – como diz o vocábulo latino *religere* – *uma acurada e conscienciosa observação* daquilo que Rudolf Otto acertadamente chamou de “numinoso”, isto é, uma existência ou um efeito dinâmico não causados por um ato arbitrário. Pelo contrário, o efeito se apodera e domina o sujeito humano, mais sua vítima do que seu criador. Qualquer que seja a sua causa, o numinoso constitui uma condição do sujeito, e é independente de sua vontade. De qualquer modo, tal como o *consensus gentium*, a doutrina religiosa mostranos invariavelmente e em toda a parte que esta condição deve estar ligada a uma causa externa ao indivíduo. O numinoso pode ser a propriedade de um objeto visível, ou o influxo de uma presença invisível, que produzem uma modificação especial na consciência. Tal é, pelo menos, a regra universal (JUNG, 2018, - v.11/1, p.19).

A partir desta visão de Jung, acerca da esfera religiosa e da relação-que ele adotou como numinoso, é que adentrará no

termo do sagrado no cotidiano da vida contemporânea. Teria a sociedade contemporânea, principalmente a sociedade ocidental, nesta era tão tecnológica, abandonado esta perspectiva do que representa o aspecto sagrado da vida? Será que existe uma maior conexão aos dispositivos digitais do que às “conexões espirituais”? A resposta é não, porque o ser humano se relaciona com o sagrado independente de qualquer outro tipo de ascensão, como, por exemplo, a material, tendo em vista que representa uma aspiração da alma. Para Jung trata-se de uma dimensão arquetípica e, portanto, nunca será banida da condição humana, embora se manifeste de maneira diferente para cada indivíduo, ainda que não esteja diretamente ligada a uma ou mais religiões, nem exista a presença de um “templo”. Para a Psicologia Analítica, consiste numa necessidade da humanidade tal conexão com o sagrado na jornada de cada existência e em cada processo de individuação:

Os arquétipos são fatores formais responsáveis pela organização dos processos psíquicos inconscientes: são os *patterns of behaviour* (padrões de comportamento. Ao mesmo tempo, os arquétipos têm uma “carga específica”: desenvolvem efeitos numinosos que se expressam como afetos. O afeto produz um *abaissement de niveau mental* (baixa de nível mental) parcial, porque, justamente na mesma medida em que eleva um determinado conteúdo a um grau supranormal de luminosidade, retira também tal quantidade de energia de outros conteúdos possíveis da consciência, a ponto que estes se tornam obscuros e inconscientes. Em consequência da restrição da consciência provocada pelo

afeto, verifica-se uma diminuição do sentido de orientação, correspondente à duração do efeito, que, por seu lado, proporciona ao inconsciente uma oportunidade favorável de penetrar sutilmente no espaço que foi deixado vazio. Verificamos, quase de maneira regular, que conteúdos inesperados ou comumente inibidos e inconscientes irrompem e encontram expressão no afeto. Tais conteúdos são, muitas vezes, de natureza inferior ou primitiva e, assim, revelam sua origem arquetípica (JUNG, 2004, v. 8/3, p. 15)

Para Jung, o que vai acontecer é uma interação entre o que se encontra na consciência e o que está no inconsciente, e, à medida que alguns conteúdos emergem do inconsciente para a consciência, outros, aos poucos, são “enviados” com maior grau de profundidade e com temas primitivos vividos pela humanidade. Assim, cada vida humana representa um testemunho da história da humanidade, por isso o termo “arquétipo”, tendo em vista que faz parte de todo o arcabouço já vivido pelo ser humano na Terra. Parece que se uma vida humana se distancia dos conteúdos primitivos, ela não terá mais acesso a estes, posto que está invadida por tantos artefatos tecnológicos, que pode torná-la, aparentemente, desumana. No entanto, este movimento de buscar a essência da existência continua, e nada e ninguém a fará não aspirar esta essência. No entanto, muitas vezes, não existe, por parte do ser, a consciência desta necessidade. Porém, à proporção que as experiências se aprofundam, mais desejo de aprofundamento vai nascendo nesta consciência, que clama por experiências no campo do sagrado.

Na atualidade, a vivência deste sagrado, descrito aqui, pode ser, também, encontrada através de experiências do cotidiano, como, por exemplo, estar em família, dar um passeio à beira-mar, assistir

ao pôr-do sol, brincar com uma criança, fazer um trabalho manual, realizar o labor diário profissional. Entretanto, estas atividades só tocarão nesta dimensão do sagrado se estiverem imbuídas de sentido para o corpo conectado com a mente e com a alma; ou seja, na inteireza da ação, na experiência significativa, no que diz respeito ao que está dentro do ser, dialogando com o que está fora do ser. A este movimento Jung deu o nome de experiência psicológica, mas, para que esta possua o teor de numinosidade, é importante que se desperte para o exercício da grande função de que o ser humano é dotado. Tal função auxilia na concepção destas experiências, mas que se conhece e se explora pouco, que é a intuição:

A experiência psicológica me tem mostrado invariavelmente que certos conteúdos provêm de uma psique mais ampla do que a consciência. Com frequência, eles encerram uma análise, uma compreensão ou um saber de grau superior, que a consciência do indivíduo seria capaz de produzir. O termo mais apropriado para designar tais acontecimentos é: *intuição*. Ao ouvi-lo, a maioria das pessoas experimenta uma sensação agradável, como se com isso se exprimisse alguma coisa de real. E não consideram o fato de que uma intuição jamais é produzida. Ela surge espontaneamente. *Tem-se* a ideia de que se apresenta por si mesma, e que só podemos captá-la se formos suficientemente rápidos (JUNG, 2018, v. 11/1 p. 58)

Normalmente considera-se a intuição como uma potencialidade sem evidências científicas e sem receber notoriedade e atenção por parte da humanidade, em função de uma representação civilizatória que valoriza mais o pensamento,

as acuidades mentais e as realizações destas habilidades na prática. Por esta razão torna-se difícil mensurar toda a nossa capacidade intuitiva e colocá-la de uma maneira funcional na vida. Desta forma, tal termo sofre certa discriminação e, portanto, não é levado a sério nos compêndios científicos. Para entender a sua potência é preciso dar espaço para a sua manifestação, ressignificando as experiências e revendo as ações cotidianas, dando a conotação de experiências valiosas, transformando afazeres, como, um simples café da manhã, por exemplo, em um ritual sagrado do cotidiano.

Sendo assim, as experiências do cotidiano não são meramente acidentais ou sem propósito. Realiza-se ações, que, talvez, por suas repetições e automatismos, são tratadas como banais e parecem ser executadas pela simples necessidade de fazê-las. A vida, assim, torna-se uma rotina em que, muitas atividades perdem o sentido total de realização pessoal, e a sociedade aceita estes automatismos com naturalidade. Acaba-se por esquecer que tudo que se faz traz uma história. Assim, pessoas repetem as mesmas ações ao longo da trajetória das suas vidas. A humanidade construiu tais rituais, porém por outras interferências, principalmente às relacionadas ao capital material imediato, que é o maior foco nesta “máquina de comer o mundo”, tal como coloca Ailton Krenak - em sua análise acerca dos efeitos do capitalismo na contemporaneidade -. Tal *modus operandis* da cultura é o que causa a maior destruição e acaba ocasionando a desconexão do que há de divino no ser humano:

Os arquétipos são, assim, dotados de iniciativa própria e também de uma energia específica, que lhes é peculiar. Podem, graças a esses poderes, fornecer interpretações significativas (no seu estilo simbólico) e interferir em determinadas situações com seus próprios impulsos e suas próprias formações de pensamento (JUNG, 2008, p. 79)

Para Jung, a psique carrega uma dimensão religiosa e busca a realização desta dimensão através de rituais, que a sociedade ocidental, principalmente, pouco evidencia e repete sem analisar a profundidade destes. Por exemplo, ao se comemorar aniversários repete-se o mesmo ritual bem marcado e importante:

- Reúnem-se as pessoas convidadas em volta de uma mesa na forma de uma roda (*mandala*);
- A pessoa que faz aniversário fica no centro desta mandala e as pessoas convidadas cantam a música de “Parabéns” (*mantra*);
- A luz é apagada (evocação das trevas) e, em seguida, acendem-se as velas de aniversário (*chama-se a luz*);
- A pessoa que faz aniversário faz um pedido secreto e corta o bolo (*contato com as crenças, fé, protetores, guardiões, deuses...*);
- Ao final da canção, a pessoa apaga a vela e reparte o bolo com as pessoas que estão comemorando o seu aniversário (*partilha*);
- Todas as pessoas comem o bolo ofertado pela pessoa aniversariante (*ofertório*).
- Em grande parte do mundo este ritual acontece e a o ritmo da música é o mesmo (ANÔNIMO).

Sem dúvida, o efeito causado por essas experiências em cada ser humano é poderoso, com ou sem a consciência do que tais eventos possam vir a significar. A vivência deles, por si só, já traz um caráter numinoso. À medida que se toma consciência do poder destes eventos, os mesmos vão se inserindo nos seres viventes com mais intensidade e estes aprendem a evocar todas as ações com maior

sentido e propósito, os quais adquirem mais espaço de importância no que diz respeito ao essencial acerca dos temas pelos quais se passa e, aos poucos, passa a integrar às personalidades humanas, que clamam pela totalidade:

Qualquer que seja a sua causa, o numinoso constitui uma condição do sujeito, e é independente de sua vontade... O numinoso pode ser a propriedade de um objeto visível, ou o influxo de uma presença invisível, que produzem uma modificação especial na consciência. Tal é, pelo menos, a regra universal (JUNG, 2018, vol. 11/1 p. 19)

Apesar do indivíduo contemporâneo realizar estes rituais e não lhes dar a menor relevância espiritual, a experiência o levará a uma sensação que ele não conseguirá descrever, pois alimentará sua alma de alegria e satisfação e o impulsionará na direção de momentos de realização. Quando ele puder, no próprio tempo, dentro das suas condições, adquirir consciência desta plenitude, sua vida “vívida” de maneira automática, até então, dará um passo tão grande que lhe proporcionará o benefício de uma vida “vívida” de maneira significativa, representando um avanço para o seu processo de individuação. De acordo com Jung, esta jornada existencial, repleta de significado, terá o aproveitamento mais apropriado da energia psíquica que, de qualquer forma, dinamiza-se o tempo todo, em constante extroversão e introversão, mas, por vezes, sem consciência alguma. Na medida em que tais episódios assumem um lugar de conexão do humano com o divino, proporcionando experiências sagradas, a energia psíquica atuará de maneira a alimentar a psique levando o ego a entender qual é o propósito da alma, dando mais sentido a esta jornada pessoal e ampliando esta capacidade

de expansão da consciência para outros seres ao seu redor, para, assim, cumprir seu papel social de tornar o mundo mais humanizado:

Pode-se perceber a energia específica dos arquétipos quando se tem ocasião de observar o fascínio que exercem. Parecem quase dotados de um feitiço especial. Qualidade idêntica caracteriza os complexos pessoais; e assim como os complexos pessoais têm sua história individual, também os complexos sociais de caráter arquetípico têm a sua (JUNG, 2008, p.79)

Toda esta trajetória aspira por ser realizada no percurso de uma existência. Assim, cada indivíduo terá uma vida inteira, com suas passagens desafiadoras, para realizar os anseios da alma, rumo à individuação. Cada etapa da vida cumprirá seu papel e a integração destes símbolos na vida consciente será gradativa e também generosa, posto que, em cada fase, haverá uma série de tarefas a ser realizadas, cumprindo, assim, os ritos de passagem e abastecendo o psiquismo das bagagens fundamentais para uma existência dotada de propósito e protagonizada como jornada arquetípica da alma. Uma analogia perfeita, acerca da vida, é apresentada por Jung nestes escritos:

Suponhamos um Sol dotado de sentimentos humanos e de uma consciência humana relativa ao momento presente. De manhã, o Sol se eleva do mar noturno do inconsciente e olha para a vastidão do mundo colorido que se torna tanto mais amplo quanto mais alto ele ascende no firmamento. O Sol descobrirá sua significação nessa extensão cada vez maior do seu campo de ação produzida pela ascensão

e se dará conta de que seu objetivo supremo está em alcançar a maior altura possível e, conseqüentemente, a mais ampla disseminação possível de suas bênçãos sobre a Terra. Apoiado nesta convicção, ele se encaminha para o zênite imprevisto – imprevisto, porque sua existência individual e única é incapaz de prever o seu ponto culminante. Precisamente, ao meio dia, o Sol começa a declinar e este declínio significa uma inversão de todos os valores e ideais cultivados durante a manhã. O Sol torna-se, então, contraditório consigo mesmo. É como se recolhesse dentro de si seus próprios raios, em vez de emití-los. A luz e o calor diminuem e por fim se extinguem (JUNG, 2018, v. 8/2, p.354)

Assim, estabelece-se cada existência, e cada uma delas fará parte deste grande e deslumbrante mosaico universal, que vive e interpreta a vida a partir do depoimento de cada um de seus representantes neste imenso Globo Terrestre, que com suas matizes tão plurais dão voz ao Cosmos, infinitamente gigantesco e infinitamente pequenino, sempre neste ritmo do expandir e recolher, nesta dança entre os opostos complementares, entre o feminino e masculino... - desde os ancestrais aos seres mais modernos e dotados de tantos saberes... - aos sabores da alma, que no fundo, no fundo, respira em um só pulmão chamado humanidade!

No próximo capítulo serão trazidas as leituras contemporâneas em torno do sagrado e a contribuição significativa de Michel Maffesoli, dentre outros diálogos autorais.

## **Leituras contemporâneas em torno do sagrado: Freud e Jung, um encontro inacabado e as contribuições de Michel Maffesoli e outras autorias**

Sabemos o quanto Freud marcou o pensamento junguiano, e nos idos de 1913, ambos os pesquisadores seguiram vias diversas, um encontro que parece ter ficado inacabado. Alguns autores, como Solomon (2002/2, p.139) evoca que: “esse encontro entre Freud e Jung, inacabado, ou faltoso, apaixonante e criativo enquanto durou, mas perturbado por enormes dinâmicas inconscientes...” Essa autora afirma que o complexo paterno parece ter permeado esse encontro desencontrado, pois Freud, ocupava para Jung, o lugar de pai simbólico, enquanto que Jung para Freud, o lugar do filho preferido, que ousou tomar um caminho diverso do que este havia esboçado na teoria psicanalítica desde a sua obra *A Interpretação dos Sonhos* (1900), momento quando, ambos, encontravam-se no ápice do vigor das suas pesquisas em torno do primado do inconsciente.

A referida autora indaga até que ponto Freud se viu traído, narcisicamente, pelo caminho diferenciado assumido por Jung, seu “príncipe herdeiro”, que optou por ousar aprofundar seu trabalho sobre as fontes inconscientes da libido, a qual ele tratava como energia psíquica, que culminou com a sua obra *Metamorfoses e Símbolos da libido* (1912), e sua ruptura com o mestre: Freud. Por outro lado, Freud irá desenvolver na mesma época, na sua obra *Totem e Tabu* (1913), as hipóteses que fundariam as fontes da experiência religiosa como fortes indicadoras de neuroses.

A ideia que se pretende desenvolver neste escrito na esteira do artigo de Hester McFarland Solomon, intitulado *Freud e Jung: um encontro interminado*<sup>1</sup>, é indagar o porquê a ruptura acontece, justamente, quando Jung pretende aprofundar o tema do sagrado e a

---

1. SOLOMON, Hester McFarland. **Freud et Jung**: une reencontre inachevée: dans *Topique* 2002/2 (n. 79, p. 139-151. (tradução de Larissa Ornellas) <https://doi.org/10.3917/top.079.0139>

origem das experiências religiosas, enquanto Freud se coloca avesso a esta proposta, tendo em vista que em relação aos temas religiosos considerava-os como um dos efeitos da neurose. Não se pode pensar que, para Freud, que fica no lugar do Mestre, a pergunta em torno do que é um Pai permeie toda a sua produção teórica e culmine com a sua obra testamento, *Moisés e o Monoteísmo*, onde se indaga sobre a origem da paternidade, enquanto que Jung, em consonância com a sua herança simbólica familiar, termina por aprofundar as bases universais e coletivas do espírito religioso.

É possível pensar que Freud, preocupado em garantir a sustentação da psicanálise no discurso científico da época, escolhe fazer da dimensão triádica do *complexo de Édipo*, e o *mito do parricídio*, postulado em *Totem e Tabu* (1913), as bases de compreensão da função que a religião ocupa no psiquismo humano; ao passo que Jung ousa arvorar-se nas veredas das experiências *numinosas*, que, muitas vezes, escapam à alçada dos ditames científicos, por se distanciarem de uma compreensão racionalista do fenômeno religioso. Isto custou a Jung o estigma, perpetuado em torno da psicologia analítica, de constituir-se numa prática obscurantista, sem evidências científicas que confirmassem as suas hipóteses teóricas. A referida autora, na pluma na qual me inspiro no resgate do sagrado entre Freud e Jung, conclui o artigo declarando:

(...) que iremos fazer, nós, que somos, seus herdeiros? Creio que caiba a nós, enquanto geração seguinte, tirar as riquezas desse encontro desencontrado, que estão, certamente aí, na medida em que nós tivermos a coragem de os explorar, quando exploramos nossa história comum. Esperamos que dessa vez, nosso encontro será mais durodouro, e então, bem mais frutuoso (SOLOMON, 2002/2, p. 151)

Talvez seja pertinente ousar pensar que a revivificação do pensamento freudiano realizado por Jacques Lacan, quando lê, na letra freudiana, uma janela de articulação com a linguística saussuriana e o estruturalismo antropológico de Claude Lévi-Strauss, a possibilidade de a teoria freudiana ter atravessado com vigor e maior espírito científico, a era moderna, marcada, eminentemente, pelo racionalismo cartesiano. O pensamento junguiano ficou por muito tempo relegado a certo obscurantismo inacessível ao discurso científico, ávido por transformar as experiências vividas em processos cognitivos de experimentação.

Neste ponto, servimo-nos de um artigo de Jorge Larrosa Bondía (2002), *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*, que inspira seu pensamento em torno da noção de experiência, e das obras de Agamben e Walter Benjamin, argumentando a ideia de experiência como aquilo que nos passa, aquilo que nos acontece. A definição de “experiência”, como:

A palavra experiência vem do latim *experiri*, provar (experimentar). A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é *periri*, que se encontra também em *periculum*, perigo. A raiz indo-européia é *per*, com a qual se relaciona antes de tudo a idéia de travessia, e secundariamente a idéia de prova. Em grego há numerosos derivados dessa raiz que marcam a travessia, o percorrido, a passagem: *peiró*, atravessar; *pera*, mais além; *peraó*, passar através, *perainó*, ir até o fim; *peras*, limite. Em nossas línguas há uma bela palavra que tem esse *per* grego de travessia: a palavra *peiratês*, pirata. O sujeito da experiência tem algo desse ser fascinante que se expõe atravessando

um espaço indeterminado e perigoso, pondo-se nele à prova e buscando nele sua oportunidade, sua ocasião. A palavra experiência tem o *ex* de exterior, de estrangeiro, de exílio, de estranho e também o *ex* de existência. A experiência é a passagem da existência, a passagem de um ser que não tem essência ou razão ou fundamento, mas que simplesmente “*ex-iste*” de uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente (BONDÍA, 2002, p.25).

Na etimologia da palavra “experiência” encontra-se uma ancoragem para se pensar a travessia entre os pensamentos de Freud e Jung, numa tentativa de resgate de um possível ponto de encontro, sempre desencontrado, obscurecido nas diferenças epistêmicas com as quais cada um deles canalizou suas teorias embora se perceba como o tema, do sagrado, atravessa um e outro autor por caminhos diversos, os quais podem, eventualmente, entrecruzar-se, novamente, através do conceito de Real em Lacan. Real como o e-existe ao simbólico, e o que escapa a toda possibilidade de nomeação, visto que toca as experiências que não são necessariamente aprendidas, mas àquelas vivenciadas na ordem de um saber transmitido. Adiante tecendo uma crítica ao racionalismo moderno presente em nossa contemporaneidade, através do excesso de informação e empobrecimento das experiências significativas, veiculadas por um ritmo marcado por acelerações e acumulações, o autor Jorge Larrosa Bondía acrescenta:

A ciência moderna, a que se inicia em Bacon e alcança sua formulação mais elaborada em Descartes, desconfia da experiência. E trata de convertê-la em um elemento do *método*, isto é, do caminho seguro da ciência. A experiência já não

é o meio desse saber que forma e transforma a vida dos homens em sua singularidade, mas o método da ciência objetiva, da ciência que se dá como tarefa a apropriação e o domínio do mundo. Aparece assim a idéia de uma ciência experimental. Mas aí, a experiência converteu-se em experimento, isto é, em uma etapa no caminho seguro e previsível da ciência. A experiência já não é o que nos acontece e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, mas o modo como o mundo nos mostra sua cara legível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-las. A partir daí o conhecimento já não é um *páthei máthos*, uma aprendizagem na prova e pela prova, com toda a incerteza que isso implica, mas um *mathema*, uma acumulação progressiva de verdades objetivas que, no entanto, permanecerão externas ao homem. Uma vez vencido e abandonado o saber da experiência e uma vez separado o conhecimento da existência humana, temos uma situação paradoxal. Uma enorme inflação de conhecimentos objetivos, uma enorme abundância de artefatos técnicos e uma enorme pobreza dessas formas de conhecimento que atuavam na vida humana, nela inserindo-se e transformando-a. A vida humana se fez pobre e necessitada, e o conhecimento moderno já não é o saber ativo que alimentava, iluminava e guiava a existência dos homens, mas algo que flutua no ar, estéril e desligado dessa vida em que já não pode encarnar-se (BONDÍA, 2002, p. 28).

A noção de conhecimento moderno “estéril e desligado dessa vida em que já não se pode encarnar-se”, como esclarece Bondia (2002) na citação anterior, parece fundamental para compreender como a era moderna, com o predomínio do discurso da tecnociência termina por asseptizar a condição humana do valor das experiências vividas e desencarná-las dos seus sentidos reais de existência. A psicanálise freud-lacanianana guarda o seu estatuto subversivo em que pese ter reivindicado, constantemente, seu caráter científico, na medida em que faz do inconsciente a sua causalidade psíquica, ou seja, o inconsciente como o que se produz na contramão dos enunciados higienistas generalizantes, que se caracteriza por ser atemporal, ilógico, não obedecendo aos princípios da contradição e da negação.

As ciências humanas já não podem mais desconsiderar a dimensão do inconsciente como um marco que funda a era moderna. Jung, como um bom herdeiro do conceito revolucionário de inconsciente em Freud, permite-se ir mais além, rompe com os ditames do discurso científico, e faz de sua teoria uma psicologia profunda, na busca por entender os processos de transcendência que escapam a toda possibilidade de compreensão pela via do pensamento estritamente racional. Provavelmente, atravessado por uma história de vida onde a religião se constitui como um elemento significativo na sua formação, ousou postular a noção de inconsciente coletivo, construído a partir das imagens arquetípicas universais. Em face disso, diverge, radicalmente, da perspectiva freudiana que tenta resguardar a dimensão singular do inconsciente que se produz no instante mesmo em que o sujeito se conta, narra-se no *setting* terapêutico sob o efeito da transferência de amor estabelecida com o seu analista. Sobre a origem do inconsciente coletivo, Jung expõe:

Há muitos símbolos, no entanto (e entre eles alguns de maior valor), cuja natureza e origem não é individual, mas sim *coletiva*. Sobretudo as imagens religiosas: o crente lhes atribui origem divina e as considera revelações feitas ao homem. O cético garante que foram inventadas. Ambos estão errados. É verdade, como diz o cético, que símbolos e conceitos religiosos foram, durante séculos objeto de uma elaboração cuidadosa e consciente. É também certo, como julga o crente, que sua origem está tão soterrada nos mistérios do passado que parece não ter qualquer precedência humana. Mas são, efetivamente “representações coletivas” – que procedem de sonhos primitivos e de fecundas fantasias (JUNG, 2008, p.55)

Os mitos de Édipo e do parricídio figuram como funções simbólicas; o primeiro, atualiza a dimensão triádica da linguagem; e o segundo remete à origem de um pai que é sempre mítica. Dessa forma, diferentemente de Jung, Freud, serve-se desses dois mitos para representar pontos estruturantes da constituição configuração psíquica de um sujeito singular sempre marcado pelas diferenças a caracterizarem a sua condição de ser não todo, posto que um ser de linguagem, marcado pela condição de ser de desejo. Visto que o desejo, para a psicanálise, constitui-se sempre de uma falta, sendo esta a condição que estrutura o Sujeito. Neste sentido, é verdade que diferenças epistêmicas essenciais diferenciam os pensamentos de Freud e Jung no que tange ao postulado do Inconsciente enquanto a grande invenção epistêmica da psicanálise. Para Freud, o Inconsciente relido pela pluma de Jacques Lacan resguarda a sua dimensão singular de ser estruturado como uma linguagem,

revelando-se nas enunciações do Sujeito, sempre dividido pelo Outro Simbólico, lugar da castração. Por sua vez, Jung, pela via dos processos de individuação, admitirá o princípio de totalidade no encontro com o transcendente:

O processo de individuação é, na verdade, mais que um simples acordo entre a semente inata da totalidade e as circunstâncias externas que constituem o seu destino. Sua experiência subjetiva sugere a intervenção ativa e criadora de alguma força suprapessoal. Por vezes sentimos que o inconsciente nos está guiando de acordo com um desígnio secreto. É como se algo nos estivesse olhando, algo que não vemos, mas que nos vê a nós – talvez o Grande Homem que vive em nosso coração e que, através dos sonhos, nos vem dizer o que pensa a nosso respeito (JUNG, 2008, p.162)

Na esteira do pensamento junguiano, resgata-se o autor Michel Maffesoli na sua obra *La Nostalgie du Sacré* (2020) quando este se refere ao lugar que vem ocupar o pensamento de Jung consonante ao retorno do sagrado na pós-modernidade:

Trata-se aí de uma concepção de Deus como uma dinâmica, como uma força mais ou menos consciente atravessando a psique coletiva. Ainda aí, persiste o paradoxo do íntimo-extímo. Um fator psíquico desconhecido de C. G. Jung nomeia de Si. Si, aliando a totalidade do indivíduo, sem esquecer, paradoxalmente, o inconsciente coletivo. O que bem exprime os contos de fadas, os mitos, e todas os contos populares que podemos considerar

como a cristalização de uma alma coletiva  
(MAFFESOLI, 2020, p. 246, tradução livre).

É provável que aqui esteja uma brecha de um possível reencontro com a psicanálise, quando Lacan, ao reler Freud, em *Ciência e Verdade*, inspira-se numa obra de Wittgenstein, no seu *Tratado Lógico-Filosófico*, e dirá que daquilo que não podemos falar, devemos calar:

Há por certo o inefável. Isso se mostra, é o Místico. O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – ou seja, algo que nada ter a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele insatisfatório – não teria a sensação de que estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto. Minhas proposições elucidam desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrassensos, após ter escalado através delas – por elas - para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela). Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 2017, p. 261).

Lacan refere-se, igualmente, à noção de Gozo Místico, que se apresenta, por exemplo, na psicose, quando Schreber, no auge da sua produção delirante, crê ser a Mulher de Deus ou na Mística de

Santa Thereza d'Ávila, nas suas intermináveis confissões à dimensão do Divino ou, ainda, nos estados de meditação atingidos por alguns monges budistas, quando entram em estado de contemplação e transcendência. Assim, segundo alguns teóricos contemporâneos, a exemplo de Michel Maffesoli, na obra *La Nostalgie du Sacré* (2020), percebe-se, na virada da era moderna para o prenúncio de era pós-moderna, um retorno às questões relativas ao mistério e à noção de sagrado, tendo em vista a perda de valores, essencialmente fundantes, que marca a condição humana, fruto da saturação de uma economia de mercado neoliberal, que entorpece a dimensão do sujeito portador de uma experiência de vida singular e diversa. Maffesoli efetua uma crítica à racionalização generalizada da existência, promovendo o desencantamento do mundo e, traz, ainda, a necessidade de "fazermos sacrifício" de um bem individual, permitindo aceder à alteridade transcendente. As velhas técnicas do *ménagement* empreendedoras se enfraquecem dando lugar aos valores espirituais:

É esse ilimitado que constitui o imperativo atmosférico do momento. É verdade que a modernidade inelutavelmente conduziu à secularização e à desmitologização, e, então, à perda do sagrado. Mas para aqueles que estão atentos à verdade sombreada, própria à espécie humana, é inegável que assistimos a um admirável renascimento "sacral". Depois do declínio, uma nova gênese está em curso. O renascimento do "princípio esperança" sabendo, de um antigo saber incorporado, que os ciclos se sucedem (MAFFESOLI, 2020, p. 20).

O autor historia que a revolta juvenil de 1968 marca um prenúncio de uma crise da modernidade e a queda dos individualismos progressistas. O fim da era da modernidade e o início da pós-modernidade é marcado por esta perspectiva de fazer da vida uma obra de arte.

A arte em seu silêncio verbal enraiza o logos na matéria para alcançar, segundo a fórmula esotérica, o que é belo, justo e bom! Os etnólogos lembraram muito justamente como a ligação com a matéria ou antes sua sublimação artística era uma maneira de participar da eternidade. É o que sublinha Lévy-Bruhl quando lembra o papel que desempenhava, para os chineses, madeira, pérola, ouro, jade, na celebração dos mortos. Ele nomeava isso a « participação pelo contato (MAFFESOLI, 2020, p. 258).

Prenuncia-se, neste sentido, o desejo de ajuda mútua, de partilha e um retorno ao "bem-comum". A pós-modernidade é marcada pelo retorno ao sagrado, ao sensível, ao invisível, retorno aos valores terrenos e enraizados:

A tradição é o respeito a tudo que merece ser respeitado. Por entre o que, desde os tempos imemoriais foi transmitido, existe essa sede de infinito: o sagrado (MAFFESOLI, 2020, p.13)

É um termo empregado sem cessar pelas jovens gerações, incluso as gerações da periferia, o termo de “respeito”! Conhecem a etimologia, respicere, respectare, olhar para trás, olhar atrás de si. Todo um acontecimento!

Mas quando estamos atentos às palavras, podendo bem evitar os males, isso não cessa de ecoar no inconsciente coletivo. Respeito à natureza, às leis naturais, respeito ao divino. A radicalidade da vida apelando para às irrefragáveis raízes do humano. Enraizamento dinâmico, especificidade da pós-modernidade. (...) Raízes lembrando, para tomar uma expressão popular, “o que está entranhado no corpo”, o que, de antiga memória, faz parte do corpo social (MAFFESOLI, 2020, p. 14).

O surgimento do sagrado, o apelo ao invisível para compreender o visível. O sagrado é o vivente, a natureza:

Todo visível supõe o invisível, o que implica saber ser a fonte das verdades escondidas. Ir para mais além da redução racionalista, razão instrumental própria à marchandização do mundo, para mais além quer dizer aceder, com dificuldade, à sabedoria eterna que é aquela da razão suprema. Razão inteira, aliando corpo e espírito. Ou como o lembra Rimbaud, “a verdade numa alma e num corpo”. O que tem suas raízes nas últimas profundidades da natureza humana (MAFFESOLI, 2020, p. 17)

Inspirado em Heidegger, o autor enfatiza um “deslizamento do 'je', eu 'au nous', nós; o egotismo do 'eu', " cedendo lugar ao ideal comunitário:

Inteireza do ser individual e do Ser coletivo, permitindo aceder à verdade do mundo. Um mundo, até então, aberto sem recuo. Aletheia é

esse invisível permitindo a visibilidade e dando, como o destaca Heidegger, a perceptibilidade. Sim, é necessário conseguir ver. O saber é também “isso-vê”. Ver o que está lá. O que não é sempre fácil (MAFFESOLI, 2020, p. 17)

Ainda no resgate da perspectiva heideggeriana, o autor afirma:

Como o indica com acuidade Heidegger: « aprender a existir naquilo que não tem nome ». O que é muito difícil quando sabemos que nomear é, por excelência, a especificidade humana. Quer dizer uma iniciação mais delicada do que aceitar o indizível (MAFFESOLI, 2020, p. 256).

A era pós-moderna apresenta para uma inteireza do ser, o elogio à razão sensível. O autor retoma Thomás de Aquino ao afirmar que não há nada no intelecto que não tenha estado inicialmente na essência. O resgate do mistério das encarnações, quando o espírito se torna carne, com a dialética entre a materialidade e a espiritualidade. Uma das figuras da pós-modernidade seria o corporismo místico *versus* o materialismo espiritual. A pós-modernidade se anuncia segundo Gilbert Duran, mestre inspirador de Maffesoli, dentro de uma atmosfera e um imaginário que valorizam o preço das coisas sem preço. O que se afasta do consumismo dos objetos deixando cair a pretensão de tudo dominar e desenvolver, antes, uma atitude de reversibilidade entre a natureza e o homem, o homem não pode existir se ele não trazer a dimensão do comum, da troca.

Michel Maffesoli (2020) vai propor o termo de *Ecosofia* - a sabedoria da casa comum, colocando ênfase na importância da

terra-mãe. Faz uma crítica à palavra ecologia, que, em sua opinião, ganhou um panorama político que obedece aos modos dos discursos dos partidos políticos. Nesse livro, Maffesoli (2020) cita Nietzsche, quando este se refere à dialética entre uma modernidade guiada pelo princípio de Apolo, Deus da razão clara, contra uma pós-modernidade, que se anuncia dionisíaca, trazendo a relação com o invisível, um retorno ao sensível, em um processo de feminização do mundo. Dentro da perspectiva nietzscheana, diversas facetas de uma mesma realidade representam sinais de grande saúde coletiva.

Para Maffesoli (2020), o pensamento Freudiano traz, ainda, a marca de uma certa divisão (*Spaltung*) entre o corpo e o espírito, assim como se observa esta separação no pensamento de Hegel na sua *Fenomenologia do Espírito*. Maffesoli (2020) não irá propor o termo “religião”, mas “religiosidade”. A religião reenvia a uma proposição dogmática, enquanto que a religiosidade envia a uma atmosfera ambiental, na qual nos banhamos, como no candomblé, no tantrismo, na prática da yoga em suas diversas modulações, tudo ligado a uma concepção mística, de retorno à meditação, às peregrinações, a busca difusa do invisível. Tudo que rompe com o racionalismo, o materialismo, o economicismo e deixa lugar para o desenvolvimento da solidariedade, da generosidade. Como se a modernidade tivesse chegado a uma saturação dos grandes valores modernos: individualismo, racionalismo e progressismo. Nessa óptica, para esse autor, ver-se-á na era pós-moderna o ressurgimento de outros valores alternativos, onde os levantes populares estarão inclusos. O povo irá fazer escutar sua voz. O autor convoca a não perdermos mais nossas vidas ganhando-as. Apela para a necessidade de valorizarmos o preço das coisas sem preço! Promove a passagem do quantitativo ao qualitativo e o retorno ao culto e às religiosidades. Segundo Maffesoli, caso se consiga gerir esta religiosidade, chegar-se-á a uma sociedade equilibrada. O autor estabelece uma diferença entre poder e potência, em que o primeiro

vem das instituições, oligarquias, e a potência vem de baixo, das bases, das potências populares.

Foi a decadência romana que permitiu o desenvolvimento do cristianismo. Poderíamos pensar também que a decadência da modernidade assegura o sucesso da religiosidade pós-moderna. No seu livro sobre o desassossego, Fernando Pessoa sublinha que opostamente à incredulidade ambiente, toda sociedade precisa de transcendência, e que o mito do Progresso é uma forma de manifestá-la. É necessário então saber decifrar a sede de infinito renascendo nos dias de hoje (MAFFESOLI, 2020, p. 16).

Maffesoli (2020) enfatiza a riqueza da Renascença Italiana, *Rinascita*, termo italiano utilizado pela primeira vez no século XIV, em cujo período havia a prevalência do invisível. Neste viés, a própria etimologia da palavra "renascimento" traz a ideia de retorno ao nascimento, isto se tronou rígido na Idade Média e retornou na Renascença, quando a Bela Florença figurou no coração deste período. A Renascença, assim, encerra-se com o nascimento da Modernidade.

O retorno dos rituais bem contamina os aspectos da vida social e política, assim como a sede dos mistérios, sem falar de inúmeras manifestações da fé popular se exprimindo na revivescência do culto dos santos e outras crenças da vida cotidiana, tudo isso mostra que o rolo compressor do racionalismo moderno não teve uma eficácia total. O numinoso, outra maneira de nomear a “força mágica”,

na qual ele fez questão, dá novamente ao *mysterium tremendum*, que é o mistério do terror provocado pelo “Todo Outro”, uma força e um vigor inegável. É por esse terror aceito, essa morte como momento da vida que renasce a experiência afetiva do sagrado (MAFFESOLI, 2020, p. 111, tradução livre).

Após essa imersão em torno do sagrado na obra de Maffesoli, *La Nostalgie du Sacré* (2020), retoma-se um escrito intitulado *Língua Sagrada, Língua Falada*, onde se reporta a Lacan para melhor precisar o sentido do que seria o conceito de religião:

(...) no *Discurso de Roma de 1974*, Lacan dirá que A Religião é feita para curar os homens, quer dizer, por causa dela, os homens não se dão conta daquilo que não vai bem. Calcificam-se na posição neurótica de culpabilidade gestada por uma « falta recalcada, escondida », « o pecado original »; e o incessante intento de pagamento da dívida com o pai. O que o faz concluir que em última instância, a religião é uma grande neurose obsessiva. Associa também a religião, ao discurso do mestre, ele existe para que as coisas se transcorram no imutável, na fixidez, no total do discurso religioso (ORNELLAS, 2015, p. 94).

Freud em *Futuro de uma Ilusão* (1927) afirma que a parte mais significativa do inventário psíquico de uma cultura seria as suas ilusões:

Tudo que se passa neste mundo é a execução das origens de uma inteligência que nos é

superior, e que mesmo si ela seja difícil de acompanhar nas suas idas e vindas, termina por dirigir toda coisa na direção de um Bem, quer dizer, na direção, daquilo que nos regozija. Em cada um de nós vigília uma Providência plena de boa vontade, severa apenas em aparência que não permite que nós nos tornemos o brinquedo das forças naturais, desmesuradas e implacáveis. A morte, ela mesma, não é um esvaziamento, um retorno ao inanimado inorgânico, mas o início de um novo modo de existência que se situa sob a via de um desenvolvimento superior (FREUD, 1927, p.159).

Portanto, pode-se dizer que a dimensão do sagrado na Psicanálise transcende a dimensão da religião e, implica, por sua vez, buscar o estranho no familiar, a arte constante de fazer *Eros* lutar contra *Thanatos*. Apreender o indizível do sagrado nos ritos cotidianos que se repetem sem, entretanto, serem os mesmos, a repetição nunca é a repetição do mesmo, entrever o real, o indizível, pelas bordas do simbólico. Dar voz ao sujeito, no seu singular sagrado, como peça integrante de um coletivo que o constitui e o transcende. Desta forma, Jung nos contempla nestas palavras:

Tão espessa e enganadora é a névoa que nos cerca, que foi preciso inventar uma ciência exata, para que pudéssemos ter pelo menos um vislumbre da chamada “natureza real” das coisas. Mas este mundo quase supervivido nada tem de nebuloso para uma mente simples. Mas se mergulharmos na alma do primitivo e fizermos com que ela contemple com a consciência do civilizado a imagem

que o primitivo tem do mundo, ela terá uma percepção do grande crepúsculo em que ainda estamos vivendo (JUNG, 2018, v. 8/2, p. 283).

A vida e o espírito são duas forças ou necessidades entre as quais o homem está colocado. É o espírito que confere um sentido à vida humana, criando-lhe a possibilidade de se desenvolver ao máximo. Mas a vida é indispensável ao espírito, porque sua verdade não é nada se não pode viver (JUNG, 2018, v. 8/2, p. 294).

## REFERÊNCIAS

BONDÍA, Larrosa Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** *Revista Brasileira de Educação*, n.19, p.20 – 28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?lang=pt&format=pdf>.

CARVALHO, Isa F. Vianna. **O mítico círculo de Eranos: parte 2, um imaginário coletivo.** 2019. IJEP. Disponível em: <<https://www.ijep.com.br/artigos/show/o-mitico-circulo-de-eranos-parte-2>> Acesso em: 16 jan. 2020.

FREUD, Sigmund. (1927). L'avenir d'une illusion. In: **Œuvres complètes, Psychanalyse**, v. XVIII, Paris: PUF, 1994.

JUNG, Carl G. **Memórias, Sonhos, Reflexões.** RJ: Nova Fronteira, 1989.

JUNG, Carl G. **Obras Completas**, v. VIII/3. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

JUNG, Carl G. **O Homem e Seus Símbolos**. RJ: Nova Fronteira, 1988

JUNG, Carl G. **O Homem e Seus Símbolos**. RJ: Nova Fronteira, 2008.

JUNG, Carl G. **Obras Completas**, v. 5. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.

JUNG, Carl G. **Obras Completas**, v. 6. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

JUNG, Carl G. **Obras Completas**, v. 8/2. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

JUNG, Carl G. **Obras Completas**, v. 9/2. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

JUNG, Carl G. **Obras Completas**, v. 11/1. Petrópolis: Ed. Vozes, 2018.

MAFFESOLI, M. **La Nostalgie du Sacré**. Paris: Les Editions du Cerf, 2020.

ORNELLAS, L.). **Língua Sagrada, Língua Falada, Psicanálise e Educação**. In: ORNELLAS, M. L. (Orgs. (Im)passes subjetivos contemporâneos III. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

QUINTANA, Bein Carlos. **A gnose junguiana: estudo das noções de corpo e mente em Jung e suas raízes no gnosticismo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOLOMON, Hester McFarland. Freud et Jung: une rencontre inachevée. **Dans Topique**, n. 79, p. 139-151, 2002/2.

TRÊS INICIADOS. **O Caibalion**: estudo da filosofia hermética do antigo Egito e da Grécia. São Paulo: Pensamenti, 2017.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

## VIVÊNCIAS DE ESTRESSE DOCENTE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE IES PÚBLICAS E PRIVADAS

Mino Correia Rios

Jailson Braga Brandão

Carla Liane Nascimento dos Santos

### Introdução

Os processos relacionados à pandemia de COVID-19 impactaram as relações em diferentes setores. Diante das mudanças abruptas e do contexto de pressões e incertezas, a vivência de fatores ligados ao adoecimento e sofrimento psíquicos vêm sendo evidenciados de maneira crescente. O presente estudo comparou essas vivências e seus impactos junto a profissionais do ensino superior do setor público e privado.

Apesar da pandemia ter incrementado determinados processos (tanto tecnológicos quanto relacionados aos processos de saúde e doença), essas tendências já se verificavam anteriormente. A literatura vem sinalizando para uma tendência preocupante em termos do adoecimento docente, com esses profissionais sendo acometidos por depressão acima da média populacional, além de figurarem como uma das categorias profissionais com maior incidência de burnout e estresse (DALAGASPERINA; MONTEIRO, 2014; DALAGASPERINA; MONTEIRO, 2016; BRUN; MONTEIRO, 2020).

Esse componente se refere a uma tendência que não se restringe ao cenário brasileiro. Segundo Aguiar e Correia (2019), o mesmo se identifica no contexto internacional, a exemplo do Reino Unido. Para esses autores, em função da competitividade, as universidades acabam investindo em termos da busca por resultados

em termos de qualidade de processos, mas acabam com resultados aquém dos esperados em função de um modelo frágil, onde os docentes se inserem em ambientes complexos e com elevado potencial de estresse. Assim, as consequências acabam sendo vivenciadas por diferentes aspectos da vida dos docentes, como no adoecimento físico e psicológico (LIMA; LIMA-FILHO, 2009; MENDONÇA; COELHO; JOCA, 2012; SANTOS et al, 2019), abuso de substâncias (CARMO; SIQUEIRA; MELLO; FREITAS; TERRA; CATTANI; PILLON; 2020; BRANDÃO; SANTOS, 2021) e mesmo no seu desempenho, em termos de habilidades sociais e capacidade de interação (SUEHIRO; SANTOS, 2018; WAGNER et al 2019). Dessa maneira, o estudo dessa categoria se torna essencial, sobretudo diante do contexto de intensificação de exigências, elevada precarização e pouca previsibilidade.

Penteado e Neto (2019) e Facci et.al (2018) já relatavam que os professores estão adoecendo. O processo da pandemia, contudo, intensificou essas questões, atingindo desproporcionalmente a determinados grupos e segmentos. “Tudo mudou e ninguém estava preparado. A pandemia interrompeu o fluxo do tempo e desvendou o que era ‘normal’” (SANTANA; SANTOS, 2021, p.6). Sendo assim, entender as vivências associadas ao estresse e seus efeitos em termos de qualidade de vida nos dois grupos apontados é essencial.

## **Estresse e trabalho**

Muito embora esteja presente em nosso cotidiano, o conceito de estresse nem sempre tem sua delimitação de maneira precisa no entendimento leigo. A nossa associação imediata com a palavra remete a tensões de base emocional resultante de vivências aversivas. Weiten, (2010, p.370) “quaisquer circunstâncias que ameaçam ou são percebidas como ameaçadoras do bem-estar e que, portanto, minam as capacidades de enfrentamento do indivíduo”. Nesse sentido, o

estresse não se restringiria exclusivamente a fatores de origem física.

O termo “estresse” (incorporado a partir da palavra “*stress*”, de origem inglesa), deriva da física, e descreve o grau de deformidade sofrido por um material quando submetido a um esforço ou tensão. Sua transposição para o campo da saúde advém dos trabalhos de Hans Selye, nos anos de 1930, que definia o mesmo enquanto uma “Síndrome Geral de Adaptação” (ZANELLI, 2019). Até então, a premissa em saúde era de que cada quadro clínico teria uma sintomatologia própria, possibilitando um diagnóstico diferencial. O que Selye idêntica é que pareciam haver sintomas gerais comuns ao fato de estar doente, como esforço de adaptação do organismo para enfrentar situações que considere ameaçadoras a sua vida e a seu equilíbrio interno (WEITEN, 2010).

Assim, estresse ou *stress* pode ser definido como um processo que envolve respostas físicas e mentais associadas à percepção de ameaças percebidas, às experiências e expectativas pessoais, sendo um “componente comum da vida emocional cotidiana e consiste em determinadas respostas emocionais” (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005, p.332). Muito embora a sua incorporação como objeto de estudo no Brasil já conte com alguns estudos desde quando se iniciou nos anos 80, com Marilda Lipp (PUC-Campinas) no Laboratório de Estudos Psicofisiológicos do *Stress*, é importante destacar a diversidade de olhares sobre o tema.

Segundo Zanelli (2019), a ênfase utilizada por Lipp destaca as reações do indivíduo (envolvendo componentes físicos e psicológicos) como base para a definição de estresse. O autor destaca que essa perspectiva não é única na abordagem do estresse. O estresse poderia contemplar outras duas abordagens, de acordo com o foco estabelecido, conforme se vê no quadro 01 a seguir.

### Quadro 01 – Abordagens do estresse

Foco	Descrição
Estímulo	Condição ambiental, externa ao indivíduo, que desequilibra seu funcionamento
Resposta	Conjunto de reações fisiológicas em reação aos estressores
Mediação	Processos de percepção e avaliação na interação entre exigências ambientais e os recursos e capacidade de resposta

Fonte: Elaborado a partir de Zanelli (2019)

A ênfase em termos do estímulo destaca o gatilho ambiental associado ao desequilíbrio do indivíduo. Nesse sentido, o Instituto Internacional do Stress classifica os estressores conforme sua origem, bem como a própria International Stress Management Association (ISMA<sup>1</sup>) traz uma série de estudos onde levanta fontes do estresse. Também podemos destacar trabalhos como o de Lewis e Lewis (1988), para quem o estudo seria pautado na qualidade dos agentes estressores, que seriam classificados em diferentes grupos: de ameaça; de performance; de frustração; de tédio; de perda ou luto e físico.

O estressor de ameaça envolve situações percebidas como potencialmente perigosas para a integridade física ou psicológica do indivíduo. O estressor de performance envolve contextos onde um determinado desempenho padrão de desempenho é esperado do indivíduo. Estressores de frustração são relacionados a situações de impotência ou vulnerabilidade, com situações indesejáveis. Os estressores de tédio resultam da falta de estimulação adequada, com efeitos para o bem-estar do sujeito. Estressores de perda ou luto referem-se à ruptura de contato ou à perda de pessoas, espaços ou elementos com os quais exista algum tipo de vínculo.

1 <https://www.ismabrasil.com.br/>

Finalmente, o estressor físico refere-se a tensões de natureza física que comprometem o bem-estar do sujeito. Nesse último caso, inclusive, vale destacar que mesmo elementos associados a prazer podem resultar em estresse, como no caso da sobrealimentação, por exemplo.

Em termos das principais fontes de estresse ocupacional, os estudos apontam uma série de fontes: A sobrecarga de trabalho e na família; Relacionamento com a chefia; Autocobrança; Falta de união e cooperação na equipe; Salário insuficiente; Falta de expectativa de melhoria profissional; e o próprio meio social. As mais evocadas, no entanto, são: excesso de atividades, falta de planejamento e conflitos de interesses e valores. (SADIR; LIPP 2009; LIPP, 2005; NÉRI, 2004).

A ênfase em termos da resposta, conforme discutida anteriormente, divide-se na avaliação dos tipos de modificações ocasionadas no organismo em função do estressor (Ver quadro 02, a seguir). Essa perspectiva já era presente nos trabalhos seminais de Selye, que inicia com a ênfase orgânica, voltando, posteriormente, seus interesses para as variáveis psicológicas.

### Quadro 02 – Abordagem de resposta

	Resposta	Descrição
Resposta	Fisiológicas	Modificações no funcionamento corpóreo
	Psicológicas	Padrões de pensamentos, emoções e resultados comportamental

Fonte: Elaborado a partir de Zanelli (2019)

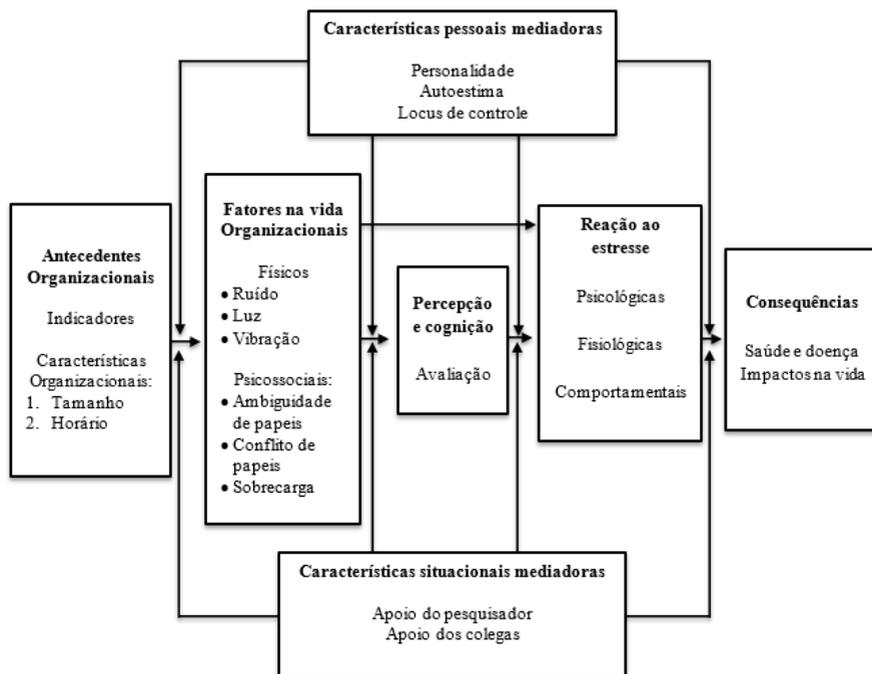
Em que pese o valor dessas abordagens, sobretudo por serem pioneiras na forma de estudar o estresse, abordagens mais contemporâneas enfatizam trocas interativas e o processo, entendendo o papel ativo do trabalhador na interação com os

estressores (ZANELLI, 2019; MUCHINSKY, 2005). Dessa forma, o estresse passa a ser entendido como um processo interativo entre demandas ambientais e recursos dos quais o sujeito dispõe para fazer frente a essas demandas. O estresse, assim, pode ser manejado por meio de um conjunto de estratégias do trabalhador (cognitivas, comportamentais e emocionais) e da organização (por meio de programas de gestão e modelos diferenciados de liderança). (ZANELLI, 2019; FERREIRA; ASSMAR, 2008; PUENTE-PALACIOS, PACHECO; SEVERINO, 2013; ROBBINS, JUDGE; SOBRAL, 2010; MUCHINSKY, 2005; FIGUEIRAS; HIPPERT, 2002).

Dois modelos são discutidos por Zanelli (2019) ao falar dessas abordagens contemporâneas: O Modelo de Demandas e Controle, de Karasek (1979) e o Modelo Transacional, de Lazarus e Folkman (1984). O Modelo de Demandas e Controle Modelo é utilizado como base em diferentes pesquisas e intervenções, e explica o estresse laboral como fatores de risco, mas paralelo à possibilidade de: a) Controlar as demandas; b) Tomar decisões relativas às tarefas; c) Contar com o suporte de pares e liderança. Nesse caso, as **Demandas** estão associadas a um conjunto de fatores possíveis, tais como: (1) Carga de trabalho; (2) Atenção necessária; (3) Pressão de tempo; (4) Interrupções aleatórias; Etc. As possibilidades de **Controle**, por sua vez, também apresentarão um conjunto de possibilidades, dentre as quais: (1) Possibilidade de usar as habilidades; (2) Flexibilidade; (3) Autonomia; (4) Liberdade; etc.

Quanto ao Modelo Transacional de Estresse e Capacidade de Enfrentamentos, de Lazarus e Folkman (1984), aqui entende-se que experiências estressantes são entendidas como transações entre a pessoa e seu entorno. Nesse sentido, considerando-se esses modelos, é essencial entender o estresse ocupacional de maneira dinâmica, envolvendo um conjunto de variáveis tanto disposicionais quanto situacionais, como se pode ver sintetizado na figura 01, a seguir.

Figura 01 – Estrutura teórica para o estudo do estresse nas organizações



Fonte: Adaptado de Kahn e Byosiere (1992)

Na figura, adaptada de Kahn e Byosiere (1992), podemos identificar, inclusive, alguns dos elementos que são destacados como danosos para a atuação dos docentes. O **Conflito de papéis**, definido como a “diferença de percepção no que se refere ao conteúdo do papel de uma pessoa ou à relativa importância de seus elementos” (MUCHINSKY, 2005, p. 340), sinaliza para um primeiro elemento preocupante. Os estudos de Rios (2015), Ruza e Silva (2016) e Carmo; Siqueira; Mello; Freitas; Terra; Cattani e Pillon (2020) sinalizam para a vivência de conflitos em termos do papel que o docente deveria desempenhar. Mais ainda, essa discrepância entre

crenças e percepções vem sinalizando para desgastes em termos emocionais, em termos do adoecimento psíquico e do abuso de substâncias.

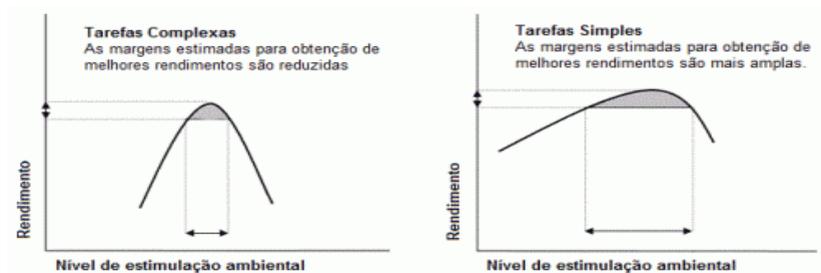
Também se observa com preocupação a variável **Sobrecarga de papeis**, definida como o “conflito vivenciado em um papel cujas exigências comprometem o desempenho, seja em qualidade, seja em quantidade” (MUCHINSKY, 2005, p. 341). Nesse sentido, não apenas acaba sendo internalizada uma lógica de pressão contínua, característica no neoliberalismo (COOPER, 2008), mas identificamos um processo de isolamento das categorias de trabalhadores, com uma lógica cada vez mais desprovida de direitos e mais próxima de um modelo de uberização (SCHLESENER; LIMA, 2021; FACCI; URT; BARROS, 2018).

### **Efeitos do estresse**

Apesar do estresse ser associado convencionalmente aos seus efeitos negativos, o princípio de envolvido desde sua definição inicial delimita a ideia de um esforço adaptativo. Nesse sentido, a ideia de que o estresse seja sempre prejudicial deve ser considerada com alguma cautela, dado seu papel potencial como mecanismo de defesa do ser humano, como uma forma de garantir a sobrevivência. (LIMA, FORMIGA, MELO, 2018). A ideia de um mecanismo regulador da performance diante de demandas estressoras foi descrita pela primeira vez por Robert Yerkes e John Dodson, em 1908 (LIMA, FORMIGA, MELO, 2018; LORICCHIO, LEITE, 2012; WEITEN, 2010). Segundo os autores, o incremento do estresse, até certo nível, estaria associado ao incremento de eficiência no desempenho. O problema ocorre quando o nível de estresse aumenta ou diminui além de um certo ponto, fazendo o desempenho cair. Esse princípio foi descrito como a Lei de Yerks-Dodson, que afirma a existência de um ponto ótimo de ansiedade necessário para

a execução de determinada atividade. Esse ponto, contudo, varia de acordo com o grau de complexidade da tarefa, conforme se vê na Figura 02, a seguir.

**Figura 02 – Estresse e produtividade**



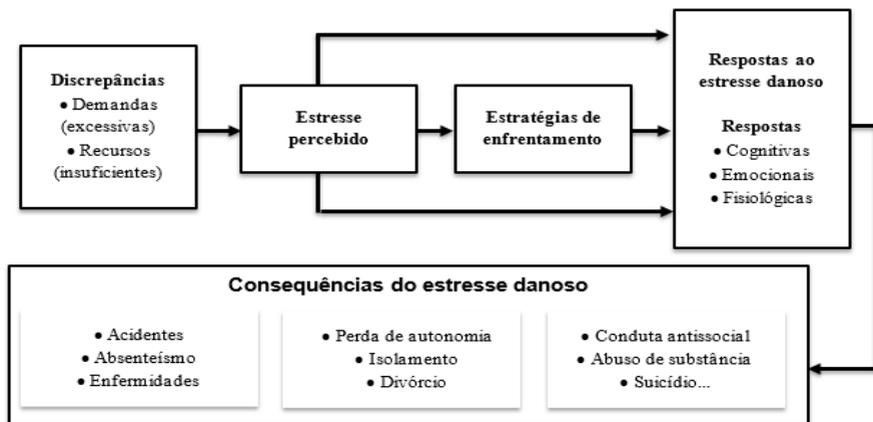
Fonte: <https://blog.solides.com.br/estresse-na-medida-certa-para-productividade/>

Nesse sentido, dada a natureza do trabalho docente, é fácil entender o quanto existe de vulnerabilidade potencial, dado que existe uma multiplicidade de demandas implicadas. Essas demandas envolvem a relação com múltiplos atores, desde os envolvidos nas relações diretas de sala de aula, passando pelos grupos de pares e lideranças institucionais, até as relações com a comunidade. No caso do docente do ensino superior, essas questões podem ser ainda mais complexas, se considerarmos o eixo tríplice sobre o qual a ideia de universidade classicamente se estrutura: ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de Rios (2015), inclusive, discute como esses papéis acabam sofrendo efeito dos diversos contextos de atuação e como a frustração dessas expectativas repercutem sobre o bem-estar dos docentes.

Esses princípios, associados à ideia dos modelos mediacionais, permitem entender de forma mais adequada a maneira como as trocas podem ocupar um papel central em termos do efeito

do estresse. A Figura 03, a seguir, apresenta uma síntese de como o estresse danoso gera suas consequências a partir de uma interação de demandas excessivas e recursos insuficientes.

**Figura 03 – Processos de estresse danoso no trabalho, elementos que o compõe e suas consequências**



Fonte: Zanelli (2019)

Em termos dos efeitos danosos do estresse também é importante delimitar a importância do tempo a que o indivíduo passa submetido aos estressores. Nesse caso, o processo de estresse passa por três fases que são: a) Alerta: com a reação do sistema nervoso simpático diante do evento estressor; b) Resistência: onde o evento estressor permanece presente por um período de tempo prolongado ou quando se dá em elevada intensidade e; c) Exaustão: quando o nível de estresse ultrapassa a capacidade do indivíduo conviver com ele, com diversas implicações negativas (WEITEN, 2010; GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005; LIPP, 1984).

Tendo em vista que o estresse envolve um mecanismo de adaptação e estamos cada dia mais sujeitos a um acúmulo de demandas, é razoável esperar que a carga de estresse também evolua, sobretudo em função do pouco tempo disponível para cuidados pessoais. O processo de desenvolvimento do estresse em níveis elevados, ou com características da fase de exaustão, passa a ser uma consequência esperada.

Um estudo conduzido por Sadir; Bignotto e Lipp (2010), por exemplo, identifica 88% da amostra com algum nível de sintoma de estresse, além dos efeitos desses na qualidade de vida. Além disso, o trabalho encontra elevada compatibilidade entre a autopercepção do stress e seu diagnóstico clínico, o que sugere que a autopercepção do fenômeno encontra correlação com a avaliação profissional. Esses resultados não apenas se repetem junto aos docentes, como sinalizam para uma prevalência acima da média populacional, além da ocorrência de quadros associados (BRUN; MONTEIRO, 2020; WAGNER, 2019; FACCI; URT; BARROS, 2018; DALAGASPERINA; MONTEIRO, 2016).

Esses dados não causam, no entanto, surpresa, se considerarmos as transformações que o ensino vem passando e que o processo de pandemia de estresse catalisou, além dos tipos de estresse categorizados por Weiten (2010). Segundo esse autor, podemos pensar em quatro tipos principais: (1) **frustração**: quando a busca de um dado objetivo fracassa; (2) **conflito**: quando a tensão se elevava pela existência de dois ou mais interesses ou abordagens, mas com recursos para apenas um deles; (3) **mudança**: referindo-se a qualquer mudança de vida que implique a necessidade de readaptação; (4) **pressão**: relacionada a expectativas ou exigências para que a pessoa se comporte de determinada maneira. Esses tipos, por sua vez, refletem muito das rotinas docentes na atualidade.

## Método

O estudo foi conduzido através de uma abordagem quantitativa, sendo utilizado um desenho de survey. Buscou-se estabelecer uma amostra o mais heterogênea possível em termos do perfil docente. Apesar disso, o acesso aos participantes tende a ser de difícil acesso por uma série de fatores: dificuldade de controle sobre cursos efetivamente em funcionamento; resistência por parte de instituições; pouco engajamento por parte dos gestores e/ ou docentes; pouca confiança por parte dos respondentes; etc. Diante disso, optou-se por uma composta fazendo uso da técnica de snowball (HANCOCK; GILE, 2011) a partir de contatos iniciais com docentes e pesquisadores da rede de contato dos autores, dando características exploratórias ao trabalho final. A coleta ocorreu entre agosto e novembro de 2020, por meio de formulário eletrônico com docentes de IES de todo o Brasil.

A amostra foi composta de 240 docentes de todo o Brasil, com questionário contendo dados a) sociodemográfico e b) profissionais-ocupacionais. Também foram elaboradas duas escalas para avaliar as vivências. A primeira avaliava estressores, divididos em: Demandas trabalho-família ( $\alpha=0,85$ ); Demandas técnico-tecnológicas ( $\alpha=0,82$ ); Conflitos discentes ( $\alpha=0,62$ ). A segunda avaliava a percepção de suporte, dividida em: Tecnológico ( $\alpha=0,93$ ); Sócio-emocional ( $\alpha=0,82$ ). Por fim, foi incluído um item individual relacionado à autoavaliação de QVT. Em termos da amostra, houve prevalência de docentes do sexo feminino (68,9%), com predomínio de sujeitos declaradamente brancos (47,1%), seguidos de pardos (38,7%). As idades variaram entre 25 e 71 anos ( $X=45,15$ ,  $dp=9,87$ ), com predomínio de pessoas casadas (60,5%), com filhos (80%), que atuam como único ou principal provedor (60,5%), além de outros 36,1% que contribuem com metade do orçamento da família.

Em termos do perfil profissional, os respondentes eram,

em sua maioria, pessoas com mestrado (47,5%) e tempos de experiência que variavam desde os recém contratados até docentes com 45 anos de trajetória ( $x=15,1$ ,  $dp=9,56$ ). Diferentemente das outras variáveis, no entanto, aqui foram observadas distinções estatisticamente significativas entre os docentes do setor público e os das instituições privadas. Enquanto nestas encontramos um número comparativamente mais expressivo de especialistas e mestres, nas primeiras verificamos, comparativamente, mais docentes com doutorado e pós-doutorado ( $p<0,001$ ). Em relação ao tempo de experiência os docentes do setor público indicaram mais tempo de experiência ( $x=19,5$ ,  $dp=10,50$ ) do que seus pares nas instituições privadas ( $x=12,6$ ,  $dp=8,03$ ). Uma terceira variável que merece destaque é o retorno financeiro ( $p<0,001$ ), com os docentes das IES privadas indicando, comparativamente, mais sujeitos nas faixas “entre R\$1.200 e R\$3.000” e “entre R\$3.000 e R\$10.000”, ao passo que os das IES públicas, comparativamente, indicaram mais sujeitos na faixa de rendimentos “acima de R\$10.000”. Ainda que para ambos os cenários a faixa “entre R\$3.000 e R\$10.000” seja a mais comum, essa diferença é importante por sinalizar diferenças na forma de atrair talentos. Embora existam conhecidas formas de precarização no setor público (BRANDÃO; SANTOS, 2021), o setor privado acaba sendo mais moroso nos processos de reconhecimento e recompensa atrelados à titulação e produção acadêmica, além de serem espaços de menor estabilidade para o vínculo, favorecendo aos processos de juniorização<sup>2</sup> (RIOS, 2015).

Em termos das escalas desenvolvidas para avaliar as vivências dos docentes durante a pandemia, dois focos foram estabelecidos. Na primeira parte foram elaboradas perguntas focadas nas demandas e exigências percebidas por parte dos docentes durante o processo de pandemia. A segunda se baseava na percepção de suporte para

2. Processo por meio do qual trabalhadores mais experientes são progressivamente substituídos por trabalhadores mais jovens, menos experientes e, com frequência, mais baratos.

os desafios nesse período. Os itens foram elaborados com base em entrevistas e relatos obtidos em quatro instituições (uma delas pública). Uma vez elaboradas, as escalas foram submetidas a uma aplicação-piloto para avaliar se as proposições (itens) estavam claras. Finalizada essa etapa, foram realizadas algumas análises psicométricas, de modo a assegurar a qualidade geral dos indicadores e a segurança das análises subsequentes. Foi realizada uma análise fatorial para cada uma das escalas propostas, com ambas indicando boa fatorabilidade. No caso da escala de Demandas ( $KMO = 0,779$ ;  $X^2(55) = 1130,658$   $p < 0,0001$ ;  $Var = 63,3\%$ ) foram identificados três componentes: 1) *Demandas trabalho-família*, com itens relacionados às novas demandas do contexto de trabalho, pressões do ambiente familiar e sobreposição dessas duas instâncias; 2) *Demandas técnico-tecnológicas*, relacionada a problemas como a falta de recurso para insumos, dificuldades técnicas, qualificação e imprevisibilidade de fatores relacionados às TIC's; e 3) *Conflitos com discentes*, cujos itens se referiam aos desafios na interação com alunos, desde a apatia até a gestão de conflitos. A escala de Percepção de Suporte ( $KMO = 0,779$ ;  $X^2(55) = 1130,658$   $p < 0,0001$ ;  $Var = 72,4\%$ ) apresentou dois componentes: 1) *Suporte técnico-tecnológico*, referindo-se à oferta de ferramentas e treinamentos e; 2) *Suporte socioemocional*, referindo-se ao apoio em termos do desgaste inter e intrapessoal. Esses resultados se mostraram consistentes com as fontes de estresse apontadas na literatura (FERREIRA; PEZUK, 2021; DALAGASPERINA; MONTEIRO, 2016; RUZA; SILVA, 2016). Para fins da avaliação de confiabilidade, foram realizados testes de consistência interna dos itens através do alpha de Cronbach, para cada uma das dimensões, o que indicou boa qualidade geral dos dados, como pode ser visto na tabela 01 abaixo.

**Tabela 01 – Consistência interna dos fatores**

<b>Escala</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Alfa</b>
Demandas	Demandas trabalho-família	$\alpha=0,85$
	Demandas técnico-tecnológicas	$\alpha=0,82$
	Conflitos discentes	$\alpha=0,62$
Percepção de suporte	Tecnológico	$\alpha=0,93$
	Socioemocional	$\alpha=0,82$

Fonte: Pesquisa de campo

Os instrumentos, uma vez respondidos, eram transferidos automaticamente para um banco de dados automatizado, sem quaisquer informações que possibilitassem a identificação dos sujeitos, em respeito ao que reza a resolução 510/16 sobre ética em pesquisa nos métodos em ciências humanas e sociais. Também vale mencionar que todos os participantes foram apresentados a um termo de consentimento livre e esclarecido, onde eram informados de seus direitos, inclusive o de desistir a qualquer momento sem quaisquer ônus, de sigilo dos seus dados individuais e demais elementos característicos dos padrões éticos em pesquisa. Os dados foram posteriormente tratados e analisados por meio do software estatístico SPSS 20.0 (Statistical Package For Social Sciences), onde procederam-se análises descritivas e inferenciais. No caso das comparações entre instituições foi utilizado o teste t de *student*, e nas comparações de médias de um mesmo conjunto foram utilizadas ANOVAs de medidas repetidas e testes t para amostras pareadas, conforme o caso.

## Resultados

A proposta geral do estudo envolveu avaliar as vivências do estresse junto a profissionais do ensino superior da rede pública e privada a partir da perspectiva dos modelos mediacionais. Tendo isso em vista, o primeiro elemento a ser considerado foi o estabelecimento de um panorama geral dessas vivências para que, em seguida, pudéssemos estabelecer padrões específicos e diferenças. Tendo em vista o modelo proposto, a avaliação do estresse considerou dois elementos: a carga de demandas (tabela 02) e o nível de suporte percebido (tabela 03), conforme se vê a seguir.

**Tabela 02 – Carga de demanda**

	<b>Tipo de IES</b>	<b>Média</b>	<b>Significância</b>
Demandas	IES privadas	x=3,12 ( $\pm$ 0,78)	$p < 0,001$
	IES públicas	x=2,65 ( $\pm$ 0,75)	
	Total	x=2,96 ( $\pm$ 0,80)	

Fonte: Pesquisa de campo

Em termos da carga de demanda, o escore geral sugere níveis moderados de demandas. Esses escores, no entanto, sofrem efeito do perfil de IES, com os docentes de instituições privadas percebendo níveis estatisticamente mais elevados que o de seus pares das instituições públicas. Esse fator pode ser explicado, ao menos parcialmente, pelo modelo de gestão adotado pelas instituições privadas, onde a continuidade das rotinas acadêmicas está diretamente atrelada a resultados financeiros. Desse modo, tendo em vista o perfil empresarial respondendo a empresários e investidores,

o nível de pressão ao qual o docente fica submetido tende a ser marcadamente mais expressivo. No contexto das instituições públicas, ainda que diferentes ações tenham sido mantidas, o tipo de ênfase utilizada na organização das rotinas é de outra natureza, sem se preocupar com a lógica de mercado.

**Tabela 03 – Percepção geral de suporte**

	<b>Tipo de IES</b>	<b>Média</b>	<b>Significância</b>
Suporte Geral	IES privadas	x=2,67 ( $\pm$ 1,05)	$p < 0,001$
	IES públicas	x=2,12 ( $\pm$ 0,85)	
	Total	x=2,48 ( $\pm$ 1,02)	

Fonte: Pesquisa de campo

No que se refere à percepção de suporte, dois fatores merecem destaque. Em primeiro lugar, a percepção geral de suporte foi significativamente inferior à carga de demanda percebida ( $p < 0,001$ ). Nesse caso, o primeiro elemento que pode ser destacado aqui é a tendência geral ao estresse, dado que os níveis de suporte não acompanham as pressões das rotinas de trabalho. Vale ressaltar, inclusive, que 70% dos respondentes reportaram níveis mais elevados de demandas institucionais do que percepção de suporte. Esse componente, inclusive (sobrecarga em comparação ao suporte oferecido) não apontou diferença significativa entre os dois perfis de instituição, indicando que temos mais provavelmente uma diferença qualitativa no modelo de estresse e sofrimento, mas não em termos de carga geral. Um segundo elemento a ser destacado é que apesar de terem reportado níveis mais expressivos de carga de demanda, os docentes das instituições privadas também reportaram níveis mais elevados de percepção de suporte, quando comparados

aos das instituições públicas ( $p < 0,001$ ). Nesse sentido, o apelo à lógica do investidor volta à tona. É claro que isso não representa a ideia de algum tipo de equilíbrio, haja vista que diferentes tipos de demandas podem interferir nesse processo (ZANELLI, 2019; FERREIRA; ASSMAR, 2008; FIGUEIRAS; HIPPERT, 2002). Nesse sentido, explorar as comparações em termos das dimensões específicas em cada uma das escalas oferecerá um benefício adicional. Antes, no entanto, um último aspecto geral merece ser discutido: a autoavaliação da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e sua relação com o estresse na pandemia. Esses elementos serão abordados nas tabelas 04 e 05, a seguir.

**Tabela 04 – Autoavaliação de QVT**

	<b>Tipo de IES</b>	<b>Média</b>	<b>Significância</b>
Autoavaliação de QVT	IES privadas	$x=2,83 (\pm 1,11)$	$p < 0,005$
	IES públicas	$x=3,20 (\pm 0,94)$	
	Total	$x=2,94 (\pm 1,06)$	

Fonte: Pesquisa de campo

Em termos da autoavaliação da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), apesar de verificarmos níveis moderados nesse indicador, podemos notar certa heterogeneidade entre os respondentes ( $dp=1,06$ ), sugerindo a possibilidade de uma ou mais variáveis estarem atuando em termos dessa diversificação. Uma dessas variáveis, inclusive, é o próprio perfil institucional, que apontou diferença significativa em termos da QVT ( $p < 0,05$ ). Nesse caso, os docentes de instituições públicas tenderam a percepções

mais positivas nessa variável, sendo também menos heterogêneas nessa percepção. Uma explicação para esse resultado pode estar associada à maior diversidade de perfis gerenciais no cenário das instituições privadas que nas públicas. Além disso, também é importante frisar que essa heterogeneidade pode estar associada ao fato de existirem uma multiplicidade de fatores explicativos para a QVT, seja em nível individual, seja em nível organizacional (SADIR, BIGNOTTO; LIPP, 2010; MUCHINSKY, 2005). Parte dessas variáveis são exploradas justamente nos dados da tabela 05, a seguir.

**Tabela 05 – Modelos preditivos da QVT a partir do estresse ocupacional**

	Qualidade de Vida			
	R <sup>2</sup>	B	SE b	β
Constante	0,372	3,178	0,218	
Percepção de suporte		0,463	0,048	0,509**
Demandas		-0,411	0,061	-0,354**

*Notas:* b = coeficiente de regressão não-padronizado; SE b = Erro padrão; β = coeficiente de regressão padronizado. \*\*  $p < 0,01$ ; \*  $p < 0,05$

Fonte: Pesquisa de campo

Para a avaliação do efeito das variáveis do modelo de estresse sobre a QVT foi conduzida uma análise de regressão com método de *stepwise*, inserindo a percepção de suporte e as demandas como variáveis antecedentes. Os resultados indicam que tanto a percepção de suporte quanto a carga de demandas percebidas aportaram valor preditivo em termos da Qualidade de Vida no Trabalho (37,2% da variância explicada). O valor do beta padronizado (β) sugere duas coisas: primeiramente, conforme esperado, as variáveis tiveram efeitos opostos. Enquanto a carga de demandas indicou efeito

deletério sobre a percepção de QVT, a percepção de suporte teve um efeito oposto. Além disso, a percepção de suporte indicou maior poder de explicação da percepção de QVT. Apesar dos cuidados que se deva ter em termos de generalização, dado o que já foi comentado em termos da amostra, esse não deixa de ser um dado preliminar a ser considerado.

Até aqui foram discutidos os dados gerais das escalas e suas variações em relação ao perfil institucional. Contudo, como dito anteriormente, para entender melhor as vivências do estresse dos docentes do ensino superior durante o período da pandemia, é importante avaliar como as dimensões específicas das variáveis atuaram. Isso é essencial, seja numa perspectiva geral, seja em termos da comparação dos dois grupos de IES avaliados (objetivo maior do presente estudo). Nesse caso, foram conduzidos testes de hipótese para a avaliação desses componentes. Para comparar os perfis institucionais foi utilizado o teste t. No caso da comparação dos valores das dimensões de cada escala entre si foi realizado o teste t para amostras pareadas (Percepção de suporte) e ANOVA de medidas repetidas (Carga de demandas). Os resultados estão apresentados nas tabelas 06 e 07 a seguir.

**Tabela 06 – Dimensões da Carga de Demandas vs tipo de IES**

<b>Dimensões</b>	<b>Tipo de IES</b>	<b>Média</b>	<b>Significância</b>
Demandas tra- balho-família	IES privadas	x=3,39 (± 1,00)	<i>p</i> <0,001
	IES públicas	x=2,77 (± 0,88)	
	Total	x=3,18 (± 1,00)	
Demandas técni- co-tecnológicas	IES privadas	x=3,00 (± 0,95)	<i>p</i> <0,05
	IES públicas	x=2,69 (± 0,92)	
	Total	x=2,95 (± 1,09)	
Conflitos dis- centes	IES privadas	x=2,51 (± 0,92)	<i>p</i> <0,05
	IES públicas	x=2,22 (± 0,99)	
	Total	x=2,40 (± 0,95)	

Fonte: Pesquisa de campo

Em termos das dimensões de Carga de Demanda, o padrão geral indicou uma diferença significativa em termos da intensidade percebida pelos docentes ( $p < 0,01$ ). Nesse caso, a maior demanda percebida esteve atrelada à dimensão trabalho-família ( $x=3,18; \pm 1,00$ ), seguida das técnico-tecnológicas ( $x=2,95; \pm 1,09$ ), com aquelas relacionadas aos conflitos com discentes sendo as menos expressivas ( $x=2,40; \pm 0,95$ ). Dessa maneira, o desgaste no contexto laboral no processo da pandemia mostrou-se menos associado ao contato com os alunos (com os quais o docente tem frequentes interações) e muito mais à sobreposição e conflito de papéis. Essa sobreposição se apresenta em diferentes facetas: seja em termos de incorporar novos papéis e obrigações no próprio trabalho, seja em termos de manejar duas instâncias que passaram a se sobrepor como nunca antes: vida pessoal e vida laboral. Esse resultado se mostra consistente com diferentes trabalhos (FRANCO; PICININ; PILATTI; FRANCO, 2021; ROBBINS, JUDGE; SOBRAL, 2010; MUCHINSKY, 2005; LIPP, 2005).

Apesar desse padrão ter sido igual para os docentes de instituições públicas e privadas, a comparação das médias sinaliza para percepções mais elevadas de pressões por parte dos docentes das privadas. Nesse sentido, todas as dimensões de pressão se mostraram mais elevadas nesses profissionais: Demandas trabalho-família ( $x=3,39$ ,  $dp=1,0$ , contra  $x=2,77$ ,  $dp=0,88$ , com  $p < 0,001$ ); Demandas técnico-tecnológicas ( $x=3,0$ ,  $dp=0,95$ , contra  $x=2,69$ ,  $dp=0,92$ , com  $p < 0,05$ ); Conflitos discentes ( $x=2,51$ ,  $dp=0,92$ , contra  $x=2,22$ ,  $dp=0,99$ , com  $p < 0,05$ ). Vale destacar, inclusive, que a diferença mais expressiva esteve associada à primeira das três dimensões, sugerindo que aspectos da gestão nesses cenários podem repercutir na vivência de pressões por parte dos profissionais. Essa hipótese sai fortalecida pelo fato de ser justamente o componente com maior heterogeneidade nas respostas, de modo que se pode supor uma tendência geral de pressões, mas que varia com a cultura de cada organização e o perfil da liderança.

Em termos do Suporte percebido (Tabela 07), o primeiro dado a chamar atenção é o fato dos fatores indicarem diferença significativa entre si ( $p < 0,05$ ), com o Suporte técnico-tecnológico sendo mais percebido ( $x=2,54$ ,  $dp=1,10$ ) que o Suporte socioemocional ( $x=2,41$ ,  $dp=1,09$ ). Esse componente chama atenção pelo fato de as Demandas associadas aos fatores técnico-tecnológicos não serem as mais expressivas, mas sim as relacionadas à sobrecarga de papéis, ao conflito de papéis e desgastes familiares. Nesse caso, seria razoável esperar alguma rede de suporte complementar para a tensão emocional decorrente desse componente. Essa preocupação merece ainda mais atenção se considerarmos que o isolamento social e a perda de espaços de convívio com pares tira alguns dos elementos que poderiam ser benéficos para a saúde desses docentes, tais como a alternância de espaços e o suporte de pares. Outro aspecto que merece destaque é a expressiva heterogeneidade das respostas, sugerindo que o tipo de suporte variou expressivamente entre instituições e nas lideranças dessas.

**Tabela 07 – Dimensões do Suporte percebido vs tipo de IES**

Dimensões	Tipo de IES	Média	Significância
Tecnológico	IES privadas	$x=2,82 (\pm 1,10)$	$p < 0,001$
	IES públicas	$x=2,01 (\pm 0,88)$	
	Total	$x=2,54 (\pm 1,10)$	
Socioemocional	IES privadas	$x=2,49 (\pm 1,23)$	-
	IES públicas	$x=2,25 (\pm 1,01)$	
	Total	$x=2,41 (\pm 1,09)$	

Fonte: Pesquisa de campo

Ao falarmos da comparação das Dimensões de suporte percebido em relação ao tipo de instituição, apesar de observarmos diferença significativa em termos do Suporte tecnológico ( $p < 0,001$ ), o mesmo não aconteceu em termos da dimensão Socioemocional. Nesse sentido, num panorama geral, apesar de não se diferenciarem significativamente em termos do nível de suporte percebido na dimensão interpessoal, os docentes das instituições públicas reportam percepções expressivamente inferiores em termos de apoio no que se refere ao treinamento e à oferta de instrumentos para fazer frente às demandas relacionadas à condução das atividades acadêmicas.

A análise dos padrões separados dos docentes de instituições públicas e privadas ainda sinalizam para um padrão que chama atenção. O padrão identificado nos docentes das escolas da iniciativa privada seguiu os resultados discutidos no padrão geral. Desse modo, esses trabalhadores perceberam prevalência do Suporte técnico ( $x = 2,82$ ,  $dp = 1,10$ ) quando comparado com o Suporte socioemocional ( $2,49$ ,  $dp = 1,12$ ), com diferença estatisticamente significativa para essa diferença ( $p < 0,001$ ). No caso dos docentes das instituições públicas, ainda que o índice de suporte percebido tenha sido inferior, o padrão se inverte, com percepções mais robustas associadas ao Suporte socioemocional ( $x = 2,25$ ,  $dp = 1,01$ ) que ao Suporte técnico ( $= 2,01$ ,  $dp = 0,88$ ), com uma diferença significativa para essa diferença ( $p < 0,01$ ). Parte do que pode justificar essa diferença pode se dever à falta de apoio em termos de infraestrutura para as instituições públicas, de modo que a falta de suporte em termos dos instrumentos e estratégias para a adaptação ao momento de pandemia se torne ainda mais saliente (LIMA; LIMA-FILHO, 2009).

Em termos gerais, o que se pode depreender dos resultados obtidos é que ainda que a vivência do estresse seja uma constante entre os docentes, a maneira como esse processo ocorre encontra especificidades. Diferentes estudos sinalizam para uma forte

identidade do docente com a tarefa (BRANDÃO; SANTOS, 2021; RIOS, 2015; SILVA, et al, 2014). Esse senso de identidade com a tarefa, contudo, tende a um efeito adocedor, à medida que se percebe os princípios e valores que sustentam a atuação profissional violados. Nesse sentido, Brun e Monteiro (2020) afirmam que existe um efeito nocivo associado à frustração, à insegurança e ao estresse, contribuindo diretamente para a falta de identificação e de orgulho pelo trabalho. Na prática se vivencia um processo de mercantilização e precarização com efeitos cada vez mais graves e intensos (DALAGASPERINA; MONTEIRO, 2016; SCHLESENER; LIMA, 2021; FACCI; URT; BARROS, 2018; RUZA; SILVA, 2016).

Nesse caso, apesar das diferenças identificadas entre docentes de instituições públicas e privadas, um componente se mostra constante: as cobranças cada vez maiores (demandas) e o recursos e o suporte cada vez mais escassos. Ainda que os resultados em termos da comparação contrastem com os resultados de Baptista; Soares; Raad e Santos (2019), que identificam a índices mais elevados de estresse nos docentes de instituições públicas, o adoecimento continua como uma constante. E uma vez que esses estressores se mostram associados tanto à qualidade de vida quanto ao desempenho profissional (WAGNER et al 2019; SUEHIRO; SANTOS, 2018), a necessidade de trabalhos que possibilitem entender melhor essa dinâmica e como lidar com a mesma se tornam cada vez mais necessários.

### **Considerações finais**

A proposta geral do estudo envolveu avaliar as vivências do estresse junto a profissionais do ensino superior da rede pública e privada a partir da perspectiva dos modelos processuais. Nesse sentido, foi conduzido um estudo de corte transversal junto a docentes de IES públicas e privadas de todo o Brasil, de modo a

avaliar como a relação entre demandas e recursos se articulavam e seus efeitos em termos de qualidade de vida. Tendo isso em vista, o primeiro elemento a ser considerado foi o estabelecimento de um panorama geral dessas vivências para que, em seguida, pudéssemos estabelecer padrões específicos e diferenças.

Os resultados sinalizaram para a importância de se considerar modelos mediacionais no entendimento do estresse e do sofrimento psíquico dos docentes. Também aponta para a importância de se promover novas estratégias de organização do trabalho, visando efeitos mais benéficos, não apenas para os docentes, mas para a comunidade acadêmica como um todo, dada a relação de ampla interação e interdependência. A ampla perda de laços e referências pode estar desempenhando um papel substancial, sobretudo nos docentes de IES privadas, onde o perfil de mercantilização estabelece métricas de trabalho numa lógica de uberização das atividades docentes. Esse fator, ao mesmo tempo que tende a comprometer a qualidade de vida dos profissionais, também acaba repercutindo na qualidade do ensino e do acolhimento de pares e alunos.

Outro fator que merece atenção se refere aos dados da regressão. Nesse caso, os dados sugerem que a presença de suporte repercute mais na Qualidade de Vida que a presença de demandas. Nesse sentido, é possível pensar que a ausência de uma rede de suporte se faça sentir de tal maneira que a presença de algum elemento mínimo já se faça sentir. Isso faz sentido, ainda mais em função de termos uma variância significativa explicada, mas ainda faltarem mais elementos, sugerindo que outras variáveis devem compor o modelo para melhor explicar o fenômeno. Por fim, identifica-se a necessidade de se considerar as especificidades desses cenários, ainda que ambos estejam, a seu modo, sujeitos a processos de precarização. Dada a natureza exploratória do estudo e a variabilidade potencial de características, dentre as quais as diferenças no estilo de gestão, bem como variáveis dos respondentes, sugere importância de mais estudos, possibilitando um aprofundamento do tema.

## Referências

AGUIAR, Joana G.; CORREIA, Paulo Rogério Miranda. Um novo olhar sobre a vida acadêmica: estudo de caso sobre as concepções de docentes. *Educação e Pesquisa*, [online], v. 45, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945193301>.

BAPTISTA, Makilim Nunes; SOARES, Thiago Francisco Pereira; RAAD, Alexandre José; SANTOS, Luísa Milani. Burnout, estresse, depressão e suporte laboral em professores universitários. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 564-570, 2019. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.1.15417>.

BRANDÃO, J. B.; SANTOS, C.L.N. Precarização do trabalho e adoecimento docente em contextos de multicampia: um estudo de caso sobre docentes substitutos da universidade do estado da Bahia – **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 01-24, jan./mar, 2021  
BRUN, Luciana Gisele; MONTEIRO, Janine Kieling. Preditores de Depressão em Docentes do Ensino Privado: a study in the private sector. *Aletheia*, Canoas, v. 53, n. 2, p. 63-76, dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.29327/226091.53.2-5>.

CARMO, Dilce Rejane Peres do; SIQUEIRA, Daiana Foggiano de; MELLO, Amanda de Lemos; FREITAS, Etiane de Oliveira; TERRA, Marlene Gomes; CATTANI, Ariane Naidon; PILLON, Sandra Cristina. Relationships between substance use, anxiety, depression and stress by public university workers. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [online.], v. 73, Supl. 1, 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0839>.

COOPER, C.L. **A natureza mutante do trabalho: o novo**

**contrato psicológico e os estressores associados.** In A.M. Rossi, P.L. Perrewé, & S. L. Sauter (Orgs.) Stress e Qualidade de Vida no Trabalho. São Paulo: Atlas, 2008, pp.3-8.

DALAGASPERINA, Patrícia; MONTEIRO, Janine Kieling. Estresse e Docência: um estudo no ensino superior privado. Revista Subjetividades, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 37-51, 29 abr. 2016. Fundação Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.37-51>.

DALAGASPERINA, Patrícia; MONTEIRO, Janine Kieling. Preditores da síndrome de burnout em docentes do ensino privado. Psico-Usf, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 263-275, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712014019002011>.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Teresa Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. Psicologia Escolar e Educacional, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 281-290, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201802175546>.

FERREIRA, Maria Cristina; ASSMAR, Eveline Maria Leal. Fontes ambientais de estresse ocupacional e burnout: Tendências, tradicionais e recentes de investigação. In: A.Tamayo (Orgs.). **Estresse e Cultura Organizacional.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, pp. 21 a 73.

FERREIRA, Elizabete Cazzolato; PEZUK, Julia Alejandra. Síndrome de Burn-out: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), [S.L.], v. 26, n. 2, p. 483-502, maio 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772021000200008>.

FIGUEIRAS, Júlio César; HIPPERT, Maria Isabel. Estresse: possibilidades e limites. pp. 12-129. In M. das G. Jacques & W. Codo (Orgs.), **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FRANCO, A. P. **Ensino Superior no Brasil**: cenário, avanços e contradições. *Jornal de Políticas educacionais*, 4, 2008, p.53-63.

FRANCO, Luciane Silva; PICININ, Claudia Tania; PILATTI, Luiz Alberto; FRANCO, Antonio Carlos. Work-life balance in Higher Education: a systematic review of the impact on the well-being of teachers. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, [S.L.], v. 29, n. 112, p. 691-717, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-403620210002903021>.

GAZZANIGA, M. S.; HEATHERTON, T. F. **Ciência Psicológica**: Mente, Cérebro e Comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2005.

HANCOCK, M.; GILE, K.J. **On the concept of snowball sampling**. Cornell University Library, 2011. In: [arxiv.org/pdf/1108.0301.pdf](https://arxiv.org/pdf/1108.0301.pdf)

KAHN, R.L.; BYOSIERE, B.P. Stress in organizations. In: Dunnette, M.D.; Hugh, L.M. **Handbook of industrial/ organizational psychology**. 2ª ed, vol 2. Palo Alto: Consulting Psychologist Press, 1992.

KARASEK, R.A. Job demands, job decision latitude, and mental strain: implication for job redesign. **Administration Science Quarterly**, 24(2), 1979, p. 285-308.

LAZARUS, R.S.; FOLKMAN, S. **Stress, appraisal and coping**. New York: Springer, 1984.

LEWIS, M.E.; LEWIS, H.R. **Fenômenos psicossomáticos**: até que ponto as emoções podem afetar a saúde. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1988.

LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 62-82, nov. 2009.

LIMA, F. V.; FORMIGA, N. S.; MELO, G. F. **Elaboração e validação da escala de sintomas de estresse**. 2018. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1203.pdf> Acesso em: 08 set. 2021.

LIPP, M. E. N. Stress e suas implicações. **Estudos de Psicologia**, v.1, n. 3/4, p. 5-19, 1984.

LIPP, M.E.N. Stress no trabalho: implicações para a pessoa e para a empresa. In: F.P.N. Sobrinho & I. Nassaralla. **Pedagogia Institucional: fatores humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Zit Editora, 2005.

LORICCHIO, Tânia Mara Brito; LEITE, José Roberto. Estresse, ansiedade, crenças de autoeficácia e o desempenho dos bacharéis em Direito. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 11, n. 1, p. 37-47, abr. 2012.

MARTINS, C.B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n.106, p.15-35, jan./abr, 2009.

MENDONÇA, Vera Lúcia Gama de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; JOCA, Mário Jorge. Síndrome de Burnout em

médicos docentes de uma instituição pública. *Psicologia em Pesquisa*, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 90-100, 31 dez. 2012. Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://dx.doi.org/10.5327/z1982-12472012000200002>.

MUCHINSKY, P.M. **Psicologia Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 2005.

NÉRI, A. (2004). **Stress: O que é isso?** SeniorNet. [Acessado em 14 de dezembro, 2004]. Disponível em: <http://www.senioridade.com.br/stress1.htm>

NUNES, E.O. **Educação superior no Brasil: estudos, debates e controvérsias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PACHECO, José Augusto. The “new normal” in education. Prospects, [S.L.], 24 nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11125-020-09521-x>.

PENTEADO, R. Z.; NETO, S. S. **Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão**. *Saúde soc.* vol.28 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902019000100010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000100010)>. Acesso em 02 mai. 2021.

PUENTE-PALACIOS, K. E.; PACHECO, E.A.; SEVERINO, A. F. Clima organizacional e estresse em equipes de trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr, 2013.

RIOS, M.C. **Contratos Psicológicos, Centralidade do Trabalho, Autorregulação e Estados Emocionais: Um estudo com docentes**

do ensino superior. Tese (doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador/ BA, 2015.

RUZA, Fábio Machado; SILVA, Eduardo Pinto e. As Transformações Produtivas na Pós-graduação: o prazer no trabalho docente está suspenso? *Revista Subjetividades*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 91-103, 29 abr. 2016. Fundação Edson Queiroz. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.16.1.91-103>.

SADIR, M.A.; LIPP, M.e.N.. As Fontes de Stress no Trabalho. *Revista de Psicologia da Imed*, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 114-126, 30 jun. 2009. Complexo de Ensino Superior Meridional S.A.. <http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v1n1p114-126>.

SADIR, Maria Angélica; BIGNOTTO, Márcia Maria; LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. Stress e qualidade de vida: influência de algumas variáveis pessoais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, [S.L.], v. 20, n. 45, p. 73-81, abr. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x2010000100010>.

SANTANA, V.T.; SANTOS, E.A.A. O processo de adoecimento do (a) professor (a) e sua subjetivação na contemporaneidade. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 8, n. 10, p. 1-12, maio, 2021.

SANTOS, Adrielly da Silva, FAGUNDES, Jeniffer e ZAFFALON JUNIOR, José Roberto. Impacto do estilo de vida sobre o estresse percebido de professores hipertensos e normotensos. **SALUSVITA**, Bauru, v. 38, n. 2, p. 289-306, 2019.

SCHLESENER, Anita Helena; LIMA, Michelle Fernandes de. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no Ensino Superior brasileiro. *Praxis Educativa*, [S.L.], v. 16, p. 1-17, 2021. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). <http://dx.doi.org/>

org/10.5212/praxeduc.v.16.15116.003.

SILVA, S.L.; NASCIMENTO, I.C.S.N; MELO, G.C.V. Conflito trabalho-família: pesquisas científicas nacionais e internacionais sobre docentes no ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, vol.11, n.1, 2021.

SILVA, Maria Fabiana Machado da et al. Estudo avaliativo da predisposição à síndrome de burnout em professores de uma Universidade de Parnaíba-PI. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 2, p. 28-36, dez. 2014.

STALLIVIERI, L. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil: Características, Tendências e Perspectivas**. Educación superior en América Latina y el Caribe: Sus estudiantes hoy. México, 2007.

SUEHIRO, Adriana Cristina Boulhoça; SANTOS, Larissa Muniz R. A. dos. Relação entre estresse e habilidades sociais em docentes do ensino superior do estado da Bahia. *Psicologia em Revista*, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 728-744, 11 ago. 2018. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.1678-9563.2017v23n2p728-744>.

WAGNER, Marcia Fortes et al. Empatia, sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores do Ensino Superior. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p. 55-67, 2019.

WEITEN, W. Estresse, manejo e saúde. In: Weiten, W. **Psicologia: Temas e variações**. São Paulo: Cengage Learning. 2010, p.368-397.

ZANELLI, J.C. Estresse nas organizações de trabalho. In: Pedro Bendassoli e Jairo Eduardo Borges-Andrade (Orgs.). **Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações**. Artesã: Belo Horizonte, 2019, pp. 333-340.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICA DOCENTE  
NO ENSINO SUPERIOR: PANORAMA ATUAL E  
PERSPECTIVAS FUTURAS**

**INCLUSION AND TEACHING PRACTICE IN HIGHER  
EDUCATION: CURRENT PANORAMA AND FUTURE  
PERSPECTIVES**

Aline Vianna Mascarenhas Cerqueira  
Janeide Medrado Ferreira  
Patrícia Carla da Hora Correia

**INTRODUÇÃO**

A ideia de realizar esse estudo partiu do interesse de de Debates e instaurou-se um espaço de escuta para identificar as principais tensões e necessidades surgidas no processo. A partir dessa escuta cuidadosa o PROGEI, que se baseia no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, procurou desenvolver ações formativas para contemplar as demandas docentes. Inicialmente foram criadas atividades de extensão, no sentido de: 1) Refletir sobre diferentes formas de aprender, novos paradigmas, novos sujeitos, cenários, tempos e lugares; 2) Formação de Monitores para atendimento pedagógico a estudantes com deficiência e 3) Capacitar os professores do Ensino Superior em relação ao Transtorno do Espectro Autista, inicialmente, e posteriormente, capacitar para outras demandas.

Após o delineamento dessas atividades formativas, as pesquisadoras do PROGEI realizaram uma revisão de literatura, para entender os avanços, as práticas e acompanhamento de discentes no contexto educacional brasileiro. Inicialmente buscou-se revisitar os marcos legais, relacionados à questão da inclusão no Ensino Superior, conferir os dados do último Censo da Educação Superior em 2019, no Brasil e, por fim, através de uma revisão de literatura,

levantar informações acerca do processo de inserção, práticas e acompanhamento de discentes com deficiências.

## **AÇÕES QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

Desde a década de 1990, pode-se verificar um crescente número de ações, no âmbito governamental, no que tange à Educação Inclusiva. Ao longo desses anos surgiram Leis, Decretos, Resoluções, Diretrizes e Recomendações com o objetivo de orientar os sistemas educacionais em uma perspectiva inclusiva, garantir a igualdade de direitos e a negação de quaisquer formas de discriminação.

A Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é um importante marco legal, traz no seu bojo uma política pública inclusiva, que prevê o acesso e a permanência dos alunos com deficiência nas instituições educacionais, o uso de estratégias, recursos e metodologias diferenciadas, o atendimento educacional especializado e a devida formação dos professores para atender a diversidade do alunado.

Outras normativas foram surgindo com o passar do tempo, reforçando a garantia dos direitos e trazendo orientações mais específicas acerca do processo de inclusão, não apenas para a educação básica, mas também para o Ensino Superior. O Decreto nº 3.298/1999 (1999), a Portaria nº3.284/2003 (2003) e recentemente a Lei nº 13.146/2015 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, são alguns desses documentos legais que norteiam práticas pedagógicas nos diversos Sistemas de Ensino. O Ensino Superior deve seguir as prerrogativas dessas legislações e, também, desenvolver ações procurando atender aos princípios da inclusão, como acessibilidade, constituição de rede de apoio, mudanças na estrutura, investimento em formação e planejamento de estratégias

adequadas às diferentes necessidades educacionais.

Vale, ainda destacar outros documentos, que são essenciais para regulamentação de práticas na Educação Inclusiva, no Ensino Superior: o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR. Esse último documento tem por finalidade assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fomentando a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nos Institutos Federais de Ensino Superior. Constitui-se num programa que objetiva a viabilização de ações institucionais, nas universidades, para incluir as pessoas com deficiência à vida acadêmica e eliminar todos os tipos de barreiras que possam existir. Acrescenta-se ainda, a esse conjunto de normas e leis, a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008 (Brasil, 2008), que propõe a transversalidade da educação especial também no Ensino Superior.

Existe, portanto, um amplo aparato legal, para subsidiar propostas e práticas pedagógicas. Cabe às instituições de ensino organizar seus processos pedagógicos, acessibilidade, entre outras adequações necessárias, à inclusão.

## **DADOS DO ÚLTIMO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, PUBLICADO EM 2019.**

A partir da análise do Resumo Técnico, do Censo 2019, publicado pelo INEP, percebe-se um pequeno crescimento de 1,8% de matrículas de alunos no ensino superior em relação a 2018 (de 8,45 milhões para 8,6 milhões), com destaque para o EaD, com aumento de 19,1%. Na rede privada, o aumento foi de 21,7%. Dessas matrículas totais houve um aumento de 0,1% nas IES públicas e de 2,4% nas IES privadas (a rede privada representa, portanto, 75,8%

do total de matrículas do ensino superior brasileiro). Outros dados revelam, ainda, que a modalidade presencial registrou 3,8% de queda nas matrículas, indicando que o ensino à distância se confirma como tendência (INEP, 2021).

Continuando nessa análise foi verificado que de acordo com o INEP, há 2.608 instituições de educação superior no Brasil. Dessas, 88,4% (2.306) são instituições privadas e 302 públicas. O Censo da Educação Superior, de 2019, mostra ainda que a rede privada ofertou 94,9% do total de vagas para graduação, em 2019, enquanto a rede pública disponibilizou apenas 5,1% das oportunidades. Os dados revelam que mais de 6,3 milhões de alunos estudam em instituições particulares, o que significa uma participação de 75,8% do sistema de educação superior. Nesse sentido, “*a cada quatro estudantes de graduação, três frequentam estabelecimentos de ensino privados*” (INEP, 2021). Do total de matrículas realizadas no Ensino Superior, em 2019, 75,8% são de instituições privadas e 24,2% são públicas, das quais 15,6% são federais, 7,6% estaduais e 1,0% municipal. Em 2019, a maioria das matrículas (57,6%) é ofertada no turno noturno. Na categoria pública como um todo, existe a predominância do turno diurno (63,9%) segundo dados do Relatório Técnico do INEP divulgado em 2021.

Importante, também, destacar aqui o resultado do Censo no que se refere à formação dos professores. São ao todo 386.073 docentes na educação superior no Brasil. Desses, 54,3% são vinculados a instituições privadas e 45,7%, ao sistema público de ensino. Do total de professores, 37,5% (144.874) possuem mestrado e 45,9% (177.017), doutorado. Nesse sentido, os dados mostram que a meta 13, do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a elevação da qualidade da educação superior, com a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente, em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores, foi alcançada (INEP, 2021)

No que se refere ao total de matrículas de graduação, conforme o tipo de deficiência, declarados em 2019. São 50.683 matrículas de graduação, ou 0,6% do total. Aparece no topo a deficiência física (16.376), em seguida alunos com baixa visão (13.906), deficiência auditiva (6.569), deficiência intelectual (4.177), cegueira (2.598), surdez (2.556), superdotação (1.551), autismo (917), deficiência múltipla (783), Síndrome de Asperger (584), entre outros. O Relatório esclarece que uma mesma matrícula pode apresentar mais de um tipo de declaração, segundo o Censo 2019.

Evidencia-se, portanto, um crescente número de matrículas, no Ensino Superior, de alunos com deficiências, comparativamente aos Censos anteriores. São 50.683 matrículas feitas em 2019. Um aumento considerável se for comparado ao número de matrículas, informado pelo Censo de 2015, por exemplo. Naquele ano, o INEP indicou que 7.305.977 estudantes brasileiros, com deficiência, efetuaram matrículas em Instituições de Ensino Superior.

## **PANORAMA ATUAL: LIMITES E POSSIBILIDADES**

O que se percebe diante desses dados aqui destacados? Qual seria o panorama atual da Educação Inclusiva na Educação Superior, no Brasil? Quais limites e possibilidades? Ao crescente número de pessoas, com algum tipo de deficiência física, cognitiva, sensorial ou com altas habilidades, que ingressam nos cursos superiores, tem sido observado o desenvolvimento necessário, de condições de aprendizado, garantindo a permanência e a conclusão, nos diferentes cursos? Pretende-se aqui refletir quanto à aplicabilidade e operacionalização da legislação, na efetiva inclusão nos cursos de graduação, nas Instituições de Ensino Superior – IES.

Esse incremento de matrículas de alunos, público-alvo da Educação Inclusiva, nas IES revela que “*as pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram expectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz.*”

*Estão chegando ao Ensino Superior, ainda que de forma tímida, mas demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos- administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência.” (GUERREIRO; ALMEIDA; SILVA FILHO, 2014, p. 32).*

Esse aumento de matrícula também suscita inúmeras reflexões e indagações. Conforme sugere o art. 43 da LDB, uma das finalidades da educação superior é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais. Como estão se organizando essas instituições para implementar a inclusão? Estão investindo em mudanças nas estruturas e na capacitação de pessoal? Os professores das IES estão se mobilizando frente a essas novas demandas e especificidades?

O panorama atual é marcado, portanto, por esses inúmeros questionamentos. Considerando ainda os dados do último Censo, vale à pena refletir aqui outras constatações. Que considerações podem ser feitas sobre a queda de matrículas nos cursos presenciais? Isso pode evidenciar que o país precisa ampliar as políticas de inclusão e de financiamento estudantil, o número de vagas na rede pública, entre outros aspectos. A rede privada ofertou 94,9% do total de vagas para graduação, em 2019. Uma oferta considerável. O que sabemos sobre o acesso e permanência dos alunos, com deficiência, nas IES privadas? O relatório do INEP não traz esses dados e também não foi encontrado nenhum artigo com estas informações.

No que se refere à formação dos professores, observa-se que houve um resultado bem expressivo. Os dados refletem a melhoria da qualificação dos docentes. Como esse elevado número de Mestres e Doutores, estão atuando nas IES, no âmbito da Educação Inclusiva? Como estão sendo suas práticas? Essas Instituições têm cumprido as orientações e normativas legais existentes? O que essas produções evidenciam? Há de fato mudanças no fazer pedagógico, dessas instituições, para acolher as demandas da Educação Inclusiva?

Sabendo que esse processo de atualização e ressignificação de espaços, tempos e práxis pedagógica é revestido de muita complexidade, foi considerado importante e necessário buscar entender os desafios, percursos e avanços dessas instituições na área da Educação Inclusiva. Conforme acrescentam os autores Moreira, Bolsanello e Seger (2011),

*“...uma universidade inclusiva só é possível se houver um caminhar em busca das mudanças para a eliminação de barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes. É um processo que nunca está finalizado, mas que, coletivamente, deve ser constantemente enfrentado. (p. 141).*

Foram analisadas publicações mais recentes quanto ao *modus operandi* das instituições frente ao acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior. As mudanças ficam apenas restritas às mudanças de espaços físicos? Quais outras mudanças se evidenciam? Recursos? Mediações? Currículo? Propostas avaliativas? Capacitação do quadro de professores e técnicos? E o tripé Ensino x Pesquisa x Extensão, como tem funcionado nesses espaços destinados ao Ensino Superior?

Discutiremos essas e outras questões, no decorrer desse estudo, fazendo uma correlação com a produção científica nacional nesta área, no período de 2016 a 2021, com o propósito de discutir tendências atuais e perspectivas futuras no que se refere a Educação Inclusiva no Ensino Superior. Para tanto, foi feita uma revisão de literatura no banco de dados do Portal Qualis da CAPES, SciELO, LILACS e Sistema de Bibliotecas da Unicamp. Encontramos 16 artigos a partir dos descritores: **“acesso”**, **“práticas pedagógicas”**, **“acompanhamento aos discentes”**, **“inclusão”** e **“ensino superior”**. Ressalta-se que os artigos pesquisados fazem menção à modalidade de ensino presencial. Nenhum material encontrado

fazia referência ao ensino remoto. Seleccionamos, por fim, 16 artigos que correspondiam às questões que estão sendo aqui refletidas.

## **PROCESSO DE INSERÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA REVISÃO DE LITERATURA**

No que se refere ao acesso, de pessoas com deficiências, nas IES, as publicações encontradas reconhecem que está havendo um maior ingresso, após ampliação da lei de cotas, Lei 13.409/2016 que dispõe sobre reserva de vagas no ensino superior. (WELLICHAN, 2017; GOUVÊA, 2020; FURLAN, 2020). No entanto, complementam que a democratização de acesso é um processo que ainda está em construção. Há indicativos de que a inclusão de pessoas com deficiências nas IES vem acontecendo sem alterar a manutenção do padrão tradicional do Ensino Superior brasileiro e esse acesso tem acontecido principalmente em cursos de menor prestígio social.

Assim, o acesso ainda se apresenta como espaço de reprodução das desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas no país (OLIVEIRA; SILVA, 2017). Um dos pontos apresentados, no trabalho de Oliveira e Silvia (2017), relata que o crescimento das vagas oferecidas atende à uma lógica própria de interesse e gestão das IES privada. Essa mesma discussão aparece no texto de Gouvêa e Gomes (2016) quando apontam que essa iniciativa contribui para dissimular a real necessidade de investimento maciço em educação pública e de qualidade.

Ainda no que se refere à acessibilidade, a quase totalidade das produções pesquisadas indica que ainda há inúmeros desafios a serem enfrentados. Os estudos de Furlan, (2020), Ferrari, (2018) e Goessler, (2018), revelam que existem barreiras, principalmente no que se refere ao desconhecimento da realidade e das necessidades das pessoas com deficiência. Há uma concordância quanto à necessidade

da criação de uma cultura institucional que seja verdadeiramente inclusiva.

Um outro ponto, em relação à acessibilidade, é que os dados do último Censo da Educação Superior revelam que os estudantes com deficiência sensorial e física são os que mais tem acesso ao Ensino Superior. Há relatos de casos de TDAH, Transtorno de Ansiedade, Baixa Visão, etc. Nos textos selecionados não há relatos de experiências de acesso de alunos com deficiência intelectual, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, entre outros.

Pode-se, então, concluir em relação ao aspecto da acessibilidade, que apesar do avanço na produção de conhecimento sobre o tema, este ainda está muito aquém da demanda que cresce de forma acelerada, em grande medida, pelo incremento de políticas públicas que fomentam a participação de estudantes com deficiência, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Tal aspecto impõe, para as universidades, o enfrentamento de uma série de questões para além das de infraestrutura, como de ordem pedagógica, social e atitudinal (PLETSCH; LEITE, 2017). Segundo essas autoras há barreiras de acesso por conta da necessidade de formação dos docentes, para atender o público-alvo da educação inclusiva no ensino superior, associado aos condicionantes do ambiente físico e o desconhecimento das fisiopatologias das deficiências, entre outros aspectos.

Com o ingresso cada vez maior de alunos, público-alvo da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, na educação superior faz-se necessário o aprofundamento das reflexões sobre as práticas pedagógicas. Diante do exposto podemos levantar o seguinte questionamento: qual é a experiência dos docentes com alunos com deficiência no Ensino Superior? E ainda, em que medida o currículo e as práticas pedagógicas adotadas por esses docentes são condizentes com as necessidades apresentadas por esses alunos?

Em relação às práticas pedagógicas observa-se, nos textos selecionados, que há um grande descompasso. Evidencia-se a necessidade de uma prática educativa que propicie a participação de alunos, de forma mais efetiva e que possibilite aos professores o reconhecimento das diferenças e a criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem. Percebe-se uma necessidade muito grande de investimento na formação de professores para atender à essa demanda. A formação de professores, constitui-se como um dos requisitos fundamentais para que as condições necessárias ao processo inclusivo se tornem realidade. (POKER, 2018; ARRUDA, 2020; SANTOS, 2017). Nesse sentido, há um consenso sobre a necessidade de formação específica entre os autores pesquisados. Destaca-se, porém, que argumentos sobre “*não tive formação*” devem ser repensados e não podem servir como justificativas para se ausentarem ou se omitirem desse processo. (FURLAN; FARIA; LOZANO; BAZON; GOMES, 2020).

De um modo geral os textos analisados reforçam a necessidade de uma formação mais ampla, para atender às demandas da Educação Inclusiva. No que se refere à formação, para NÓVOA (1995, p.25)

*“...não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores”.*

Percebe-se, portanto, na literatura pesquisada, quase nenhuma referência a práticas pedagógicas no segmento da

Educação Superior. Há um consenso de que as Universidades devem investir na formação dos seus professores para que de fato a inclusão aconteça.

## **SUPORTE PEDAGÓGICO AOS DISCENTES**

Há, dentro do material selecionado, relatos de que foram feitas pesquisas com a intenção de investigar ações, de suporte educacional, para estudantes com deficiência dentro de universidades brasileiras. As entrevistas realizadas, no estudo de Pletsch (2017) mapearam condições de acesso, barreiras, o panorama real da permanência de estudantes com deficiência, entre outros aspectos. Os resultados da investigação indicaram as dificuldades enfrentadas pelos sujeitos para participar plenamente das atividades acadêmicas. Não há nenhuma referência a ações concretas após o levantamento desses dados. Algumas poucas iniciativas foram encontradas, de forma dispersa, como sugestões para criação de um acompanhamento acadêmico individual, para estudantes com deficiências ou implantação de serviços, ou núcleos, para auxiliar estudantes que apresentem dificuldades na aprendizagem durante a trajetória universitária.

Alguns estudos evidenciam a importância da atuação do psicólogo escolar no contexto universitário na promoção da educação inclusiva (PLETSCH, 2017; ARRUDA, 2020; SANTOS, 2017).

Enfim, não há relatos concretos de ações voltadas para cuidar da permanência dos alunos nas universidades.

## **TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS**

Ao realizar esta revisão de literatura, a respeito da educação inclusiva, no Ensino Superior, observa-se que existem inúmeros

desafios a serem enfrentados. O primeiro se refere à tomada de posição, das universidades, quanto à acessibilidade para os diferentes cursos. Essa é uma questão polêmica, pois envolve uma definição acerca do acesso para cursos, considerados “*nobres*”.

Um outro desafio diz respeito à formação dos professores para atender a demanda da educação inclusiva. Essa formação implica em mudanças atitudinais, de concepções e comportamentos, como também o desafio de romper paradigmas relacionados às práticas pedagógicas. Trata-se de rever matrizes de aprendizagem e ressignificar propostas pedagógicas que propiciem a participação de alunos, acompanhamento e consolidação do aprender. O reconhecimento das diferenças requer um trabalho de reflexão e conscientização. Essa reflexão revela-se tão importante quanto o que se refere ao domínio dos conteúdos específicos, das áreas de conhecimento, pois ambos os fatores podem ser decisivos para a efetividade das ações educativas (FERRARI; SEKKEL, 2007, p. 642).

Está previsto também, no bojo desses desafios, refletir os processos de aprendizagem, dentro de visões pós-modernas, a fim de contribuir para uma formação mais adequada e uma prática mais coerente, significativa, que considere toda a complexidade e heterogeneidade desse processo. É importante compreender o modo como o público-alvo, da educação inclusiva, aprende e as condições necessárias para que isso ocorra, bem como identificar o papel do professor nesse processo.

Há relatos, nos diversos artigos, de professores que sinalizaram não haver tido, durante a formação, preparo para trabalhar com alunos com deficiências, o que revela desconhecimento acerca de metodologias de ensino adequadas às diferentes necessidades educacionais. Alguns estudos evidenciam, entretanto, que há interesse dos professores a se prepararem para tal fim (POKER, 2018; ARRUDA, 2020; SANTOS, 2017)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas análises que foram feitas nesta revisão de literatura foi possível observar que há um reconhecimento e valorização dos marcos legais que regulamentam a Educação Inclusiva aqui no Brasil. Destacam a importância de difundir essa legislação e colocá-la em prática (GOVÊA, 2020; FURLAN, 2020)

Quanto às condições de acessibilidade constata-se, porém, que ainda se encontra em um estágio muito aquém, da demanda estudantil, que cresce de forma acelerada, como apontado nos dados trazidos no último censo. É bom lembrar que esse incremento nas matrículas, de pessoas com deficiências no Ensino Superior coloca as universidades numa situação de enfrentamento para discutir questões relacionadas ao acesso, permanência, infraestrutura e propostas pedagógicas. De um modo geral, as referências utilizadas, neste estudo, reforçam a necessidade imperativa de uma formação continuada para atender às inúmeras demandas. Constata-se, também, a importância em se rever concepções sobre o aprender, didáticas e metodologias, principalmente em cursos que não tiveram essa fundamentação. Destaca-se, ainda, nas análises feitas, a importância de subsídios teórico-operacionais necessários para experiências profissionais futuras. Algumas produções ressaltam a necessidade de uma rede de apoio, para alunos e professores, inclusive, uma vez que é perceptível, nessas produções teóricas, preconceito, despreparo, formação incipiente por parte dos professores para lidar com o público-alvo da Educação Inclusiva (POKER, 2018; GOVÊA, 2020).

De um modo geral, as instituições de educação prendem-se, ainda, às velhas estruturas medievais, do espaço confinado, limitados aos muros das edificações e o processo de ensinar e aprender, ainda se prende aos recursos mais tradicionais. Os lugares do aprender, no entanto, se multiplicam numa rede cada vez mais complexa. É

fundamental, portanto, repensar sujeitos, o aprender, as identidades, singularidades, subjetividades que emergem dentro das salas de aula. Necessário se faz, portanto, que as instituições de Ensino Superior sejam renovadas, de modo que barreiras atitudinais, arquitetônicas e pedagógicas sejam derrubadas e dê espaço para o acolhimento às diferenças, à escuta sensível e ao atendimento ético e respeitoso às especificidades dos sujeitos.

Espera-se que este estudo sirva como mecanismo de reflexão e sensibilização para todos os agentes envolvidos na inclusão de alunos com deficiência e que contribua para ampliar a produção de conhecimento, a eliminação de barreiras, a qualificação de professores, o aprimoramento de práticas e o investimento em ações concretas para o acompanhamento dos alunos, com deficiência, durante a sua permanência na Universidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Luciene da Silva. **Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte?** Revista Internacional de Educação Superior. Campinas, SP v.3 n.3 645-677 set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650627/0>

ARRUDA, T.F.F.P.A et al. **Inclusão no ensino superior: um desafio para a docência.** Revista Ensino em Perspectiva, vol. 1, n. 2, julho de 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/about>

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Brasil. Ministério da Educação (2008). **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC. Recuperado: 14 set. 2021. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.

BRASIL. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).

BRASIL. Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1).

CASTRO, S. F. de; ALMEIDA, M. A. **Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras**. Rev. Bras. Educ. Espec., Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, jun. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382014000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000200003&lng=en&nrm=iso)

Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 (1999, 20 de dezembro). Regulamenta a Lei nº 7.853/1989. Brasília: Presidência da República. Recuperado: 14 set. 2021. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)

Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 (2004, 2 de dezembro). Regulamenta as Leis n. 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098/2000, que

estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Recuperado: 16 set. 2021. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm).

Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 (2005, 22 de dezembro). Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Recuperado: 13 mai. 2016. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

FURLAN, E.G. M et. al. **Inclusão na educação superior: formação e experiência docente**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), agosto de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200010>

GOVÊA, Carla Pacheco & GOMES, Cláudia. **Produções sobre educação inclusiva: o ensino superior em foco**. Periódico Horizontes, vol. 38, nº 1, 2020. USF, Itatiba - SP. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/840>

GUERREIRO, E.M.R.; ALMEIDA, M.A.; SILVA FILHO, J.H. (2014). **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior**. Avaliação, 1(19), 31-60. Recuperado: 18 set. 2021. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772014000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100003)

JANUÁRIO, Geane de Oliveira. **O direito à educação no ensino superior de pessoas com deficiências**. Revista Internacional de Educação Superior. Campinas, SP, Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-3393-6484>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep]. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2019 [recurso eletrônico]. – Brasília :INEP, 2021. Disponível: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf)

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil., p.27.833.

Lei nº 13.146/2015 de 6 de julho de 2015 (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado: 23 mar. 2016. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm).

MOREIRA, L.C.; BOLSANELLO, M.A.; SEGER, R.G. (2011). **Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco**. Educar em Revista, (41), 125-143. Recuperado: 21 set. 2016. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artte](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte)

PLETSCH, Márcia Denise & LEITE, Lúcia Pereira. **Análise da produção científica sobre a inclusão no ensino superior brasileiro**. Educar em Revista, núm. 3, Esp., pp. 87-106, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/HXgzbFY4WGCBsKPBrJgww3R/?lan>

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado e GARLA, Isadora Almeida. **Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública**

**do interior do estado de São Paulo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-127.pdf>.

Portaria nº 3.824 de 07 de novembro de 2003 (2003, 07 de novembro). Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, nº 219, Seção 1, p. 1.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores.** Revista Internacional de Educação Superior. Campinas, SP v.3 n.3 p.515-538 set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650621>.

WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro & SOUZA, Camila da Silva. **A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior.** Revista online de Gestão e Política Educacional. Unesp, SP, vol. 21. Nº 1, jan-abr, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786/6596>

## Sobre os Autores

### **Alba Riva Brito de Almeida**

Psicanalista, Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, Especialização em Psicologia Clínica (UFBA), Mestrado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutorado em Saúde Coletiva, com ênfase em Ciências Sociais para a Saúde, pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA), Pós-doutorado em Antropologia pelo Centro de Estudos Latino-Americanos na Universidade do Arizona (USA). Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Aline Vianna Mascarenhas Vieira**

Graduação em Psicologia, Mestre em Educação (UFBA). Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Abraão Carneiro do Carmo Rodrigues**

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Estudante de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Estudante de Psicanálise do Núcleo de Atendimento Psicológico (NAPSI).

### **Ana Lúcia Pellegrini-Reis**

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (ISC). Especialização em Administração e Desenvolvimento de RH (UFBA), Psicologia do Ensino–Aprendizagem (UESB) e Saúde do Trabalhador (UFBA), Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Antonio Virgílio Bittencout Bastos**

Professor Titular de Psicologia Social das Organizações, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, Pesquisador I-A do CNPq, atuando principalmente em temas da área de Comportamento Organizacional, Atua no campo da avaliação institucional e educacional, ocupando o cargo de Superintendente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Bahia.

**Bianca Saionara Lima Pessoa**

Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana, BA. Especialista em Psicoterapia Clínica Comportamental e Cognitiva pela Faculdade Santíssimo Sacramento (FSS), BA. Mestranda em Educação Científica, Inclusão e Diversidades (UFRB).

**Camila Barreto Bonfim**

Graduada em Psicologia, Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Atua na área de Neuropsicologia, Professora do Centro Universitário Ruy Barbosa (UNIRUY) e Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Carla Liane Nascimento dos Santos**

Socióloga (UFBA), Especialista em Direito Constitucional, com Mestrado e Doutorado em Sociologia (UFBA). Professora e pesquisadora na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atua como coordenadora do Mestrado Profissional em Gestão e Educação, onde coordena diferentes grupos de pesquisa.

**Cláudia Regina Sobral Simões**

Graduada em Psicologia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Ciências Sociais, Pós Graduação *latu sensu* em Relações Públicas (UNEB). Estudos em Grupos Operativos em Pichòn-Rivière e em Psicodrama, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Daniela Maria Martins Barreto**

Graduada em Psicologia (UFBA), Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB), Doutora em Sociologia (UFPE), Professora pesquisadora vinculada ao grupo de pesquisa GECUID (Grupo de Estudos Multirreferenciais do Cuidado), Coordenadora do projeto de extensão Diálogos sobre o Cuidado, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Edleusa Nery Garrido**

Psicodramatista, Graduada em Psicologia, Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Líder do *PERCURSOS* - Grupo de Pesquisa Processos de Desenvolvimento Psicossocial, Contextos Educativos e Políticas Públicas, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Fátima Cristina Lordêlo**

Estudante do Curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

**Edna Bittelbrunn**

Graduação em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Doutora em Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professora da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Integrante do Berç(A)рте- Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia do bebê à infância: Estudos Transdisciplinares, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Íris Ribeiro de Sá**

Graduação em Pedagogia, Especialista em Psicologia Analítica,

Especialista em Psicomotricidade, Mestre em Gestão em Tecnologias da Educação (Gestec/Uneb), Pós Graduada em Recursos Humanos, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Jailson Braga Brandão**

Graduação em Psicologia (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialista em Psicologia da Personalidade pela Universidade do Estado da Paraíba, Mestre em Gestão da Educação e Trabalho, Membro do Grupo de Pesquisa Interculturalidades (InterGesto), Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Janeide Medrado Ferreira**

Psicopedagoga (UESF), Especialista em Psicologia da Educação e Mestre em Educação (UFBA). Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **José Bonifácio Sobrinho**

Graduação em Psicologia. Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com formação em Gestalt-Terapia pelo Instituto de Gestalt-Terapia da Bahia (IGTBA), Professor do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Kátia Jane Chaves Bernardo**

Graduação em Psicologia (UFBA), Especialista em Terceira Idade pela Universidade Católica do Salvador, Mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em História Social pela Universidade Federal da Bahia, Coordenadora do Serviço de Psicologia e da Pós-graduação em Psicologia Clínica da UNEB, Docente do curso de Especialização Lato Sensu do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, Faz parte do

Grupo de Pesquisas Multirreferenciais do Cuidado (GECUID) e do Grupo de Pesquisa Psicologia, Diversidade e Saúde da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Jorge Amado, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Larissa Soares Ornellas Farias**

Psicanalista, Graduada em Psicologia, Doutora em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII, Pós-Doutora em Psicologia Social pela École des Hauts Études em Sciences Sociales (EHESS) – Réseau Mondial Serge Moscovici, Coordenadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Berç(A)rte, Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC - UNEB).

**Mariana Alves Santos**

Estudante do Curso de Psicologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Mino Correia Rios**

Graduação em Psicologia (UFBA), Mestre e Doutor em Psicologia (UFBA), Pesquisador associado ao EMOTRAB e ao Intergesto, Professor da UNIJORGE e Estácio, Professor do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Nilton Raimundo Rego Casaes**

Graduação em Psicologia e Direito, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Psicólogo da Secretaria Municipal de Saúde/Salvador.

**Núbia dos Reis Ramos**

Cientista Social, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Membro do *PERCURSOS* - Grupo de Pesquisa Professora do curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Patricia Carla da Hora Correia**

Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia, Mestre em Educação Especial pelo Centro de Referência Latino Americano de Educação Especial, Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação, Coordenadora do grupo de Pesquisa Programa de Educação Inclusiva - PROGEI, Faz parte do Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais GEINE da UFBA e do grupo Educação, Etnicidade e Desenvolvimento Regional da UNEB, É pesquisadora no Centro de pesquisa educacional e desenvolvimento regional - CPEDR, Professora do Colegiado de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e do Programa de Pós-graduação - Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA.

**Paulo Wenderson Teixeira Moraes**

Graduação em Psicologia, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutor em Psicologia (UFBA), Coordenador do Colegiado de Psicologia do Departamento de Educação Campus I (UNEB) e Professor do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

**Rafael G. Matos**

Estudante do Curso de Psicologia da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

**Sueli Barros da Ressurreição**

Graduada em Psicologia, Mestre em Educação, Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Processos de Desenvolvimento Psicossocial, Contextos Educativos e Políticas Públicas (PERCURSOS/UNEB). Psicoterapeuta de abordagem corporal e trainee em Análise Bioenergética. Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Vera Dantas de Souza Motta**

Psicanalista. Graduada em Psicologia, Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutora em Artes Cênicas, Pós-doutoramento junto ao Programa de Literatura e Cultura – PPGLitCult da UFBA, Membro do Campo Psicanalítico de Salvador. Professora do Colegiado de Psicologia no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

### **Vilma Santana**

Graduada em Medicina (1974), com Mestrado em Saúde Pública (1978) pela Universidade Federal da Bahia. Obteve o título de Ph.D. em Epidemiologia pela University of North Carolina (1993), onde também realizou pós-doutorado em Epidemiologia Ocupacional (1998). Professora Titular do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, e credenciada como Adjunct Faculty Abroad na University of North Carolina. Atua na área de Saúde do Trabalhador, especialmente em Epidemiologia da Saúde do Trabalhador, É colaboradora do Injury Research Prevention Center da University of North Carolina.. É vice-coordenadora da Rede de Conhecimento sobre Condições de Emprego e Desigualdades de Saúde, EMCONET, parte da Comissão de Determinantes Sociais de Saúde da Organização Mundial de Saúde. Dirige o Centro Colaborador ISC/UFBA-MS/SVS/DISAST/CGSAT que apoia a consolidação da Vigilância Epidemiológica em Saúde do Trabalhador na Rede Nacional de Atenção em Saúde do Trabalhador. Coordena o Estudo de Caso Brasil da Iniciativa de Segurança e Saúde do Trabalhador Informal da Women’s Informal Employment Globalizing and Organizing, WIEGO. Coordena o Projeto Asbesto e Efeitos sobre a Saúde no Brasil, em cooperação com a FUNDACENTRO parceria com o Prof. Eduardo Algranti.

